



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**

**CNPJ: 95.684.544/0001-26**

**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD 20/2025

SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

NOME: ELIAS DELGADO

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE URBANISMO

EMAIL:

**1. DESCRIÇÃO DO OBJETO**

"Pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) com área total de 18.415,93m<sup>2</sup>, em diversas ruas do perímetro urbano da Sede do Município, conforme convênio com o Programa Asfalto Novo Vida Nova do governo do Estado do Paraná."

**2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS**

A demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual, porém se justifica pelos motivos posteriormente elencados.

O artigo 12 da Lei 14.133/21 estabelece em seu inciso VII o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Assim sendo, considerando: a) a ausência de obrigatoriedade do PCA; b) a troca de gestão da presente pasta e; c) a ausência de encaminhamentos prévios de solicitação de demanda, a administração não realizou o plano anual de contratações para o presente ano.

**3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

Dotação Orçamentária segue em anexo.

Conforme Prioridade número 47, Projeto número 44 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS - PORTAL DOS MUNICÍPIOS.

**4. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021**

Município:	SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE n°	1
Local da Obra:	Vias diversas. Sede do Município de Santa Maria do Oeste - PR	Tabela Referência (SIBM Desonerado): DERPR de MARÇO/25   SINAPI de ABRIL/2025	
Fonte do Recurso:	PAM	USO EXCLUSIVO DO CONVÊNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SEDCI COM O PARANÁ	13/10/2025 - seg

SEQ	CÓDIGO ITEM	ORIGEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	UD	QUANTIDADE	ORÇAMENTO COM BDI	
							CURVA ABC (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)
							%	%
1	560	SERVIÇOS PRÉ-MINARES					0,36 %	19.667,30
	512050	DER	Demolição mecânica de Pavimento e Transporte	25,48	m³	7,50	-	-
	00051	DAE/SE	PLACA DE OBRA 4,00 X 2,00 M. EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, INCLUSIVE ARMAÇÃO EM MADEIRA E PONTALETES	3.675,24	un	5,00	0,94 %	-
2	564	TERRAPLANEJAMENTO					-	69.175,06
	401000	DER	Compactação de Aterros 100% PN.	7,77	m³	3.265,42	0,25 %	-
	400300	DER	Deslocamento árvores diâm > 30cm	59,91	un	4,00	-	-
	161114	SINAPI	Escavação em mat. ta. c/ talus sem transporte	5,68	m³	2.482,89	0,27 %	-
	5201008	DER/PRC	Escavação, Carga e Transp. 1ª Cat.	10,78	m³	2.719,45	0,56 %	-
3	565	DREPA/GBM					-	1.092.615,14
	600300	DER	Escavação de Bueiros em 1ª Categoria	10,90	m³	2.265,56	0,48 %	-
	630400	DER	Perfuração de bueiro 0,40m	23,17	m	18,00	0,01 %	-
	601200	DER	Reaterro e aplicamento mecânico	33,14	m³	1.400,95	0,90 %	-
	6064000	DER/PRC	Demolição de Concreto Armado	349,61	m³	2,00	0,01 %	-
	640000	DER	Ornho profundo em solo - tipo 1	169,85	m	63,00	0,17 %	-
	620100	DER	Boca (Alta) de BSTC a 0,60 m	1.028,19	un	3,00	0,09 %	-
	620400	DER	Boca (Alta) de BSTC a 1,20 m	3.454,41	un	1,00	0,07 %	-
	610400C	DER/PRC	Corpo de BSTC a 0,40 Sem Berço c/ Armadagem Simples PA-1	233,62	m	1.526,50	0,96 %	-
	610600B	DER/PRC	Corpo de BSTC a 0,60 Sem Berço c/ Armadagem Simples PA-1	306,35	m	147,00	0,46 %	-
	511100	DER	Corpo de BSTC a 1,00 Com Berço c/ Armadagem Dupla PA-2	1.156,27	m	160,00	0,57 %	-
	511300	DER	Corpo de BSTC a 1,20 Com Berço c/ Armadagem Dupla PA-2	1.542,73	m	82,00	2,44 %	-
	6LS150	DER/PRC	B.L. Simples concreto armado H até 1,50 m	2.828,26	un	29,00	0,06 %	-
	6LS200	DER/PRC	B.L. Simples concreto armado H até 2,00 m	3.611,73	un	46,00	0,47 %	-
	CL-A040	DER/PRC	CL. Alvenaria Tubo até 0,40	671,49	un	2,00	0,03 %	-
	CL-A050	DER/PRC	CL. Alvenaria Tubo até 0,60	1.022,19	un	4,00	0,08 %	-
	CL-A120	DER/PRC	CL. Alvenaria Tubo até 1,20	3.733,63	un	2,00	0,14 %	-
	DISSPRM60	DER/PRC	Disipador de Energia e África de Mão tubo a 0,60	1.907,89	un	3,00	0,11 %	-
	DISSPRM120	DER/PRC	Disipador de Energia e África de Mão tubo a 1,20	5.807,44	un	1,00	0,11 %	-
4	566	BASE/ SUB-BASE					-	1.334.382,72
	511100A	DER/PRC	Regularização compactada 100% PN	4,99	m²	19.587,05	1,88 %	-
	541000	DER	Solo Areneiro Fino (base) 100% PI	64,66	m³	101,29	0,13 %	-
	531000	DER	Brita Graduada	238,03	m³	2.762,40	12,66 %	-
	531300	DER	Macadame Seco c/ Brita Graduada	196,71	m³	2.910,68	11,04 %	-
5	561	REVESTIMENTO					-	1.590.099,48
	560100B	DER/PRC	Impregnação com Emulsão EA1 - exclusive emulsão	0,62	m²	18.415,93	0,22 %	-
	569190A	DER/PRC	Fornecimento de emulsão EA1 - impreção	4.659,79	ton	20,26	1,82 %	-
	561100A	DER/PRC	Abertura de ligação com RR-1C - exclusive emulsão	0,43	m²	18.415,93	0,15 %	-
	589420B	DER/PRC	Fornecimento de emulsão RR-1C - pintura de ligação	4.693,64	ton	9,21	0,83 %	-
	570000C	CBUQ - TRAÇÃO 1 - CAPA - Fazxa "C" (Quantidade menor que 10.000 ton)					2.415,26	13,03 %
	589000M	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CBUQ (Quantidade menor que 10.000 ton)	6.266,43	ton	120,81	14,59 %	-
6	567	MBO-RO E SARJETA					-	30.66 %
	PAV-071	PMC	Arranqueamento de Meio-Rio	28,93	m	260,55	0,15 %	-
	810150	DER	Meio-Rio com Sarjeta DER - Tipo 2 - (0,042 m³) - Pré-Moldado	61,24	m	4.169,72	4,92 %	-
	810650	DER	Meio-Rio com Sarjeta DER - Tipo 7 - (0,031 m³) - Pré-Moldado	50,48	m	750,45	0,73 %	-
7	568	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					-	652.999,81
	606700B	DER/PRC	Demolição de Concreto Simples (calçadas e outros)	167,76	m³	8,83	0,03 %	-
	401160	DER	Regularização, conformação e compactação de leito p/ assentamento de calçadas/lajotas/blocos	0,30	m²	11.588,75	0,07 %	-
	603900D	DER/PRC	Calhão de pó de pedra para assentamento de calçadas	201,15	m³	282,00	1,09 %	-
	605000D	DER/PRC	Calçada Concreto (e = 6,00 cm)	41,53	m²	4.436,38	9,55 %	-
	605000F	DER/PRC	Calçada Concreto (e = 8,00 cm)	55,37	m²	1.893,45	2,02 %	-
	520100E	DER/PRC	Aterro c/ mat. do cantereo (escav. 1ª CAT+transp+compact) - Passeio	11,31	m³	540,44	0,12 %	-
	98511	SINA/P	Ponto de Arvore com altura de 2m a 4m	157,10	un	444,00	1,34 %	-
	98504	SINA/P	Ponto de Grama em placas	14,11	m²	4.443,09	1,21 %	-
	605000G	DER/PRC	Rampa para PNE com Piso Tatil (NBR 9050) - Modelo 02 - 5,94 m²	507,78	un	100,00	0,98 %	-
	834909	DER	Fornecimento e assentamento de piso tátil de concreto alerta/direcional 20x20cm vermelho	124,15	m²	909,30	2,18 %	-
8	562	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					-	68.484,30
	822000	DER	Fazxa de Sinalização Horizontal c/fita acrílica base solvente- (0,034 m²/m²)	33,24	m²	1.160,36	0,74 %	-
	620000G	DER/PRC	Placa sinalização refletiva-trângulo (0,1219 m²/ud) + suporte METÁLICO	578,71	un	9,00	0,10 %	-
	620000H	DER/PRC	Placa sinalização refletiva-octógono (0,2160 m²/ud) + suporte METÁLICO	640,23	un	14,00	0,17 %	-
	820000J	DER/PRC	Placa sinalização refletiva-retangular dupla (diáms de 0,20x060 em L (0,2400 m²/ud) + suporte METÁLICO	656,93	un	24,00	0,30 %	-
11	553	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	(Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)				1,16 %	60.030,16
	09.02.11B	DAER/PRC	Ensao de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Regularização e Compactação do Substrato	192,57	un	###	0,11 %	-
	09.02.11D	DAER/PRC	Ensao de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Base	192,57	un	###	0,10 %	-
	09.02.01	DAER	Ensao de Granulometria do Agregado da Base	198,56	un	###	0,11 %	-
	09.02.01A	DAER/PRC	Ensao de Granulometria do Agregado da Sub-base	198,56	un	###	0,11 %	-
	7402227	SINA/P	Ensao de Controle de Taxa de Aplicação de Ligante Betuminoso	140,60	un	###	0,13 %	-
	09.04.04	DAER	Ensao de Percentagem de Bumete - Misturas Betuminosas	235,84	un	###	0,14 %	-
	7402253	SINA/P	Ensao de Controle do Grau de Compactação da Mistura Asfáltica	180,76	un	###	0,11 %	-
	09.05.02	DAER	Ensao de Densidade do Material Betuminoso	64,60	un	###	0,04 %	-
	09.04.03	DAER	Ensao de traçado por compressão diametral - misturas betuminosas	132,99	un	###	0,08 %	-
	09.04.01	DAER	Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	131,32	un	###	0,08 %	-
	09.01.18	DAER	Mobilização e desmobilização de equipamento e equipe para extração de corpos de prova da capa asfáltica - (para cada 25 extrações de CP's corresponde a 1 mobilização)	8.074,72	gb	###	0,16 %	-

**ORÇAMENTO DO PROJETO COM BASE NA LEI N° 14.133 / 2021**

Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 13/10/2025

PREÇO GLOBAL

5.187.059,82

Resp. Técnico (assinatura digital):

Prefeito(a) (assinatura digital):

63,87%

21,06%

13,91%

1,16%

OSCAR DELGADO

ÁREA TOTAL DO PROJETO (m²): 3RA- R\$ /m² 281,66 /m²

Kawane Lais Rodrigues Martins - CREA PR-203.031/D - ART/RRT N° 1720256041362

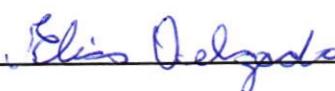
**5. GRAU DE PRIORIDADE DA DEMANDA**

(X) ALTA ( ) MÉDIA ( ) BAIXA

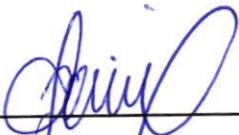
Justifique: Tendo em vista que os recursos estaduais destinados à execução da pavimentação já foram formalmente disponibilizados ao Município e encontram-se prontos para licitação. A não adoção imediata das medidas necessárias para deflagrar o processo licitatório pode gerar risco de perda do recurso, comprometendo a execução das melhorias previstas e prejudicando diretamente a população beneficiada. Além disso, o objeto envolve intervenções essenciais para a mobilidade urbana, segurança viária e conservação das vias públicas, cuja execução não pode ser postergada sem impacto negativo na trafegabilidade e nas condições gerais da infraestrutura. Dessa forma, a celeridade no andamento da contratação é imprescindível para assegurar o aproveitamento integral do recurso, garantir a continuidade do planejamento municipal e atender de forma eficaz à necessidade pública identificada.

**6. INDICAÇÃO DE VINCULAÇÃO OU DEPENDENCIA COM OUTROS PROCESSOS.**

Tal processo será efetuado pela secretaria municipal de urbanismo, considerando que os recursos são para pavimentação urbana.

**7. IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DO DEMANDANTE**  
Elias Delgado

Secretário Municipal de Urbanismo

**8. IDENTIFICAÇÃO E CIÊNCIA DOS INTEGRANTES TÉCNICOS**  
Valdir Cordeiro

FISCAL DO CONTRATO



## Município de Santa Maria do Oeste - 2025

### Saldo das contas de despesa

Calculado em: 09/12/2025

Página: 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso ( F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET )	Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	0,00	0,00	0,00	0,00
002 DÉPARTEAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00
15.451.1601.1067 Infraestrutura Mobilidade Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
05500 E 00830 1005/03/99/01/01 B.B. CONV.1654/2025 - SECID - SIT 76989 - PAV. VIAS URBANAS	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral	0,00	0,00	0,00

#### Critérios de seleção:

Data do cálculo: 09/12/2025

Órgão entre: 12 e 12

Natureza de despesa entre: 4.4.90.51.00.00 e 4.4.90.51.00.00

Fonte de recurso entre: 00830 e 00830

MARCIA RENATA  
ROSA:03693418993

Digitally signed by MARCIA  
RENATA ROSA:03693418993  
Date: 2025.12.09 15:49:42  
-03'00'



FLS. 05

Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.684.544/0001-26  
Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**SOLICITAÇÃO DE DEMANDA N° 20/2025**

**OBJETO:** Pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) com área total de 18.415,93m<sup>2</sup>, em diversas ruas do perímetro urbano da Sede do Município.

*Elias Delgado*

Responsáveis pela elaboração:

ELIAS DELGADO

**SANTA MARIA DO OESTE – PR**

**Dezembro de 2025**



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ: 95.684.544/0001-26**  
**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO**

**INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no objeto.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.**

As Ruas Arnaldo Ewaldo Iansen, Rua Verci Grande, Rua Germundo Wendler, Rua Bernardino Grande, Rua Projetada A, Rua Pedro Slitalski, Rua Nessy Tomem, Rua Pedro, Rua Lucila Agnes, Rua B Sub-50, Rua Geni Aparecida Damião Caldas, Rua A Sub-50, Rua Projetada B - Santa Rita, Rua Projetada C - Santa Rita, Rua Projetada E - Santa Rita, Rua Projetada F - Santa Rita, Rua Projetada C - Monte Carlo, Rua Projetada D – Monte Carlo, Rua Projetada E - Monte Carlo, Rua Projetada F - Monte Carlo, previstas para serem atendidas como objetos desta licitação situam-se no perímetro urbano, na sede do Município de Santa Maria do Oeste. Atualmente estas ruas possuem apenas cascalhamento, com isso, em dias de chuva ou estiagem os moradores sofrem para transitar pela via devido a formação de barro e poeira, além de demandar manutenção frequente devido a erosão causadas pela falta de galerias pluviais.

A obra irá atender diretamente os moradores das mais diversas áreas do perímetro urbano, estimando-se que aproximadamente 900 pessoas sejam diretamente beneficiadas. Desta forma, a pavimentação visa dar uma melhor condição de trafegabilidade das vias e consequentemente melhor qualidade de vida aos munícipes.



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ: 95.684.544/0001-26**  
**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

FLS. 07

**2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA**

A demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual, porém se justifica pelo(s) seguinte

O artigo 12 da Lei 14.133/21 estabelece em seu inciso VII o seguinte:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

Assim sendo, considerando: a) a ausência de obrigatoriedade do PCA; b) a ausência de encaminhamentos prévios de solicitação de demanda, a administração não realizou o plano anual de contratações para o presente ano.

**3. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Dentre as opções de aquisição do objeto verificadas no mercado temos:

Conforme estudo técnico a melhor solução encontrada foi a pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente).

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A solução proposta consiste na execução de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), abrangendo uma área total de 18.415,93 m<sup>2</sup> distribuída em diversas ruas do perímetro urbano da sede do município. O conjunto de serviços contempla todas as etapas necessárias para garantir a durabilidade, funcionalidade e segurança da infraestrutura viária, incluindo terraplanagem, implantação de sistemas de drenagem pluvial, execução das camadas de pavimento, urbanização do entorno e sinalização horizontal e vertical.

A obra será estruturada a partir da regularização e preparação do subleito, seguida pela conformação das camadas de base e sub-base, assegurando adequada capacidade de suporte para o recebimento do revestimento em CBUQ. A drenagem será implantada de forma a garantir o escoamento eficiente das águas pluviais,



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ: 95.684.544/0001-26**  
**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

evitando erosões, alagamentos e comprometimento estrutural do pavimento. A etapa de pavimentação com CBUQ será executada conforme normas técnicas vigentes, garantindo resistência, estabilidade e conforto ao tráfego.

Os serviços de urbanização incluem a recomposição de meio-fio, sarjetas, calçadas e demais elementos que integram o espaço urbano, garantindo adequada integração da via com o ambiente ao redor. A sinalização horizontal e vertical será instalada de acordo com as normas do CONTRAN, assegurando organização do trânsito, maior segurança aos usuários e acessibilidade.

Quanto às exigências de manutenção e assistência técnica, a contratada deverá garantir o perfeito funcionamento e integridade dos serviços executados durante o período de garantia previsto em contrato e na legislação aplicável. Isso inclui a responsabilidade por eventuais correções, recomposições ou ajustes necessários durante esse período, especialmente relacionados a falhas no pavimento, recalques, fissuras, problemas de drenagem ou desgaste precoce. A contratada deverá ainda assegurar atendimento ágil às solicitações da administração pública, mantendo equipes e equipamentos disponibilizados para intervenções corretivas, quando necessárias.

Dessa forma, a solução proposta atende integralmente às necessidades do município, proporcionando melhoria da mobilidade urbana, aumento da segurança viária e maior vida útil das vias asfaltadas, com garantia de assistência técnica e manutenção adequada durante o prazo estabelecido.

**5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO,  
ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS  
QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE CONSIDEREM INTERDEPENDÊNCIAS  
COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA  
DE ESCALA**

Para a estimativa das quantidades foi feito levantamento topográfico das ruas objeto de pavimentação asfáltica.

Com base nas informações acima a quantidade estimada resulta conforme item 07, onde são apresentados os detalhes de precificação na tabela orçamentária.

**6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS  
PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E  
DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO  
CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR  
POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ: 95.684.544/0001-26**  
**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

FLS 09

Em análise do presente estudo, foram consultadas a Tabela SINAPI de abril de 2025 e tabela DER/PR de março de 2025.

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021

DESCRIÇÃO DA OBRA / PAVIMENTAÇÃO - EFETUAÇÃO N° 14.133/2021							
Município:	SANTA MARIA DO OESTE	SA M	44				
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE N°	1				
Local da Obra:	Vias diversas, sede do Município de Santa Maria do Oeste - PR.	Tabela de Referência (SIBM Desconcentrado): DER/PR de MARÇO/23 - SINAIPR de ABRIL/2026					
Ponto de Referência:	PA M - USO EXCLUSIVO DO COMBÍNEO DA SIBM PERTINENTE DA ESTADO DAS CIDADES - SICD COM O PRAIA MAREMBOQUE do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/2021	Validade:	31/12/2026 - VIG				
CÓDIGO ITEM				ORÇAMENTO COM BDI			
	ORIGEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		PREÇO UNITÁRIO COM BDI	UD	QUANTIDADE	CUSTO BDI (%)
							TOTAL GLOBAL (R\$)
		550 SERVIÇOS PRELIMINARES					0,00 %
1	DER/PR	Desmatamento Mecânico na Pavimentação e Urbanização		26,43	m²	7.42	
2	DER/PR	PLATAFORMA DE CIMENTO 4,00 X 2,00 M. SEM CHAMPA DE AÇO GALVANIZADO INCLUSIVO ARMAÇÃO EM MM. SEM EMBRULHAR. 9,78m²		1.476,24	m²	6,00	8.855,5
		551 TERAPLÉGIA BM					1,20 %
3	DER/PR	Desmatamento de Aras 100% PR		7,77	m²	0.384,45	0,40 %
4	DER/PR	Desmatamento Aras 100% PR > 30% m²		89,91	m²	4,00	
5	DER/PR	Bloco de concreto 1x1x1,50m³		5,45	m³	2.442,00	0,27 %
6	DER/PR	Bloco de concreto 1x1x1,50m³		10,78	m³	2.718,48	0,26 %
		552 CRENAZINHA					21,88 %
7	DER/PR	Recapeamento de Rua com 1º Categórica		10,99	m²	0.346,66	0,49 %
8	DER/PR	Recapeamento de Rua com 2º Categórica		23,37	m²	18,00	0,01 %
9	DER/PR	Recapeamento e aterramento meia-pista		38,14	m²	1.400,96	0,60 %
10	DER/PR	Desmatamento de Concreto Armado		349,41	m²	0,00	0,00 %
11	DER/PR	Champanha de concreto armado		149,55	m²	82,00	0,19 %
12	DER/PR	Champanha de concreto armado 1,00 x 1,00 m		1.238,19	m²	1,00	1,238,19
13	DER/PR	Bloco de BSC 0,5x0,5x0,5m³		8.454,41	m³	1,00	8.454,41
14	DER/PR	Corso de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-1		255,82	m²	1.524,62	0,39 %
15	DER/PR	Corso de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-1		399,34	m²	147,00	0,00 %
16	DER/PR	Corso de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-2		1.199,27	m²	185,00	0,57 %
17	DER/PR	Corso de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-2		1.642,73	m²	82,00	134,41
18	DER/PR	Bloco de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-2		2.058,28	m³	29,00	58,64
19	DER/PR	Bloco de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-2		3.671,73	m³	49,00	178,87
20	DER/PR	Bloco de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-2		871,49	m³	2,00	1.742,98
21	DER/PR	Bloco de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-2		1.002,19	m³	4,00	4,008,76
22	DER/PR	Bloco de BSC 0,5x0,5x0,5m³ com Champanha PA-2		8.733,43	m³	9,00	78,60
23	DER/PR	Desmatamento de Bemposta e Padrão de Bemposta e 0,00		1.907,88	m²	2,00	3,815,76
24	DER/PR	Desmatamento de Bemposta e Padrão de Bemposta e 0,00		8.807,44	m²	1,00	8.807,44
		553 BA SE / SUB-BA SE					25,73 %
25	DER/PR	Regularização compacto sub solo 100% PR		4,99	m²	19.587,05	1,98 %
26	DER	Solo Arejado Rio (base) 100% PR		64,66	m²	101,25	0,13 %
27	DER	Borda Graduada		236,03	m²	2.762,40	12,45 %
28	DER	Nacadambe Seco e Borda Graduada		196,71	m²	2.910,68	11,04 %
		554 REVESTIMENTO					30,66 %
29	DER/PR	Imprensação com Emulsão BA-1 exclusivo emulsão		0,62	m²	16.415,93	0,22 %
30	DER/PR	Fornecimento de emulsão BA-1 - Imprensação		4.556,79	ton	20,25	1,62 %
31	DER/PR	Pintura de ligação com RR1-C exclusivo emulsão		0,43	m²	16.415,93	0,15 %
32	DER/PR	Fornecimento de emulsão RR1-C / pintura de ligação		4.83,64	ton	9,21	0,83 %
33	DER/PR	CBUS - TRAÇÃO 1 - CAPA - Fase 1C / (Quantidade menor que 10.000 ton)		279,92	ton	2.415,26	13,33 %
34	DER/PR	Fornecimento de CAP - CBUS / Quantidade menor que 10.000 ton		6.266,43	ton	120,81	14,49 %
		555 MBO-RO E SARjeta					5,80 %
35	PAV-071	PAV Arranqueamento da Mbo-Ro		28,93	m	260,35	0,15 %
36	DER	Mbo-Ro com Sarjeta DER - Tipo 2 - (0,042 m³) - Pre-Moldado		61,24	m	4.168,72	4,90 %
37	DER	Mbo-Ro com Sarjeta DER - Tipo 7 - (0,031 m³) - Pre-Moldado		50,49	m	750,45	0,73 %
		556 SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO					12,50 %
38	DER/PR	Demolição de Concreto Simples (calçadas e curvas)		167,76	m²	8,80	0,03 %
39	DER	Regularização, conformação e compactação de areia e assentamento de calçadas e calçadas		0,30	m²	11.586,75	0,07 %
40	DER/PR	Calçada de pô de pedra para assentamento de calçadas		201,15	m²	282,00	1,29 %
41	DER/PR	Calçada Concreto (e = 5,00 cm)		41,53	m²	4.436,38	3,55 %
42	DER/PR	Calçada Concreto (e = 8,00 cm)		58,37	m²	1.693,45	0,20 %
43	DER/PR	Aterro e inst. de canhão (escava 1º GAT + transp+compact) - Passarela		11,31	m²	540,44	9,12 %
44	SINAIPR	Plantio de Arvores com altura de 2m a 4m		157,10	m	444,00	1,34 %
45	SINAIPR	Passo de Grama em pacas		14,11	m²	4.443,08	1,21 %
46	DER/PR	Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modulo 22 - 5,94 m²		507,79	m²	100,00	0,99 %
47	DER	Fornecimento e assentamento de piso tijolos de concreto alerta/direcionais 20x20cm vermelho		124,15	m²	908,30	2,18 %
		557 SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					1,32 %
48	DER	Fixa de Sinalização Horizontal com resina acrílica base adesivo- (0,034 m²/m)		30,24	m²	1.150,35	0,74 %
49	DER/PR	Peca sinalização reflexo retangular (1,1219 m²/peca) + suporte METÁLICO		578,71	m²	9,00	0,10 %
50	DER/PR	Peca sinalização reflexo retangular (0,7100 m²/peca) + suporte METÁLICO		640,23	m²	14,00	0,17 %
51	DER/PR	Peca sinalização reflexo retangular dupla (duas de 0,20x0,05) em (0,2400 m²/peca) + suporte METÁLICO		655,93	m²	24,00	0,30 %



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ: 95.684.544/0001-26**  
**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

FLS. 10

11	553	ENSAIOS TECNOLÓGICOS (Os custos com mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa executora da obra.)			1,16 %	\$6.830,18
09.02.11B	DABER/PRC	Ensaios de Massa Específica - In Situ - Método Pratico de Área (Grau de Compacação) - Requerimento e Compracação do Substrato	192,57	un	0,00	0,11 %
09.02.11D	DABER/PRC	Ensaios de Massa Específica - In Situ - Método Pratico de Área (Grau de Compacação) - Base	192,57	un	0,00	0,10 %
09.02.01	DAER	Ensaios de Granulometria do Agregado da Base	136,56	un	0,00	0,11 %
09.02.01A	DABER/PRC	Ensaios de Granulometria do Agregado da Sub-base	198,56	un	0,00	0,11 %
74.02.27	SINA/R	Ensaios de Controle de Taxa de Adição de Ligante Bituminoso	140,60	un	0,00	0,13 %
09.04.04	DAER	Ensaios de Percentagem de Bumé - Maturas Bituminosas	235,84	un	0,00	0,14 %
74.02.55	SINA/R	Ensaios de Controle do Grau de Compacação da Maturá Asfáltica	160,76	un	0,00	0,11 %
09.05.02	DAER	Ensaios de Densidade do Material Bituminoso	84,60	un	0,00	0,04 %
09.04.03	DAER	Ensaios de traço por compressão diametral - maturas bituminosas	132,99	un	0,00	0,08 %
09.04.01	DAER	Extração de corpo de prova de concreto asfáltico com sonda rotativa	131,32	un	0,00	0,08 %
09.01.16	DAER	Mobilização e Desmobilização de equipamento e equipe para extração de corpos de prova da capa asfáltica - (para cada 25 extrações de CF's corresponde a 1 mobilização)	8.074,72	gb	0,00	0,16 %

X ORÇAMENTO DO PROJETO COMBASE NA LEINº 14.133 /2021

X Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.066/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 13/10/2025

PREÇO GLOBAL  
5.187.056,82

X Resp. Técnico (assinatura digital):

Kawane Lais Rodrigues Martins - CREA PR-203.031/D - ART/RRT N° 1720256041362

Prefeito(a) (assinatura digital):	63,87%
	21,06%
	13,91%
OSCAR DELGADO	1,16%
ÁREA TOTAL DO PROJETO (m²): 3RA: 85/m²	281,48 m²

**7. DA JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO / LOCAL DE ENTREGA OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Execução do objeto total, conforme projeto em anexo.

**8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Minimizar custos com a manutenção da estrada, possibilitando a mobilização de pessoal e equipamentos para outras ruas, tornando este trabalho mais eficiente.

**9. IMPACTOS AMBIENTAIS**

Não há, pois as ruas já são existentes e consolidadas.

**10. VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO: POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

A contratação mostra-se plenamente viável e adequada para atender à necessidade identificada pelo Município, uma vez que a execução de pavimentação asfáltica em CBUQ, aliada aos serviços de terraplanagem, drenagem pluvial, urbanização e sinalização, é essencial para a melhoria da infraestrutura viária do perímetro urbano. A solução proposta atende critérios de eficiência técnica, segurança



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ: 95.684.544/0001-26**  
**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

FLS. 11

e durabilidade, além de estar alinhada às normas vigentes e às condições específicas das vias contempladas.

O investimento em pavimentação é indispensável para ampliar a mobilidade urbana, reduzir custos de manutenção futura, aprimorar a trafegabilidade e garantir maior segurança aos usuários da via pública. A contratação de empresa especializada é necessária diante da complexidade técnica do objeto, que exige equipamentos adequados, mão de obra qualificada e capacidade operacional que a administração pública não dispõe de forma direta.

Considerando a relevância social da intervenção, a compatibilidade da solução com as demandas locais e a adequada relação entre custo e benefício esperada, conclui-se que a contratação é não apenas pertinente, mas imprescindível para o atendimento da necessidade pública, garantindo a prestação de serviços de qualidade e a melhoria efetiva da infraestrutura urbana.

Santa Maria do Oeste/PR, 02 de dezembro de 2025.

**Valdir Cordeiro**

**FISCAL DO CONTRATO**

**INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO:**

- 1 – TODOS OS ITENS DO RELATÓRIO SERÃO OBRIGATÓRIOS;
- 2 – Conforme o objeto, a equipe poderá acrescentar novos dados para que o relatório fique mais completo, preferencialmente como subitem no item Do Relatório;
- 3 – Verifiquem o artigo 18 da Lei de Licitações, lá constam todos os requisitos exigidos no ETP. A depender do objeto, pode ser que seja necessário adicionar algum item que não esteja no presente modelo.



**Município de Santa Maria do Oeste — ESTADO DO PARANÁ**  
**CNPJ: 95.684.544/0001-26**  
**Rua José de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000**

FLS 12

- 4 – Os relatórios devem tomar como referência as informações e documentos constantes da SD e o processo da contratação anterior, quando for o caso;
- 5 – A equipe deve consultar dados do objeto junto às pessoas da estrutura que detenham o conhecimento necessário, ainda que não sejam membros do grupo de estudos;
- 6 – Os estudos devem ser pautados em informações oficiais advindas da Solicitação da Demanda – SD;

Santa Maria do Oeste/PR, 02 de DEZEMBRO de 2025.

---

**Luis Zenaide Gomes**  
**Secretário Municipal de Administração**

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14-133/2021 - ANEXO III

**ÁREA DA EMPRESA PARTICIPANTE DA LICITAÇÃO**



**BDI - ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU - PREFEITURA  
PAVIMENTAÇÃO - ANEXO VII**

**PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021**

<b>IMPOSTOS</b>	ISS =	2,00
	PIS =	0,65
	COFINS =	3,00
	CPRB =	-
	<b>TOTAL =</b>	<b>5,65</b>
<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	OBRAS	MATERIAIS
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4,01	3,45
RISCOS	0,83	0,85
SEGUROS E GRANTIAS	0,40	0,48
DESPESAS FINANCEIRAS	1,11	0,85
LUCRO	8,09	6,50
<b>BDI (OBRA OU MATERIAIS/EQUIP.)</b>	<b>21,90</b>	<b>16,80</b>
BDI=(((1+(C8+C9+C10)/100)*(1+C11/100)*(1+C12/100))/(1-C6/100))-1)*100		
<b>BDI (OBRA)</b>		<b>21,90%</b>
<b>BDI (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)</b>		<b>16,80%</b>

KAWANE LAIS Assinado de forma  
digital por KAWANE LAIS  
RODRIGUES RODRIGUES MARTINS  
MARTINS Dados: 2025.10.16  
17:00:04 -03'00'

PAM 2025	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID										PAVIMENTAÇÃO - EDITAL DE LICITAÇÃO - ANEXO IV																	
Município: SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44	Edital no Município	Procedimento prévio	Inicio previsto da Obra	Fonte do RECURSO	CONVÉNIO	Prazo do Projeto	Prioridade N°	47	Repasso do Concedente	R\$ 5.187.056,82	100,00%															
Projeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE n°	1	Data	16/10/2025	Dias	25/11/2025	Sigla	FAM	Nº	nº dias	300	Ok o nº de DIAS	Contrapartida do Proponente															
Quantidade: 18.415,93 m <sup>2</sup>																												
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO																												
NÚMERO DE MEDICAÇÕES / ETAPAS (%)																												
GRUPO SERVIÇOS	N	ok	10	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Valor Total	5.187.056,82	100,00%												
ITEM														Nº DE ETAPAS	TOTAL	%												
<b>Informar o número de DIAS de cada MEDICAO:</b>															ITEM (R3)	ITEM												
Data Início			300	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30															
Data Fim				25/11/25	26/12/25	26/12/25	26/12/26	29/12/26	29/12/26	30/5/26	30/6/26	31/7/26	31/8/26															
1. SERVIÇOS PRELIMINARES	*+		19,79	19,79		20,22	20,21	19,99							\$	18.567,30	0,00											
2. TERRAPLENAGEM	*+		12,63	66,09		5,78	1,92	15,58							\$	69.175,06	0,01											
3. DRENAGEM	*+		52,00	9,57		8,80	3,78	25,85							\$	1.092.615,14	6,21											
4. BASE / SUB-BASE	*+		21,66	21,77			11,06	10,09	33,46						\$	1.334.382,72	0,26											
5. REVESTIMENTO	*+				22,25	21,82		11,50	17,54	10,85					\$	1.590.099,48	0,41											
6. MEIO-FIO E SARJETA	*+					22,53	21,08		17,04	14,01	16,52	18,80			\$	300.712,83	0,06											
7. SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO	*+						21,88	21,84		11,51	12,32	5,66	26,79			\$	652.989,81	0,11										
8. SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	*+							18,16	19,64		12,76	15,17	34,67			\$	68.484,30	0,01										
9. ILUMINAÇÃO PÚBLICA	*+														-	-												
10. SERVIÇOS DIVERSOS	*+														-	-												
11. ENSAIOS TECNOLÓGICOS	*+		6,84	14,60	8,55	6,52	14,60	18,04	7,61		22,24				\$	60.030,18	0,01											
TOTAIS																5.187.056,82	1,00											
COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS ( TESOURO E CONTRAPARTIDA )															Nº DE ETAPAS	TOTAL ITEM	% / ITEM											
ITEM	SERVIÇOS	FONTE		R\$ 1	2	3	4	5	6	7	N	9	10															
1T	SERVICOS PRELIMINARES	TESOURO	R\$ 3.675,24	3.675,24	-	3.753,72	3.752,19	3.710,91	-	-	-	-	-	-	5	18.567,30	0,36%											
1C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
2T	TERRAPLENAGEM	TESOURO	R\$ 8.736,20	45.718,86	-	3.995,38	1.330,03	9.392,59	-	-	-	-	-	-	5	69.175,06	1,33%											
2C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
3T	DRENAGEM	TESOURO	R\$ 568.164,70	104.563,27	-	96.129,74	41.326,21	282.431,22	-	-	-	-	-	-	5	1.092.615,14	21,06%											
3C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
4T	BASE / SUB-BASE	TESOURO	R\$ -	289.077,18	289.888,74	-	147.605,37	134.693,79	473.117,64	-	-	-	-	-	5	1.334.382,72	25,73%											
4C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
5T	REVESTIMENTO	TESOURO	R\$ -	-	353.813,67	346.922,34	-	181.042,95	215.310,35	172.557,71	-	320.452,46	-	-	6	1.590.099,48	30,66%											
5C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
6T	MEIO-FIO E SARJETA	TESOURO	R\$ -	-	-	67.759,90	63.397,07	-	39.224,58	42.144,65	31.644,34	56.542,29	-	-	6	300.712,83	5,80%											
6C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
7T	SERVICOS DE URBANIZAÇÃO	TESOURO	R\$ -	-	-	142.901,17	142.595,07	-	75.154,04	80.474,03	36.960,38	174.905,12	-	-	6	652.989,81	12,59%											
7C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
8T	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	TESOURO	R\$ -	-	-	-	12.434,46	13.451,84	-	8.465,76	10.391,94	23.740,30	-	-	5	68.484,30	1,32%											
8C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
9T	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	TESOURO	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
9C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
10T	SERVIÇOS DIVERSOS	TESOURO	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
10C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
11T	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	TESOURO	R\$ -	4.103,87	8.763,65	5.133,55	3.911,30	8.763,65	10.829,23	4.571,15	-	13.953,78	-	-	8	60.030,18	1,16%											
11C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
T	TOTAIS	TESOURO	R\$ 580.578,14	447.138,42	652.466,06	666.595,80	416.351,70	633.486,95	813.635,84	308.213,30	78.996,66	589.593,95	-	-	-	-	5.187.056,82	100,00%										
C		CONTRAPARTIDA	R\$ -	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-											
FATURAMENTO MENSAL PREVISTO																5.187.056,82	100,00%											
MENSAL PARCIAL PREVISTO EM %																5.187.056,82	100,00%											
MENSAL ACUMULADO PREVISTO EM %															OK	OK												
Resp. Técnico:		Assinatura:																										
KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS		Assinado de forma digital por KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS																										
Kawane Lais Rodrigues Martins - CREA PR-203.031/D - ART/RRT Nº 1720256041362																												
USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID COM O PARANÁCIDADE																												
Tabela Referência (SEM Desoneração): DER/PR de MARÇO/25   SINAPI de ABRIL/2025															Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.123/21):													
															13/10/2025 - seg													

ELS  
16

## PLANEJAMENTO DO PROJETO / OBRA DE PAVIMENTAÇÃO - EDITAL

### RELAÇÃO DOS DESCRIPTIVOS DE CADA ETAPA DO PROJETO / OBRA

Município:	SANTA MARIA DO OESTE	PRIORIDADE N° 47	SAM	44
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS		LOTE nº	1
Local da Obra :	Vias diversas. Sede do Município de Santa Maria do Oeste - PR.	Tabela Referência (SEM Desoneração): DER/PR de MARÇO/22   SINAPI de ABRIL/2025		
Fonte do Recurso:	PAM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):	13/10/2025 - seg	
NÚMERO DE ETAPAS DESTE PROJETO:	10	Observação: Vetoado a medição por preço unitário. Só será liberado a emissão da Nota Fiscal após o atingimento de 100% da Etapa.		
<b>Valor GLOBAL do projeto:</b>	<b>R\$ 5.187.056,82</b>	<b>Valor total Mão de Obra:</b>	<b>R\$ 1.743.579,25</b>	<b>Valor total dos Materiais:</b>
		33,61%		66,39%

SEQUÊNCIA DAS ETAPAS	Nº DIAS DE EXECUÇÃO	VALOR PROJETADO P/ CADA ETAPA	DESCRIÇÃO DAS ETAPAS
TOTAL:	<b>300</b>	<b>R\$ 5.187.056,82</b>	
Medição 1 - Início	30	R\$ 580.578,14	Iniciará na Rua F do Jardim Santa Rita com 1 placa de obra; terraplenagem e drenagem nas ruas B, C, E e F do Jardim Santa Rita.
Medição 2	30	R\$ 447.138,42	Iniciará na Rua Pedro Siltalski com 1 placa de obra; terraplenagem e drenagem nas ruas Pedro Siltalski, ruas A e B do Sub50, rua Lucila Agnes e rua Geni Aparecida Damão Caldas; Execução de 15cm de macadame seco, 15cm de brita graduada e respectivos ensaios nas ruas B, C, E e F do Jardim Santa Rita (BASE e SUB-BASE).
Medição 3	30	R\$ 652.466,06	Execução de 15cm de macadame seco, 15cm de brita graduada e respectivos ensaios nas ruas Pedro Siltalski, ruas A e B do SUB50, Rua Geni Aparecida Damão Caldas e Rua Lucila Agnes (BASE e SUB-BASE); Execução e respectivos ensaios das camadas de imprimição e pintura em RR-1C, e revestimento com 5cm de CBUQ nas Ruas B, C, E e F do Jardim Santa Rita.
Medição 4	30	R\$ 666.595,80	Execução de meio fio, sarjeta e urbanização nas Ruas B, C, E e F do Jardim Santa Rita; Execução e respectivos ensaios das camadas de imprimição e pintura em RR-1C, e revestimento com 5cm de CBUQ nas Ruas B, C, E e F do Jardim Santa Rita.
Medição 5	30	R\$ 416.351,70	Execução da sinalização nas Ruas B, C, E e F do Jardim Santa Rita; Execução de meio-fio e sarjeta nas ruas Pedro Siltalski, ruas A e B do SUB50, Rua Geni Aparecida Damão Caldas e Rua Lucila Agnes; Execução de 15cm de macadame seco, 15cm de brita graduada e respectivos ensaios nas Ruas C, D, E e F do Loteamento Monte Carlo; Terraplenagem e drenagem nas ruas Bnh-Pedro Siltalski, Nessy Tomem Princival e Rua Projeta A.
Medição 6	30	R\$ 633.486,95	Execução e respectivos ensaios das camadas de imprimição e pintura em RR-1C, e revestimento com 5cm de CBUQ nas Ruas C, D, E e F do Loteamento Monte Carlo. Execução da sinalização nas ruas Pedro Siltalski, ruas A e B do SUB50, Rua Geni Aparecida Damão Caldas e Rua Lucila Agnes; Execução de 15cm de macadame seco, 15cm de brita graduada e respectivos ensaios nas ruas Bnh-Pedro Siltalski, Nessy Tomem Princival e Rua Projeta A.
Medição 7	30	R\$ 813.635,84	Execução de meio fio, sarjeta e urbanização nas Ruas C, D, E e F do Loteamento Monte Carlo; Execução e respectivos ensaios das camadas de imprimição e pintura em RR-1C, e revestimento com 5cm de CBUQ nas ruas Bnh-Pedro Siltalski, Nessy Tomem Princival e Rua Projeta A; Execução de 15cm de macadame seco, 15cm de brita graduada e respectivos ensaios nas ruas Verci Grande, Germano Wendler, Arnaldo Ewaldi Iansen e Bernardino Grande.
Medição 8	30	R\$ 308.213,30	Execução de sinalização nas Ruas C, D, E e F do Loteamento Monte Carlo; Execução e respectivos ensaios das camadas de imprimição e pintura em RR-1C, e revestimento com 5cm de CBUQ nas ruas Verci Grande, Germano Wendler, Arnaldo Ewaldi Iansen e Bernardino Grande; Execução de meio fio, sarjeta e urbanização nas Ruas Bnh-Pedro Siltalski, Nessy Tomem Princival e Rua Projeta A.
Medição 9	30	R\$ 78.996,66	Execução de sinalização nas Ruas Bnh-Pedro Siltalski, Nessy Tomem Princival e Rua Projeta A; Execução de meio fio, sarjeta e urbanização nas ruas Verci Grande, Germano Wendler, Arnaldo Ewaldi Iansen e Bernardino Grande.
Medição 10	30	R\$ 589.593,95	Execução de sinalização nas ruas Verci Grande, Germano Wendler, Arnaldo Ewaldi Iansen e Bernardino Grande.

Resp. Técnico (assinatura digital):  KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS	Assinado de forma digital por KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS Dados: 2025.10.16 17:01:16 -03'00'  Kawane Lais Rodrigues Martins - CREA PR-203.031/D - ART/RRT N° 1720256041362	Prefeito(a) (assinatura digital):  OSCAR DELGADO	ASSINADO DIGITALMENTE OSCAR DELGADO  A cópia impressa com a assinatura pode ser verificada em: <a href="http://serpro.gov.br/assinadigital">http://serpro.gov.br/assinadigital</a>
---	--	--	--

USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID COM O PARANACIDADE

Direitos autorais do PARANACIDADE

DISTÂNCIAS MÉDIAS DE TRANSPORTES (km)						
Município: SANTA MARIA DO OESTE Projeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS Local: Vias diversas. Sede do Município de Santa Maria do Oeste - PR.				Prioridade: 47 SAM: 44 Lote: 1		
Destinos	Materiais	Origem	Sigla Transporte	Comercial		Local
				x; x1 = Pav. x2 = Ñ pav.	x; x1 = Pav. x2 = Ñ pav.	
DESTINO - TRECHO DA OBRA	Abrigo parada ônibus	(1)	CCC	0,00	0,00	
	Areia	Areal -	LCB			areal
	Brita 4A / Bica Corrida	Pedreira-	LCB		27,50	0,00
	Brita Graduada	Pedreira-	LCB		27,50	0,00
	Pó de Pedra	Pedreira-	LCB		27,50	0,00
	Saibro / Material de jazida / Moledo	Pedreira-	LCB		27,50	0,00
	Macadame Hidráulico / Seco	Pedreira-	LCB		27,50	0,00
	Rachão / Pedra de Mão / Pedra britada	Pedreira-	LCB		27,50	0,00
	Pedra Irregular / Cordão lateral	Pedreira-	LCB		18,50	0,00
	Paralelepípedos Regulares / Fincadinha	Pedreira-	LCB		18,50	0,00
	Concreto	Pedreira-	LCC		18,50	0,00
	Petit - Pavet - (Pedra Portuguesa)	Pedreira-	LCC		18,50	0,00
	Cal hidratada / virgem	(7)	CCC	356,00	0,00	
	CAP-50/70	(4)	MAQ	345,00	0,00	CAP
	Cimento Portland - ensacado	(5)	CCC	311,00	0,00	Origem da Fábrica
	Cimento Portland - granel (silo)	(5)	CCS	311,00	0,00	Origem da Fábrica
	Concreto Compactado a Rolo (massa)	(2)	LMF		27,50	0,00
	Concreto Usinado	(2)	LMC		27,50	0,00
	EAI / CM-30	(4)	MAF	345,00	0,00	cap
	Emulsão RR-1C; RR-2C	(6)	MAF	345,00	0,00	Emulsão
	Gabião galvanizado	(3)	CCC	347,00	0,00	
	Massa brita graduada	Usina de solos	LMF		27,50	0,00
	Massa solo cimento	Usina de solos	LMF		27,50	0,00
	Massa a frio	Usina de asfalto	LMF		27,50	0,00
	Massa a quente	Usina de asfalto	LMQ		27,50	0,00
	Material de fresagem	Pista p/Bota-fora	LCB		1,00	0,00
	Material de pav.demolido	Pista p/Bota-fora	LCB		1,00	0,00
	Solo argiloso	(2)	LCB		2,50	0,00
	Tijolos	(2)	LCC		0,20	1,00
	Trilhos/chapas	(3)	LCC		347,00	
	Fincadinha de concreto	(2)	LCC		33,00	0,00
	Lajotas de Concreto	(2)	LCC		33,00	0,00
	Meio-fio	(2)	LCC		33,00	0,00
	Paver ou Bloket	(2)	LCC		33,00	0,00
	Tubo	(1)	LCC		33,00	0,00
DESTINOS: O: FÁB. ARTE- FATO	Areia	Areal	LCC		65,00	0,00
	Brita	Pedreira	LCC		0,10	0,00
	Cimento Portland	(5)	CCC	220,00	0,00	
DESTINO: USINA ASFALTO	Areia	Areal-	LCB		65,00	0,00
	Brita	Pedreira-	LCB		0,10	0,00
	Pó de Pedra	Pedreira-	LCB		0,10	0,00
	CAP/CAP-Borracha/Polímero	(4)	MAQ	330,00	0,00	
	Cal hidratada CH-1	(7)	CCC	340,00	0,00	
DESTINO: USINA CONCRETO OU SOLO-CIM.	Emulsão RM-1C/2C ; RL	(6)	MAF	330,00	0,00	Emulsão
	Areia	Areal	LCB		65,00	0,00
	Brita	Pedreira	LCB		-0,10	0,00
	Solo (solo cimento)	Saibreira	LMF		0,10	0,00
	Cimento Portland	(5)	CCC	220,00	0,00	

Tabela Referência (SEM Desoneração): DER/PR de MARÇO/25 | SINAPI de ABRIL/2025

Obs:

**Local****Origem**

- (1) Fabrica de tubo mais proximo, com renomado reconhecimento local.  
 (2) Comércio local ou próximo  
 (3) Curitiba  
 (4) Repar-Araucária  
 (5) Balsa Nova ou Rio Branco do Sul  
 (6) Curitiba (CT), Araucária  
 (7) Almirante Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul

**KAWANE**  
**LAIS**  
**RODRIGUES**  
**MARTINS**

Assinado de forma  
 digital por KAWANE  
 LAIS RODRIGUES  
 MARTINS  
 Dados: 2025.10.16  
 16:59:49 -03'00'

PLANILHA DE SERVIÇOS - RESUMO - EDITAL LICITAÇÃO					
Município:	SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44		
Projeto :	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE nº	1		
SEQUÊNCIA	DESCRÍCÃO DOS SERVIÇOS	TOTAL DA MÃO DE OBRA	TOTAL DO MATERIAL	( R\$ ) - PM TOTAIS	Grandes Itens (%)
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	2.641,30	15.926,00	18.567,30	0,36%
2	TERRAPLENAGEM	59.367,64	9.807,42	69.175,06	1,33%
3	DRENAGEM	311.038,41	781.576,73	1.092.615,14	21,06%
4	BASE / SUB-BASE	561.721,26	772.661,46	1.334.382,72	25,73%
5	REVESTIMENTO	293.061,97	1.297.037,51	1.590.099,48	30,66%
6	MEIO-FIO E SARJETA	141.077,28	159.635,55	300.712,83	5,80%
7	SERVICOS DE URBANIZAÇÃO	301.234,83	351.754,98	652.989,81	12,59%
8	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	20.836,85	47.647,45	68.484,30	1,32%
9	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-	-	-	
10	SERVIÇOS DIVERSOS	-	-	-	
11	ENSAIOS TECNOLÓGICOS	52.599,71	7.430,47	60.030,18	1,15%
		1.743.579,25	3.443.477,57	5.187.056,82	100,00%
		33,61%	66,39%		

Experiência :	Quantidade (projeto)	Unid	Quantidade Edital (50%)
Pavimentação em Concreto Betuminoso Usinado à Quente (CBUQ)	2.415,26	ton	1.207,63
Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21):			13/10/2025 - seg
USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID COM O PARANACIDADE			
Tabela Referência (SEM Desoneração): DER/PR de MARÇO/25   SINAPI de ABRIL/2025			

KAWANE LAIS  
RODRIGUES  
MARTINS

Assinado de forma digital  
por KAWANE LAIS  
RODRIGUES MARTINS  
Dados: 2025.10.16  
16:37:57 -03'00'

## **MEMORIAL DESCRIPTIVO**

### **1. APRESENTAÇÃO**

O presente memorial descritivo e caderno de encargos aplica-se à execução de pavimentação em CBUQ com área de 18.415,93 m<sup>2</sup>, incluindo dreganem, urbanização e sinalização, que serão executados na Rua Arnaldo Ewald Iansen, Rua Verci Grande, Rua Germano Wendler, Rua Bernardino Grande, Rua Projetada A, Rua Pedro Slitalski, Rua Nelly Tomem Princival, Rua Lucila Agnes, Rua B (Sub-50), Rua Geni Aparecida Damião Caldas, Rua A (Sub-50), Rua Projetada B (Santa Rita), Rua Projetada C (Santa Rita), Rua Projetada E (Santa Rita), Rua Projetada F (Santa Rita), Rua Projetada C (Monte Carlo), Rua Projetada D (Monte Carlo), Rua Projetada E (Monte Carlo), Rua Projetada F (Monte Carlo), situadas em área urbana no município de Santa Maria do Oeste – PR.

A execução dos serviços obedecerá criteriosamente aos projetos e especificações fornecidos pelo município, sendo que as especificações dos serviços de pavimentação são baseadas nas especificações técnicas do DER-PR. A mão de obra deverá ser especializada, bem como os equipamentos deverão ser apropriados aos serviços de pavimentação, ficando a critério da fiscalização do município impugnar qualquer etapa construtiva que não obedeça às condições impostas, ou ainda, intervir na execução dos serviços que estiverem sendo executados em desacordo com o projeto ou normas técnicas de segurança.

### **2. SERVIÇOS PRELIMINARES**

#### **2.1. Instalações provisórias**

Todas as providências correspondentes às instalações provisórias da obra, compreendendo: aparelhamento, maquinários e ferramentas necessárias à execução dos serviços contratados, ficarão a cargo da empresa executora.

#### **2.2. Máquinas e ferramentas**

A empresa executora deverá fornecer todos os equipamentos e ferramentas adequadas, de maneira a garantir o bom desempenho da obra.

#### **2.4. Segurança e higiene (obra e operários)**

A obra deverá ser suprida de todos os materiais e equipamentos de segurança individuais e coletivos necessários para garantir a segurança e higiene da obra, operários, veículos e transeuntes. A empresa executora deverá sinalizar as vias de trânsito onde for necessário durante o andamento da obra.

#### **2.5. Placa da obra**

Deverá ser confeccionada e instalada, em local definido pela fiscalização da obra com dimensões de 4,00 x 2,00.

### 3. DRENAGEM

#### 3.1. Limpeza e desobstrução de dispositivos de drenagem

A limpeza dos dispositivos de concreto (quando houver) deve ser feita por processo manual ou especial, para que as paredes e fundo não sejam danificados por impacto.

Nos casos de canalização fechada, a limpeza pode ser feita com equipamento de arraste, “bucket machine” ou por desagregação hidráulica com jateamento de água de alta pressão, devendo ser atendida, no que couber, as recomendações da NBR 11997.

#### 3.2. Reforma de bocas de lobo e caixas de passagem existentes

As tampas, bocas e guias chapéu devem ser reformadas ou refeitas quando necessário, de modo a atender as medidas de projeto.

O nível da tampa de concreto deverá acompanhar o nível da calçada e do meio-fio, de modo a não existir degrau ou qualquer tipo de obstáculo que possa interferir na circulação de pedestres.

Qualquer tipo de ruptura apresentada na superfície deverá ser reparada.

#### 3.3. Fornecimento de tubos

As galerias de águas pluviais serão de seção circular constituídas por tubos de concreto armado do tipo ponta e bolsa, com diâmetro de acordo com o determinado em projeto, devendo atender às especificações da ABNT NBR 8890:2007 (versão corrigida:2008).

#### 3.4. Aberturas de valas

A escavação deverá ser executada segundo indicado em projeto, devendo-se providenciar tapumes para a contenção da terra depositada ao longo da vala. Se a escavação vier colocar em risco canalizações de água e esgoto, precisará ser executado um escoramento adequado para sua sustentação.

A vala somente será aberta quando forem confirmadas as posições de outras tubulações subterrâneas, e uma vez que os materiais para execução da rede estiverem disponíveis no local da obra.

As valas não deverão permanecer abertas de um dia para o outro, devendo-se ter certeza da possibilidade de abertura e fechamento da mesma em um período em um período de serviço, evitando incômodos aos munícipes e moradores.

As valas que receberão as tubulações serão escavadas segundo a linha de eixo, sendo respeitados o alinhamento e as cotas indicadas no projeto, devendo ser abertas no sentido de jusante para montante, a partir dos pontos de lançamento por gravidade.

A escavação poderá ser feita manualmente ou com equipamento apropriado. No caso de escavação mecânica, deverá se aproximar do greide para a geratriz inferior da tubulação, devendo o acerto dos taludes e do fundo da vala ser feito manualmente.

A largura da vala deve ser fixada em função das características do solo e da tubulação empregada, da profundidade, do tipo de escoramento e do processo de escavação.

A largura livre de trabalho na vala deve ser, no mínimo, igual ao diâmetro do tubo mais 0,60 m, para profundidades até 2 m, devendo ser acrescida de 0,10 m para cada metro ou fração que exceder a 2 m.

Qualquer excesso de escavação ou depressão no fundo da vala deve ser preenchido com material granular fino, compactado.

O material escavado será depositado, sempre que possível, de um só lado da vala, afastado 1 m da borda da escavação. Em casos especiais, poderá a fiscalização determinar retirada total do material escavado.

Os taludes das escavações de profundidade superior a 1,50 m deverão ser escorados com peças de madeira ou perfis metálicos, assegurando estabilidade de acordo com a natureza do solo.

As escavações devem obedecer às normas de segurança vigentes, sendo que essas devem apresentar sinalização de advertência, inclusive noturna, e barreira de isolamento em todo seu perímetro, conforme Norma Regulamentadora do MTE NR 18.

### **3.5. Assentamento dos tubos**

O assentamento das tubulações deverá seguir concomitante a abertura das valas, e deverá ser executado no sentido de jusante para montante, com a bolsa voltada para montante.

Antes do assentamento os tubos deverão ser totalmente limpos, devendo ser verificada sua regularidade, principalmente antes da execução da junta, aquela deverá ser também verificada se a ponta está perfeitamente centrada em relação à bolsa.

A geratriz inferior da tubulação deve ficar perfeitamente alinhada, tanto em greide como em planta, com declividade mínima de 2%. As bolsas serão rejuntadas com argamassa de cimento e areia no traço 1:3.

Deverão ser tomados cuidados especiais com o alinhamento, cotas e declividades antes do reaterro das valas.

### **3.6. Reaterro de valas**

Completado o envolvimento lateral do tubo, deve ser processado o recobrimento da vala, com material de boa qualidade, isento de pedras e outros corpos estranhos, provenientes da escavação ou importado. O material utilizado no reaterro poderá ser oriundo da própria escavação quando o mesmo for de boa qualidade ou de jazida próxima.

O preenchimento e o adensamento acima de 0,50 m da geratriz superior da tubulação podem ser executados por processo mecânicos. O restante do reaterro deve ser compactado manual ou mecanicamente até a altura do pavimento existente, ou até a base do pavimento a recompor. O material excedente da escavação deve ser removido do local.

A vala, até atingir o nível da base do pavimento ou, então, leito da rua ou do logradouro, se em terra, deve ser preenchido com material de boa qualidade, também em camadas de 20 cm de espessura, compactadas mecanicamente, de modo a adquirir uma compactação aproximadamente igual à do solo adjacente, sendo que o restante da vala será preenchido em camadas de no máximo 20 cm, podendo receber compactação manual ou mecânica, com o solo próximo da umidade ótima, conforme indicação do ensaio de "Proctor Normal". As últimas camadas para o preenchimento da vala deverão ser executadas com maior rigor.

### **3.7. Boca de Lobo**

Deverá ser realizado escavação mecanizada de vala com profundidade e larguras conforme detalhe do projeto em anexo. Para realização do radier deverá ser feita uma regularização de superfície de solo e compactação, e será lançado concreto armado com Fck

15mpa, com preparo através de betoneira, as armaduras do Radier será de aço CA ø 8,0mm cada 10cm.

A alvenaria será de tijolos cerâmico maciço com espessura de 19cm, assentados com argamassa (cimento, cal e areia), traço 1:2:8 e receberão chapisco de cimento e areias na espessura de 5mm, preparo mecânico nas faces internas e externas.

O revestimento da alvenaria será com emboço paulista massa única traço 1:4 (cimento e areia), espessura de 2,0 cm sendo preparo manual, incluindo aditivo impermeabilizante.

A tampa da caixa terá dimensões conforme projeto em anexo, e será de concreto armado Fck 15mpa com preparo em betoneira, a armadura da malha será de aço CA 50 Ø 8mm cada 10cm.

#### **4. TERRAPLANAGEM**

Nas áreas indicadas em projeto, deverá ser executada escavação de solo para que o nível da pavimentação seja atendido, compatibilizando com as áreas em que a base já está executada.

#### **5. PAVIMENTAÇÃO**

##### **5.1. Características dos materiais e equipamentos**

Todos os materiais e equipamentos utilizados na execução dos serviços de pavimentação deverão atender às especificações técnicas do DER-PR, conforme as normas vigentes sobre Especificações de Materiais para Serviços Rodoviários e Especificações de Serviços Rodoviários.

##### **5.2. Condições gerais para execução**

Algumas condições gerais são estabelecidas para a execução da obra, dentre elas:

- A responsabilidade civil e ético-profissional pela qualidade, solidez e segurança da obra e dos serviços é da executante;
- Não será permitida a execução dos serviços objetos desta especificação sem a implantação prévia da sinalização da obra, conforme normas de segurança pertinentes;
- Durante a execução dos serviços devem ser preservadas as condições ambientais, exigindo-se que todo o material excedente da escavação ou da própria execução dos dispositivos seja removido das proximidades dos serviços, cuidando-se que este material não seja conduzido para os cursos d'água, entre outras medidas.

##### **5.3. Base de Macadame seco com brita graduada e brita graduada**

Após a adequada execução da regularização e compactação do subleito, será distribuída e compactada uma camada de macadame seco com brita graduada, posteriormente será executada uma camada brita graduada, com composição granulométrica atendendo as especificações da norma DER/PR ES-P 05/05. As espessuras de macadame e rita graduada serão executadas conforme indicado no dimensionamento das camadas e em projeto.

As condições de execução devem seguir às especificações da norma do DER/PR ES-P 05/05 (Pavimentação: Brita Graduada).

A superfície que receberá a camada de base deve apresentar se desempenada e limpa,

isenta de pó ou outras substâncias prejudiciais. A distribuição da mistura deve ser realizada com distribuidor de agregados, de maneira uniforme, sem causar segregação do material. A energia de compactação deve ser no mínimo a modificada, sendo que a compactação deve ser idealmente executada no ramo seco, com umidade cerca de 1% abaixo da ótima, obtida no ensaio de compactação.

A compactação deve evoluir até que se obtenha o grau de compactação mínimo de 100%, em relação a massa específica aparente seca máxima obtida no ensaio de compactação adotado como referência (energia modificada ou superior).

Não será permitida a execução desse serviço, se: não houver o preparo prévio da superfície a receber a camada de brita, e em dias de chuva.

#### **5.4. Imprimação**

A imprimação é uma pintura asfáltica executada com emulsão EAI sobre a superfície de uma camada de base para promover certa coesão à superfície da camada, impermeabilizar e conferir condições adequadas de ligação entre a base e o revestimento asfáltico.

As condições de execução devem seguir às especificações da norma do DER/PR ES-P 17/17 (Pavimentação: Pinturas Asfálticas).

Sendo que, a taxa de aplicação do ligante deverá ser obtida experimentalmente, variando-se a mesma entre 0,8 l/m<sup>2</sup> a 1,7 l /m<sup>2</sup>, observando, após 24 horas, qual apresentou maior eficiência em termos de penetração e formou uma película consistente na superfície imprimada, sem excessos ou deficiências.

A superfície a ser imprimada deve ser varrida, eliminando o pó e/ou qualquer material solto, é permitido o ligeiro umedecimento da base, de maneira a facilitar a penetração do ligante.

Aplica-se o ligante, na taxa obtida experimentalmente, de maneira mais uniforme possível. A temperatura de aplicação deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura x viscosidade.

Após a aplicação, deve-se esperar o escoamento da água e evaporação do solvente.

O tempo de cura do serviço é função do tipo de ligante empregado, das condições climáticas e da natureza da superfície da camada, ou seja, deve ser definido em função das condições particulares vigentes.

Não será permitida a execução desse serviço, se: a temperatura ambiente for igual ou inferior a 10° C, em dias de chuva, sem o preparo prévio da superfície, sem calibragem dos dispositivos de espargimento.

#### **5.5. Pintura de ligação**

A pintura de ligação é uma pintura asfáltica, constituída por uma película betuminosa de emulsão asfáltica de ruptura rápida RR-1C, aplicada sobre a base, após imprimação, para promover a aderência entre as camadas.

As condições de execução devem seguir às especificações da norma do DER/PR ES-P 17/17 (Pavimentação: Pinturas Asfálticas). Sendo que, a taxa de aplicação do ligante deverá ser obtida experimentalmente, variando-se a emulsão entre 0,5 l/m<sup>2</sup> a 0,8 l /m<sup>2</sup>, e acrescentando-se água proporcionalmente entre 0,5 l/m<sup>2</sup> a 0,2 l/m<sup>2</sup>, a taxa total deve ser sempre igual a 1,0 l/m<sup>2</sup>; após o tempo de cura (4 a 6 horas), deve-se observar qual o teor não provocou escorramento do ligante para os bordos e formou uma película superficial consistente, sem excessos ou deficiências.

A superfície a ser pintada deve ser varrida, eliminando o pó e/ou qualquer material solto.

Aplica-se o ligante, na taxa obtida experimentalmente, de maneira mais uniforme possível. A temperatura de aplicação deve ser fixada para cada tipo de ligante, em função da relação temperatura x viscosidade.

Após a aplicação, deve-se esperar o escoamento da água e evaporação em decorrência da ruptura.

O tempo de cura do serviço é função do tipo de ligante empregado, das condições climáticas e da natureza da superfície da camada, ou seja, deve ser definido em função das condições particulares vigentes.

Não será permitida a execução desse serviço, se: a temperatura ambiente for igual ou inferior a 10º C, em dias de chuva, sem o preparo prévio dasuperfície, sem calibragem dos dispositivos de espargimento.

### **5.6. Revestimento em CBUQ**

Os materiais deverão atender às especificações do DER/PR.

Deverá ser utilizada neste tipo de serviço o material betuminoso utilizado no CBUQ, o cimento asfáltico de petróleo (CAP), ou seja, CAP 50/70.

O agregado mineral deve ser de pedra britada, isento de matéria orgânica, argila ou outras substâncias nocivas, devendo ser constituído de partículas limpas, duras, duráveis, isentos de fragmentos moles ou em decomposição.

A superfície que receber a camada de CBUQ Faixa "C", deve estar limpa, isenta de pó ou outras substâncias prejudiciais. A mistura deve ser distribuída por acabadora, de maneira uniforme, a compressão tem início imediatamente após a distribuição do material.

A capa terá 5 cm de espessura.

Conforme projeto apresentado em anexo, o teor de CAP utilizado é de 5,00%, com densidade do CBUQ de 2,623 ton/m<sup>3</sup>.

A compactação deve evoluir longitudinalmente, iniciando no bordo mais baixo e progredindo no sentido do bordo mais alto da seção transversal, sendo que em cada passada deve ser recoberta no mínimo metade da largura da faixa comprimida anteriormente.

A camada recém-acabada somente deverá ser liberada ao tráfego após o seu completo resfriamento.

Não será permitida a execução desse serviço: se não houver preparo prévio da superfície, sem a elaboração do projeto de dosagem da mistura, sem adequada sinalização da obra, quando a temperatura do ambiente for igual ou inferior a 10º C, e em dias de chuva.

### **5.7. Equipamentos**

Os equipamentos usuais são os seguintes:

- Vassouras mecânicas ou manuais, podendo ainda ser utilizado jato de ar;
- Distribuidor de material betuminoso equipado com bomba reguladora depressão e sistema completo de aquecimento, capaz de aplicar o material em quantidade uniforme e em temperatura adequada. Deve ainda conter um aplicador manual para corrigir eventuais falhas de aplicação;
- Depósito de material betuminoso, que permita aquecimento de maneira uniforme e que tenha capacidade com o consumo da obra;

- Distribuidores de agregados, rebocáveis ou automotrices capazes de obter distribuição homogênea dos agregados;
- Rolo tipo Tandem de 5 (cinco) a 8 (oito) toneladas;
- Vassouras de arrasto, para corrigir eventuais falhas de distribuição de agregados.
- Não será permitida a execução dos serviços de CBUQ em períodos chuvosos, ou quando a temperatura ambiente for inferior a 10° C;
- Antes do início da execução do tratamento deverá ser efetuada a limpeza total da pista com equipamento adequado;
- Antes da execução do tratamento deverá ser determinada a temperatura ideal de aplicação do material asfáltico, em função da relação temperatura-viscosidade;
- Deve-se adotar um esquema de espargimento de modo a proporcionar recobrimento triplô em toda a largura da camada (regulagem dos bicos da barra espargidora);
- A compactação será executada no sentido longitudinal, iniciando no lado mais baixo da seção transversal, sendo que cada passada do equipamento de compactação recubra no mínimo a metade da largura da faixa já comprimida;
- Não deverá haver coincidência entre as juntas, de duas camadas sucessivas, devendo estas estarem defasadas entre si em no mínimo 2,0 m (dois metros);
- Para evitar sobreposição de ligante, nas juntas transversais, será colocado sobre a superfície da camada anterior, uma faixa de papel com largura mínima de 0,80 m (oitenta centímetros);
- Os agregados deverão respeitar as especificações do DER/PR e sua granulometria deve estar encaixada dentro da faixa de trabalho definida neste projeto.

## 6. MEIO FIO COM SARJETA

### 6.1. Meio-fio com sarjeta

O meio-fio com sarjeta será extrusado, terá a seção indicada no projeto e deverá ser executado com concreto com  $f_{ck}$  mínimo de 15 Mpa aos 28 dias.

O concreto deve ser preparado de acordo com o prescrito na norma NBR-12655, além de atender ao que dispõem as especificações do DER/PR.

Deverá ser considerado rebaixo no meio-fio para entrada de veículos em todos os lotes e para rampas de acessibilidade, conforme detalhado no projeto.

Para assentamento, deverá ser seguida a seguinte metodologia:

- Escavação e/ou conformação da porção anexa à borda do pavimento, de acordo com os alinhamentos, cotas e dimensões do projeto;
  - Execução de lastro de brita, para regularização do terreno e apoio do meio-fio;
  - Lançamento do concreto e moldagem, através de fôrma metálica deslizante acoplada à máquina automotriz.
  - Interrupção da concretagem e execução das juntas de dilatação, a intervalos de 12 m, preenchidas com asfalto;
  - Para garantir maior resistência dos meios-fios a impactos laterais, deve ser executada a contenção lateral, que consiste na colocação do solo no próprio local formando um triângulo de 0,15 m de altura por 1,00 m de base atrás dos meios-fios. Essa porção deverá ser

compactada através de soquetes manuais.

## **7. CONTROLE DE QUALIDADE/ ENSAIOS**

Os serviços serão aceitos somente se executados em conformidade com as especificações de projeto, do memorial e caderno de encargos; sendo que os materiais e equipamento utilizados devem atender às respectivas especificações técnicas.

Deverão ainda ser precedidos os seguintes ensaios, para aceitação dos serviços de pavimentação:

### **7.1 Regularização e compactação do subleito**

Conformação da camada final de terraplenagem, mediante cortes e/ou aterros de até 20,0 cm, conferindo-lhe condições adequadas em termos geométricos e de compactação.

Parâmetros: grau de compactação mínimo a ser atingido é de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima.

Um ensaio a cada 750m<sup>2</sup> de pista conforme DER/PR ES-PA 01/23.

### **7.2 Sub-base**

Sub-base em Macadame Seco travado com brita graduada, com espessura de 15,0 cm e 20,0 cm conforme projeto.

Parâmetros: Ensaio de granulometria.

Um ensaio a cada 400 m<sup>3</sup> de agregado conforme DER/PR ES-PA 03/23.

### **7.3 Base**

Base em Brita-graduada, Faixa II do DER-PR, com espessura de 15,0 cm.

Parâmetros: grau de compactação mínimo a ser atingido é de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima.

Um ensaio a cada 150m<sup>3</sup> de agregado conforme DER/PR ES-PA 05/23.

### **7.4 Imprimação**

Imprimação com asfalto diluído tipo EAI.

Parâmetros: Taxa do Betume na etapa Imprimação da Base de Brita- graduada (EAI) = 0,8 l/m<sup>2</sup> a 1,3 l/m.

Tolerância: Taxa de aplicação não pode variar em ± 10% da Taxa de projeto.

O controle será realizado pelo “Método da Bandeja”. Um ensaio a cada 300 m de faixa aplicada conforme DER/PR ES-PA 17/23.

### **7.5 Pintura de ligação**

Pintura com emulsão asfáltica tipo RR-1C.

Parâmetros: Taxa de emulsão na etapa Pintura de Ligação (RR-1C) = 0,5 l/m<sup>2</sup> a 0,8 l/m (ou se diluído: taxa total de emulsão + água seja sempre igual a 1,0 l/m<sup>2</sup>).

Tolerância: Taxa de aplicação não pode variar em ± 10% da Taxa de projeto.

O controle será realizado pelo “Método da Bandeja”. Um ensaio a cada 300 m de faixa aplicada conforme DER/PR ES-PA 17/23.

### **7.6 Ensaio de percentagem de betume - misturas betuminosas**

CAPA (revestimento) – Faixa C

Projeto Marshall proposto pelo PROJETISTA:

Taxa de CAP = 5,0 % (0,0500)

Tolerância: Taxa de CAP não deve variar em relação ao teor de projeto da dosagem (Método Marshall) de mais do que 0,3% para mais ou para menos.

Para ensaios de CBUQ – deve se adotar de acordo com DER/PR ES-PA 21/23 – Extração a cada 100 t de mistura aplicada e compactada.

### **7.7 Ensaio de controle do grau de compactação da mistura asfáltica**

Grau de Compactação de projeto = 100%

Tolerância: devem estar no intervalo de 97% a 101%.

### **7.8 Ensaio de densidade do material betuminoso**

CAPA (revestimento) – Faixa C e Faixa D

Densidade de Projeto: 2,623 t/m<sup>3</sup>

### **7.9 Extração de corpo-de-prova de concreto asfáltico com sonda rotativa**

Revestimento (CAPA): Espessura CONSTANTE de Projeto = 5,00 cm

Tolerâncias: A espessura média deve situar-se no intervalo de + 5% em relação à espessura prevista em projeto;

Não são tolerados valores individuais de espessura fora do intervalo de + 10% em relação à espessura prevista em projeto.

A faixa utilizada deve apresentar diâmetro máximo inferior a  $\frac{2}{3}$  da espessura da camada asfáltica.

Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deve ser inferior a 4% do total.

Para ensaios de CBUQ – deve se adotar de acordo com DER/PR ES-PA 21/23 – Extração a cada 100 t de mistura aplicada e compactada.

Antes do início dos serviços deverá ser apresentada à fiscalização o projeto de massa asfáltica (traço), baseado pelo Método Marshall, de todas as misturas das camadas do revestimento asfáltico, produzidas em conformidade com as especificações do DER-PR e/ou DNIT, atendendo as condições indicadas no projeto, com as devidas adaptações inerentes a disponibilidade de materiais na região.

Durante a execução da obra, todos os consumos de materiais das misturas serão reavaliados através de ensaios. Os serviços somente serão aceitos e medidos se forem executados dentro da margem de tolerância, conforme especificações do DER-PR e/ou DNIT.

Os consumos de materiais aferidos através de ensaios, quando executados a menor do que os quantitativos contratados, desde que aceitos tecnicamente pela fiscalização, serão glosados e descontados nas medições. Consumos acima dos quantitativos contratados só serão aceitos se forem previstos e aprovados pelo Município, antes da execução.

FLS. 23

## 8. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Nos locais indicados no projeto deverão ser implantadas placas de sinalização vertical, bem como deverá ser executada a pintura da sinalização horizontal, ambas conforme normas e especificações do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra obedecerá à boa técnica, atendendo às recomendações das normas técnicas vigentes. Deverá estar disponibilizada em canteiro a seguinte documentação: projetos, orçamento, cronograma, memorial, diário de obra, Anotações de Responsabilidade Técnica e alvará de construção.

A empresa responsabiliza-se pela execução e ônus financeiro de eventuais serviços extras, indispensáveis à perfeita execução da obra, mesmo que não constem no projeto, memorial e orçamento.

A obra será entregue completamente limpa, devidamente testada e em perfeito estado de trafegabilidade.

As especificações dos serviços de pavimentação obedecerão às especificações técnicas do DER-PR.

Santa Maria do Oeste, 14 de outubro de 2025.

KAWANE LAIS  
RODRIGUES  
MARTINS:09005830964  
964

Assinado de forma digital por  
KAWANE LAIS RODRIGUES  
MARTINS:09005830964  
Dados: 2025.10.17 08:48:40  
-03'00'

**Kawane Lais Rodrigues Martins**  
Engenheira Civil  
CREA-PR 203.031/D



Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.006/22 do Poderá, que regulamenta a Lei [14.139/21]; 13/05/2025

**KAWANE LAIS RODRIGUES** Assinado de forma digital por KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS Dados: 2025/10/16 16:40:56 -03'00"

**ANEXO III**

אינטראקטיבי



PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III																									
Município	SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44	Usar esta planilha somente para CONVENIOS com as Secretarias do Estado, Fomento Paraná e outras analise do PARANACIDADES																					
Projeto	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE	1	Não sendo permitido para orçamentos com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não conveniadas com o PARANACIDADES																					
Local de Obra	BMH - RUA PEDRO ELIAS LIMA														LOTE nº	1									
Tabela Referência (BIM Desenvolvimento) DER/PR da MARC/25   SIMAPI de ABRI/2025																									
Forte de Recuso	PAM	USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - 6ECID COM O PARANACIDADES													Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.980/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21) 13/10/2025 - eng										
Código-Item	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			BIGA ou Código Service de Transporte e DB/t km x.xt x2	CONSUMO	CUSTOS UNITÁRIOS - I (R\$)																		
							TRANSF.	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. MATERIAIS SEM IPI	PREÇO UNIT. MATERIAIS + TRANSPORTE COM IPI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM IPI	PREÇO UNITÁRIO COM IPI	UND.	QUANTIDADE	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CURVA ABC (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)						
2	554 TERRAPLENAGEM							1.42	3,24	4,66	173	3,95	5,88	m3	91,76	141,44	322,95	464,38	0,79 %	464,38					
101114	DER/PR	Excavação de mat. (a), col.arenoso transporte														141,44	322,95	464,38	0,79 %						
3	555 DRENAGEM															8.94	8.94	10,90	-	8.94,48	16.578,93	243,7436	26,27 %		
800300	DER	Excavação de Ribeirão em 1ª Categoría														27,19	33,14	33,14	m3	37,44	808,10	-	0,74 %		
601200	DER	Revestimento e aplanamento mecânico														191,65	76,23	167,39	233,82	m	23,18	768,19	0,64 %		
810400	DER/PR/IC	Corpo de BTECT e 0,40 Saco Berço de Aterramento Simples PA-1						4,17	25,55	161,93	1.451,30	2.220,43	3.671,73	un		1.412,97	7.698,21	9.111,16	-	7,56 %					
BL5C200	DER/PR/IC	(L.) Simples concreto armado H ate 2,00 m						182,76	1.907,81	1.821,52	3.012,09	1.451,30	3.671,73	un	4,00	5.805,20	8.681,72	13.646,32	12,22 %						
4	556 BASE / SUB-BASE																			9.103,42	12.237,52	21.340,84	17,75 %	21.340,84	
111100A	DER/PR/IC	Regularização complexa, sublevada 100% PN														4,09	4,99	4,99	m2	545,06	2.719,85	-	2,26 %		
511000	DER	Borda Graduada														12,95	12,95	12,95	m3	78,23	8.915,57	12.217,52	16,82 %	12.217,52	
5	551 REVESTIMENTO																			8.297,37	36.704,41	45.001,76	37,43 %	45.001,76	
502000	DER/PR/IC	Impregnação com emulsão EAU - exclusivo emulsão.														0,0111	0,31	0,31	m2	271,54	271,54	-	0,21 %		
502000	DER/PR/IC	Fornecimento de emulsão EAU - impregnação.						1.450,00	1.450,00	295,58	3.581,06	3.578,64	3.862,91	4.298,48	4.855,00	0,55	0,55	0,55	m2	2.450,70	2.450,70	-	0,24 %		
501100A	DER	Pintura de ligação com CIP-10 - exclusivo emulsão.						0,0058	0,35	0,35	0,43	0,43	0,43	0,43	m2	224,26	224,26	224,26	-	-	-	-			
501100B	DER/PR/IC	Pintura de ligação com CIP-10 - exclusivo emulsão.						1.000,00	1.000,00	385,54	4.066,52	3.601,33	4.153,73	4.895,84	5.000,00	0,36	0,36	0,36	m2	1.200,34	1.200,34	-	0,20 %		
501100C	DER/PR/IC	Pintura de ligação com CIP-10 - exclusivo emulsão.						1.000,00	1.000,00	385,54	4.066,52	3.601,33	4.153,73	4.895,84	5.000,00	0,36	0,36	0,36	m2	1.200,34	1.200,34	-	0,20 %		
570000	DER/PR/IC	CBUG - TRACO 1 - CAPA - Fase "C" (Quando menor que 10.000 ton)						0,0500	39,58	24,54	155,51	25,63	80,35	187,57	278,92	ton	58,40	617,94	12.966,59	35.146,53	15,50 %				
749000M	DER/PR/IC	Fornecimento de CAP - CBUG (Quando menor que 10.000 ton)						1.000,00	1.000,00	318,12	5.048,98	3.566,10	371,56	5.894,87	6.264,43	ton	3,40	1.270,74	20.160,46	21.411,20	11,81 %				
6	557 MEDIDA E SINALIZ.																			1.740,81	4.215,84	8.058,04	8,70 %	8.058,04	
811500	DER	Meiofio com barreiro DER - Tipo 2 - (0,042 m2) - Pre-Matizado						3,00	20,18	27,06	90,24	28,27	32,87	61,34	m	118,36	3.386,03	3.800,33	7.746,36	0,20 %	7.746,36				
811500	DER	Meiofio com Sinaliz. DER - Tipo 7 - (0,031 m2) - Pre-Matizado						3,0226	2,22	18,00	21,19	41,41	24,65	25,83	50,48	m	18,00	794,40	413,28	807,66	0,67 %				
7	558 SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO																			8.876,88	8.153,46	16.939,34	13,53 %	16.939,34	
401100	DER	Regularização, conformidade e compactação de solo/assentamento de telhado/estrutura.														0,25	0,30	0,30	m2	290,30	47,99	-	0,01 %		
603900C	DER/PR/IC	Compactação e assentamento de calcada						1.500,00	33,74	59,49	71,78	160,01	113,65	87,65	203,15	m	4,14	470,51	362,25	632,76	5,90 %				
605000D	DER/PR/IC	Calçada Concreto e x x (0,00 cm)						9,08	12,34	12,65	34,07	26,11	15,42	41,53	m2	99,18	2.364,90	1.390,58	3.745,18	3,10 %					
605000F	DER/PR/IC	Calçada Concreto e x x (0,00 cm)						12,10	16,46	16,67	45,43	34,81	30,56	58,37	m2	47,80	1.663,92	982,77	2.446,69	2,20 %					
520100E	DER	Atens. de mat. de cimento (excavar 1'CAT)transp+compact - Passeio						1.000,00	2.100,00	5,90	3,78	8,26	11,31	11,31	m3	20,16	228,01	0,01	0,19 %						
985111	DSNAPI	Plantio de Arvores com altura de 2 a 6m														28,90	100,28	34,86	122,24	157,10	15,00	1.549,12	1,042 X0	1,70 %	
985104	DSNAPI	Plantio de Gramado em placas														3,27	8,30	3,99	10,12	14,11	162,12	1.438,26	2.000,31	1,67 %	
627000G	DER/PR/IC	Rampa para PNE com Piso Taffi (NBR 9050) - Motel 02 - 5,54 m2						209,72	210,84	416,56	250,77	267,01	507,79	507,79	m2	2,05	501,54	514,92	1.019,56	0,84 %					
634300	DER	Fornecimento e assentamento de piso taffi de concreto hidráulico 25x20cm						16,35	85,60	101,85	19,93	162,22	124,15	124,15	m2	27,60	2.787,41	4.245,54	2.858,51	2,85 %					
8	552 FINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO																			745,57	1.797,49	2.543,06	2,10 %	2.543,06	
622000	DER	Fixação de Grinalda (horizontal) sobre estrada base solvante - (0,254 m2cm)						10,28	16,99	27,27	12,53	20,71	33,24	37,04	m2	464,11	787,09	1.213,20	1,02 %						
F20000U	DER/PR/IC	Placa sinalizadora transversal dupla (litas de 0,20x600 cm) - (0,2400 m2) + adesivo						111,45	422,64	538,06	140,73	515,20	605,93	605,93	un	2,00	281,46	1.030,40	3.311,86	1,09 %					
11	553 ENDAKOS TECNOLÓGICOS																			1.575,68	233,32	1.808,87	1,50 %	1.808,87	
39.00.116	DAER/PR/IC	Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Fria de Área (Grado de Compacidade)- (Resedavante e Compatibilidade do Substrato)						142,17	15,60	157,97	113,31	19,26	192,57	un	1,00	171,71	19,26	192,57	-	0,16 %					
39.00.110	DAER/PR/IC	Ensaios de Granulometria do Agregado de Base						142,17	15,60	157,97	113,31	19,26	192,57	un	1,00	173,31	19,26	192,57	-	0,16 %					
09.02.010	DAER	Ensaios de Granulometria do Agregado da Sub-base						146,60	16,28	162,88	178,71	19,85	196,58	un	1,00	178,71	19,85	196,58	-	0,17 %					
09.02.01A	DAER/PR/IC	Ensaios de Granulometria do Agregado da Sub-base						146,60	16,28	162,88	178,71	19,85	196,58	un	1,00	178,71	19,85	196,58	-	0,17 %					
740Q227	3INAPI	Ensaios de Controle de Taxa de Aplicação de Ligeiro						92,22	27,12	171,44	172,42	28,18	140,69	un	2,00	224,64	96,36	281,20	0,20 %						
00.02.01	DAER	Ensaios de Parâmetros de Aditivos						118,51	19,53	160,24	272,26	26,94	170,46	un	1,00	227,58	26,94	254,52	0,20 %						
740Q223	3INAPI	Ensaios de Parâmetros de Aditivos						118,51	19,53	160,24	272,26	26,94	170,46	un	1,00	227,58	26,94	254,52	0,20 %						
00.05.00	DAER	Ensaios de Demolição de Material Estrutural																							

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III																														
Município	SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44	Usar este planilha somente para CONVÉNIOS com as Secretarias do Estado, Fomento Paraná e sob anexas do PARANACIDADE																										
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS			LOTE	1	Não sendo permitido para licitamento com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não convencionadas com o PARANACIDADE																								
Local da Obra: RUA C - LOTEAMENTO MONTE CARLO																														
Fonte de Recuso: PAM USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID COM O PARANACIDADE																														
Data Base de aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná que regulamenta a Lei 14.133/21): 13/10/2025 - seg																														
Código Item	Origem	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS			SIGLA do Código Serviço de Transporte e Material	CONSUMO (m³)	CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)																							
							TRANSP.	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PRECO UNIT. SEM BOX	PRECO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BOX	PRECO UNIT. MATERIAL COM BOX	PRECO UNITARIO COM BOX	UND.	QUANTIDADE	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CUNA ABA (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)										
2	554	TERRAPLENAGEM															289,61	661,27	950,88	0,68 %	950,88									
101114	SINAPI	Excavação de mat. fértil com transporte					1,42	3,24	4,56	1,73	3,95	5,68	m³		167,41	289,61	661,27	950,88	0,68 %											
3	555	DRENAGEM															-	8.620,49	15.456,70	22.115,39	15,82 %	22.115,39								
600360	DER	Excavação de Bueiros em 1ª Categoria					6,94	6,94	10,90	-	10,90	53,78	m³		58,96	58,96	-	-	-											
621200	DER	Revestimento e aplainamento mecanico					27,00	27,00	32,14	-	32,14	38,29	m³		1.103,23	1.103,23	1.103,23	0,79 %	1.103,23											
610400C	DER/PRC	Carga de BUECO a 5,40 Sem Busto ou Armatado Simples (PA-1)					4,17	25,65	16,193	1.011,05	32,22	191,79	m³		96,22	1.125,84	1.222,06	1.222,06	0,27 %	1.222,06										
811000	DER/PRC	(B1 - Simples concreto armado) Habil 2,00 m.					162,16	1.007,81	1.821,52	3.812,08	1.467,36	2.220,42	m³		3.800,60	4.440,86	7.341,46	8,01 %	7.341,46											
4	556	BABA - SUB-BASE															15.411,37	21.356,82	36.768,19	26,30 %	36.768,19									
511000A	DER/PRC	Revestimento com compacto subterrâneo 100% PM															-	2.284,52	2.284,52	2.284,52	0,00 %									
511000B	DER	Baba e gradada com compacto subterrâneo 100% PM					1,00	2.400	53,99	12,85	128,33	195,27	m³		81,60	156,43	238,03	78,17	8.317,67	12.228,13	18.006,80	13,31 %								
511000C	DER	Macadâm Seco e Baba Graduada														45,67	19,90	95,80	161,37	5,24	9.248,13	15.376,82	11.006 %							
5	557	INVESTIMENTO															-	8.292,42	36.694,84	44.987,36	32,18 %	44.987,36								
590100B	DER/PRC	Imprensa com Enculpo EAF - Inclusive emulsão														taxa RR-1C: 0,0011	0,51	0,51	0,51	0,21	323,11	-	0,23 %							
590100A	DER/PRC	Imprensa com Enculpo EAF - Inclusive														MAP - 240,20 0,00	1.000	295,58	3.681,06	3.976,44	4.059,79	tun	8,67	205,38	2.450,70	2.656,06	180 %			
511100A	DER/PRC	Pintura de ligação com RR-1C - inclusive emulsão														taxa RR-1C: 0,0006	0,35	0,25	0,43	0,21	224,09	-	0,16 %							
504020B	DER/PRC	Fornecimento de enculpo RR-1C - pintura de ligação														MAP - 349,00 0,00	1.000	295,58	3.710,04	4.006,62	4.083,64	tun	0,26	93,66	1.126,67	1.220,36	0,61 %			
670000C	DER/PRC	CRUZ - TRACO 1 - CAPA - Faixa 0°C (Quantidade menor que 10.000 ton)														taxa CAP: 0,0500	39,58	34,54	156,51	229,63	305,05	tun	68,35	6.177,43	12.957,11	39,58	12.957,11			
580000M	DER/PRC	Fornecimento de CAP - CRUZ (Qtdade menor que 10.000 ton)														MAG - 330,00 0,00	1.000	318,12	5.046,99	37,15	5,994,67	6,394,43	3,40	1.770,73	20.160,46	11.631,19	17,33 %			
6	558	MATERIAIS E EMBALAGEM																6.783,70	6.344,85	10.128,55	9,80 %	13.137,80								
540101	PAR	Aplainamento de Meio														14,86	8,84	23,73	10,16	28,85	m	147,85	2.329,59	10.128,55	0,27 %					
540102	DER	Aplainamento de Meio - tipo 2 - K0273-03 - Pre-Material														LCC - 33,20 0,00	0,986	3,00	20,19	27,05	50,26	m	81,44	81,44	1.126,86	3.733,06	4.623,98	8,986,14	5,78 %	
540103	DER	Macadâm com Síntese LR-2 - tipo 7 - O 0107-02 - Pre-Material														LCC - 33,20 0,00	0,0126	2,02	16,00	21,19	41,41	m	56,65	362,07	420,11	192,44	56,65 %			
7	559	SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO															-	-	8.154,42	9.701,54	17.855,96	12,77 %	17.855,96							
606700B	DER/PRC	Densificação de Concreto Simples (calçadas e outros)														134,38	3,23	137,62	162,82	3,94	167,76	m²	8,51	83,55	2.01	89,55	107,30	13,137,80		
401100	DER	Regulagem, conformação e compactação de solo e assentamento de calçadas e estradas														0,26	0,25	0,30	0,30	0,30	286,62	m²	8,51	8,51	8,51	0,00 %				
603900G	DER/PRC	Calçada: Né po de pedra e areia com assentamento 94 calçadas														LCC - 27,50 0,00	1.000	59,49	71,78	166,01	115,05	m²	6,64	64,39	416,29	416,29	416,29	1.148,61	0,01 %	
602000	DER/PRC	Calçada: Né po de pedra e areia com assentamento 94 calçadas														8,28	12,34	12,95	34,37	29,11	41,63	m²	162,58	4,444,44	2.508,67	8,751,11	4,63 %			
602000P	DER/PRC	Calçada: Concreto a 4,00 cm														12,10	15,46	16,87	45,45	34,83	56,37	m²	26,14	309,03	527,44	1.447,32	1,04 %			
220100E	DER/PRC	Aterro e revoada com argamassa: 1x1 (CATegegoria compacto) - Passaro														LCC - 100,00 0,00	2.100	5,50	3,78	9,28	11,31	m³	22,13	25,20	250,20	18,86 %				
985111	SINAPI	Plantio de Arvores com altura de 3m a 4m														28,60	100,26	128,88	34,96	122,24	157,10	m³	16,00	56,76	1.975,64	2.030,60	1,80 %			
180804	SINAPI	Plantio de Orquídeas em places														3,27	6,30	11,57	2,99	10,12	14,11	m²	63,92	334,94	449,27	1.944,11	0,65 %			
605000G	DER/PRC	Rampa para PNE com TAN: Par 1MM (NBR 9090) - Modelo 02 - h=64 m2														205,72	210,84	416,56	257,97	507,79	510,54	m²	516,02	1.015,56	1.015,56	0,13 %				
848069	DER	Fornecimento e assentamento de piso falso de concreto: alvenaria/retangular														16,35	85,50	101,85	10,93	104,22	124,15	m²	2,841,94	13,843,33	14,22 %					
8	562	MANUTENÇÃO DE TRANSITO														-	-	-	406,19	1.555,96	2.196,08	1,54 %	2.196,08							
622000	DER	Faixa de Sinalização Lateral - faixa de sinalização base volumétrica (0,014 m³/m2)														10,28	16,99	27,27	12,73	20,71	33,24	m²	26,87	304,15	536,77	859,82	0,62 %			
620000H	DER/PRC	Placa sinalização referencialização (0,160 m²/m2) - suporte METALICO														110,99	414,22	526,21	130,30	504,93	640,23	m²	1,00	1.153,50	504,93	640,23	0,46 %			
620000J	DER/PRC	Placa sinalização referencialização dupla (base de 0,020m²/m2) (L= 0,2400 m2/2,00 m2)														115,45	412,64	538,09	140,73	515,20	655,93	m²	1,00	140,73	515,20	655,93	0,47 %			
11	563	EMBALAGENS TECNICOS														-	-	-	1.575,65	223,32	1.808,97	1,29 %	1.808,97							
08.02.116	DER/PRC	Envasado de Áreas de Compatibilidade - Envasado de Áreas (Grau de Compatibilidade)														142,17	15,80	157,97	172,21	19,26	182,57	m³	1,00	173,31	19,26	182,57	0,14 %			
09.02.110	DER/PRC	Envasado de Áreas de Compatibilidade - Envasado de Áreas (Grau de Compatibilidade)														142,17	15,80	157,97	172,21	19,26	182,57	m³	1,00							

santa maria do castro sam44 cartilha anexo III am

PLANILHA DE SERVICOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III

Município: SANTA BÁRBARA DO CESTE SAM 44  
Projeto: PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS LOTE 1  
User está planejando para CONNED com as seguintes características: Estado: Paraná e o endereço é: PARANACIDADE SAM 45  
Endereço: Estrada Federal, nº 0 de rodovia Secretaria Estadual, nº 0 de rodovia SAM 45  
Nome da estrada: PARANACIDADE, LOTE nº 1

Usar esta planilha somente para CONVÊNIOS com as Secretarias de Estado: Fomento, Par-

Tabela Referência (SEM Desoneração): DER/PR de MARÇO/25 | SINAPI de ABRIL/2025  
 Data: Prazo para apresentação da Declaração - 10/04/2025 | Prazo para pagamento - 10/05/2025

Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.153/21) 13/10/2025 - v.

Código Item	Origem	Descrição dos Serviços	SIGLA do Código Serviço de Transporte e Entrega - DER		CONSUMO (Item)	CUSTOS UNITÁRIOS (R\$)						UND	ORÇAMENTO COM BDI								
			TIPO	DETALHE		TRANSP.	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI		QUANTIDADE	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CURVA ABC (%)	TOTAL GLOB (R\$)			
2	S54	TERRAPLENAGEM												905,18	1.515,52	2.418,20	0,59 %	2.41			
401000	DER	Compactação de Aterros 100% P-N				6,37	6,37		7,77	-	7,77	m3	30,84	219,63	-	219,63	0,06 %				
101111	SINAPI	Estacionamento de mat. lata, catálogo Transporte				1,42	3,24	4,66	1,79	3,95	5,88	m3	383,65	663,76	1.155,02	2.178,57	0,52 %				
3	S55	DRENAGEM													36.585,63	167.076,31	143.681,94	34,21 %	143.681		
600000	DER	Excavação de Bueiros em 1ª Categoria					8,94		6,94	10,92		m3	322,99	1.919,01	-	1.919,01	0,01 %				
601200	DER	Revestimento e aplicação hidráulico					27,19		27,19	33,14		m3	198,21	5.563,88	-	5.563,88	1,56 %				
534000	DER	Carreg. de SSTC e 0,40 Sam Berço c/ Armadil. Serrilha PA-2				8,17	25,55	161,93	191,65	36,25	197,39	m3	198,21	3.841,45	34.481,01	40.356,96	10,65 %				
104000	DER	Arena	CCC	-200,00 / 0,00	0,0018	0,70															
transporte	DER	Arena	LCB	-60,00 / 0,00	0,0100	0,51															
transporte	DER	Tubo	LCC	-33,00 / 0,00	0,0130	3,36															
611100	DER	Carreg. de SSTC e 1,00 Com Berço c/ Armadil. Oxala PA-2				82,87	98,99	706,76	948,54	197,19	959,08	m3	1.156,27	59,00	11.624,21	56.565,72	68.129,93	16,25 %			
transporte	DER	Cimento	CCC	-220,00 / 0,00	0,0017	14,32															
transporte	DER	Arena	LCB	-60,00 / 0,00	0,0103	16,92															
transporte	DER	Brita	LCB	-10,00 / 0,00	0,0064	1,10															
transporte	DER	Tubo	LCC	-20,00 / 0,00	0,0003	3,53															
B150100	DEINPIRC	It.: Simples concreto armado Habil 150 m				196,85	778,35	1.406,25	2.300,15	1.114,00	1.714,22	2.828,26	un	7,00	7.798,28	11.989,54	19.797,82	4,71 %			
transporte	DER	Cimento	CCC	-211,00 / 0,00	0,0272	6,21															
transporte	DER	Arena	LCB	-60,00 / 0,00	0,0100	77,96															
transporte	DER	Brita	LCB	-27,50 / 0,00	0,0024	53,67															
transporte	DER	Tubo	LCC	-27,50 / 0,00	0,0004	20,97															
4	S56	BASE I SUB-BASE												-	-	38.177,38	93.827,57	91.087,83	21,89 %	91.087	
511094	DEIPRBC	Revestimento comuns sujeito 100% PV													-	6.931,34	-	6.931,34	1,64 %		
531000	DER	Brita Graduada	LCB	-27,50 / 0,00	2,4000	53,99	12,98	128,33	195,27	81,60	166,43	238,03	m2	193,67	11.803,47	30.295,70	46.096,26	10,96 %			
531300	DER	Macadame Seco c/ Brita Graduada				45,67		19,90	95,60	161,37	79,93	116,78	m3	193,67	15.480,45	22.616,76	38.096,43	9,67 %			
transporte	DER	Rachado	LCB	-27,50 / 0,00	1,0000	10,37															
transporte	DER	Brita Gravada	LCB	-27,50 / 0,00	0,0005	15,30															
5	S57	REVESTIMENTO												-	-	26.547,81	85.951,36	111.488,57	26,5 %	111.488	
562000	DEIPRBC	Impregnac. com Emulsão AI - exclusive emulsão	Max-RIC	-0,0011		0,51			0,51	0,52		m2	1.291,13	6.456,65	-	6.456,65	0,79 %				
569100A	DEIPRBC	Fornecimento de emulsão RIC-10 - sujeito ao IPI	Max-RIC	-0,0001	0,0000	295,58		3.681,06	3.976,64	360,31	4.296,94	4.855,79	m2	1.452	1.111,64	6.105,26	6.116,96	1,54 %			
561000	DEIPRBC	Pintura de ligação com RIC-10 - exclusive emulsão	Max-RIC	-0,0008		0,35			0,35	0,43		m2	1.291,13	1.565,19	-	1.565,19	0,13 %				
570000	DEIPRBC	Fornecimento de emulsão RIC-10 - sujeito ao IPI	Max-RIC	-0,0001	0,0000	295,58		3.710,04	4.005,82	360,31	4.331,73	4.880,44	m2	8,95	726,20	2.818,96	3.090,96	0,13 %			
570000	DEIPRBC	Revestimento c/ traçado PA-10 - sujeito ao IPI	Max-CAP	-8,8990	0,0001	39,58	34,54	152,51	229,63	90,39	166,87	279,42	ton	169,33	15.296,97	32.099,80	47.398,98	11,39 %			
transporte	DER	Cimento	LCB	-0,00 / 0,00	0,0007	8,10															
transporte	DER	Cal. Mortaria Cr-1	CCC	-340,00 / 0,00	0,0102	3,87															
transporte	DER	Brita Usada	LCC	-10,00 / 0,00	0,0043	1,62															
transporte	DER	Massa a quebra	LCC	-27,50 / 0,00	1,0000	39,19															
569000M	DEIPRBC	Fornecimento de CAP - CBLQ (Quantidade menor que 10.000 ton)	MAQ	-300,00 / 0,00	1,0000	318,12		5.046,98	5.365,10	371,56	5.864,87	6.296,43	ton	8,45	31.147,11	49.929,55	53.076,65	12,64 %			
6	S58	MBO-PRO E SANITÁTIA													16.023,80	11.566,22	21.874,02	9,14 %	21.874		
610100	DER	Mbo-Pro com Samir DER - Tipo 2 - (0,042 m3) - Pró-Móvel	LCC	-30,00 / 0,00	0,0082	3,00	20,19	27,05	50,24	28,27	32,97	m3	312,72	8.840,60	10.376,38	19.150,96	4,56 %				
610500	DER	Mbo-Pro com Samir DER - Tipo 7 - (0,031 m3) - Pró-Móvel	LCC	-30,00 / 0,00	0,0126	1,22	16,00	21,19	41,41	24,89	25,83	m3	48,00	1.183,20	1.239,84	2.423,04	0,56 %				
7	S59	SERVIÇOS DE URIBRACÃO												-	-	26.100,04	24.171,77	24.171,77	10,94 %	24.171	
401000	DER	Revestimento de base e compactação de solo e assentamento de laje							0,25	0,25	0,30			8,90	m2	326,93	277,15	-	277,15	0,07 %	
6076000	DEIPRBC	Calçamento de pô de pedra para assentamento de calçadas	LCB	-27,50 / 0,00	1,0000	33,74	59,49	71,78	165,01	112,65	87,50	m3	201,15	16,49	1.874,08	1.442,88	3.318,96	0,70 %			
6050000	DEIPRBC	Calçado Concreto e/ + 6,00 cm	CCC	-30,00 / 0,00	0,0002	9,08	12,34	12,65	34,07	26,11	15,42	m3	330,13	8,619,70	5.096,60	13.110,30	3,26 %				
transporte	DER	Cimento	CCC	-211,00 / 0,00	0,0012	1,18															
transporte	DER	Arena	LCB	-10,00 / 0,00	0,0076	4,00															
transporte	DER	Brita	LCC	-27,50 / 0,00	0,0064	1,50															
605000	DEIPRBC	Acetato de Concreto e/ + 6,00 cm							0,25	0,25	0,30			82,67	2.855,85	1.682,35	4.544,21	1,08 %			
transporte	DER	Cimento	CCC	-311,00 / 0,00	0,0216	4,77															
transporte	DER	Arena	LCB	-30,00 / 0,00	0,0168	5,33															
transporte	DER	Brita	LCC	-27,50 / 0,00	0,0068	2,00															
620100E	DK-PRBC	Alento d'ág. da cratera ou cratera 1º CAT (transfcompact) - Passado	LCC	-1.00 - 1.00	2.000	5,50	3,78		9,26	11,31	-	m3	54,11	511,96	-	511,96	0,15 %				
985111	SINAPI	Pintar de Granito com corografia de 2m de altura				26,80	160,28	128,88	34,86	122,24	197,10	un	29,00		2.668,28	2.646,20	5.314,08	0,82 %			
985045	SINAPI	Pintar de Granito em placas				3,07	8,30	11,57	3,99	10,12	14,11	m2	459,59	1.833,41	1.645,10	4.683,55	1,54 %				
6050000	DEIPRBC	Rampa para PNE com Parafuso (NBR 1065) - Modelo 92 - 5,64 m2				205,72	210,84	416,56	257,01	207,79	416,56	un	4,90	2.006,16	2.958,98	4.982,24	0,91 %				
<b>SERViços EXTRAS - URBANISMO DO PASSADO</b>																					
634000	DER	Montagem e assentamento de placas de concreto aerofixo 20x20cm vermelho				16,35	85,50	101,85	19,93	104,22	134,15	m2	62,90	1.255,59	6.551,44	7.809,35	1,66 %				
9	S52	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO												-	-	1.144,96	2.451,38	3.996,34	0,66 %	3.996	
822000	DER	Fixação de Sinalização Horizontal critica acrílica base solvente - (0,014 m2/m)				10,28	16,99	27,27	12,53	20,71	33,24	m2	71,05	800,25	1.471,45	2.361,70	3,68 %				
8200000	DEIPRBC	Fixação rotulada/placa (0,179 x 20cm) + suporte METALICO				93,90	361,24	474,74	113,96	464,73	576,71	un	100	113,96	464,73	576,71	1,14 %				
820000	DEIPRBC	Fixação de sinalização rotulada/placa (base de 0,20x0,60m) em L (0,240x0,240x1,20)				115,46	422,64	538,09	140,73	515,20	856,93	un	100	140,73	515,20	856,93	0,16 %				
11	S53	ENFRAZAMENTOS TECNOLÓGICOS												-	-	1.575,85	233,32	1.800,97	0,43 %	1.800	
(Os custos com mobilização e desmontagem de equipamentos e para extração de amostras para os ensaios tecnológicos, exceto o capa estatística, serão considerados no orçamento das atividades de execução)																					
98 02.11B	DAEP/RC	Ensaios de Massa Estática - In-Situ - Método Frasco de Areia (Grav - Descompactação - Reconstituição e Compensação do Substrato)				142,17	15,80	157,97	173,31	19,26	192,57	m2	1,00	173,31	19,26	192,57	0,05 %				
98 02.11D	DAEP/RC	Ensaios de Gravimétrica - In-Situ - Método Frasco de Areia (Grav - Descompactação - Reconstituição e Agregado de Baixo)				142,17	15,80	157,97	173,31	19,26	192,57	m2	1,00	173,31	19,26	192,57	0,05 %				
98 02.11C	DAEP/RC	Ensaios de Gravimétrica - In-Situ - Agregado de Baixo				142,17	15,80	157,97	173,31	19,26	192,57	m2	1,00	173,31	19,26	192,57	0,05 %				
74 02.12	DAEP/RC	Ensaios de Geratropômetro do Agregado de Baixo				92,55	23,12	116,34	114,42	28,38	146,60	m2	1,00	146,60	28,38	146,60	0,05 %				
98 02.12	DAEP/RC	Ensaios de Geratropômetro do Agregado de Baixo				92,55	23,12	116,34	114,42	28,38	146,60	m2	1,00	146,60	28,38	146,60	0,05 %				
98 02.12	DAEP/RC	Ensaios de Geratropômetro do Agregado de Baixo				92,55	23,12	116,34	114,42	28,38	146,60	m2	1,00	146,60	28,38	146,60	0,05 %				
98 02.12	DAEP/RC	Ensaios de Geratropômetro do Agregado de Baixo				92,55	23,12	116,34	114,42	28,38	146,60	m2	1,00	146,60	28,38</						

ORÇAMENTO DO PROJETO COM BASE NA LEI N° 14.133 / 2021

Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21). 13/10/2025

KAWANE LAIS  
RODRIGUES  
MARTINS

Assinado de forma digital por  
KAWANE LAIS RODRIGUES  
MARTINS  
Dados: 2025.10.16 16:49:15  
-03'00'

FLS-36

**PPLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III**

**KAWANE LAIS RODRIGUES** Assinado de forma digital por KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS Dados: 20/5/10, 16:46:10 -03'30'

KAWANE L  
RODRIGUES  
MARTINS

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITACÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III

**KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS** Assinado de forma digital por KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS  
Dados: 2025.10.16 16:45:26 -03'00'

**PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III**

Uma vez adquirida somente para CONSUMO com a Sociedade de Estudos  
No seu funcionamento e com recados impressos de Proibição, ou de outras Sociedades.

FLS. HO

**KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS** Assinado de forma digital por KAWANE LAIS RODRIGUES Dados: 2025.10.16 16:51:35 -03:00

KAWANE LAIS  
RODRIGUES  
MARTINS

LANIL HA DE SERVICOS - PAVIMENTACAO - LEI LICITACAO N° 14.133/2021 - ANEXO III

*Para mais planilhas e comando para CONVÉNICIOS como as Secretarias do Estado,*



Código Item	Origem	Descrição dos serviços	SIGLA ou Código Serviço de Transporte e DMT km x1 : x2	Consumo (ton)	CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)					UND	ORÇAMENTO COM BDI					PROPOSTA DA EMPRESA										
					TRANSF	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PREÇO UNIT. SEM BDI	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI		PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	QUANTIDADE	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CURVA ASC (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)	PREÇO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI	PREÇO UNIT. MATERIAL COM BDI	PREÇO UNITÁRIO TOTAL COM BDI	DESCONTO OFERENDO (%)	TOTAL MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BDI (R\$)	TOTAL MATERIAL COM BDI (R\$)	TOTAL ITEM COM BDI (R\$)	
															201.715,82	446.029,80			647.745,72							

Data Base de aprovação do Orçamento (Decreto 10.886/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.139/21) 13/19/2025

KAWANE  
 LAIS  
 RODRIGUES  
 MARTINS  
 Dados: 2025.10.16  
 16:50:22 -03'00'

Assinado de forma  
 digital por KAWANE  
 LAIS RODRIGUES  
 MARTINS  
 Dados: 2025.10.16  
 16:50:22 -03'00'

FLS  
 13

santa\_maria\_do\_oeste\_sam44\_cartilha\_anexo\_III\_pm

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III

Município	SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44	User esta planilha somente para CONVÉNIOS com as Secretarias do Estado. Fomento Paraná e web-análise do PARANACIODE	SAM	44															
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LÓTE	1	Não sendo permitido para orçamentos com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não convencionadas com o PARANACIODE	LÓTE nº	1															
Linha da Obra:	EBUSO - RUA GEM APERAMÁ DÂMBIO CALDAS			Tabela Referencial (BIM Descrente): DER/PR/MARÇA/21 - SINAPI/m-ABRIL/2025																	
Fonte do Recorso:	PAM USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID COM O PARANACIODE																				
Código Item	Origem	Descrição dos Serviços	BIGA/lo Código Serviço de Transporte e DMT km x1.x2	CONSUMO (Ton.)	CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)						Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 da Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21) 13/10/2025 - segue										
					TRANSP.	MAO DE OBRA	MATERIAL	PRECO UNIT. SER BIX	PRECO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BIX	PRECO UNIT. MATERIAL COM BIX	PRECO UNITÁRIO COM BIX	UND	QUANTIDADE	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CURVA ABC (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)			
2	594	TERRAPLENAGEM													22.780,80	929,39	23.309,66	8,20 %	23.309		
401000	DER	Comprimento de Alamedas 100% P.N.			6,37	6,37	7,77	-	7,77	m3	1.184,04	9.203,68	-	-	9.203,68	-	9.203,68	3,24 %			
101114	SINAPI	Excavação de Mão, tel. e/ou transporte			1,42	3,24	4,66	1,72	3,95	m3	226,29	427,06	629,39	-	629,39	13,86	629,39	4,47 %			
020008	DER/PRC	Excavação e Carga Transporte 100% P.N.	LCB - 2,00 x 0,90	1.5000	5,06	3,76	8,94	10,78	15,76	m3	1.984,64	12.864,00	14.848,64	-	14.848,64	32,64	14.848,64	10,40 %			
	595	DRONAGEM													12.208,72	30.890,11	43.078,83	15,15 %	43.078,83		
600000	DER	Instalação de Buxim na 1ª Catriga			0,06	8,94	10,90	-	10,90	m3	127,80	1.164,23	1.292,03	-	1.292,03	1.306,33	1.306,33	0,49 %			
601000	DER	Instalação de Buxim na 2ª Catriga			0,06	8,94	10,90	-	10,90	m3	127,80	1.164,23	1.292,03	-	1.292,03	2.702,46	2.702,46	0,56 %			
620100	DER	Buxi a seco na 1ª Catriga			27,50	27,50	33,14	-	33,14	m3	515,66	2.352,90	2.868,56	-	2.868,56	2.868,56	2.868,56	1,00 %			
1194000	DER/PRC	Carreagem de Buxim a 40 Km. Serra do Arroio Simples PA-1	121,36	195,36	862,85	1.069,85	276,38	1.051,81	1.328,19	m3	5.00	276,38	1.081,91	1.328,19	1.328,19	1.328,19	1.328,19	0,47 %			
1195000	DER/PRC	Carreagem de Buxim a 40 Km. Serra do Arroio Simples PA-1	8,17	25,65	161,93	191,65	36,23	191,39	230,82	m	107,00	2.876,51	21.120,73	24.997,34	24.997,34	24.997,34	24.997,34	24.997,34	0,79 %		
1196000	DER/PRC	Carreagem de Buxim a 40 Km. Serra do Arroio Simples PA-1	13,00	39,35	223,58	275,93	63,81	272,58	336,35	m	140,00	1.148,58	4.905,76	5.054,30	5.054,30	5.054,30	5.054,30	5.054,30	1,12 %		
BL20000	DER/PRC	B.L. Simples concreto armado Haste 2,00 m	182,76	1.007,81	1.821,52	3.012,09	1.451,30	2.220,43	3.877,13	m3	5.00	1.461,30	2.220,43	3.671,73	3.671,73	3.671,73	3.671,73	3.671,73	1,29 %		
CL4000	DER/PRC	C.L. Alvenaria Túnel a 100m	95,61	254,64	478,30	842,55	439,14	583,07	1.022,19	m3	5.00	439,14	583,07	1.022,19	1.022,19	1.022,19	1.022,19	1.022,19	0,16 %		
DN50000	DER/PRC	Desassoreador de Encosta/Pedra de Mato tubos x 0,60	331,16	439,52	704,40	1.556,10	630,68	968,37	1.805,85	m3	5.00	630,68	968,37	1.805,85	1.805,85	1.805,85	1.805,85	1.805,85	0,67 %		
4	596	BASE E SUB-BASE													30.000,17	42.470,40	73.470,66	25,70 %	73.470,66		
511000	DER/PRC	Reparação/concreto sujeito 100% P.N.	1,18	27,50	0,00	4,99	4,99	4,99	4,99	m2	4.99	4.99	4.99	4.99	4.99	4.99	4.99	4.99			
511500	DER	Solo Gradiente	LCB - 1,18 x 0,90	2.4000	53,99	41,96	128,33	169,27	211,62	m3	156,43	2.398,00	2.554,43	2.554,43	2.554,43	2.554,43	2.554,43	2.554,43	2.554,43		
512000	DER	Macadâmia Seca e Bruta Gradiente		49,61	79,90	95,80	161,37	79,90	116,78	m3	155,45	12.426,12	18.153,45	18.153,45	18.153,45	18.153,45	18.153,45	18.153,45	18.153,45	18.153,45	
5	597	REVERTIMENTO													14.496,26	73.006,21	89.496,47	31,47 %	89.496,47		
5691000	DER/PRC	Enterramento de entulhos FA-1 vedados embaixo	1000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	m3	1.000,00	942,54	-	-	942,54	-	942,54	0,23 %			
5691500	DER/PRC	Enterramento de entulhos FA-1 vedados embaixo	1.000	0,00	260,58	3.881,06	3.976,64	360,31	4.799,48	4.659,79	m3	1.000,00	410,75	4.901,41	5.312,16	5.312,16	5.312,16	5.312,16	5.312,16	1,87 %	
5691600	DER/PRC	Pintura na ligação com PR-10-C vedados embaixo	1000	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	m3	1.000,00	443,63	-	-	443,63	-	443,63	0,18 %			
5694000	DER/PRC	Enterramento de entulhos FA-10-C vedados embaixo	1000	0,00	295,14	3.710,04	4.005,62	340,31	4.333,32	4.694,60	m3	1.000,00	872,33	2.049,60	2.449,93	2.449,93	2.449,93	2.449,93	2.449,93	0,86 %	
5700000	DER/PRC	CBUG - TRACO 1 - CAPA - Faixa (C) (Quantidade menor que 10.000 ton)	0,6600	0,00	0,00	39,58	24,54	156,51	229,63	90,25	m3	1.000,00	186,57	276,92	310,92	310,92	310,92	310,92	310,92	1,36 %	
5695000	DER/PRC	Enterramento do CAP - CBUG (Quantidade menor que 10.000 ton)	0,6600	0,00	318,12	5.049,86	536,30	317,56	5.094,47	6.266,43	m3	1.000,00	2.526,61	40.095,05	40.613,73	40.613,73	40.613,73	40.613,73	40.613,73	1,99 %	
6	598	MEDIDA E BARRETA													7.338,46	8.484,46	15.822,55	5,54 %	15.822,55		
a10100	DER	Meio/Fio com Sangleira DER - Tipo 2 - 0,042 m3 - Pre-Moldado	LCB - 33,00 x 0,00	0,9982	3,00	20,16	27,05	50,24	28,27	32,97	m3	61,24	237,35	6.709,98	7.265,43	7.265,43	7.265,43	7.265,43	7.265,43	5,11 %	
a101000	DER	Meio/Fio com Sangleira DER - Tipo 2 - 0,03 m3 - Pre-Moldado	LCB - 33,00 x 0,00	0,00726	2,22	18,00	21,19	41,41	24,85	26,81	m3	56,48	23,55	629,57	698,67	698,67	698,67	698,67	698,67	1,24 %	
7	599	SEGUIMENTO DE URBANIZAÇÃO													14.141,15	18.479,76	32.820,11	11,47 %	32.820,11		
401000	DER	Reparação/concreto e compactação de solo e assentamento de calçadas			0,25	0,25	0,30	0,30	0,30	m3	1.000,00	660,15	108,03	-	108,03	-	108,03	-	108,03	0,07 %	
6030000	DER/PRC	Calibração de solo para assentamento de calçadas	121,74	59,49	71,78	165,01	113,65	61,50	201,19	m3	1.000,00	675,11	675,11	675,11	675,11	675,11	675,11	675,11	675,11	0,54 %	
6220000	DER/PRC	Calibração Concreto e 4 x 0,00 cm	9,08	12,34	12,65	34,67	26,11	11,42	41,53	m3	1.000,00	2.382,72	6.180,76	6.300,22	6.300,22	6.300,22	6.300,22	6.300,22	3,48 %		
6250000	DER/PRC	Calibração Concreto e 4 x 0,00 cm	12,10	16,46	16,87	45,43	34,91	20,56	55,97	m3	1.000,00	664,20	1.107,40	1.107,40	1.107,40	1.107,40	1.107,40	1.107,40	1.107,40	0,39 %	
861111	DER	Alambrado de ferro com escala - 20m²	1.000	0,00	28,65	100,26	128,88	34,86	122,24	m3	187,10	28,00	871,60	3.056,00	3.056,00	3.056,00	3.056,00	3.056,00	1,18 %		
945000	SINAPI	Rua de Chão em Concreto			3,27	8,30	11,57	3,99	10,12	m2	14,11	2.508,85	1.579,56	4.006,31	5.585,87	5.585,87	5.585,87	5.585,87	5.585,87	1,96 %	
6200000	DER/PRC	Rua para Piso com Pav. Tátil (NBR 10600) - Materiais 02 - 0,14 m²/m	206,12	219,84	416,96	250,77	257,01	367,78	367,78	m3	100,00	2.907,70	2.570,70	5.077,70	5.077,70	5.077,70	5.077,70	5.077,70	1,79 %		
842000	DER	Fornecimento e armazenamento de piso de concreto aparente (20x30cm)	16,35	85,55	101,85	19,93	104,22	136,15	136,15	m2	100,00	786,24	4.111,48	4.807,72	4.807,72	4.807,72	4.807,72	4.807,72	1,22 %		
8	592	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO													1.515,23	2.826,81	5.126,84	1,81 %	5.126,84		
820000	DER	Placa sinalização rodoviária placa minima de alta visibilidade - 0,214 m²/m	10,28	18,99	27,27	12,73	20,11	33,34	32,85	m2	100,00	785,11	959,11	1.565,35	2.544,22	2.544,22	2.544,22	2.544,22	2.544,22	0,89 %	
8200000	DER/PRC	Placa sinalização rodoviária acoplada a estrutura - 0,210 x 2,00 x 1,00 m	11,98	414,22	52,21	135,30	504,93	840,23	24,00	m3	100,00	270,50	1.080,86	1.280,46	1.280,46	1.280,46	1.280,46	1.280,46	0,45 %		
8200000	DER/PRC	Placa sinalização de retenção/planta (duas placas de 0,20x0,60 m em 1,10 x 0,40 m módulo + suporte METALICO)	11,48	422,64	536,00	140,73	515,20	598,93	10,00	m3	100,00	281,40	1.311,80	1.864,86	1.864,86	1.864,86	1.864,86	1.864,86	0,46 %		
11	593	ENVIOS TECNOLÓGICOS													1.575,65	233,32	1.809,87	8,64 %	1.809,87		
		Envio de amostras para laboratório e desmontagem de equipa e equipamentos para extração de amostras para as análises tecnológicas, exceto da capa asfáltica, serão de responsabilidade da empresa fornecedora de serviços.																			
06.02.11B	DAER/PRC	Envio de amostras para laboratório e desmontagem de piso de concreto (0,214 m²/m)	142,17	15,60	157,97	173,31	19,26	192,57	19,26	m2	100,00	173,31	19,26	192,57	19,26	192,57	19,26	192,57	0,07 %		
06.02.11D	DAE/PRC	Envio de Massa Específica In-Situ - Míctero Frasco de Areia (Grav. de Compração)	142,17	15,60	157,97	173,31	19,26	192,57	19,26	m2	100,00	173,31	19,26	192,57	19,26	192,57	19,26	192,57	0,07 %		
08.02.01	DER	Envio de Gravimétrica do Agregado da Base	146,60	16,28	162,88	178,71	19,26	198,56	19,26	m2	100,00	178,71	19,26	198,56	19,26	198,56	19,26	198,56	0,07 %		
09.02.01A	DAE/PRC	Envio de Gravimétrica do Agregado da Sub-base	146,60	16,28	162,88	178,71	19,26	198,56	19,26	m2	100,00	178,71	19,26	198,56	19,26	198,56	19,26	198,56	0,07 %		
7402027	SINAPI	Envio de Controle de Taxa de Aplicação de Ligante/Estimativa	100,22	23,12	110,34	112,42	28,18	140,80	28,18	m2	100,00	204,84	66,26	280,10	280,10	280,10	280,10	280,10	0,10 %		
09.04.04	DAE	Envio de Percentagem de Retenção - Mínimas Rebitadas	174,13	19,34	190,47	212,26	20,58	235,84	20,58	m2	100,00	212,26	21,26	235,84	21,26	235,84	21,26	235,84	0,06 %		
7402025	SINAPI	Envio de Controle do Grau de Compacidade da Mínima Asfáltica	118,51	29,78	149,29	144,65	30,30	180,76	30,30	m2	100,00	144,65	36,30	180,76	36,30	180,76	36,30	180,76	0,06 %		
09.05.02	DAE	Envio de Demanda do Material Esférico	67,69	5,21	53,00	58,13	6,47	64,60	6,47	m2	100,00	58,13	6,47	64,60	6,47	64,60	6,47	64,60	0,02 %		
04.																					

**ÁREA DA EMPRESA PARTICIPANTE DA LICITAÇÃO**

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO Nº 14.133/2021 - ANEXO III																																		
Município	SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44	Usar esta planilha somente para CONVÉNIOS com as Secretarias do Estado, Fomento Paraná e seu anexo do PARANÁCIDADE SAM																														
Projeto	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE	1	Não sendo permitido para licitações com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não convencionadas com o PARANÁCIDADE.																														
Local da Obra	RUA GERMAN WENDLER	Tabela Referência (SEM Descrição): DERPRF de MARCO/25 SINAP de ABRIL/2025																																
Fonte de Recursos	PAM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21): 10/10/2025 - seg																																
USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID COM O PARANÁCIDADE																																		
Código Item	Origem	Descrição dos Serviços	SIGLA do Código Serviço de Transporte e Demais	CONSUMO (km)	TRANSF.	MÃO DE OBRA	MATERIAL	PRECO UNIT. SEM BOX	PRECO UNIT. MÃO DE OBRA + TRANSPORTE COM BOX	PRECO UNIT. MATERIAL COM BOX	PRECO UNITARIO COM BOX	UND	QUANTIDADE	VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSPORTE (R\$)	VALOR DO MATERIAL (R\$)	TOTAL ITEM (R\$)	CUSTO MATERIAIS (%)	TOTAL GLOBAL (R\$)																
CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)																																		
ORÇAMENTO COM BASE																																		
1	500	SERVICOS PRELIMINARES	LCB-1.00 0.00	1.6000	4.19	16.71	20.96	25.48	-	25.48	m3	0.06	2.04	-	2.04	-	2.04	2.04																
512000	DER	Demolição, Verificação de Pavimento e Transporte	LCB-1.00 0.00	1.6000	4.19	16.71	20.96	25.48	-	25.48	m3	0.06	2.04	-	2.04	-	2.04	2.04																
3	555	DRENAGEM												8.904,29	20.082,01	28.986,30	10,81 %	28.986,30																
600300	DER	Escavação de Bueiros em 1ª Categoria												8.904,29	20.082,01	28.986,30	10,81 %	28.986,30																
601200	DER	Revestir e aplicamento de revestimento												8.904,29	20.082,01	28.986,30	10,81 %	28.986,30																
510400C	DER/PRC	Carga de BST a 0,40 Sem Tampa / Armadura Simples PA-1												4.17	26.05	161.93	191.65	239,39	223,82	m														
BLSC150	DER/PRC	B.L. Simples concreto armado / até 1,50 m												135,85	779,05	1.406,25	2.320,15	1.114,94	1.714,22	un														
BASE E SUB-BASE																																		
511000A	DER/PRC	Base e Sub-base composta, sujeito a 100% PN	LCB-1.00 0.00	2.4000	53,99	12,95	128,33	196,27	211,60	196,43	m3	238,03	96,81	1.156,62	1.156,62	1.319,63	0,21 %	1.319,63																
511300	DER	Borda de Travessão												46,67	19,90	95,80	161,37	79,93	116,71	m3														
511300	DER	Macarrão flexível Brita Cravada												135,85	779,05	1.406,25	2.320,15	1.114,94	1.714,22	un														
5	551	REVESTIMENTO												-	-	-	-	-	-															
500100B	DER/PRC	Impressão com Encoladura EAU - exclusivo enxofre	Itaú RR-1C	0,0011				0,11		0,11				4.09	4.09	4.09	4.09	4.09	4.09															
509100A	DER/PRC	Fornecimento de enxofre EAU - impressão	Itaú RR-1C	0,0005	1.0000	295,58	3.681,06	3.976,64	360,21	4.296,48	ton	0,73	261,03	3.136,52	3.401,65	1.83 %	3.401,65																	
501100A	DER/PRC	Prabá de ligação com RR-1C - exclusivo enxofre	Itaú RR-1C	0,0005			0,35		0,35				0,43	0,43	0,43	0,43	0,43	0,43																
509420B	DER/PRC	Fornecimento de enxofre RR-1C - pintura de ferro	Itaú RR-1C	0,0005	1.0000	295,58	3.719,04	4.005,82	360,31	4.333,33	ton	0,32	115,90	1.430,00	1.548,90	0,83 %	1.548,90																	
507000C	DER/PRC	CBUG - TRACO 1 - CAPA - Faixa "C" (Quantidade menor que 10.000 ton)	tara CAP	0,8500	39,58	34,54	165,51	229,63	190,35	180,57	ton	67,36	11.480,26	16.560,84	24.453,82	13,17 %	24.453,82																	
509000M	DER/PRC	Fornecimento de CBUG - Faixa "C" (Quantidade menor que 10.000 ton)	MAC - 100,00	2.000	1.0000	518,12	5.048,98	5.368,10	371,95	5.368,47	ton	4,32	29.760,58	27.384,50	14.74 %	14.74	14.74																	
6	557	MBO-PI0 E SARRETA												1.014,74	5.889,97	5.889,97	8,77 %	5.889,97																
PAV-071	PMC	Aterramento de fiação e compactação de solo												14,69	8,84	23,73	16,15	10,78	29,82	m														
610100	DER	Meio-Fio com Sarcata DER - Tens 2 - 10.042 m3 - Pre-Moldado	LCC-30,00 0,00	0,2862	3,99	20,19	21,07	50,24	26,27	32,97	m3	61,24	151,44	4.281,21	6.982,98	9.374,93	0,46 %	9.374,93																
510600	DER	UVR - Unidade de Verificação de Traçado - Tens 1 (0,031 m3) - Pre-Moldado	LCC-30,00 0,00	0,0726	2,22	18,00	21,19	41,41	24,65	25,63	m3	50,49	24,00	50,93	50,93	121.012,02	0,65 %	121.012,02																
7	558	SERVICOS DE PAVIMENTACAO												-	-	-	-	-	-															
401100	DER	Recompactação, conformação e compactação de solo e assentamento de calçadas/estradas						0,25	0,25	0,25	m2	478,41	142,92	-	-	-	-	-	-															
603000D	DER/PRC	Calhada de pedra para assentamento de calçadas	LCB-27,50 0,00	1.5000	3,71	59,49	17,76	17,76	20,11	20,11	m3	10,23	1.170,54	1.170,54	1.170,54	0,17 %	1.170,54																	
604000T	DER/PRC	Calhada Concreto e/ou 60 cm x 1					9,08	12,34	12,65	34,07	26,11	15,42	41,53	17,92	4.490,92	6.062,24	7.143,26	0,25 %	7.143,26															
605000F	DER/PRC	Calhada de concreto e/ou 60 cm x 1					12,10	16,46	16,87	45,43	34,81	20,56	55,37	10,85	2.762,11	2.233,84	6.015,96	2,24 %	6.015,96															
260111	SINAPI	Placa de Asfalto - 100m² (0,001 m3) - suporte METALICO						28,80	100,28	128,88	24,86	122,24	157,10	187,20	2.444,80	3.140,00	3.140,00	1,09 %	3.140,00															
987004	SINAPI	Placa de Gresite em placas						2,27	6,30	11,57	2,89	10,12	14,11	149,74	147,54	1.615,57	2.112,11	1.615,57	1,14 %	1.615,57														
505000G	DER/PRC	Rampa para PNE com Piso 1x1 (PNB 9050) - Montou 0,5 - 0,5 m2						205,72	210,84	416,46	150,77	257,01	507,78	un	2,90	510,54	514,02	1.015,56	0,50 %															
414869	DER	Fornecimento e assentamento de piso 1x1 de concreto aeroporoso 20x20cm e vermelho						16,35	65,50	101,65	19,93	104,22	124,15	37,00	737,41	3.656,14	4.590,55	2,47 %	4.590,55															
8	552	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO						-	-	-				1.096,42	2.655,80	3.754,26	2,02 %	3.754,26																
422000	DER	Placa de sinalização de trânsito com base adesiva (base adesiva 0,014 m2/un)						10,28	16,99	27,27	12,53	20,71	33,48	m2	56,94	1.170,54	1.170,54	1.170,54	1.170,54															
820000G	DER/PRC	Placa de sinalização de trânsito (0,12 m2/un) - suporte METALICO						93,90	381,24	474,74	113,98	464,73	578,71	m2	1,00	113,98	454,73	578,71	0,31 %															
820000H	DER/PRC	Placa de sinalização de trânsito (0,125 m2/un) - suporte METALICO						110,99	414,22	525,21	125,30	504,93	640,23	m2	1,00	130,30	504,93	640,23	0,34 %															
820000J	DER/PRC	Placa de sinalização de trânsito dupla (0,125 m2/un) - suporte METALICO						110,40	422,64	538,09	140,73	515,20	655,93	m2	1,00	140,73	515,20	655,93	0,35 %															
11	553	ENSALADAS NOVOCODICOS						-	-	-				2.322,42	332,06	2.554,48	1,38 %	2.554,48																
(Os custos de mobilização e desmobilização de equipes e equipamentos para a extração de amostras para os ensaios tecnológicos, excesso de capa seletiva, serão descontados das bilhetes de empresas fornecedoras de obra.)																																		
09.02.11B	DER/PRC	Resolução e compactação do Substrato						142,17	15,80	157,97	173,31	19,26	192,57	un	173,31	19,26	192,57	19,26	192,57															
09.02.11D	DER/PRC	Ensolo de Massa Específica - Itaú Módulo Fase de Aterramento						142,17	15,80	157,97	173,31	19,26	192,57	un	173,31	19,26	192,57	19,26	192,57															
09.02.01	DER	Ensolo de Granulometria de Agregado da Base						146,60	19,29	162,86	178,11	19,85	198,56	un	1,00	178,11	19,85	198,56	0,11 %															
09.02.01A	DER	Ensolo de Granulometria de Agregado da Sub-base						146,60	19,29	162,86	178,11	19,85	198,56	un	1,00	178,11	19,85	198,56	0,11 %															
7402027	SINAPI	Ensolo de Controle de Taxa de Aplicação de Ligante Betuminoso						82,22	23,12	111,34	117,42	28,18	140,60	un	2,00	224,84	56,26	281,20	0,15 %															
09.04.04	DER	Ensolo de Permeabilidade de Revestimento - Maturação Revestimento						174,13	19,34	193,47	212,26	25,56	235,84	un	2,00	242,52	47,16	471,68	0,25 %															
7402025	SINAPI	Ensolo de Controle do Grau de Compactação da Maturação Atéstica						118,51	29,76	149,29	146,46	36,30	181,4	un	2,00	266,92	72,93	361,75	0,19 %															
08.04.02	DER	Ensolo de Orlinatade do Material Revestimento						47,60	1,51	53,30	52,47	8,47	52,46	un	2,00	116,24	3,49	120,73	0,03 %															
08.04.03	DER	Ensolo de Trincas por Compreensão Ramal - Matrizes Vermelhas						88,30	19,80	109,10	111,75	16,26	133,88	un	2,00	227,46	58,12	285,58	0,14 %															
09.04.01	DER	Ensolo de Orlinatade do Material Revestimento com Matrizes Vermelhas						96,95	10,71	102,73	118,10	12,13	151,32	un	2,00	236,38	26,26	262,64	0,14 %															
ORÇAMENTO DO PROJETO COM BASE NA LEI N° 14.133 / 2021																																		

PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III																																					
Município:	SANTA MARIA DO OESTE	SAM	44	Usar esta planilha somente para CONVÉNIO com as Secretarias do Esporte, Fomento Paranaense e outras da ParanáCidade ou PARANACIDADE.																																	
Projeto:	PAVIMENTAÇÃO - PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS	LOTE	1	Não é seu permitido para orçamento com recursos próprios da Prefeitura, ou de outras Secretarias Estaduais não convencionadas com o PARANACIDADE.																																	
Localização:	RUA LUCILA AGNIES - SAM/00	Tabela Referência (SEM Desenvolvimento): DER/PR MARCO 25   SINAPI de ABRIL/2020																																			
Fonte de Recurso:	PAM	Data Base da aprovação do Orçamento (Decreto 10.086/22 do Paraná, que regulamenta a Lei 14.133/21); 19/10/2025 - seg																																			
USO EXCLUSIVO DO CONVÉNIO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES - SECID COM O PARANACIDADE																																					
Código Item		DESCRICAÇÃO DOS SERVIÇOS		SÍMBOLO do Código de Serviço de Transporte e Distância (km x1; x2)		CONSUMO (m³)		CUSTOS UNITÁRIOS - (R\$)		UNID.		ORÇAMENTO COM BASE																									
Código Item		DESCRICAÇÃO DOS SERVIÇOS		SÍMBOLO do Código de Serviço de Transporte e Distância (km x1; x2)		CONSUMO (m³)		TRANSP.		MÃO DE OBRA		MATERIAL		PREÇO UNIT. MÁD DE OBRA + TRANSP. X UNID. COM BOX		PREÇO UNIT. MATERIAL COM BOX		PREÇO UNIT. MÁD DE OBRA + TRANSP. X UNID. COM BOX		VALOR DA MÃO DE OBRA + TRANSP. X UNID. COM BOX (R\$)		VALOR DO MATERIAL (R\$)		TOTAL ITEM (R\$)		CURVA ABC (%)		TOTAL GLOBAL (R\$)									
2		554 TERRAPLENAGEM																																			
401000		Completação de alvenaria 100% P/M						6,37		6,37		7,77		-		7,77		m3		310,86		82,59		5.918,92		2.420,31		0,04%		-		-		-			
101114	SINAPI	Entrega de material de construção						1,42		2,24		4,58		1,73		3,86		5,48		m3		23,44		40,55		92,58		132,14		0,05%		-		-		-	
5201098	SINAPI	Entrega de Coração e Transp. 1º Cat.				LCB - 2.00 - 0,00		1.0000		4,06		3,78		8,84		10,76		10,78		m3		311,88		3.362,07		1,17%		-		-		-					
3		555 DRENAGEM																																			
600300	DER	Entrevista do Burocrata em 1ª Categória						8,98		8,94		19,90		-		10,90		m3		72,00		784,80		-		-		-		-		-		-			
601200	DER	Reparo e aperfeiçoamento mecanico						27,19		27,19		33,14		-		46,14		1.579,06		1.579,06		0,53%		-		-		-		-		-					
620100	DER	Ficha de Ata de E.B.C. a 60 m				121,18		105,30		302,85		1.089,58		278,36		1.051,81		un		1.00		276,36		1.091,81		1.028,19		0,48%		-		-		-			
1104000	DER/PR	Corpo de B.SCTO a 40 Sem. Berço c/ Amortecimento Simples P/M+1				4,17		25,55		161,90		191,65		38,23		197,39		233,62		m		57,68		2.063,23		11.348,93		13.433,16		6,68%		-		-		-	
6106008	DER/PR	Corpo de B.SCTO a 60 Sem. Berço c/ Amortecimento Simples P/M+1				13,00		29,35		220,58		275,93		63,81		272,54		m		12,00		765,72		3.270,48		4.036,06		1,40%		-		-		-			
6152200	DER/PR	B.3. Simples concreto armado Haste 2,00 m				64,19		171,21		313,00		758,82		1.012,09		2.220,00		m		86,95		181,61		171,49		269,90		381,53		0,21%		-		-		-	
6154060	DER/PR	Inspeção de Energia/Pesca de Milho tubo a 3,60				231,16		436,52		794,40		1.066,10		937,48		1.064,37		m		1.000,00		926,46		926,46		0,68%		-		-		-					
4		556 BASE / SUBGRADE						4,09		4,09		4,99		-		4,99		m2		1.188,80		2.002,51		5.902,45		2,06%		-		-		-		-			
5110004	DER/PR	Fornecimento de Enrolado (Linha) com R.R. 100% P/M				LCB - 27,50 - 0,00		2.4000		12,98		128,33		197,27		116,43		238,63		m3		197,33		13.654,13		26.175,43		39.829,56		12,92%		-		-		-	
511300	DER	Marcação Seca ou Bruta Graduada				46,67		19,90		95,60		161,37		79,93		116,78		m2		167,33		13.374,66		19.540,80		32.515,46		14,45%		-		-		-			
5		551 REVESTIMENTO				DESCRIÇÃO		IMPRENSA DE ENROLADO		0,0015		0,51		0,51		0,62		m2		1.115,50		691,61		-		-		-		-		-		-			
5891964	DER/PR	Fornecimento de Enrolado (Linha) com R.R. 100% P/M				1.0000		35,68		3.976,84		4.009,41		4.059,79		1.23		441,16		5.286,36		5.731,54		1,96%		-		-		-		-					
6110004	DER/PR	Fornecimento de Enrolado (Linha) com R.R. 100% P/M				1.0000		0,35		0,35		0,43		-		0,43		m2		1.115,50		476,66		477,66		0,17%		-		-		-					
6494008	DER/PR	Fornecimento de Enrolado (Linha) com R.R. 100% P/M				1.0000		2.110,04		4.005,62		362,31		4.333,33		4.493,64																					

**PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEILITICAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III**

**PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEILITICAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III**

### PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III

(Lei esta aberta somente para o licitante que atender a todos os requisitos e com o menor preço)

Nº 0001

Lote 1

SAM

44

Lote

1

PBM

1

UFMS

PLANILHA DE SERVIOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III

**ÁREA DA EMPRESA PARTICIPANTE DA LICITAÇÃO**

BCI DA EMPRESA (%) - MATERIAIS ASFÁLTICOS:				16,80%	(ver na ABA do BCI)
BCI DA EMPRESA (%) - SERVIÇOS:				21,90%	
Empresa: NOME DA EMPRESA PARTICIPANTE					
<b>Menor Preço (%) =</b>				<b>Valor da(s) VIA</b>	
<b>PROPOSTA DA EMPRESA</b>					
PRECO UNIT. MÁO DE OBRA + TRANSPORTE COM BCI	PRECO UNIT. MATERIAL COM BCI	PRECO UNITÁRIO TOTAL COM BCI	DESCONTO OFERENT (%)	TOTAL MÁO DE OBRA + TRANSPORTE COM BCI [R\$]	TOTAL MATERIAL COM BCI (R\$)
-	-	-	-	-	-
(100,00 %)					
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- (100,00 %)	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
(100,00 %)					
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
(100,00 %)					
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
(100,00 %)					
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
(100,00 %)					
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
(100,00 %)					
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
-	-	-	- Informe o preço	-	-
(100,00 %)					
Desconto Final Calculado da Preposta %				<b>PREÇO GLOBAL MÁO DE OBRA + TRANSP.</b>	<b>PREÇO GLOBAL MATERIAL</b>
				<b>PREÇO GLOBAL DA PROPOSTA</b>	

**KAWANE LAIS** Assinado de forma  
**RODRIGUES** digital por KAWANE  
**MARTINS** LAIS RODRIGUES  
Dados: 2025.10.16  
16:42:13 -03'00'

PLANO DE SERVIÇOS : PAVIMENTAÇÃO : LEI LICITACÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III

Assinado de forma digital  
POR KAWANE LAIS  
RODRIGUES MARTINS  
Dados: 2025.10.16  
Liberado para download

FLS. 50

**PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III**

**PLANILHA DE SERVIÇOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III**

**KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS** Assinado de forma digital  
por KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS  
Data: 2025.10.16  
16:50:43 -03:00'

**KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS**  
POI KAWANE LAIS  
RODRIGUES MARTINS  
Dados: 2025.10.16  
16:50:43 -03:00'

RODRIGUES M  
Dados: 2025.1  
16:50:43 -03:00  
MARTINS

PLANILHA DE SERVIOS - PAVIMENTAÇÃO - LEI LICITAÇÃO N° 14.133/2021 - ANEXO III

KAWANE LAIS  
RODRIGUES  
MARTINS  
Assinado de forma  
digital por KAWANE  
LAIS RODRIGUES  
MARTINS  
Dados: 2025.10.16  
16:50:04 -03'00'

Assinado de forma  
digital por KAWANE  
LAIS RODRIGUES  
MARTINS  
Dados: 2025.10.16  
16:50:04 -03'00'

FLS 52

Sistemática a ser adotada no controle de resultados para avaliação de qualidade da execução de obras de pavimentação urbana.

# Pavimentação de vias urbanas Vias Diversas

## **PLANO DE AMOSTRAGEM**

Município de Santa Maria do Oeste, PR

## 1- Plano de Amostragem

### 1.1 Objetivo

Garantir que os materiais e a execução da pavimentação atendam às especificações técnicas e normas vigentes, assegurando a qualidade e a durabilidade do pavimento.

A aferição dos serviços se dará através de ensaios de laboratório, realizados durante o processo de execução dos serviços.

Cada etapa de execução do projeto deverá ser acompanhada de equipe apta, que faça a coleta adequada de amostras, conforme especificado pelas normas apropriadas e pertinentes a cada serviço, a fim de avaliar o resultado do trabalho, como subsídio na tomada de decisão quanto a aceitação ou rejeição deles.

Compete à Contratada apresentar relatório dos testes e ensaios que demonstrem a seleção adequada dos insumos e a realização do serviço de boa qualidade e em conformidade com as especificações técnicas e normas.

**A Contratada deve avisar a Fiscalização com antecedência sobre a realização dos ensaios para o devido acompanhamento da sua execução e registro dessa atividade no Relatório Diário de Obra (RDO).**

### 1.2 Procedimentos

A Norma **DNER-PRO 277/97** estabelece que a amostragem deve envolver aleatoriedade nos pontos de extração, além de definir conceitos e riscos inerentes ao controle.

A tabela abaixo define a relação entre o risco que o executante assume de ter rejeitado um serviço de boa qualidade ( $\alpha$ ), em função do número de amostras ( $n$ ).

Planos de Inspeção

Condicionantes:

$\alpha$ = probabilidade de rejeição de um serviço de boa qualidade

$\beta$ = probabilidade de aceitação de um serviço de má qualidade

$p_1$  = % de "defeitos" máxima admitida em um serviço de boa qualidade

$p_2$  = % de "defeitos" mínima admitida em um serviço de má qualidade

n	Amostragem Variável													
	5	6	7	8	9	10	12	13	14	15	16	17	19	21
k	1,55	1,41	1,36	1,31	1,25	1,21	1,16	1,13	1,11	1,10	1,08	1,06	1,04	1,01
$\alpha$	0,45	0,35	0,30	0,25	0,19	0,15	0,10	0,08	0,06	0,05	0,04	0,03	0,02	0,01

n = nº de amostras; k = coeficiente multiplicador;  $\alpha$  = risco do executante;

Na Tabela 1, a variável  $\beta$  (risco do DNER) e os valores de  $p_1$  e  $p_2$  tiveram seus valores fixados em 10%, 5% e 25% respectivamente, adotados como referência no controle estatístico constante das especificações de serviço pertinente.

**Tamanho da amostra:** é o número mínimo de extrações ou coletas que serão ensaiadas para fins de aceitação, rejeição ou outras medidas pertinentes, sob condições de risco e os conceitos previamente estabelecidos no plano de amostragem. Assim, quanto maior a amostra definida, menor o risco de ter um serviço de boa qualidade rejeitado.

### 1.2.1 Critérios Estatísticos (conforme Norma DNER- PRO 277/97):

Se  $\bar{X} - ks < \text{valor mínimo especificado} \therefore \text{rejeita - se o serviço}$

Se  $\bar{X} - ks \geq \text{valor mínimo especificado} \therefore \text{aceita - se o serviço}$

**Para o caso de valor máximo especificado, a decisão será:**

Se  $\bar{X} + ks > \text{valor máximo especificado} \therefore \text{rejeita - se o serviço}$

Se  $\bar{X} + ks \leq \text{valor máximo especificado} \therefore \text{aceita - se o serviço}$

**Para o caso de valor especificado entre mínimo e máximo, a decisão será:**

Se  $\bar{X} - ks < \text{valor mínimo especificado}$   
ou  $\bar{X} + ks > \text{valor máximo especificado} \therefore \text{rejeita - se o serviço}$

**Caso contrário, aceita-se o serviço.**

### 1.2.2 Aceitação Dos Serviços

Os serviços só devem ser aceitos se atenderem às prescrições desta especificação. 9.5.3 Todo detalhe incorreto ou mal executado deve ser corrigido. 9.5.4 Qualquer serviço só é aceito se as correções executadas o colocarem em conformidade com o disposto nesta especificação; caso contrário é rejeitado. (DER/PR ES-PA 21/23)

Caso um ou mais indicadores de desempenho não for(em) atingido(s), a construtora deverá apresentar à Fiscalização as alternativas técnicas de intervenção que irá adotar, às suas expensas, para atender os padrões de desempenho exigidos. (DER/PR ES-PA 21/23)

### 1.3 Considerações

Para fins de atendimento à norma DNER-PRO 277/97 item 6.1, adotar-se-á no **mínimo 5 amostras** para o cálculo estatístico.

Portanto, se na ETAPA planejada (ou no acumulado de ETAPAS), a soma das áreas ou comprimentos ou peso em toneladas de CBUQ, for calculado,

conforme parâmetros das Normas vigentes, um número de amostras inferior a 5, deverá ser apresentado o mínimo de 5.

Se na ETAPA planejada (ou no acumulado de ETAPAS), a soma das áreas ou comprimentos ou peso em toneladas de CBUQ, for calculado, conforme parâmetros das Normas vigentes, um número de amostras superior a 5, a análise dos ensaios deverá ser feita com no mínimo essa quantidade de pontos.

Se numa mesma ETAPA (ou no acumulado de ETAPAS), estiver sendo medido vários trechos/ ruas/ quadras de um mesmo segmento, deverá ser adotado, no mínimo, 1 amostra por trecho/ rua/ quadra, totalizando 5 amostras ou mais.

Tabela Exemplificativa:

	Etapa 01	Etapa 02	Etapa 03	Etapa 04
<b>Quantidades de Ensaios (CP) Prevista em Cada Etapa</b>	2 ud	3 ud	2 ud	7 ud
Medição 01	Med 01			
Medição 02		Med. 02		
Medição 03				Med 03
<b>Total de Cada Medição</b>	<b>5* ud</b>		<b>5 ud</b>	<b>7 ud</b>

\*Obs.: Mínimo de 5 ensaios (CP - Corpos de Prova) na medição.

**Fica a critério da Contratada a realização de pontos de ensaios adicionais, à suas expensas, com o intuito de diminuir o risco (a) de não aceitação da amostra.**

Serão considerados seguimentos homogêneos, a rua inteira ou dividida em quadras, ou a quantidade prevista para aquela etapa, de acordo com o **planejamento da obra**, a fim de garantir a qualidade do serviço, e desde que tenham a mesma espessura e sejam executadas em conjunto ou intervalo de tempo referente à medição em análise.

O pagamento do serviço só será efetivado após aceitação dos resultados.

Se uma amostra extraída não satisfizer ao valor especificado pelo controle estatístico e não estiver atendendo às tolerâncias previstas em Norma, com aceitação da Fiscalização, deverá ser retirada outra amostra em outro ponto próximo ao anterior, às expensas da Contratada, para fins de comprovação.

Se uma amostra extraída não satisfizer ao valor especificado pelo controle global estatístico, mas individualmente estiver dentro da faixa das tolerâncias previstas em Norma, a Contratada deverá apresentar amostras complementares para verificar se com a diminuição do risco (a) o valor global é satisfeito.

## 2. Materiais e serem amostrados e ensaios recomendados:

### 2.1 DADOS DO EMPREENDIMENTO

Obra: **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

Local: **Município de Santa Maria do Oeste**

Área total: **18.415,93 m<sup>2</sup>**

**2.2 FINALIDADE:** Verificação da qualidade dos serviços executados e materiais empregados na obra de Pavimentação Asfáltica, para embasamento à aceitação ou rejeição dos serviços realizados na obra.

**2.3 OBJETIVO:** Emissão de Laudos de Controle Tecnológico para obra de Pavimentação Asfáltica e realização de parecer técnico contemplando análise de resultados, com intuito de aferição/avaliação dos materiais e serviços realizados, quanto ao cumprimento de especificações técnicas do projeto licitado, bem como atendimento às Normas Técnicas específicas.

**2.4 NORMAS DE REFERÊNCIA:** Para realização dos ensaios e avaliação dos de resultados foram utilizadas as Normas:

- DNER-ME 092/94 – Determinação da massa específica aparente, “in situ”, com emprego do frasco de areia;
- DER/PR ES-PA 17/23 - Pavimentação: Pinturas Asfálticas;
- DNER-ME 053/94 - Misturas betuminosas – percentagem de betume;
- DNER-ME 117/94 - Mistura betuminosa – determinação da densidade aparente;
- DNER-ME 083/98 - Agregados – análise granulométrica;
- DNIT 136/18-ME - Pavimentação asfáltica - Misturas Asfálticas - determinação da resistência a tração por compressão diametral;
- DER/PR ES-PA 21/23 - Pavimentação: Concreto Asfáltico Usinado à Quente;
- DNER-PRO 277/97: Metodologia para controle estatístico de obras e serviços;
- DNIT 148/2012- ES - Controle de Taxas de Aplicação e espalhamento

A metodologia de realização dos ensaios atende integralmente às Especificações Técnicas e Normas da ABNT, e estão de acordo com o Plano estatístico de amostragem previsto na Norma DNER-PRO 277/97.

### **3 Programação de Resultados:**

Os ensaios devem seguir as quantidades previstas no orçamento e distribuídos conforme planejamento da execução, por etapas.

Abaixo listamos os serviços do Projeto Executivo que foram submetidos ao controle tecnológico de materiais empregados e sua aplicação na obra.

#### **3.1 Previsão de resultados de ensaios de acordo com etapas**

Ensaios	Quantidade de Ensaios Previstos por Etapa																		Total
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
Compact. Reg.	6	5		5	5	8													29
Compact. Base	5	5		5	5	8													28
Granulometria Base	5	5		5	5	8													28
Granulometria Sub-base	5	5		5	5	8													28
Taxa Apl. Ligante (EAI e RR-1C)		8	10		8	6	6		10										48
Percentagem de Betume		5	5		5	5	5		6										31
Grau de compact. da Mistura Asfáltica		5	5		5	5	5		6										31
Densidade do Material Betuminoso		5	5		5	5	5		6										31
Tração por compressão diametral		5	5		5	5	5		6										31
Extração de corpo de prova		5	5		5	5	5		6										31

**3.2 TERRAPLENAGEM:** camada de limpeza e preparação de superfície da plataforma de terraplenagem da via a ser implantada: 20,0 cm de remoção de camada superficial.

**Parâmetros:** grau de compactação mínimo a ser atingido é de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima.

**3.3 REFORÇO DO SUBLEITO:** camada complementar de material, normalmente proveniente de jazida, utilizada como aterro para melhoria da capacidade de suporte do solo local, ou para ganho de cota (altura)

do terreno da plataforma de terraplenagem da via a ser implantada: 20,0 cm de aterro.

**Parâmetros:** grau de compactação mínimo a ser atingido é de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima.

- 3.4 REGULARIZAÇÃO DO SUBLEITO:** conformação da camada final de terraplenagem, mediante cortes e/ou aterros de até 20,0 cm, conferindo-lhe condições adequadas em termos geométricos e de compactação.

**Parâmetros:** grau de compactação mínimo a ser atingido é de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima.

Um ensaio a cada 750m<sup>2</sup> de pista conforme DER/PR ES-PA 01/23.

- 3.5 SUB-BASE:** Sub-base em Macadame Seco travado com brita graduada, com espessura de 15,0 cm e 20,0 cm conforme projeto.

**Parâmetros:** Ensaio de granulometria.

Um ensaio a cada 400 m<sup>3</sup> de agregado conforme DER/PR ES-PA 03/23.

- 3.6 BASE:** base em Brita-graduada, Faixa II do DER-PR, com espessura de 15,0 cm.

**Parâmetros:** grau de compactação mínimo a ser atingido é de 100%, em relação à massa específica aparente seca máxima.

Um ensaio a cada 150m<sup>3</sup> de agregado conforme DER/PR ES-PA 05/23.

- 3.7 IMPRIMAÇÃO:** imprimação com asfalto diluído tipo EAI

**Parâmetros:** Taxa do Betume na etapa Imprimação da Base de Brita-graduada (EAI) = 0,8 l/m<sup>2</sup> a 1,3 l/m

Tolerância: Taxa de aplicação não pode variar em  $\pm 10\%$  da Taxa de projeto.

O controle será realizado pelo "Método da Bandeja". Um ensaio a cada 300 m de faixa aplicada conforme DER/PR ES-PA 17/23.

- 3.8 PINTURA DE LIGAÇÃO:** pintura com emulsão asfáltica tipo RR-1C

**Parâmetros:** Taxa de emulsão na etapa Pintura de Ligação (RR-1C) = 0,5 l/m<sup>2</sup> a 0,8 l/m (ou se diluído: taxa total de emulsão + água seja sempre igual a 1,0 l/m<sup>2</sup>)

Tolerância: Taxa de aplicação não pode variar em  $\pm 10\%$  da Taxa de projeto.

O controle será realizado pelo "Método da Bandeja". Um ensaio a cada 300 m de faixa aplicada conforme DER/PR ES-PA 17/23.

- 3.9 ENSAIO DE PERCENTAGEM DE BETUME - MISTURAS BETUMINOSAS**

**CAPA (revestimento) – Faixa C**

**Projeto Marshall proposto pelo PROJETISTA:**

Taxa de CAP = 5,0 % (0,0500)

Tolerância: Taxa de CAP não deve variar em relação ao teor de projeto da Dosagem (Método Marshall) de mais do que 0,3% para mais ou para menos.

Para ensaios de CBUQ – deve se adotar de acordo com DER/PR ES-PA 21/23 – Extração a cada 100 t de mistura aplicada e compactada.

**3.10 ENSAIO DE CONTROLE DO GRAU DE COMPACTAÇÃO DA MISTURA ASFÁLTICA**

Grau de Compactação de projeto = 100%

Tolerância: devem estar no intervalo de 97% a 101%.

**3.11 ENSAIO DE DENSIDADE DO MATERIAL BETUMINOSO**

**CAPA (revestimento) – Faixa C e Faixa D**

Densidade de Projeto: 2,623 t/m<sup>3</sup>

**3.12 EXTRAÇÃO DE CORPO-DE-PROVA DE CONCRETO ASFÁLTICO COM SONDA ROTATIVA**

**Revestimento (CAPA):** Espessura CONSTANTE de Projeto = 5,00 cm

Tolerâncias:

- A) A espessura média deve situar-se no intervalo de + 5% em relação à espessura prevista em projeto;
- B) Não são tolerados valores individuais de espessura fora do intervalo de + 10% em relação à espessura prevista em projeto.
- C) A faixa utilizada deve apresentar diâmetro máximo inferior a  $\frac{2}{3}$  da espessura da camada asfáltica.
- D) Para todos os tipos, a fração retida entre duas peneiras consecutivas não deve ser inferior a 4% do total.

Para ensaios de CBUQ – deve se adotar de acordo com DER/PR ES-PA 21/23 – Extração a cada 100 t de mistura aplicada e compactada.

**4 Previsão de localização de pontos de coleta das amostras:**

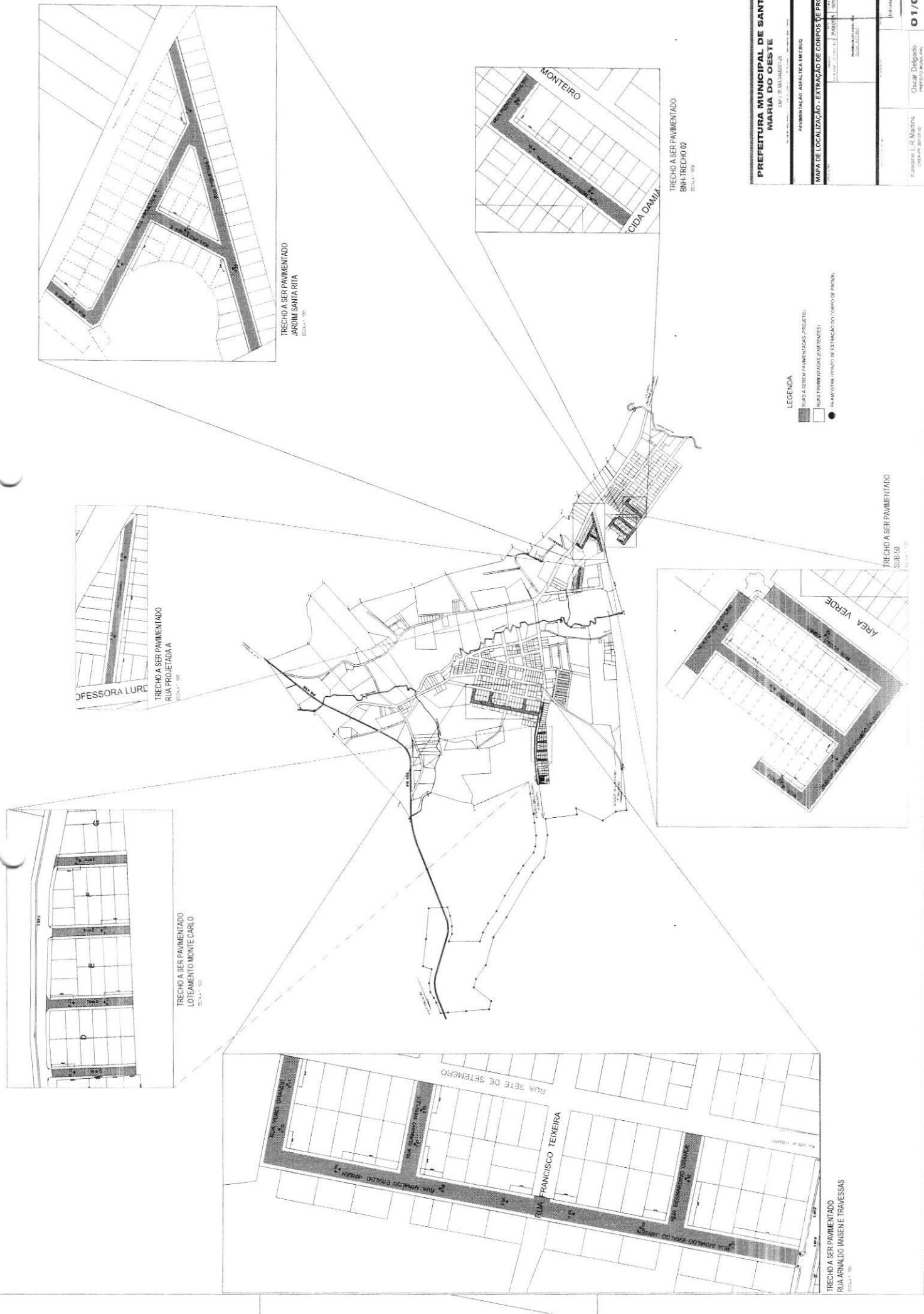
Mapa de localização com identificação dos pontos de coleta das amostras em anexo.

**\*\* Ficará a critério da Fiscalização, juntamente com a empresa executora, a localização dos pontos de coleta na obra.**

Santa Maria do Oeste, 16 de outubro de 2025.

KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS:09005830964	Assinado de forma digital por KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS:09005830964 Dados: 2025.10.17 11:15:05 -03'00'
---	---

Kawane L. R. Martins  
Engenheira Civil  
CREA-PR 203.031/D







RUA	LOTES TOTAL / LOTE OCUPADO
RUA ARNALDO EWALDO ANSEN	39 / 29
RUA VERICELA	5 / 3
RUA GERMÃO WENDLER	6 / 5
RUA BERNARDINO GRANDE	4 / 2
TOTAL	54 / 39

**FINAL**  
LONG: 411.782,48 m E;  
LAT: 7.241.339,37 m S.

**PAVIMENTO ASFÁLTICO**  
EIXO CENTRAL

**TRECHO A SER PAVIMENTADO - LOTES LINDEIROS**  
ESCALA 1:5000

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CNPJ: 05.365.845/0001-26

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

RUA ARNALDO EWALDO ANSEN, RUA VERICELA, RUA GERMÃO WENDLER E RUA

DE FRANCISCO TEKEIRA - SANTA MARIA DO OESTE

**MAPA DA OCUPAÇÃO DOS LOTES LINDEIROS**

Bruno C. de Carvalho	31/07/2025	16/09/2025
PERÍMETRO URBANO	ÁREA de Pavimentação: 5.710,87 m²	PERÍMETRO URBANO
SANTA MARIA DO OESTE/PR	ESCALA: 1:5000	SANTA MARIA DO OESTE/PR
Kawane L. R. Martins	Oscar Delgado	prefeito Municipal
gab	gab	gab

**PERÍMETRO URBANO**  
SANTA MARIA DO OESTE/PR  
ESCALA 1:5000

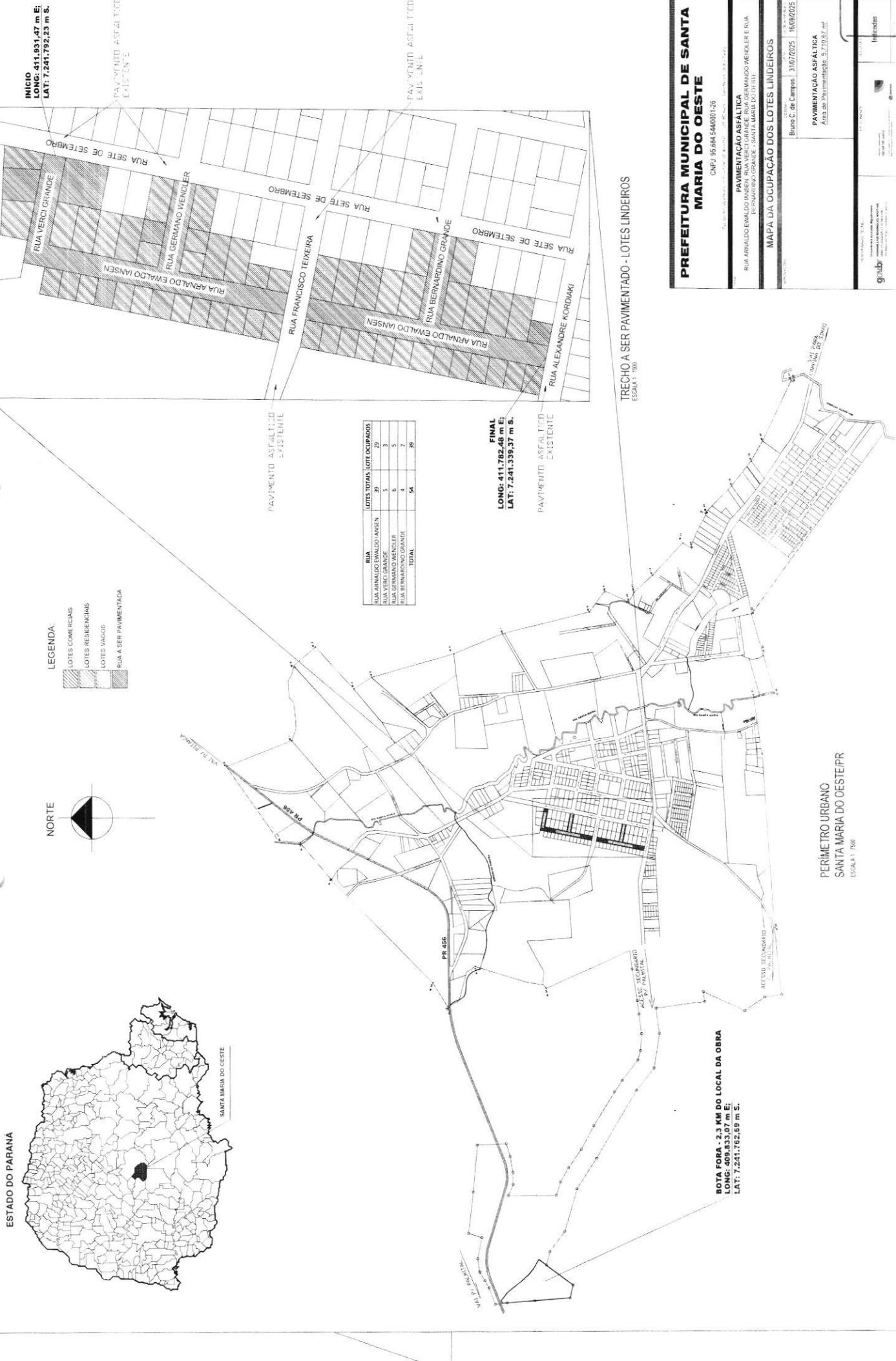
**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
ÁREA de Pavimentação: 5.710,87 m²

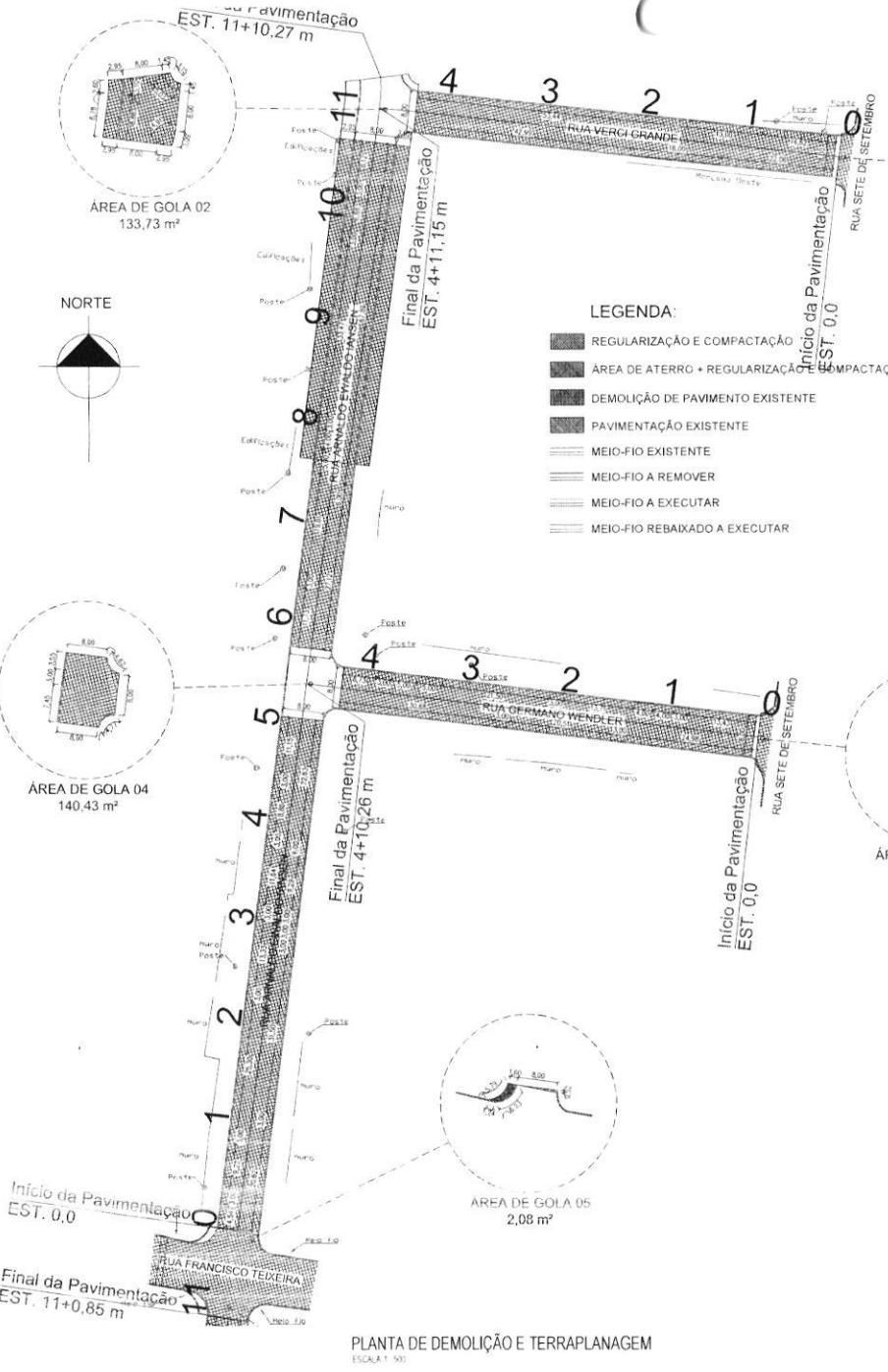
**Intendente**

**111**

**FLS**

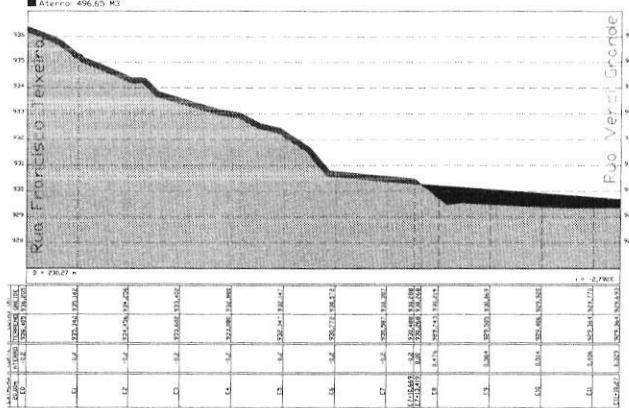
**63**



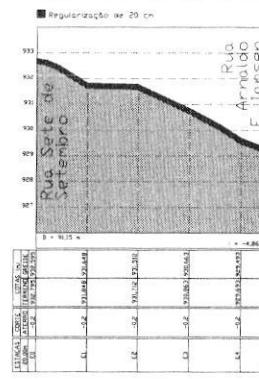


DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM						
Rua	Trecho	Remoção de pavimento (m²)	Regularização e compactação de substrato (m²)	Aterro (m³)	Meio-fio a remover (m)	Meio-fio a executar (m)
Rua Verci Grande	Área de Gola 01	1,93	9,76	-	6,55	9,26
Rua Verci Grande	Final da Pavimentação EST. 4+11,15 m	-	706,01	133,12	-	33,00
Rua Verci Grande	<b>TOTAL</b>	<b>1,93</b>	<b>715,77</b>	<b>6,55</b>	<b>142,38</b>	<b>33,00</b>
Rua Germano Wendler	Área de Gola 03	1,64	9,81	8,04	30,70	-
Rua Germano Wendler	Rua Germano Wendler	-	706,15	140,74	24,00	-
Rua Germano Wendler	<b>TOTAL</b>	<b>1,64</b>	<b>709,95</b>	<b>-</b>	<b>8,04</b>	<b>24,00</b>
Rua Bernardino Grande	Área de Gola 07	1,19	11,15	-	4,25	7,70
Rua Bernardino Grande	Rua Bernardino Grande	-	691,31	141,66	19,00	-
Rua Bernardino Grande	<b>TOTAL</b>	<b>1,19</b>	<b>702,82</b>	<b>-</b>	<b>4,25</b>	<b>19,00</b>
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen	Área de Gola 02	139,23	52,46	21,90	-	-
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen - Trecho 01	-	858,59	444,19	-	179,02	23,00
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen	Área de Gola 04	146,26	-	20,33	-	3,00
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen - Trecho 02	-	867,34	-	171,08	-	33,00
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen	Área de Gola 05	7,02	4,08	5,79	7,99	-
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen	Área de Gola 06	13,30	15,12	8,06	9,86	-
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen - Trecho 03	-	916,56	-	198,66	-	17,00
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen - Trecho 09	Área de Gola 08	147,52	-	23,49	-	-
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen - Trecho 09	Área de Gola 09	839,06	-	168,42	-	21,00
Rua Arnaldo Ewaldo Iansen - Trecho 09	<b>TOTAL</b>	<b>73,76</b>	<b>1.964,09</b>	<b>496,45</b>	<b>33,54</b>	<b>109,00</b>

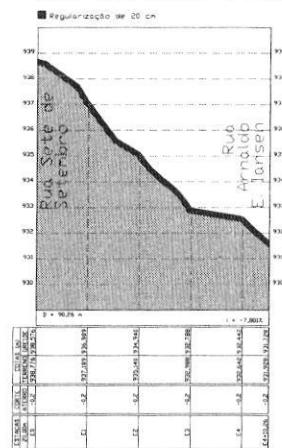
Perfil Longitudinal  
Rua Arnaldo E. Iansen - Trecho 1 e 2



Perfil Longitudinal  
Rua Verci Grande



Perfil Longitudinal  
Rua Germano Wendler



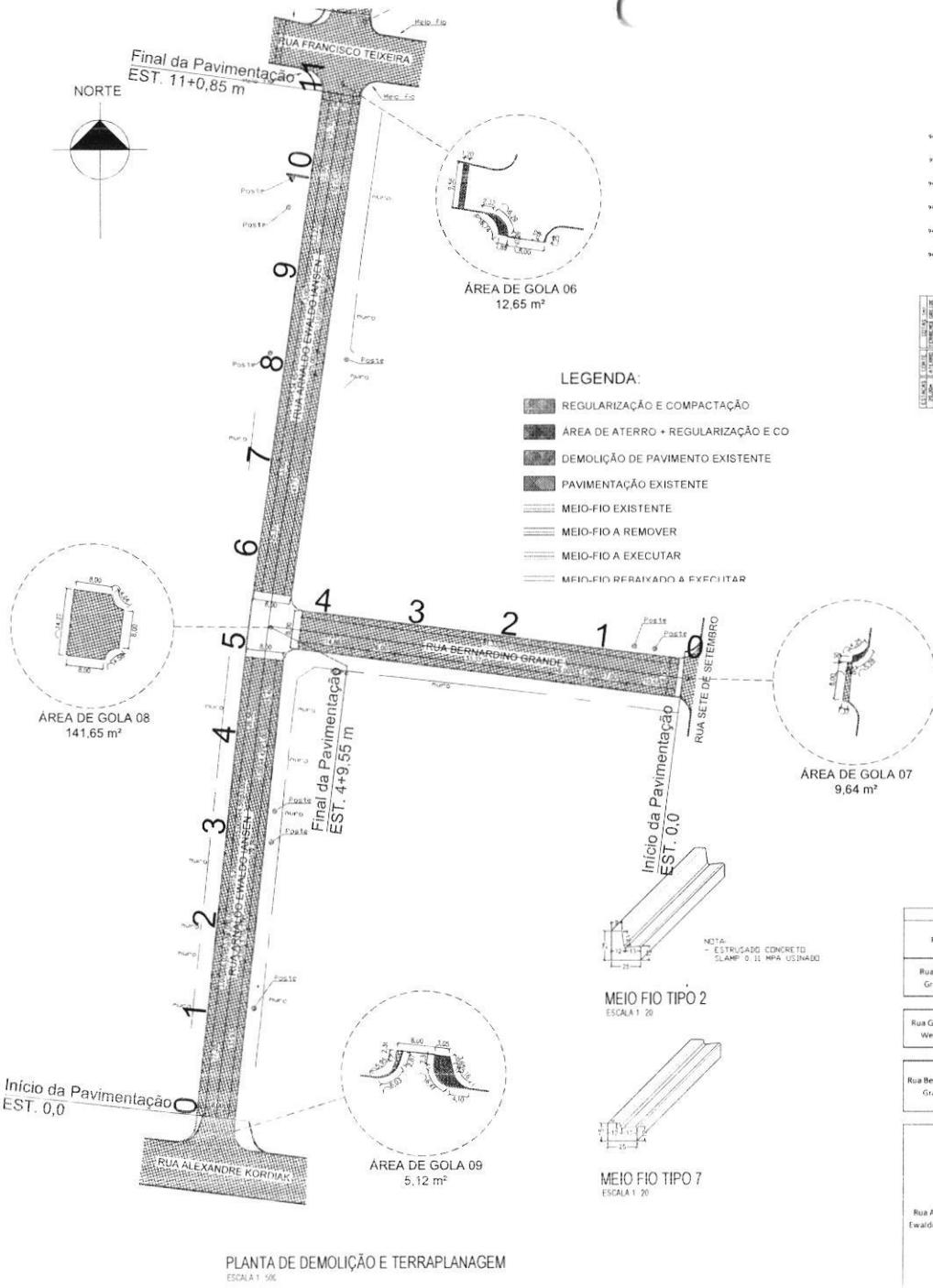
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CNPJ 95.684.544/0001-26

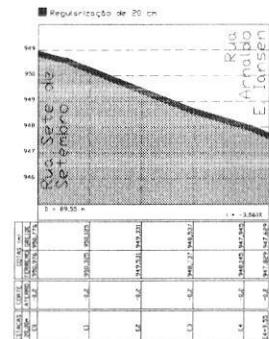
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
RUA ARNALDO EWALDO IANSEN, RUA VERCI GRANDE, RUA GERMANO WENDLER E RUA BERNARDINO GRANDE - SANTA MARIA DO OESTE

PROJETO DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM

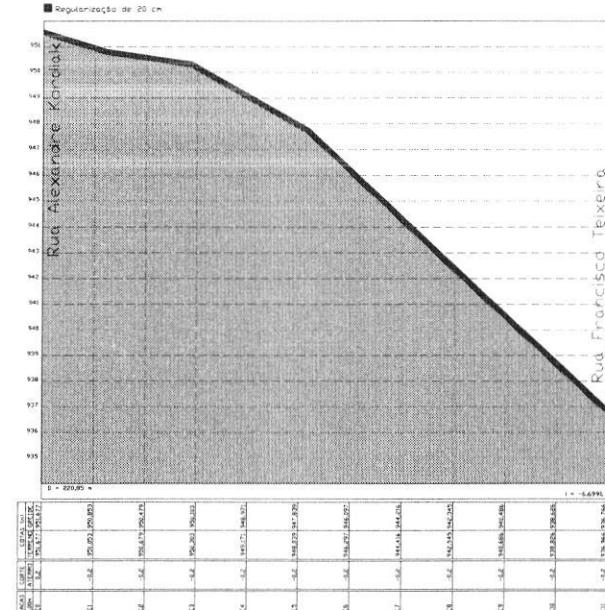
Assinatura	Bruno C. de Campos	Data	31/07/2025
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA Área de Pavimentação: 5.710,67 m²			
Projeto elaborado por: Bruno C. de Campos - Engenheiro Civil			
Assinatura			
Kawane L. R. Martins - CNAF-AFR 203.03/04			
Assinatura			
Oscar Delgado - PREFEITO MUNICIPAL			
02/11			



## Perfil Longitudinal Rua Bernardino Grande



## Perfil Longitudinal



CORTE TRANSVERSAL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
MARIA DO OESTE**

CNPJ 95.684.544/0001-26

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
RUA ARNALDO EWALDO JANSEN, RUA VERCI GRANDE, RUA GERMANDO WENDLER E RUA

PROJETO DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLENAGEM

[View Details](#)

Bruno C. de Campos 31/07/2025 16/09/2025

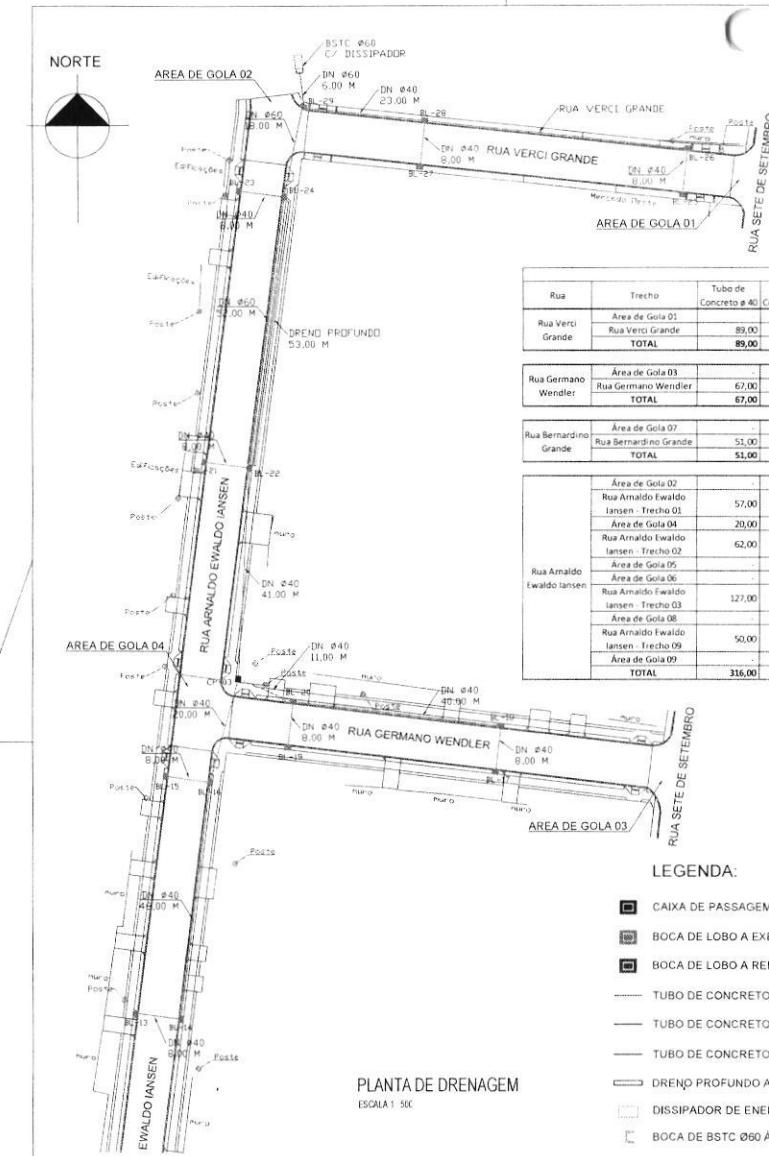
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Área de Pavimentação 5.710,67

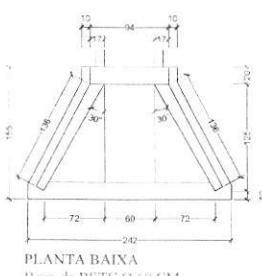
1

Kawane L. R. Martins  
CREA-PR 203.031/D

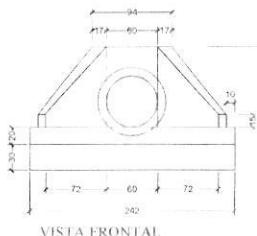
Oscar Delgado  
PREFEITO MUNICIPAL



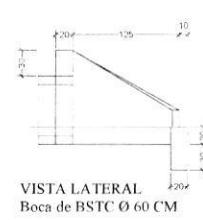
PLANTA DE DRENAGEM  
ESCALA 1: 500



PLANTA BAIXA  
Boca de BSTC O 60 CM



VISTA FRONTAL  
Boca de BSTC O 60 CM

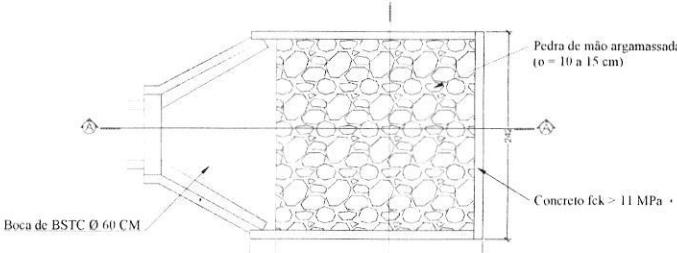


VISTA LATERAL  
Boca de BSTC Ø 60 CM

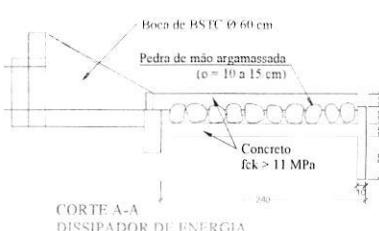
		DRENAGEM								
Rua	Trecho	Tubo de Concreto ø 40	Tubo de Concreto ø 60	Escavação (m³)	Reatores	Boca de lobo a reformar (und)	Boca de lobo a executar (und)	Dissipador (und)	Caixa de passagem a executar (und)	Dreno profundo (m)
Rua Verdi Grande	Área de Gola 01	-	-	85,44	52,90	-	4,00	-	-	-
	Rua Verdi Grande	89,00	-	85,44	52,90	-	4,00	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>89,00</b>	-	<b>85,44</b>	<b>52,90</b>	-	<b>4,00</b>	-	-	-
Rua Germano Wendler	Área de Gola 03	-	-	64,32	39,82	-	4,00	-	-	-
	Rua Germano Wendler	67,00	-	64,32	39,82	-	4,00	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>67,00</b>	-	<b>64,32</b>	<b>39,82</b>	-	<b>4,00</b>	-	-	-
Rua Bernardino Grande	Área de Gola 07	-	-	48,96	30,31	-	2,00	-	-	-
	Rua Bernardino Grande	51,00	-	48,96	30,31	-	2,00	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	-	<b>48,96</b>	<b>30,31</b>	-	<b>2,00</b>	-	-	-
Rua Arnaldo Ewaldio Iansen	Área de Gola 02	-	24,00	31,60	23,94	-	1,00	1,00	-	-
	Rua Arnaldo Ewaldio Iansen - Trecho 01	57,00	52,00	127,52	85,75	-	4,00	-	-	53,00
	Área de Gola 04	20,00	-	19,20	11,89	-	-	-	1,00	-
	Rua Arnaldo Ewaldio Iansen - Trecho 02	62,00	-	59,52	36,85	-	4,00	-	-	-
	Área de Gola 05	-	-	-	-	1,00	-	-	-	-
	Área de Gola 06	-	24,00	31,60	23,94	1,00	-	-	1,00	-
	Rua Arnaldo Ewaldio Iansen - Trecho 03	127,00	-	121,92	75,49	-	6,00	-	-	-
	Área de Gola 08	-	-	-	-	-	-	-	1,00	-
	Rua Arnaldo Ewaldio Iansen - Trecho 09	50,00	-	48,00	29,72	-	2,00	-	-	-
	Área de Gola 09	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>316,00</b>	<b>100,00</b>	<b>443,36</b>	<b>287,58</b>	<b>2,00</b>	<b>17,00</b>	<b>1,00</b>	<b>3,00</b>	<b>53,00</b>

## LEGENDA

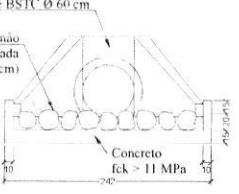
- CAIXA DE PASSAGEM A EXECUTAR
  - BOCA DE LOBO A EXECUTAR
  - BOCA DE LOBO A REFORMAR
  - TUBO DE CONCRETO ø40 A EXECUTAR
  - TUBO DE CONCRETO ø60 A EXECUTAR
  - TUBO DE CONCRETO EXISTENTE
  - DRENO PROFUNDO A EXECUTAR
  - DISSIPADOR DE ENERGIA A EXECUTAR
  - BOCA DE BSTC Ø60 A EXECUTAR



PLANTA BAIXA  
DISSIPADOR DE ENERGIA



CORTE A-A  
DISSIPADOR DE ENERGIA



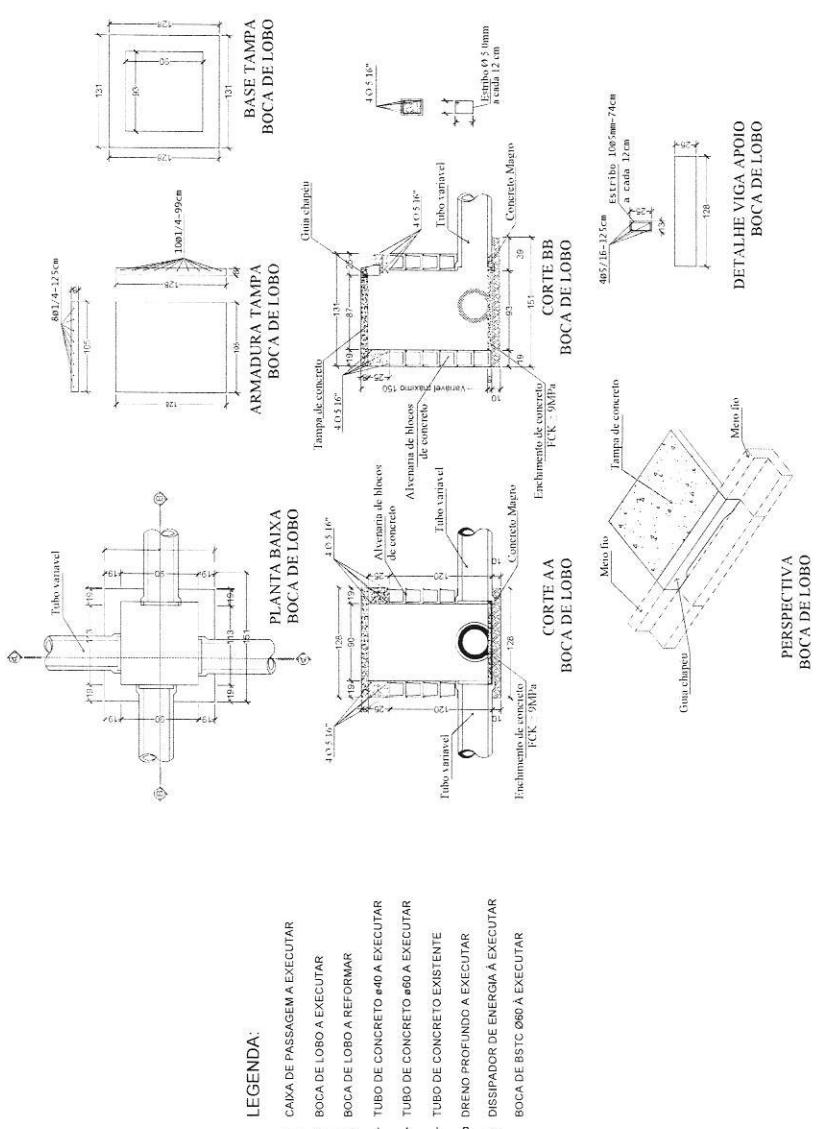
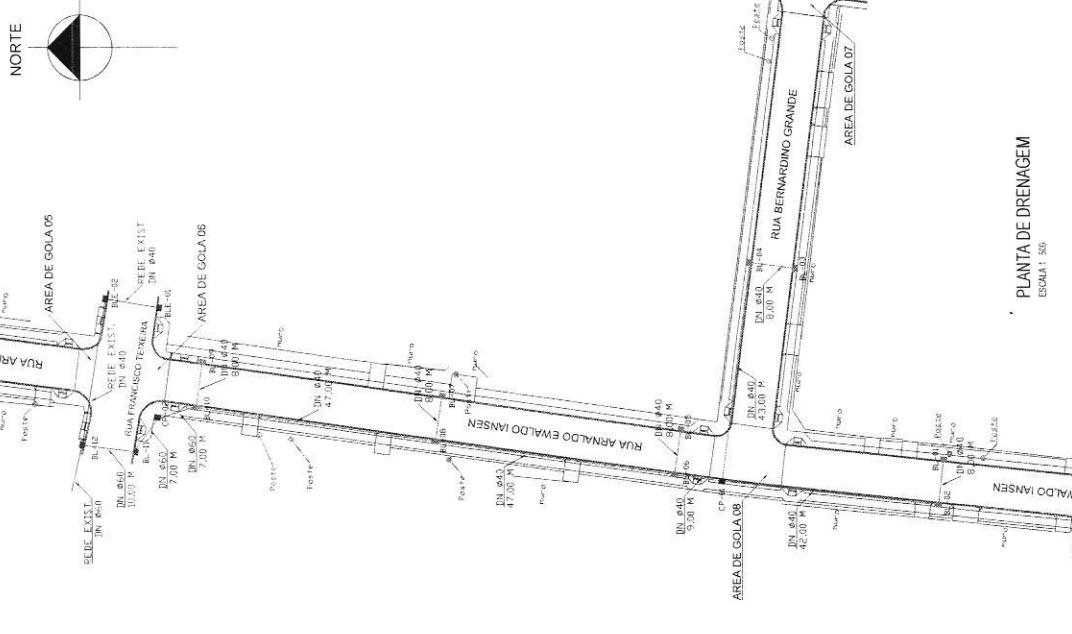
CORTE B-B  
DISSIPADOR DE ENERGIA



Kawane L. R. Martins  
CREA-PR 203.031/D

Oscar Delgado  
PREFEITO MUNICIPAL

04/11



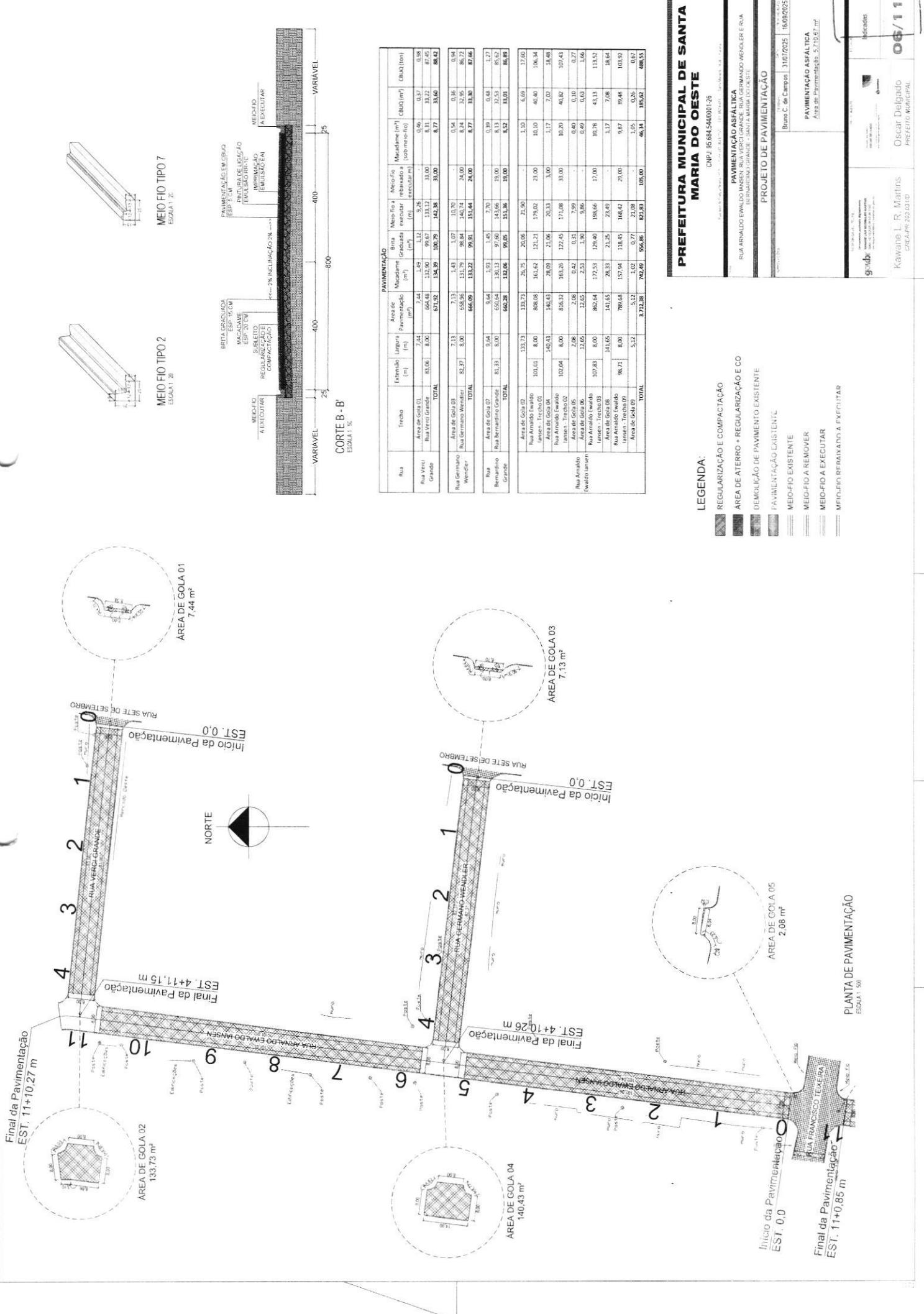
PROJETO DE DRENAGEM		PROJETO DE DRENAGEM	
Rua Bernardo Gralha	51,00	Tubo	Ø40 x 16"
Rua Bernardo Gralha	51,00	Concreto ø40 (m³)	85,44
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Ø40 x 16"</b>	<b>85,44</b>
Area de Gola 01	-	Escavação ø60 (m³)	52,90
Rua Bernardo Gralha	89,00	Revestimento a executar (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>89,00</b>	<b>Revestimento a executar (und)</b>	<b>52,90</b>
Area de Gola 02	-	Base de tubo ø60 (und)	4,00
Rua Bernardo Gralha	67,00	Base de tubo ø60 (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>67,00</b>	<b>Base de tubo ø60 (und)</b>	<b>4,00</b>
Area de Gola 03	-	Dissipador (und)	-
Rua Bernardo Gralha	67,00	Dissipador (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>67,00</b>	<b>Dissipador (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 07	-	Cava de passagem (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Cava de passagem (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Cava de passagem (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Dreno profundo (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Dreno profundo (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Dreno profundo (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Indicador	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Indicador	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Indicador</b>	<b>0,00</b>

PROJETO DE DRENAGEM		PROJETO DE DRENAGEM	
Rua Bernardo Gralha	51,00	Tubo	Ø40 x 16"
Rua Bernardo Gralha	51,00	Concreto ø40 (m³)	85,44
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Ø40 x 16"</b>	<b>85,44</b>
Area de Gola 00	-	Escavação ø60 (m³)	52,90
Rua Bernardo Gralha	51,00	Revestimento a executar (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Revestimento a executar (und)</b>	<b>52,90</b>
Area de Gola 00	-	Base de tubo ø60 (und)	4,00
Rua Bernardo Gralha	51,00	Base de tubo ø60 (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Base de tubo ø60 (und)</b>	<b>4,00</b>
Area de Gola 00	-	Dissipador (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Dissipador (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Dissipador (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Cava de passagem (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Cava de passagem (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Cava de passagem (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Dreno profundo (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Dreno profundo (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Dreno profundo (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Indicador	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Indicador	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Indicador</b>	<b>0,00</b>

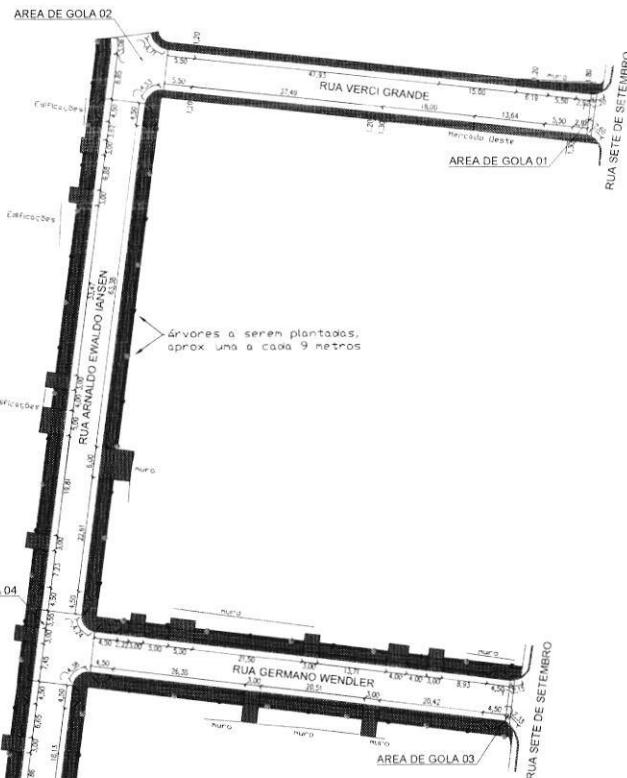
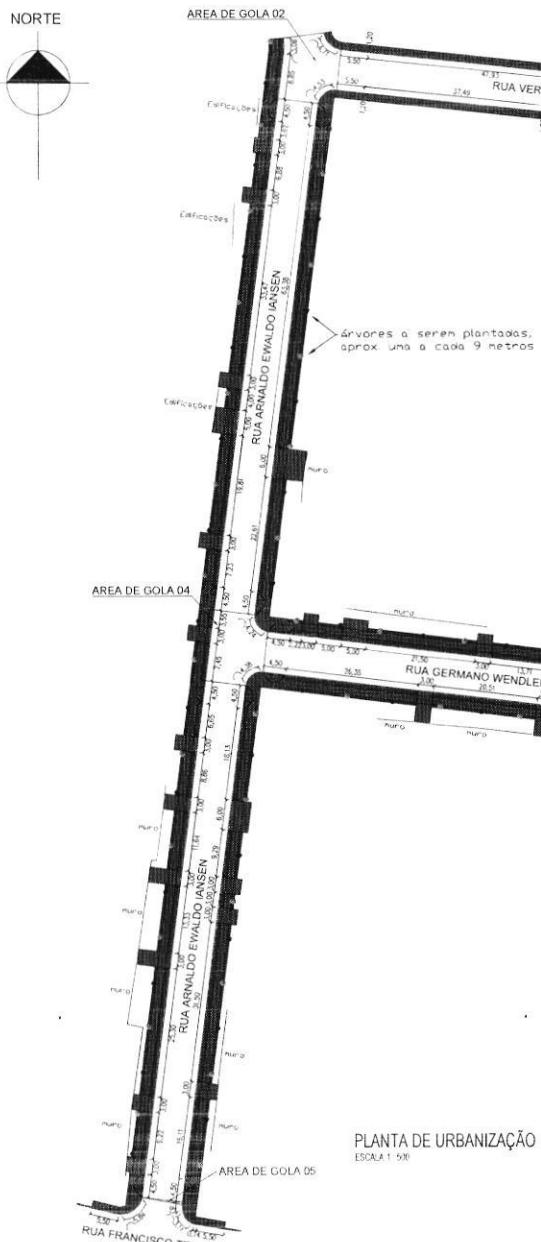
PROJETO DE DRENAGEM		PROJETO DE DRENAGEM	
Rua Bernardo Gralha	51,00	Tubo	Ø40 x 16"
Rua Bernardo Gralha	51,00	Concreto ø40 (m³)	85,44
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Ø40 x 16"</b>	<b>85,44</b>
Area de Gola 00	-	Escavação ø60 (m³)	52,90
Rua Bernardo Gralha	51,00	Revestimento a executar (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Revestimento a executar (und)</b>	<b>52,90</b>
Area de Gola 00	-	Base de tubo ø60 (und)	4,00
Rua Bernardo Gralha	51,00	Base de tubo ø60 (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Base de tubo ø60 (und)</b>	<b>4,00</b>
Area de Gola 00	-	Dissipador (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Dissipador (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Dissipador (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Cava de passagem (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Cava de passagem (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Cava de passagem (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Dreno profundo (und)	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Dreno profundo (und)	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Dreno profundo (und)</b>	<b>0,00</b>
Area de Gola 00	-	Indicador	-
Rua Bernardo Gralha	51,00	Indicador	-
<b>TOTAL</b>	<b>51,00</b>	<b>Indicador</b>	<b>0,00</b>

FLS 67

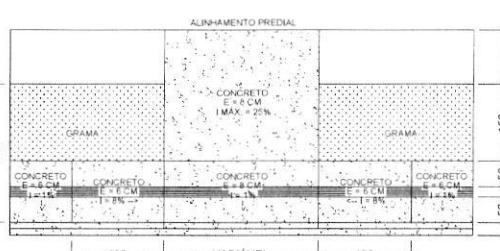
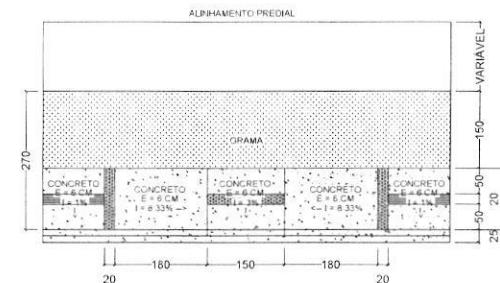
Oscar Delgado  
PREFEITO MUNICIPAL  
Kawana L. R. Malins  
CREA-RS 2633340



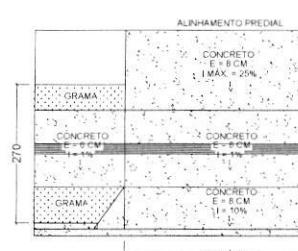
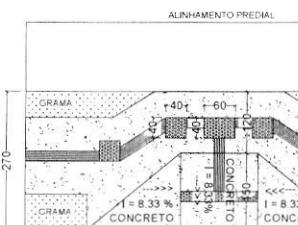




**CORTE - CALÇADA 1,50M**  
ESCALA 1:50



URBANIZAÇÃO								
Rua	Trecho	Regularização e compactação (m²)	Calçada em concreto (m²)	Piso tátil (m²)	Rampa de acessibilidade Tipo 1 (und)	Rampa de acessibilidade Tipo 2 (und)	Gram (m²)	Arvores (und)
Rua Verci Grande	Área de Gola 01	-	-	-	-	-	-	-
Rua Verci Grande	Rua Verci Grande	199,69	118,20	30,51	2,00	-	-	37,78
	<b>TOTAL</b>	<b>199,69</b>	<b>118,20</b>	<b>30,51</b>	<b>2,00</b>	-	-	<b>37,78</b>
Rua Germano Wendler	Área de Gola 03	-	-	-	-	-	-	-
Rua Germano Wendler	Rua Germano Wendler	476,41	172,00	37,00	-	2,00	149,76	20,00
	<b>TOTAL</b>	<b>476,41</b>	<b>172,00</b>	<b>37,00</b>	-	<b>2,00</b>	<b>149,76</b>	<b>20,00</b>
Rua Bernardino Grande	Área de Gola 07	-	-	-	-	-	-	-
Rua Bernardino Grande	Rua Bernardino Grande	436,90	179,95	34,91	-	2,00	155,94	18,00
	<b>TOTAL</b>	<b>436,90</b>	<b>179,95</b>	<b>34,91</b>	-	<b>2,00</b>	<b>155,94</b>	<b>18,00</b>
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 02	78,77	35,79	6,39	2,00	2,00	14,39	2,00
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 01	558,00	206,19	40,12	-	206,99	22,00	104,70
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 04	125,11	59,75	11,81	-	6,00	13,60	2,00
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 02	557,94	193,73	42,55	-	181,83	22,00	129,83
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 05	53,53	27,08	4,25	2,00	2,00	-	-
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 03	572,40	203,72	41,67	-	252,41	24,00	74,60
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 08	121,77	45,08	11,75	-	6,00	17,94	2,00
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 09	546,01	190,34	45,37	-	7,00	215,20	24,00
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 09	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>2.673,74</b>	<b>1.016,31</b>	<b>209,39</b>	<b>5,00</b>	<b>21,00</b>	<b>902,36</b>	<b>98,00</b>
								<b>418,18</b>



URBANIZAÇÃO								
Rua	Trecho	Regularização e compactação (m²)	Calçada em concreto (m²)	Piso tátil (m²)	Rampa de acessibilidade Tipo 1 (und)	Rampa de acessibilidade Tipo 2 (und)	Gram (m²)	Arvores (und)
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 02	78,77	35,79	6,39	2,00	2,00	14,39	2,00
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 01	558,00	206,19	40,12	-	206,99	22,00	104,70
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 04	125,11	59,75	11,81	-	6,00	13,60	2,00
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 02	557,94	193,73	42,55	-	181,83	22,00	129,83
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 05	53,53	27,08	4,25	2,00	2,00	-	-
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 03	572,40	203,72	41,67	-	252,41	24,00	74,60
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 08	121,77	45,08	11,75	-	6,00	17,94	2,00
Rua Arnaldo Iansen	Trecho 09	546,01	190,34	45,37	-	7,00	215,20	24,00
Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 09	-	-	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	<b>2.673,74</b>	<b>1.016,31</b>	<b>209,39</b>	<b>5,00</b>	<b>21,00</b>	<b>902,36</b>	<b>98,00</b>
								<b>418,18</b>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**  
CNPJ 95.684.544/001-26

Rua Arnaldo Iansen, 100 - Centro - Santa Maria do Oeste - Paraná  
Bernardino Grande, 100 - Centro - Santa Maria do Oeste

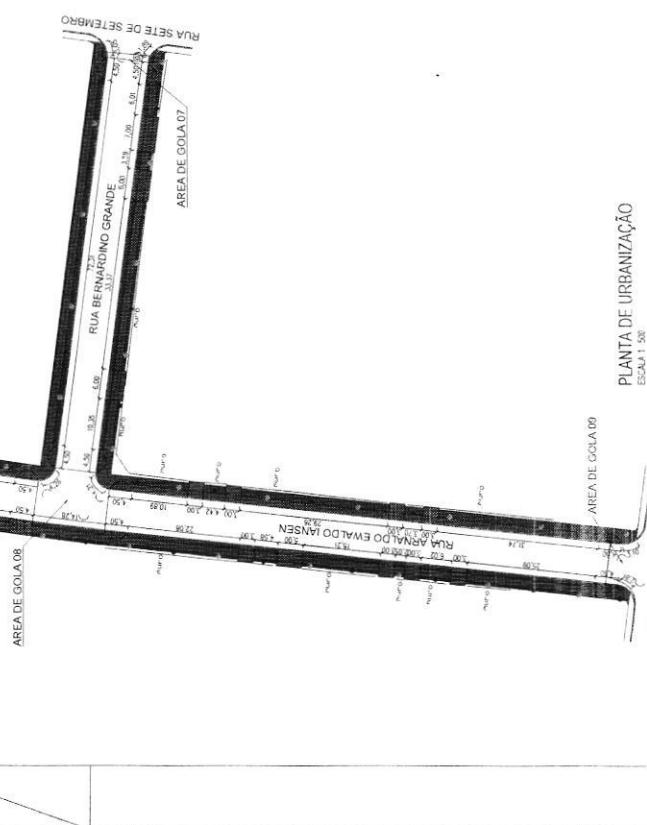
PROJETO DE URBANISMO

SP-00000000000000000000000000000000	CEP: 83.600-000	DATA: 31/07/2025	DATA: 16/09/2025
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA		Área de Pavimentação 5.710,67 m²	
Kawane L. R. Martins CREA-PR 203.031/D			
Oscar Delgado PREFEITO MUNICIPAL			
08/11			

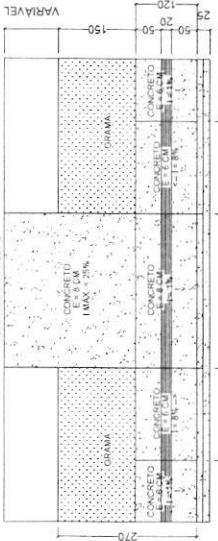


**LEGENDA:**

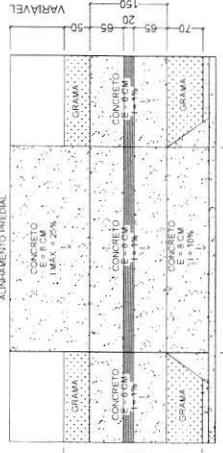
- CALÇADA EM CONCRETO
- A EXECUTAR
- ACESSO DE VÉHICULO
- PISO TÁTIL DIRECIONAL
- PISO TÁTIL ALERTA
- GRAMA
- ARVORES
- RAMPA DE ACESSIBILIDADE



**RAMPA DE ACESSIBILIDADE P/ CALÇADA 1,20M**  
ESCALA 1:50



**RAMPA DE ACESSIBILIDADE P/ CALÇADA 1,50M**  
ESCALA 1:50



**ACESSO DE VÉHICULOS P/ CALÇADA 1,20M**  
ESCALA 1:50

Rua	Trecho	Regularização e compatibilidade (m)	Calçada em concreto (m)	Piso tátil e concreto (m)	Rampa de acessibilidade horizontal (m)	Rampa de acessibilidade vertical (m)	Gramado (m²)	Áreas (m²)	Acesso de passeio (m²)
Rua Verc Grande	Area de Gola 01 Rua Verc Grande	199,69	18,20	30,51	-	-	-	-	-
	<b>TOTAL</b>	199,69	18,20	30,51	-	-	-	-	-
Rua Germano Wender	Area de Gola 03	176,41	17,00	31,00	-	-	2,00	149,76	20,00
	<b>TOTAL</b>	176,41	17,00	31,00	-	-	2,00	149,76	20,00
Rua Bernardo Gralho Grande	Area de Gola 07	186,90	17,95	34,91	-	-	2,00	155,94	18,00
	<b>TOTAL</b>	186,90	17,95	34,91	-	-	2,00	155,94	18,00
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 02	78,77	35,79	6,39	2,00	1,49	2,00	-	-
	<b>TOTAL</b>	78,77	35,79	6,39	2,00	1,49	2,00	-	-
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 01	550,63	206,19	40,12	-	-	2,00	149,59	22,00
	<b>TOTAL</b>	550,63	206,19	40,12	-	-	2,00	149,59	22,00
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 04	125,11	52,75	11,03	-	-	6,00	113,92	12,52
	<b>TOTAL</b>	125,11	52,75	11,03	-	-	6,00	113,92	12,52
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 02	551,94	193,73	47,55	-	-	18,81	138,83	18,81
	<b>TOTAL</b>	551,94	193,73	47,55	-	-	18,81	138,83	18,81
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 06	53,54	27,09	4,76	-	-	2,00	27,09	3,00
	<b>TOTAL</b>	53,54	27,09	4,76	-	-	2,00	27,09	3,00
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 03	60,21	34,63	5,48	-	-	3,00	-	-
	<b>TOTAL</b>	60,21	34,63	5,48	-	-	3,00	-	-
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 05	572,40	203,72	41,67	-	-	25,41	24,00	74,50
	<b>TOTAL</b>	572,40	203,72	41,67	-	-	25,41	24,00	74,50
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 06	121,77	65,08	11,75	-	-	6,00	11,94	2,00
	<b>TOTAL</b>	121,77	65,08	11,75	-	-	6,00	11,94	2,00
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 09	546,01	190,34	45,37	-	-	2,00	21,00	86,10
	<b>TOTAL</b>	546,01	190,34	45,37	-	-	2,00	21,00	86,10
Rua Arnaldo Boavida	Area de Gola 09	2,671,74	1,016,31	209,39	-	-	5,00	21,00	90,36
	<b>TOTAL</b>	2,671,74	1,016,31	209,39	-	-	5,00	21,00	90,36

**PLANTA DE URBANIZAÇÃO**  
ESCALA 1:500

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA SETE DE SETEMBRO**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA SETE DE SETEMBRO**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA SETE DE SETEMBRO**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA SETE DE SETEMBRO**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA SETE DE SETEMBRO**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA SETE DE SETEMBRO**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA SETE DE SETEMBRO**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA BERNARDINO GRANDE**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA BERNARDINO GRANDE**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA BERNARDINO GRANDE**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA BERNARDINO GRANDE**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA BERNARDINO GRANDE**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA BERNARDINO GRANDE**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA BERNARDINO GRANDE**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 06

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 05

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 04

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 03

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 02

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 01

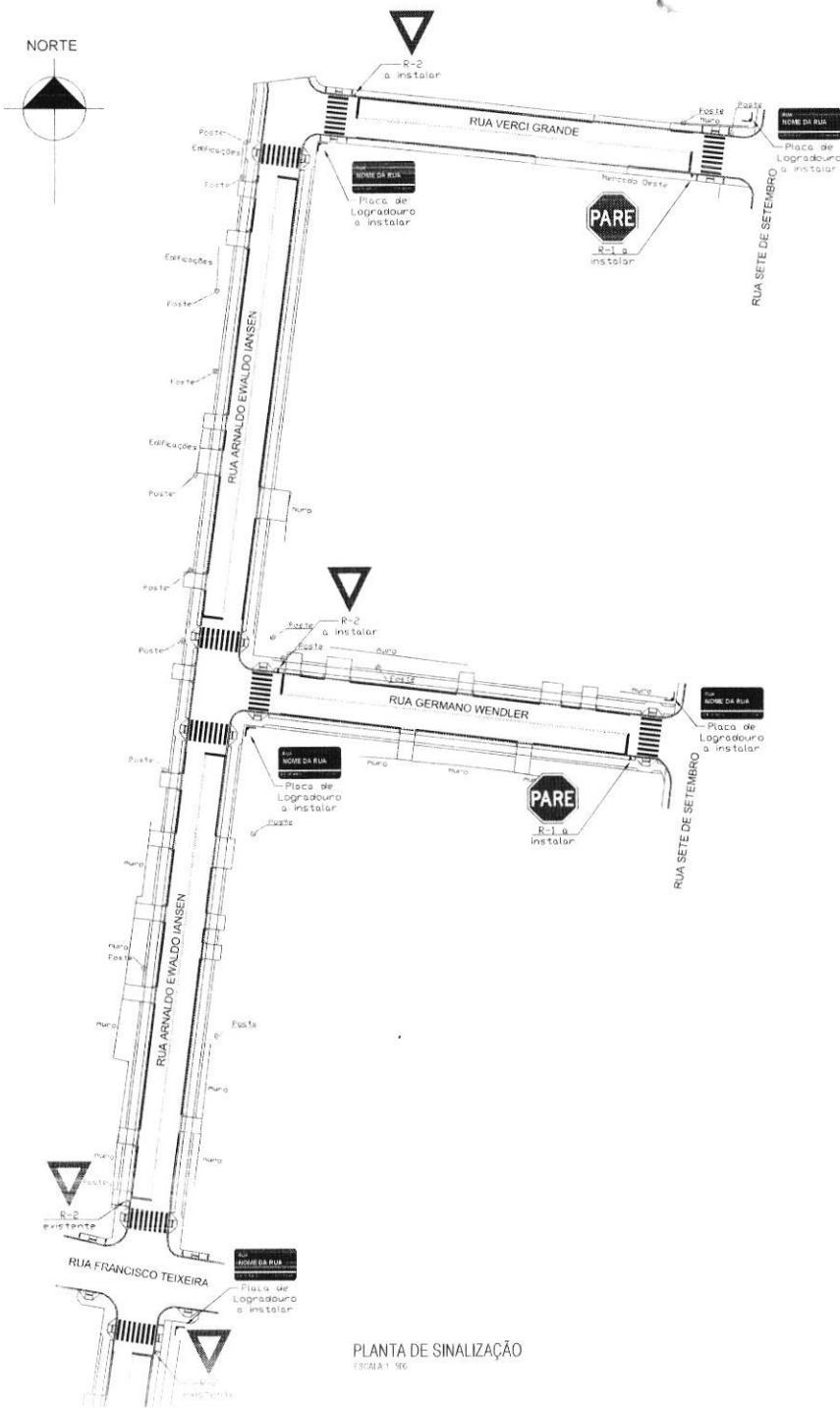
**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 09

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 08

**RUA ALEXANDRO EWLALDO LINSSEN**  
ÁREA DE GOLA 07

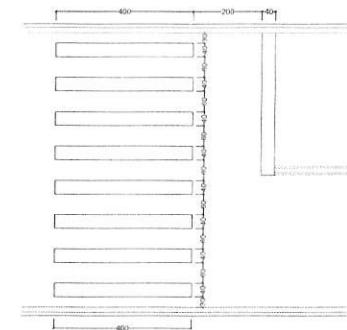
<b

NORTE



### LINHA DUPLA CONTÍNUA ESCALA 1:75

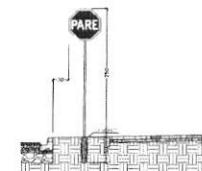
FORMA	COR
Rua NOME DA RUA	FUNDO AZUL LETRAS BRANCA FAIXA BRANCA
ALTURA (M)	0,25
COMPRIMENTO (M)	0,50
FAIXA (M)	0,018



**FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES**  
ESCALA 1:75

SINAL	CÓDIGO	COR
PARE	R-1	FUNDO VERMELHA ORLA INTERNA BRANCA ORLA EXTERNA VERMELHA LETRAS BRANCA
		LADO (M) 0,35
		ORLA INTERNA BRANCA (M) 0,028
		ORLA EXTERNA VERMELHA (M) 0,014

SINAL	CÓDIGO	COR
	R-2	FUNDO BRANCA ORLA VERMELHA VERSO PRETO FOSCO
		LADO (M) 0,75
		ORLA (M) 0,10



**INSTALAÇÃO PLACAS**  
ESCALA 1:50

SINALIZAÇÃO					
Rua	Trecho	Sinalização horizontal (m²)	Instalação de placa R-1 "Pare" (UND)	Instalação de placa R-2 "De preferência" (UND)	Instalação de placa de Logradouro (UND)
Rua Verci Grande	Área de Gola 01	-	-	-	-
	Rua Verci Grande	55,25	1,00	1,00	1,00
	<b>TOTAL</b>	<b>55,25</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
Rua Germano Wendler	Área de Gola 03	-	-	-	-
	Rua Germano Wendler	56,54	1,00	1,00	1,00
	<b>TOTAL</b>	<b>56,54</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>
Rua Bernardino Grande	Área de Gola 07	-	-	-	-
	Rua Bernardino Grande	56,13	1,00	1,00	1,00
	<b>TOTAL</b>	<b>56,13</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>	<b>1,00</b>

Rua Arnaldo Iansen	Área de Gola 02	-	-	-	1,00
	Rua Arnaldo Iansen - Trecho 01	64,00	-	-	-
	Área de Gola 04	-	-	-	1,00
	Rua Arnaldo Iansen - Trecho 02	64,41	-	-	-
	Área de Gola 05	-	-	-	1,00
	Rua Arnaldo Iansen - Trecho 03	66,73	-	-	-
	Área de Gola 08	-	-	-	1,00
	Rua Arnaldo Iansen - Trecho 09	64,01	1,00	-	-
	Área de Gola 09	-	-	-	1,00
	<b>TOTAL</b>	<b>259,15</b>	<b>1,00</b>	<b>-</b>	<b>5,00</b>

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CNPJ 95.684.544/0001-26

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
RUA ARNALDO IANSEN, RUA VERCI GRANDE, RUA GERMANO WENDLER E RUA BERNARDINO GRANDE - SANTA MARIA DO OESTE

### PROJETO DE SINALIZAÇÃO

Bruno C. de Campos 31/07/2025 16/08/2025

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
Área de Pavimentação 5.710,67 m²

Kawane L. R. Martins  
CREA-PR 203.031/MOscar Delgado  
PREFEITO MUNICIPAL

10/11

Indicadas

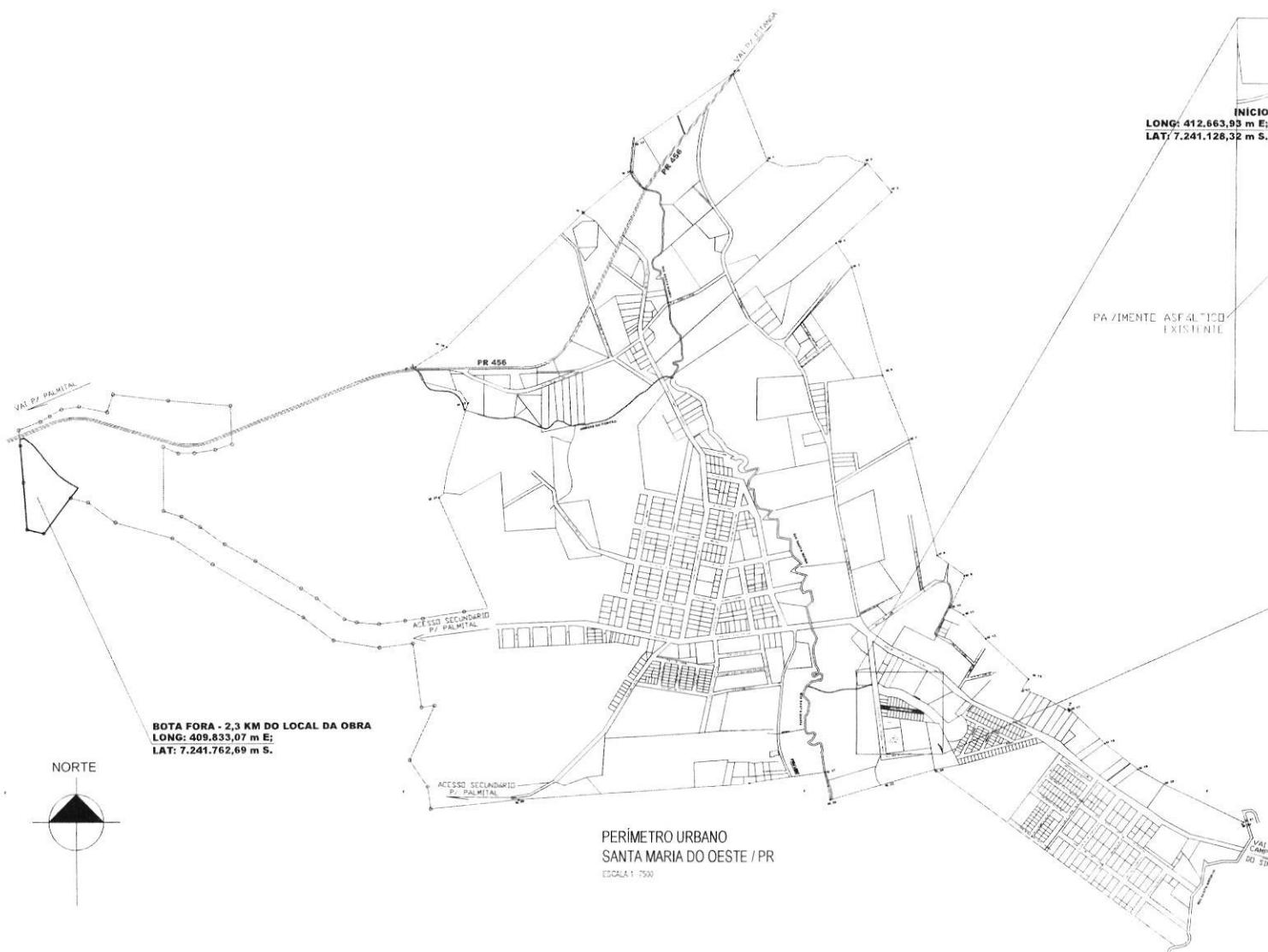
gobr

santamaria

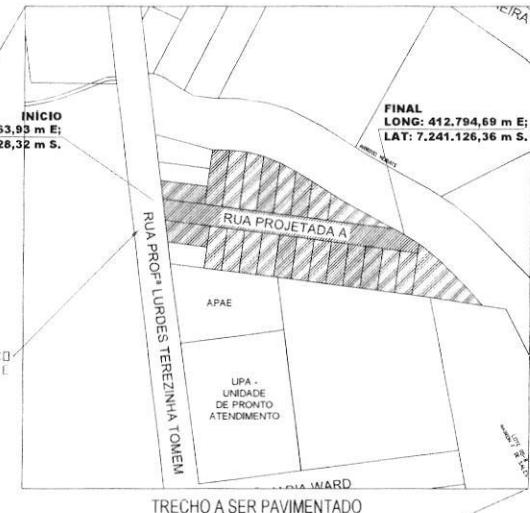
Educa

Educa





RUA	LOTES TOTAIS	LOTE Ocupado
RUA PROJETADA A	23	9
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>9</b>



TRECHO A SER PAVIMENTADO  
ESCALA 1 : 1500

FRECUENCIA  
ESCALA 1

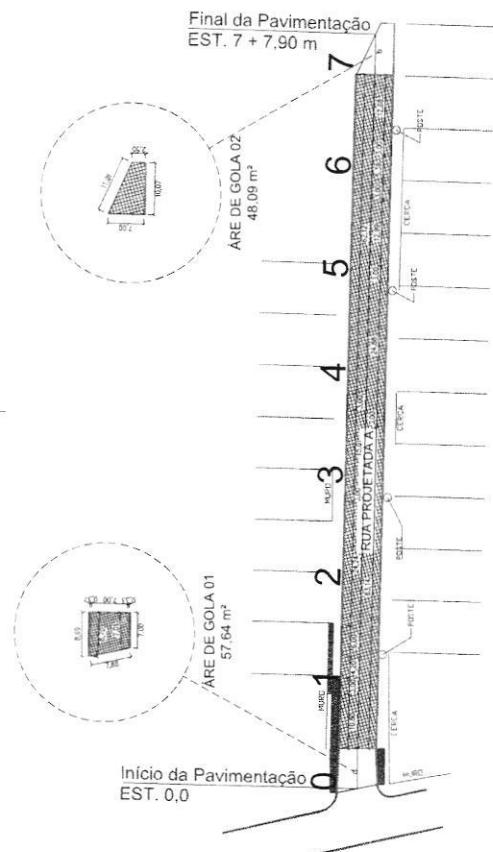
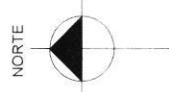
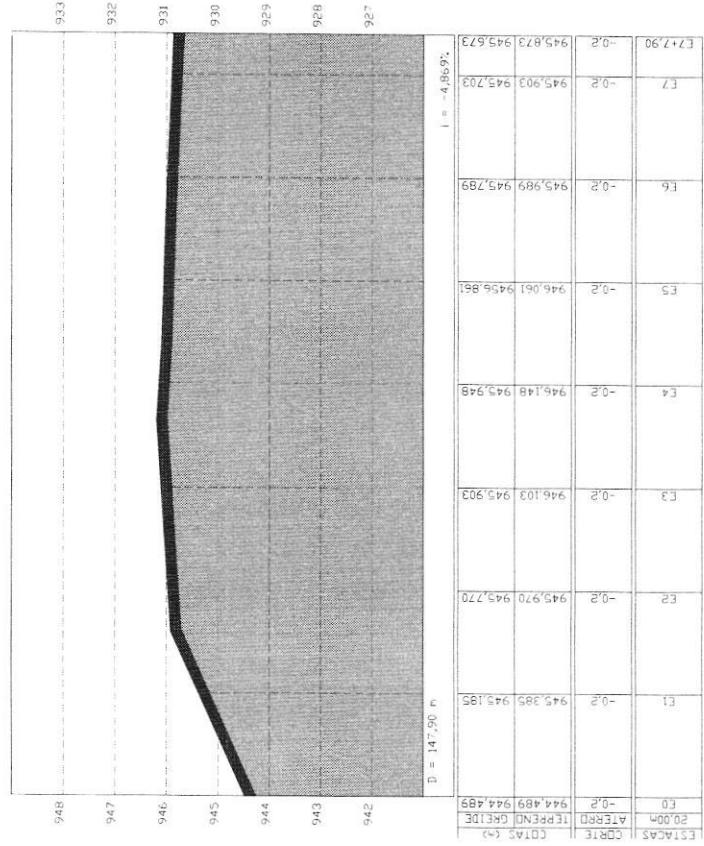
## LEGENDA:



<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE</b> <b>CNPJ 95.684.544/0001-26</b> Rua Antônio Viana, nº 10 - Centro - CEP 86110-000 - São Miguel do Oeste - Santa Catarina - Brasil	
<b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b> <b>RUA PROJETADA A - SANTA MARIA DO OESTE</b>	
<b>MAPA DA OCUPAÇÃO DOS LOTES LINDEIROS</b>	
 <b>Loteiros</b>	<b>Loteiros</b> Bruno C. de Campos    31/07/2025    16/09/2025  <b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b> Área de Pavimentação: 1.024,68 m <sup>2</sup>
	
 <b>São Miguel do Oeste - SC</b>	
<b>Kawane L. R. Martins</b> CREA-PR 203.031/D	
<b>Oscar Delgado</b> <b>PREFEITO MUNICIPAL</b>	
<b>01/06</b>	

# Perfil Longitudinal Rua Projetada A

Regulorização de 20 cm



PLANTA DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM  
EST 0,0 a 1,50

## LEGENDA:

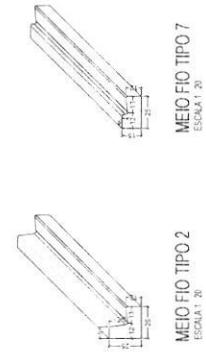
- ÁREA DE ESCAVAÇÃO
- DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO EXISTENTE
- PAVIMENTAÇÃO EXISTENTE
- MEIO-FIO EXISTENTE
- MEIO-FIO A REMOVER
- MEIO-FIO A EXECUTAR
- MEIO-FIO REBAIXADO A EXECUTAR

## DEMOLIÇÃO DE TERRO PLANAGEM

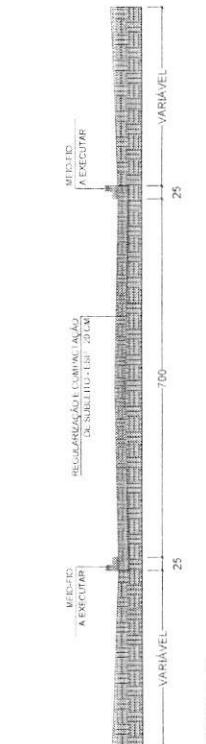
Rua	Trecho	Remoção de pavimento (m²)	Regulorização e compactação de solo (m²)	Demolição (m³) concreto (m³) rebarro (m³)	Meio-fio a executar (m)	Meio-fio a executado (m)
Rua	Ave de Gola 01	60,46	65,57	15,09	1,42	
Rua	Ave de Gola 02	96,62	100,66	23,86	3,70	
Projeto A	TOTAL	156,08	166,23	40,95	10,00	27,00

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

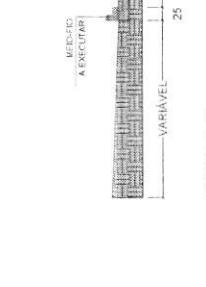
CPF: 95.884.540/001-26	Indicado
Projeto nº 001/2025	02/06
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	
Bula Projecção A - Santa Maria do Oeste	
PROJETO DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM	
gob	Kawane L. R. Martins
CEP 269-263-0340	Oscar Delgado
PREFEITO MUNICIPAL	



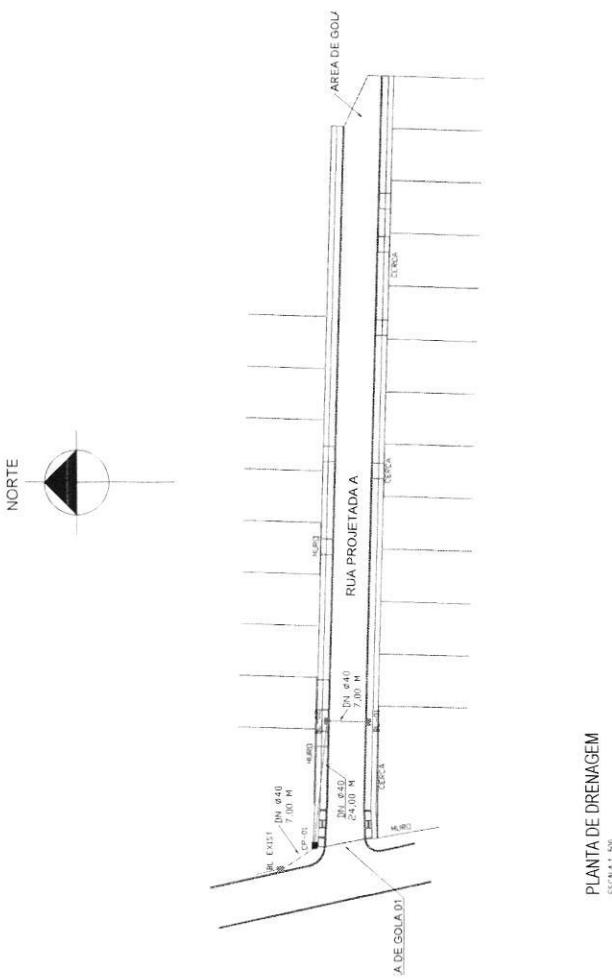
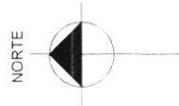
MEIO FIO TIPO 7  
ESCALA 1:20



MEIO FIO TIPO 2  
ESCALA 1:20



CORTE A-A'  
ESCALA 1:50



PLANTA DE DRENAGEM

## LEGENDA:

- CAIXA DE PASSAGEM A EXECUTAR
  - BOCA DE LOBO A EXECUTAR
  - BOCA DE LOBO A REFORMAR
  - 
  - TUBO DE CONCRETO Ø40 A EXECUTAR
  - TUBO DE CONCRETO Ø50 A EXECUTAR
  - 
  - TUBO DE CONCRETO EXISTENTE
  - 
  - DRENO PROFUNDO A EXECUTAR
  - DISPENSADOR DE ENERGIA À EXECUTAR
  - BOCA DE BSTC Ø60 A EXECUTAR

DRENAGEM					
Rua	Trecho	Válvula de Corrente (m)	Válvula de escavação (m)	Boca de todo exercida (m)	Câmbio de postagem a exercer (und)
Rua Ribeirão da Pimenteira X	Rua Projeto da A	36,00	36,48	22,59	2,00
	<b>TOTAL</b>	<b>36,00</b>	<b>36,48</b>	<b>22,59</b>	<b>2,00</b>
					<b>1,00</b>

CANDIDATE NUMBER: 72

CN-3 35384 35mm00128

CONSTITUCIÓN MEXICANA

QUATADA A SANTA MARIA DO OESTE

Environ Biol Fish (2012) 95:243–255  
DOI 10.1007/s10641-012-0005-0

PROJETO DE DRENAGEM

Bruno S. de Camões 31/07/2025 16/09/2025

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARIES

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Área de Pavimentação: 1.024,69 m<sup>2</sup>

110

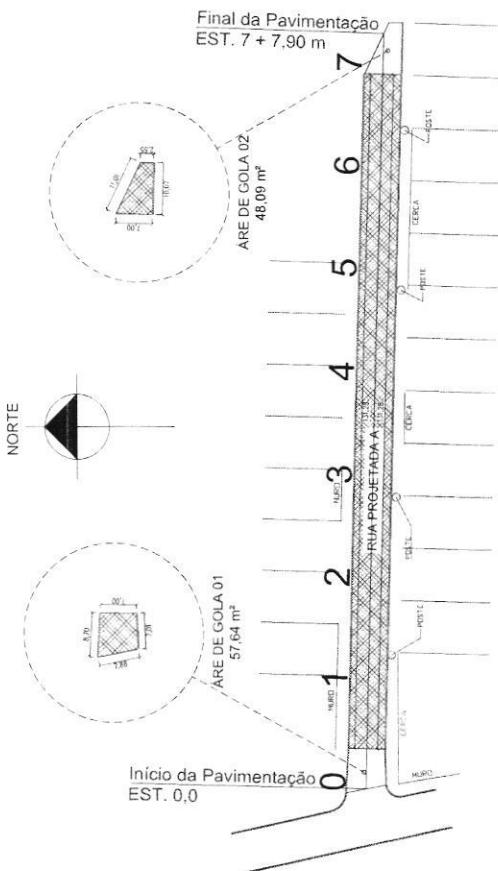
卷之三

Environ Biol Fish (2007) 79:179–186

Journal of Health Politics, Policy and Law  
Volume 35 Number 3 June 2010

卷之三

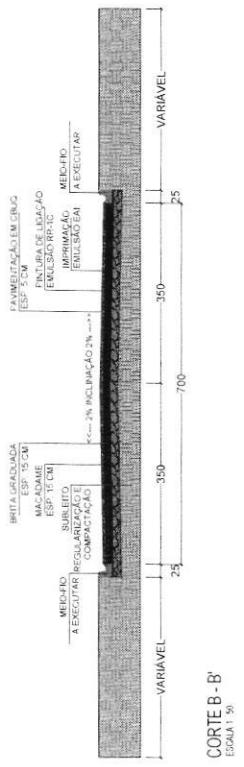
Oscar Delgado 03/06



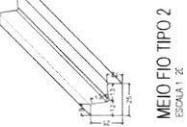
PIANTA DE PAVIMENTAÇÃO  
EST. 0,0 - 7,90

LEGENDA:

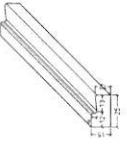
- PAVIMENTO EXISTENTE
- ÁREA A SER PAVIMENTADA
- MEIO-FIO EXISTENTE
- MEIO-FIO A EXECUTAR



CORTE B-B'  
ESCALA 1:50



MEIO FIO TIPO 2  
ESCALA 1:2



MEIO FIO TIPO 7  
ESCALA 1:26

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CNPJ: 05.884.546/0001-26  
RUA DA SERRA, 1000 - Centro - 06400-000 - Santa Maria do Oeste - PR  
PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA

BLOCO PROJETADO A: SANTA MARIA DO OESTE

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

Bruno C. de Campos - 31/07/2015 - 10/09/2015  
PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA  
Área de Pavimentação: 1.024,60 m<sup>2</sup>

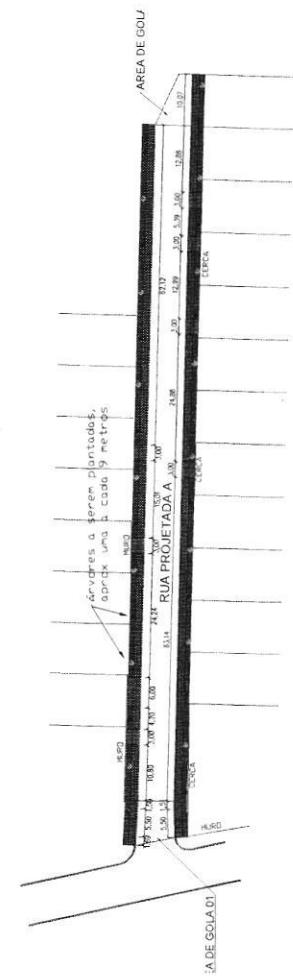
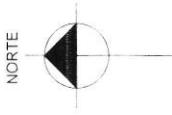
Indicado

Oscar Delgado  
PREFEITO MUNICIPAL  
Kawane L. R. Martins  
CRÉDITO: 203.03.00

Bacia	Térço	Extensão	Largura	Profundidade	PAVIMENTAÇÃO		Meio-fio rebaixado (excavado)	Meio-fio excavado	Cimento
					Bens	Madeira			
Rua	Térço	Extensão	Largura	Profundidade	Brns	Madeira	m³ (m³)	m³ (m³)	t/m³
		[m]	[m]	[m]	[m³]	[m³]			
Rua Areia de Gola 01	1/3	13,26	5,71/4	0,15/0,16	52,14	8,65	15,36	27,00	2,98
Rua Areia de Gola 02	1/3	13,26	5,71/4	0,15/0,16	52,14	8,65	13,9/16	9,65	45,95
Proj. Gola A					48,03	10,0/10	2,21	6,33	10,38
Proj. Gola B					48,03	10,0/10	2,21	6,33	2,40
<b>TOTAL</b>					<b>1.024,69</b>	<b>163,40</b>	<b>20,42</b>	<b>34,23</b>	<b>34,85</b>

PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA	
BRUNO C. DE CAMPOS	31/07/2015
ÓSCAR DELGADO	10/09/2015
KAWANE L. R. MARTINS	10/09/2015
LEONARDO GOMES	10/09/2015

FLS

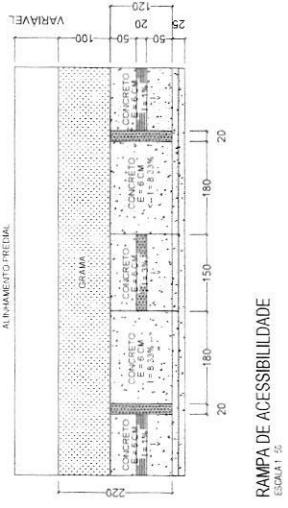


PLANTA DE URBANISMO

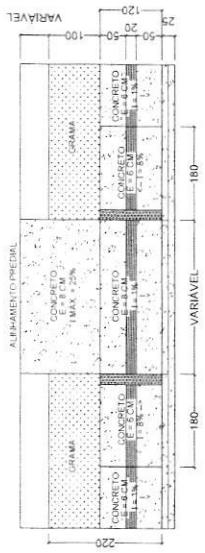
## LEGENDA:

- 

RAMPA DE ACESSIBILIDADE  
ESCALA 1:50



ACESSO DE VEÍCULOS  
ESCOLARES



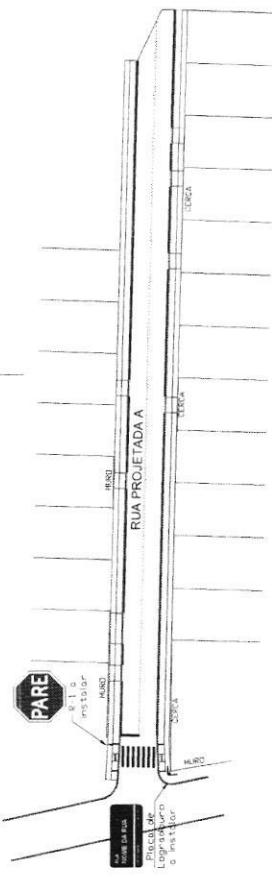
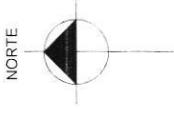
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
MARIA DO OESTE**

NPC 95.084.34001-26

卷之三

AVENIDA SANTA MARIA DO OES  
PROJETADA - ACACIAS FÁLICA

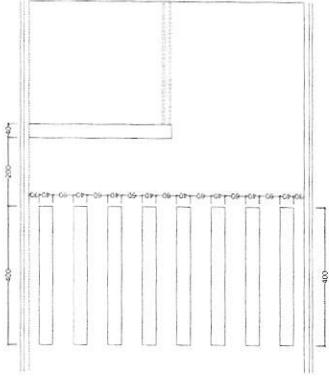
卷之三

PLANTA DE URBANISMO  
ESCALA 1: 500

RUA PROJETADA

FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRE  
ESCALA 1:75



LIMA DURA CONTINUA  
ESCALA 175

FORMA	COR
FUNDÔ	AZUL
LETRAS	BRANCA
FADA	BRANCA
ALTURA (M)	0,25
COMPRIMENTO (M)	0,50
FAXA (M)	0,018

SINAL	CÓDIGO	FORMA	COR
		PUNDO	VERMELHA
	R-1	ORLA INTERNA	BRANCA
		ORLA EXTERNA	VERMELHA
		LETRAS	BRANCA
LADO (M)			0.25
ORLA INTERNA, BRANCA (M)			0.028
ORLA EXTERNA, VERMELHA (M)			0.014

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
MARIA DO OESTE**

CNPJ 95.684.544/0001-26

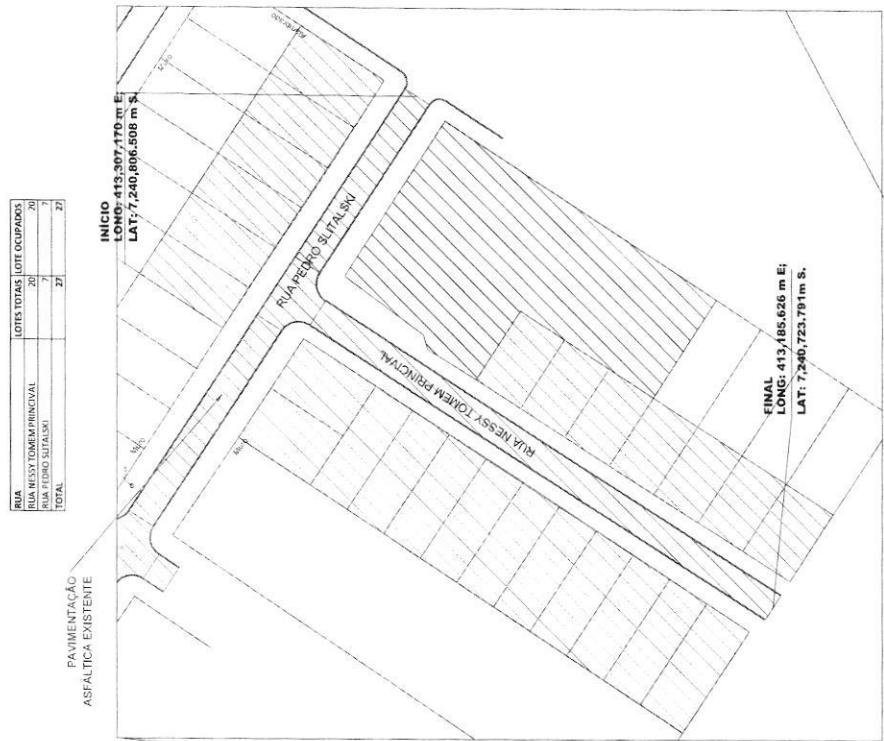
POLYACRYLIC ACID

RUMYANTSEV AND N. A. VASIL'YEVA

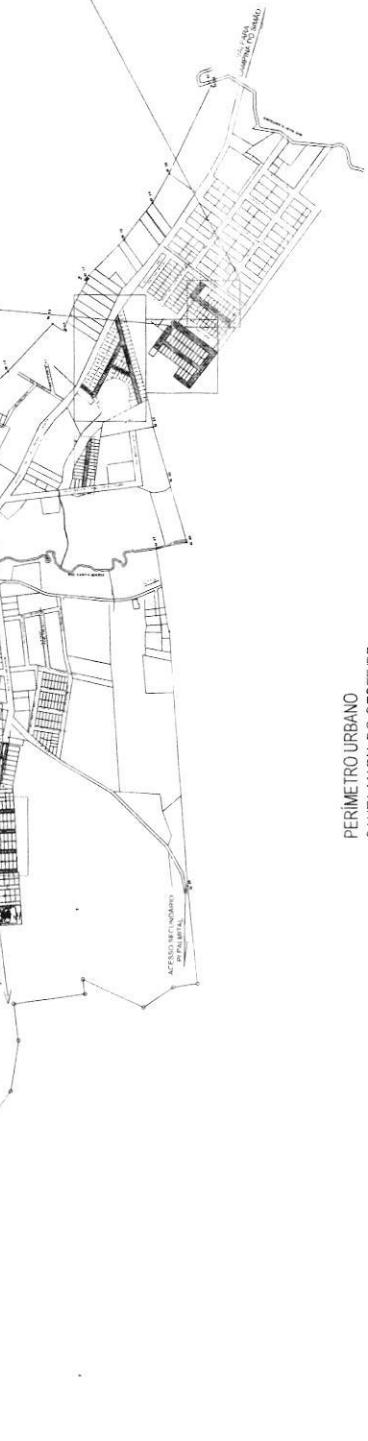
PROJETO DE SINALIZAÇÃO

Bruno C. de Campos 31/07/2025 16/09/2025

PAVIMENTAÇÃO ASSESSÍTICA

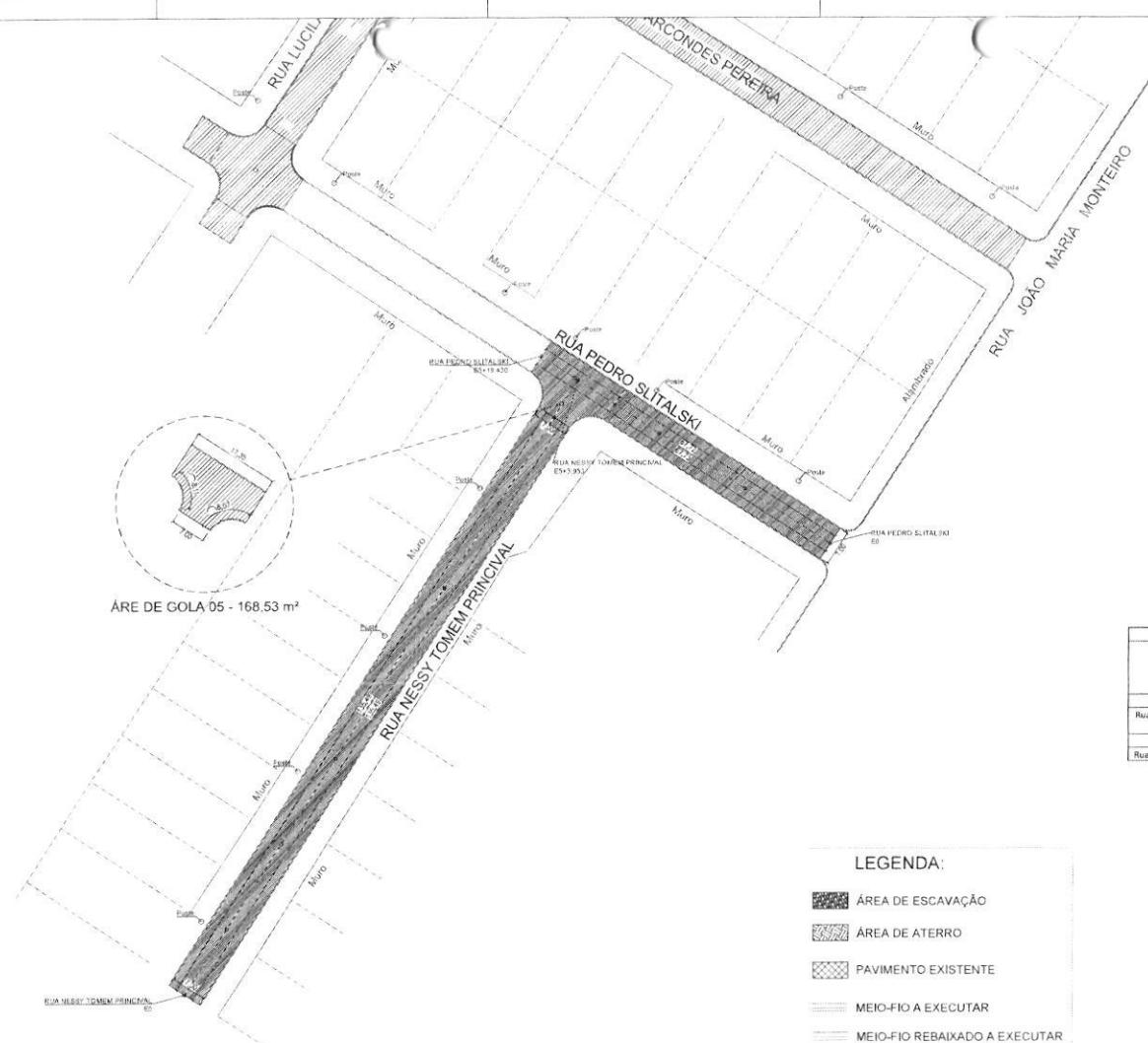


TRECHO A SER PAVIMENTADO  
BNH TRECHO 02  
ESCALA 1:1000



ESTADO DO PARANÁ





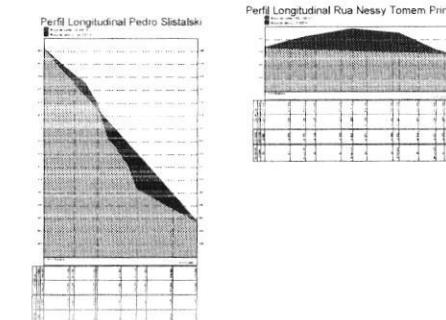
PLANTA DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM  
ESCALA 1:500



CORTE A-A'  
ESCALA 1:100



Perfil de corte  
ESCALA 1:100



DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM - BNH						
Trecho	Extensão (m)	Largura (m)	Área de Pavimentação (m²)	Regularização e compactação de sub solo (m³)	Escavação (m³)	Melio-fio a executar (m)
Área de Gola 05	-	-	168,53	175,91	26,39	29,52
Rua Pedro Słitalski - Trecho 02	50,43	7,00	351,07	378,24	56,74	88,86
<b>TOTAL</b>	<b>521,55</b>	<b>7,00</b>	<b>554,15</b>	<b>83,13</b>	<b>118,38</b>	<b>16,00</b>
Rua Nessy Tomem Principal	135,49	7,00	948,23	1 015,98	152,40	202,98
						40,05

#### LEGENDA:

- [Solid black square] ÁREA DE ESCAVAÇÃO
- [Cross-hatched square] ÁREA DE ATERRAMENTO
- [Dotted square] PAVIMENTO EXISTENTE
- [Dashed line] MEIO-FIO A EXECUTAR
- [Dashed line] MEIO-FIO REBAIXADO A EXECUTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE  
CNPJ 95.684.544/0001-26

OBRA  
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
BNH-TRECHO 02 - SANTA MARIA DO OESTE

#### PROJETO DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM

PROJETO: Kawané L.R. Martins DATA: 18/08/2025  
RESPONSÁVEL: Kawané L.R. Martins DATA ÚLTIMA REVISÃO: 18/08/2025

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
Área de Pavimentação: 1469,97 m²

RESPONSÁVEL TÉCNICO:  
Kawané L.R. Martins  
SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE:  
gobis - SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE  
PROponente: Oscar Delgado  
ESCALAS: Indicadas  
MARCHA: 02/06

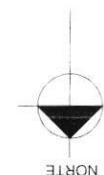
## LEGENDA:

TUBO DE CONCRETO Ø40 A EXECUTAR

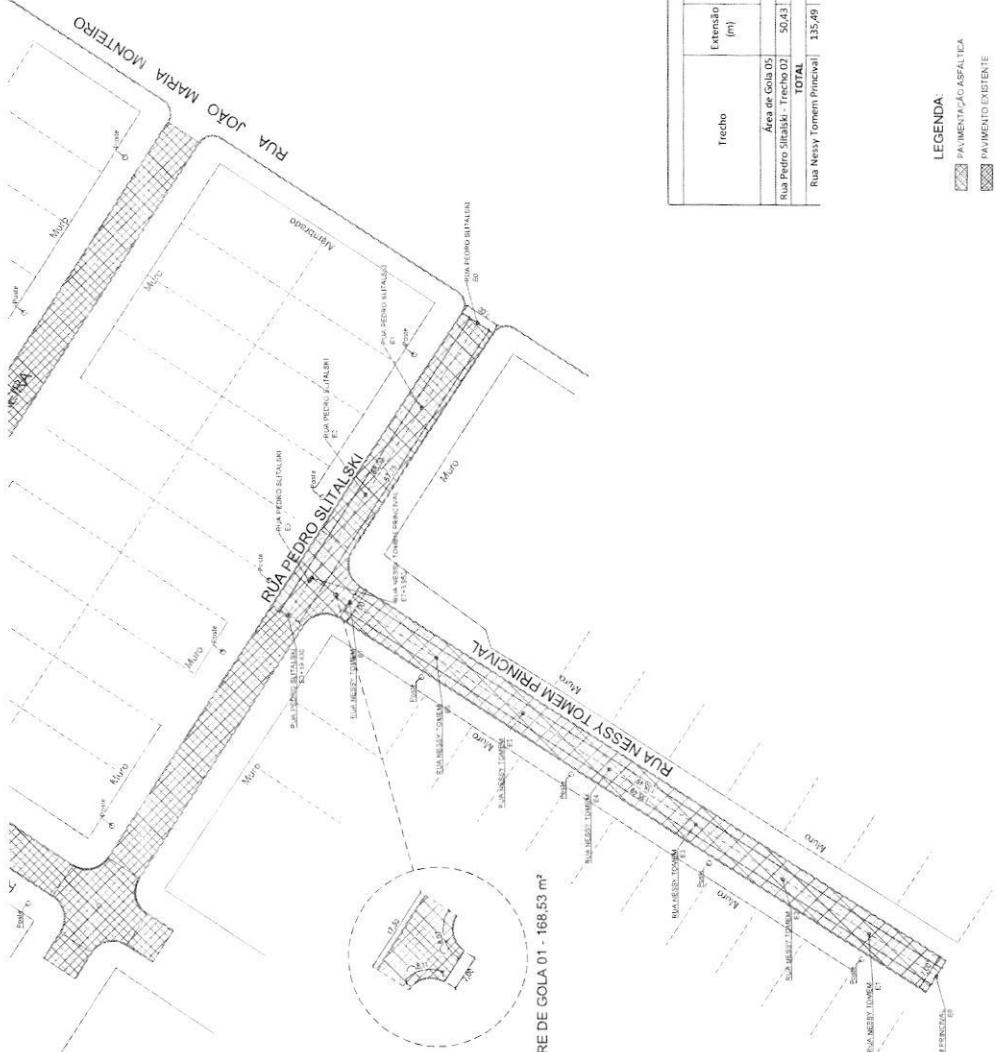
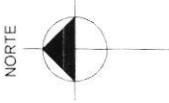
**BOCA DE LOBO A EXECUTAR**

ESCALA 1: 500

DRENGAGEM - BNU						
Trecho	Título da turma	Baixa de Encarte	Encarte de Currículo	Baixa de Dispersor	Reestrelo (m²)	Reestrelo (m²)
Área de Gola 05	39,00	-	-	-	-	-
Pedra de Gola 05	39,00	-	-	-	-	-
Total	78,44	-	-	-	-	-
Total	78,44	-	-	-	-	-
Área Netto Totem Princpal	4,00	-	-	-	-	-



FLS. 83



PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO



OESTE  
CNPJ 95.684.544/0001-26

LENHS 95.684.34001-26

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
TRECHO 02 - SANTA MARIA DO OESTE

4007 - SANTA MARIA DO G

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

DE LA VIEILLE

Revista Brasileira de Psicologia

卷之三

**MEIO-FIO TIPO 2**



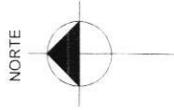
MEIO-FIO TIPO 2



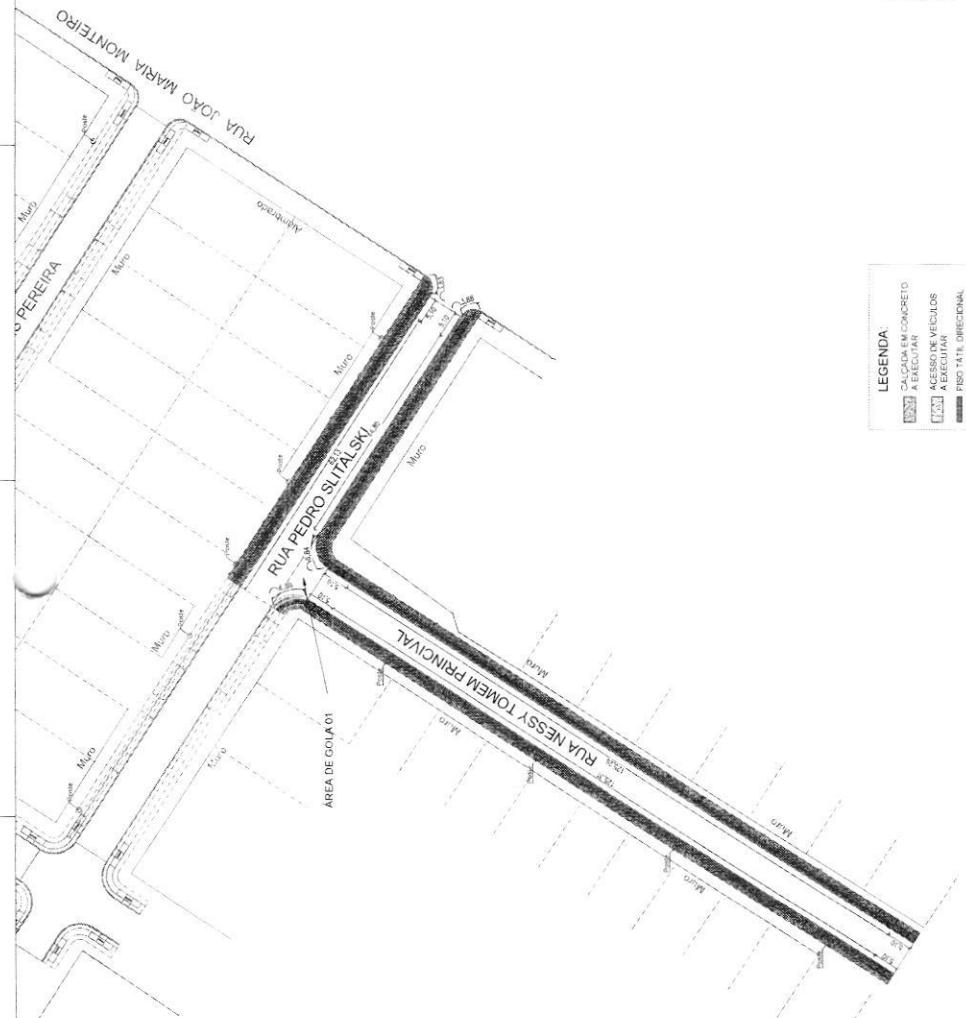
MEIO-FIO TIPO 2



11



NORTE



PROJETO DE URBANIZAÇÃO

PROJETOS  
SOCIAIS

VALVULAS		REMANESCENTE		ALIMENTACION	
TIPO	ESTADO	TIPO	ESTADO	TIPO	ESTADO
CONECTOR LATERAL	ABERTO	CONECTOR LATERAL	FECHADO	CONECTOR ESTACIONAL	ABERTO
CONECTOR ESTACIONAL	FECHADO	CONECTOR ESTACIONAL	FECHADO	CONECTOR ESTACIONAL	FECHADO
GRAMA	ABERTO	GRAMA	FECHADO	GRAMA	FECHADO

### RAMPAS DE ACCESIBILIDAD

**CORTE RAMPADA DE ACESSIBILIDADE**

ESQUEMA 1 - 40

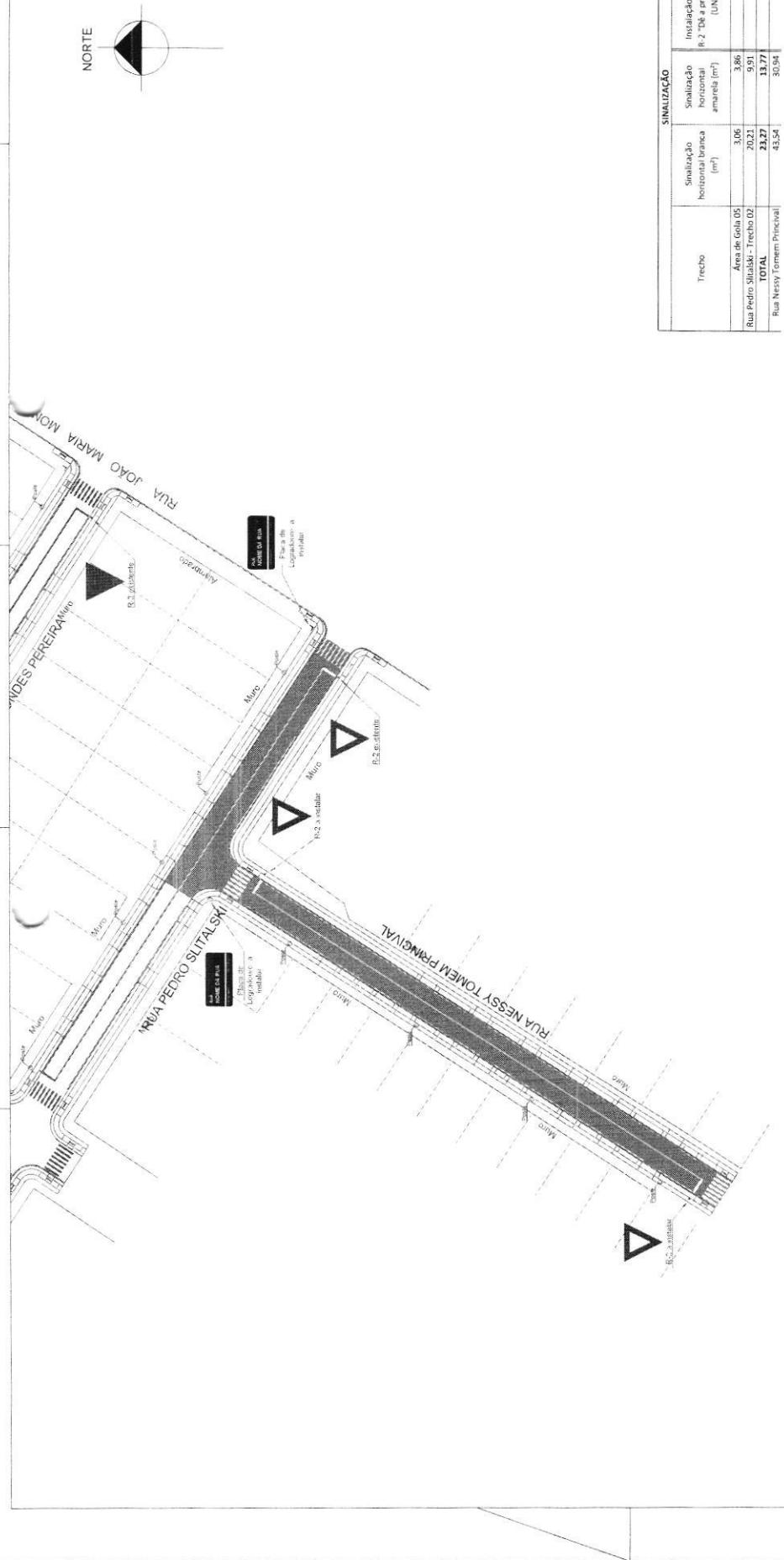
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

<p><b>CNPJ: 05.684.154/0001-26</b></p> <p>Fazenda Pimentel, S/N - Centro - Bento Gonçalves - RS - CEP: 96300-000 - CNPJ: 05.684.154/0001-26</p> <p><b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b> BRAH-TRECH-002 - SANTA MARIA DO OESTE</p> <p><b>PROJETO DE URBANIZAÇÃO</b></p> <p style="font-size: small;">www.brah.com.br</p>	<p><b>Karoline R. Martins</b> - 18/08/2025 - 18/08/2025</p> <p><b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b> Área de Pimentelito - 1052 m<sup>2</sup></p>
--	---

URBANIZAÇÃO AO-BNH		Altura em concreto (m)	Cabeça em concreto (m)	Rampa de acessibilidade [m]	Grama (m²)	Açores (ord.)	Accesso de veículo	Piso Basí (m²)
Trecho	Reabilitação e construção (m)							
Área da Gola 05	74,91	22,08	-	32,42	3,00	11,95	7,66	
Rua Pedro Sáenz Peña 02	245,99	67,30	2,00	70,10	10,00	36,35	13,94	
<b>TOTAL</b>	<b>320,90</b>	<b>90,18</b>	<b>2,00</b>	<b>142,12</b>	<b>11,00</b>	<b>47,30</b>	<b>27,60</b>	
Rua Nery (Centro) Pecôa	426,76	75,44	4,00	79,77	27,00	191,20	53,95	

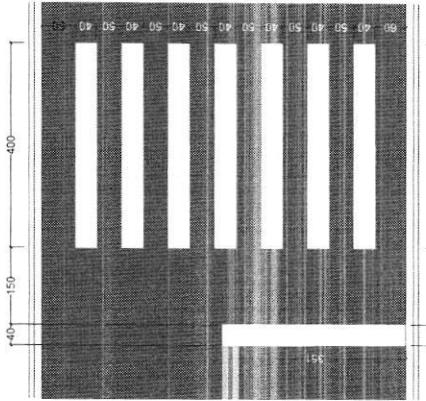
**LEGENDA:**

- CALÇADA EM CONCRETO A EXECUTAR
- ACESSO DE VEÍCULOS A EXECUTAR
- PISO TÁTIL DIRECIONAL
- PISO TÁTIL ALERTA
- GRAMA
- ARVORES
- RAMPA DE ACESSIBILIDADE



SINALIZAÇÃO			
Trecho	Sinalização horizontal branca (m²)	Sinalização horizontal amarela (m²)	Instalação de placa de logradouro (UND)
Rua de Góia 05	3,06	3,86	-
Rua Pedro Sylalski - Trecho 02	20,21	9,91	1,00
<b>TOTAL:</b>	<b>23,27</b>	<b>13,77</b>	<b>2,00</b>
Rua Nelly Tomem Princival	43,54	30,94	1,00

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE</b>	
CNPJ: 05.684.544/0001-26	
Endereço: Rua Dr. José Lúcio, 1000 - Centro - Santa Maria do Oeste - RS - CEP: 96300-000	
Fone: (51) 3222-1000	
<b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b>	
Sala 101 - SEC-HCD - SANTA MARIA DO OESTE	
<b>PROJETO DE SINALIZAÇÃO</b>	
Assinatura:	Kawane L. R. Martins
Nome:	160/2025   05/05/2025
Função:	Engenheiro Civil
Assinatura:	Oscar Delgado
Nome:	06/06/2025
Função:	Prefeito Municipal



**LINHA DUPLA CONTÍNUA**

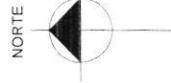
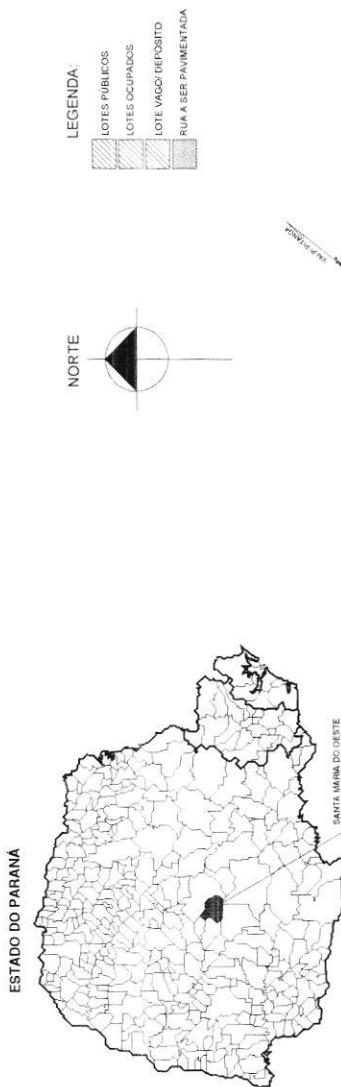
**150 x 4 = 600**

FORMA	COR	ESCALA
POSSO	AZUL	1:500
LETRAS	BRANCA	1:500
PAÍSA	VERMELHA	1:500
R-2	VERMELHA	1:500
ALTURA (M)	0,25	1:500
COMPROMISSO (M)	0,40	1:500
PAÍSA (M)	0,010	1:500

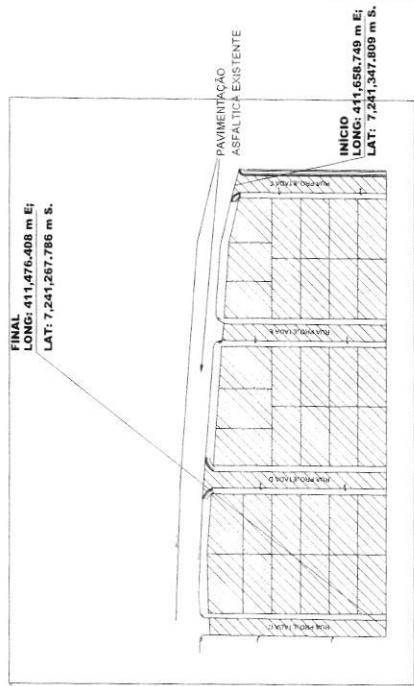
**PROJETO DE SINALIZAÇÃO**

**ESCALA 1:500**

FORMA	COR	ESCALA
POSSO	AZUL	1:500
LETRAS	BRANCA	1:500
PAÍSA	VERMELHA	1:500
R-2	VERMELHA	1:500
ALTURA (M)	0,25	1:500
COMPROMISSO (M)	0,40	1:500
PAÍSA (M)	0,010	1:500



RUAS	LOTES TOTAL	LOTES OCUPADOS
RUA PROJETADA C	6	4
RUA PROJETADA D	11	7
RUA PROJETADA E	10	8
RUA PROJETADA F	5	4
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>23</b>



TRECHOS A SER PAVIMENTADO  
LOTEAMENTO MONTE CARLO  
ESCALA 1:1000

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
MARIA DO OESTE**

CNPJ 16.841.544/0001-26

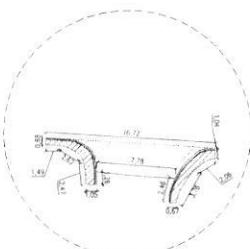
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
LOTEAMENTO MONTE CARLO - SANTA MARIA DO OESTE

PROJETO DE LOCALIZAÇÃO E LOTES INDEIROS

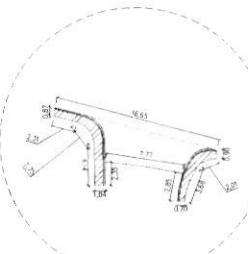
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
Área de Pavimentação: 2096,60 m<sup>2</sup>

Instalações  
Área de Pavimentação: 1806,02 m<sup>2</sup>

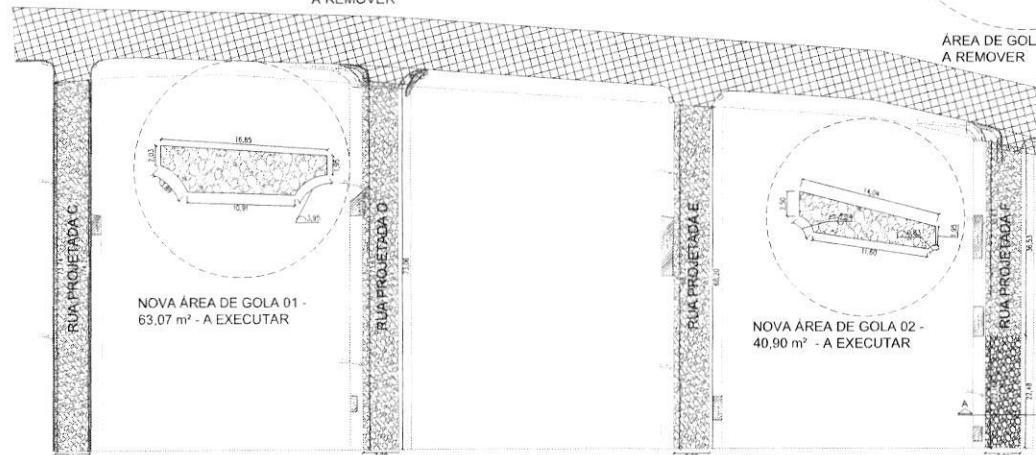
O 1 / 06  
Oscar Delgado  
Prefeito Municipal  
Kawane L. R. Martins  
Engenheiro Civil



ÁREA DE GOLA 01 - 44,62 m  
A REMOVER



ÁREA DE GOLA 02 - 48,07 m  
A REMOVER

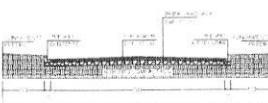


#### LEGENDA

- ÁREA DE ESCAVAÇÃO
  - PAVIMENTO EXISTENTE
  - PAVIMENTO EXISTENTE A REMOVER
  - ATERRA A EXECUTAR  
E=40CM
  - MEIO-FIO A REMOVER
  - CALÇADAS A REMOVER

## PLANTA DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM

ESCALA 1-500

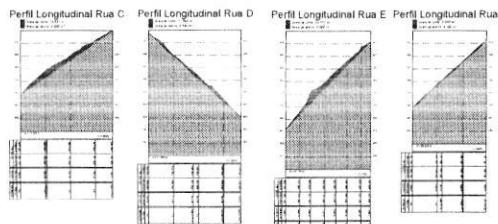


CORTE A-A

CORTE N°  
ESCAÑA 196



Perfil de aterr



Perfil longitudinal

DEMOLIÇÃO - MONTE CARLO					
RUA	TRECHO	EXTENSÃO (m)	LARGURA (m)	MÉDIA A REMOVER (m)	ÁREA DE CALCADEIRA A REMOVER (m²)
RUA C - MONTE CARLO	RUA C	74,21	7,00	147,55	8,50
	TOTAL			147,55	0,00
RUA D - MONTE CARLO	ALTA D	73,63	7,00	13,34	30,13
	TOTAL			13,34	30,13
RUA E - MONTE CARLO	RUA E	68,72	7,00	0,00	47,63
	TOTAL			0,00	47,63
RUA F - MONTE CARLO	ALTA E	61,26	7,00	25,00	11,25
	TOTAL			25,00	11,25
RUA F - MONTE CARLO	ALTA DE GOLA 03			10,77	11,05
	TOTAL			10,77	11,05

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CNPJ 95.684.544/0001-26

Journal of Nonlinear Science, Vol. 17, No. 6, pp. 569-598, 2007  
© 2007 Springer Science+Business Media, Inc.

PROJETO DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM

## PROJETO DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM

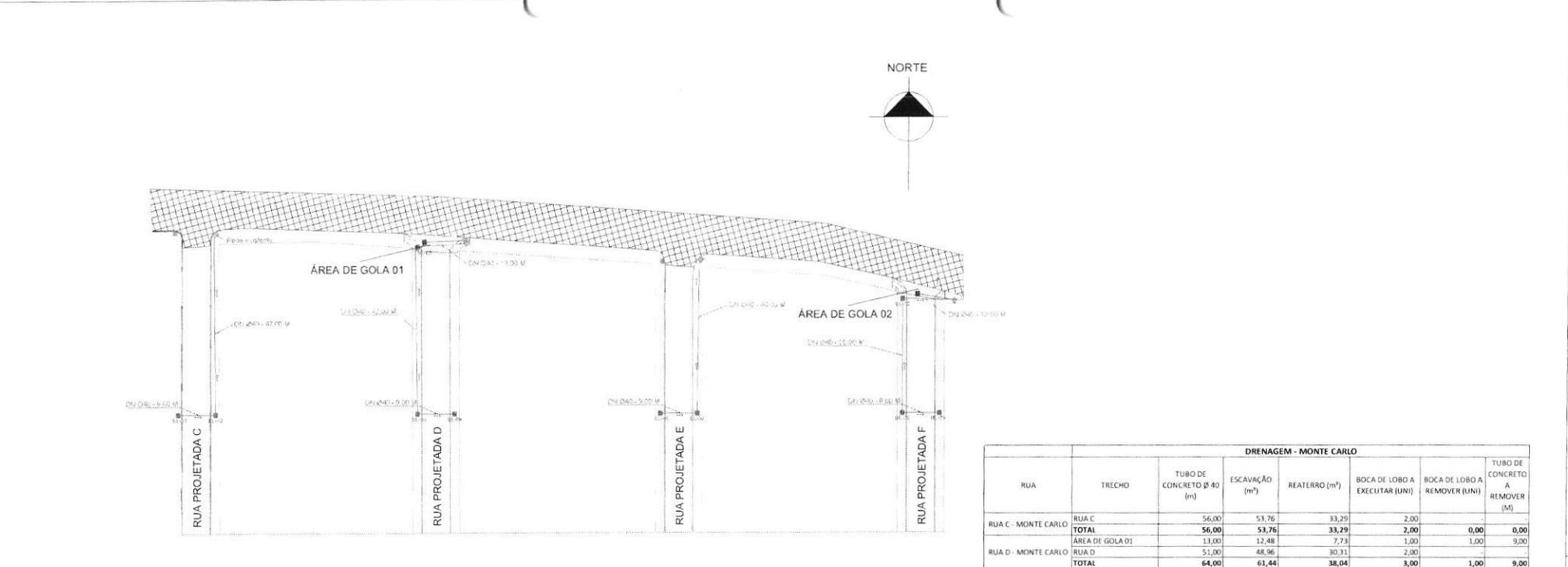
#### **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

PRINTED ON 7-18-2017 BY LIBRARY SYSTEMS AND - 2000.00 111

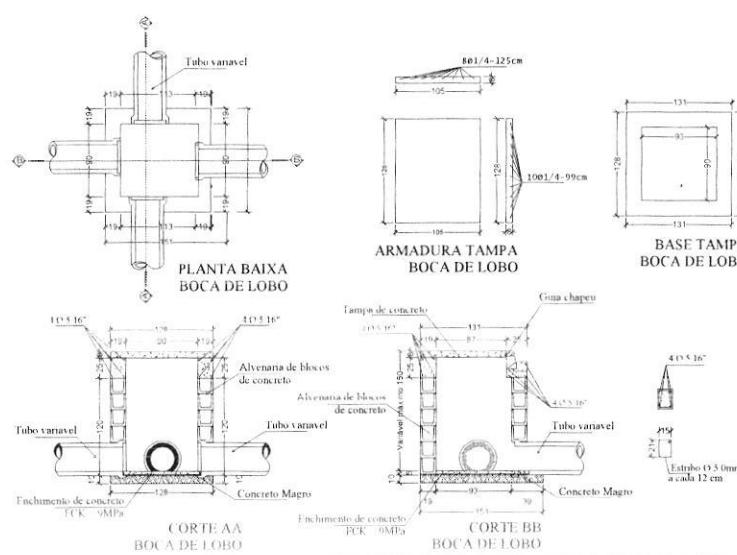
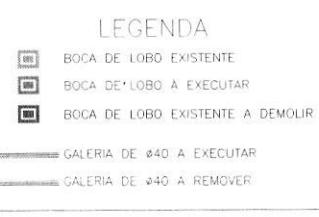
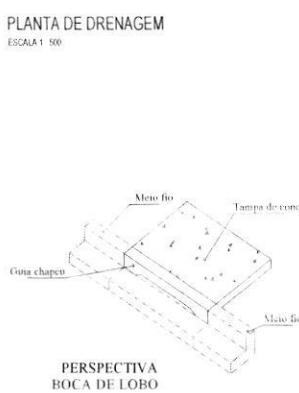
Kawane L. R. Martin

Oscar Delgado

FLS. 87



DRENAGEM - MONTE CARLO						
RUA	TRECHO	TUBO DE CONCRETO Ø 40 (m)	ESCAVAÇÃO (m³)	REATERRO (m³)	BOCA DE LOBO A EXECUTAR (UNI)	BOCA DE LOBO A REMOVER (UNI)
RUA C - MONTE CARLO	RUA C	56,00	53,76	33,29	2,00	-
	<b>TOTAL</b>	<b>56,00</b>	<b>53,76</b>	<b>33,29</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>
RUA D - MONTE CARLO	ÁREA DE GOLA 01	13,00	12,48	7,73	1,00	1,00
	RUA D	51,00	48,96	30,31	2,00	-
	<b>TOTAL</b>	<b>64,00</b>	<b>61,44</b>	<b>38,04</b>	<b>3,00</b>	<b>1,00</b>
RUA E - MONTE CARLO	RUA E	49,00	47,04	29,13	2,00	-
	<b>TOTAL</b>	<b>49,00</b>	<b>47,04</b>	<b>29,13</b>	<b>2,00</b>	<b>-</b>
RUA F - MONTE CARLO	RUA F	39,00	37,44	23,18	2,00	-
	ÁREA DE GOLA 02	13,00	12,48	7,73	1,00	1,00
	<b>TOTAL</b>	<b>52,00</b>	<b>49,92</b>	<b>30,91</b>	<b>3,00</b>	<b>1,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**  
CNPJ 95.684.544/0001-25

Fazenda Pública Municipal - Setor de Infraestrutura - Setor de Infraestrutura - Fazenda

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

LOTEAMENTO MONTE CARLO - SANTA MARIA DO OESTE

**PROJETO DE DRENAGEM**

Kawane L. R. Martins 18/08/2025 18/08/2025

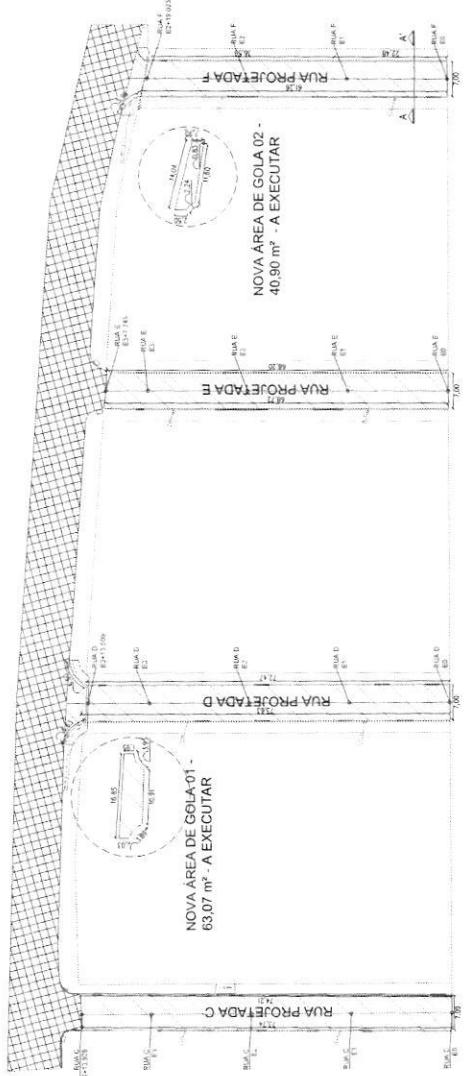
**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
Área de Pavimentação 2096,60 m²

Kawane L. R. Martins  
CREA-PR 203.036-D

Oscar Delgado  
PREFEITO MUNICIPAL

**03/06**

NORTE



PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO  
ESCALA 1:500

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DÓ  
OESTE

CNPJ: 96.684.546/0001-26



LEGENDA:

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	ESCALA 1:500
Kawane L. R. Martins 1868262/25   1868262/25	Oscar Delgado PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	ESCALA 1:500
Kawane L. R. Martins 1868262/25   1868262/25	Oscar Delgado PREFEITO MUNICIPAL



MEIO-FIO TIPO 2  
ESCALA 1:50



CORTA A  
ESCALA 1:50

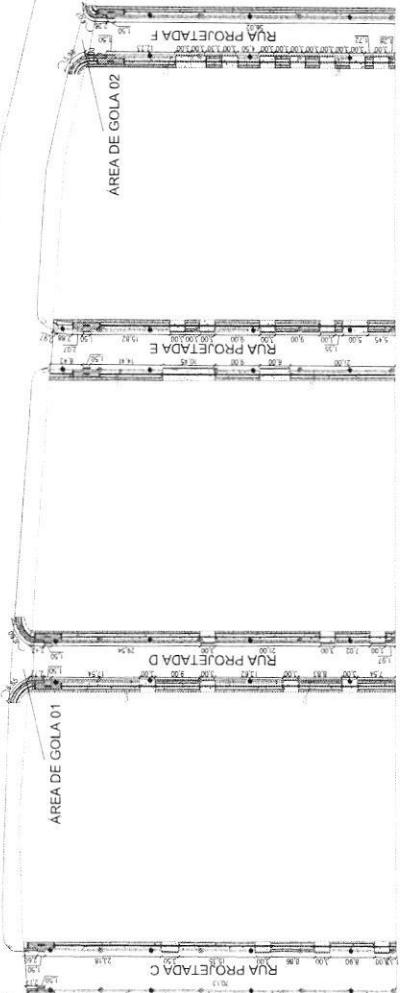
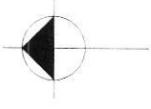
PAVIMENTAÇÃO - MONTE CARLO						
RUA	TRECHO	ÁREA DE PAVIMENTAÇÃO (m²)	MACADAM (m²)	BRISA BARQUINA (m²)	CRUZ (m²)	MEIO-FIO REBAIXADO (m²)
RUA C - MONTE CARLO	TOTAL	921,41	78,17	78,17	36,06	132,00
RUA C - MONTE CARLO	ÁREA DE GOIA 01	521,44	70,17	70,17	32,00	15,50
RUA D - MONTE CARLO	TOTAL	510,37	3,96	3,96	1,15	1,00
RUA D - MONTE CARLO	ÁREA DE GOIA 02	546,33	82,04	82,04	27,35	21,78
RUA E - MONTE CARLO	TOTAL	610,00	91,50	91,50	35,50	134,46
RUA E - MONTE CARLO	ÁREA DE GOIA 01	476,57	71,49	71,49	100,07	36,45
RUA F - MONTE CARLO	TOTAL	427,99	67,20	67,20	93,27	27,00
RUA F - MONTE CARLO	ÁREA DE GOIA 02	421,90	61,14	61,14	20,05	10,05
	TOTAL	488,89	78,33	78,33	24,44	103,42

CNPJ: 96.684.546/0001-26

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	ESCALA 1:500
Kawane L. R. Martins 1868262/25   1868262/25	Oscar Delgado PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO	ESCALA 1:500
Kawane L. R. Martins 1868262/25   1868262/25	Oscar Delgado PREFEITO MUNICIPAL

NORTE



## LEGENDA:

- CALÇADA EM CONCRETO
- A EXECUTAR
- PISO TÁTIL DIRECIONAL
- PISO TÁTIL ALERTA
- GRAMA
- ÁRVORES
- RAMPA DE ACESSIBILIDADE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**

CPqD 98/04/5446/00-26

## PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

(CIMENTAMENTO MOÍDE ZAFIRO - SANTA MARIA DO OESTE)

## PROJETO DE URBANIZAÇÃO

Kawane L. R. Martins	14/06/2025	14/06/2025
Indicadas		

gobus	14/06/2025	14/06/2025
Oscar Delgado	PREFEITO MUNICIPAL	

## PROJETO DE URBANIZAÇÃO

## RAMPA DE ACESSIBILIDADE

ESCALA 1:50

ESCALA 1:50

ESCALA 1:50

FLS. 80

RUA	TRECHO	REGULARIZAÇÃO	CALÇADA EM CONCRETO (m²)	ÁREA DE GRAMA (m²)	PISO TÁTIL (m²)	RAMPA DE ACESSIBILIDADE (und)	ÁRVORES (lote)	ACESSO DE VEICULOS (m²)
RUA C - MONTE CARLO	RUA C		285,017	162,563	81,946	27,26	2	16
RUA C - MONTE CARLO	<b>TOTAL</b>		<b>285,012</b>	<b>162,56</b>	<b>83,92</b>	<b>27,26</b>	<b>2</b>	<b>16,00</b>
RUA D - MONTE CARLO	ÁREA DE GOLA 01		20,803	11,375	9,235	2,65	0	0
RUA D - MONTE CARLO	RUA D		140,246	127,643	38,73	2	16	47,50
RUA D	TOYAN		<b>369,52</b>	<b>159,84</b>	<b>34,95</b>	<b>31,38</b>	<b>2</b>	<b>47,50</b>
RUA E - MONTE CARLO	ÁREA DE GOLA 02		34,068	123,286	107,08	25,22	2	16
RUA E - MONTE CARLO	<b>TOTAL</b>		<b>346,68</b>	<b>124,28</b>	<b>107,08</b>	<b>25,22</b>	<b>2</b>	<b>75,22</b>
RUA F			283,54	118,143	99	21,95	2	14
RUA F - MONTE CARLO	ÁREA DE GOLA 02		13,53	6,92	6,61	1,2	0	3,54
<b>RUA F - MONTE CARLO</b>	<b>TOTAL</b>		<b>297,17</b>	<b>123,05</b>	<b>105,61</b>	<b>23,16</b>	<b>2</b>	<b>54,00</b>

## PROJETO DE URBANIZAÇÃO

RAMPA EM CONCRETO  
PISO 25 X 7 CM  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILCALÇADA EM CONCRETO  
PISO 25 X 7 CM  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILCALÇADA EM CONCRETO  
PISO 25 X 7 CM  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

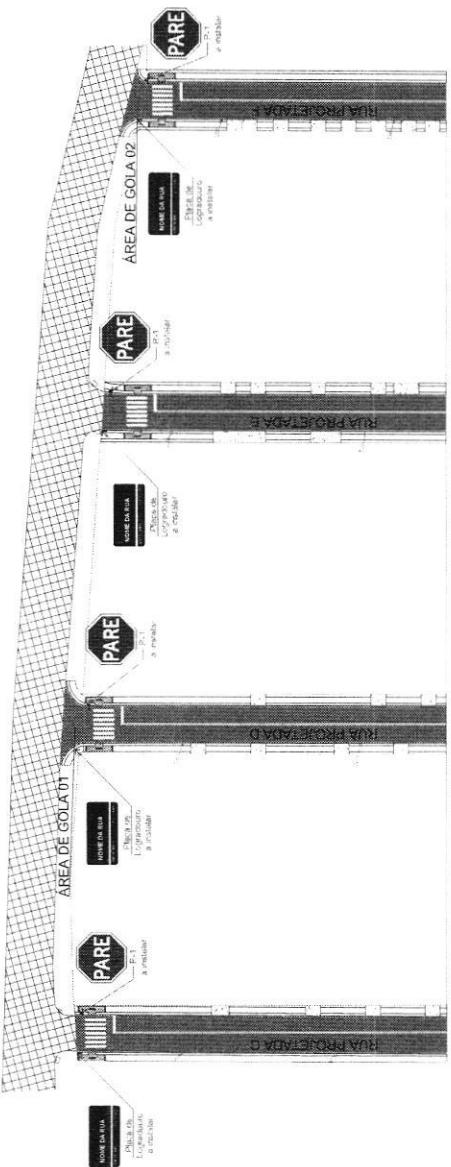
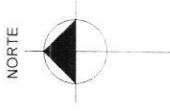
ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL

ALINHAMENTO PRELIM.

ALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTILALINHAMENTO  
PISO TÁTIL



PROJETO DE SINALIZAÇÃO

FORMA	COR	FORMA	COR
FORMA	CÓDIGO	FORMA	CÓDIGO
PUNHO	AZUL.	PUNHO	VERMELHA
LETRAS	BRANCA	OLHA	INTERNA
FADA	BRANCA	OLHA	EXTERNA
	G. 25		VERMELHA
	C. 50		BRANCA
	D. 05		LETRAS
ALTA (M)		LADO (M)	
CONTRAPORTA (M)		OLHA (INTERNA BRANCA) (M)	
ALTA (M)		OLHA (EXTERNA VERMELHA) (M)	
			0.020
			0.014

LINHA DUPLA CONTÍNUA  
ESCA(A) 75

SINALIZAÇÃO MONTE CARLO		INSTALAÇÃO PLACA DE LOGO/ACURIA [unid]	INSTALAÇÃO DE PLACA R1 [unid]	INSTALAÇÃO DE PLACA R2 [unid]	INSTALAÇÃO DE PLACA R3 [unid]
PREÇO	QUANTIDADE MATERIAL (m²)				
RUA C. AFLÉIA DE GOLA 01	25,82	1			
RUA D. AFLÉIA DE GOLA 02	25,92		1		
RUA E. AFLÉIA DE GOLA 02	24,15			1	
RUA F. AFLÉIA DE GOLA 02	23,17				1
<b>ITÓTAL</b>		98,71			<b>4</b>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO OESTE

CNPJ 95.684.544/0001-26

J. COMPUT. APPL. MATH. 133 (2001) 1–10

EMENTAÇÃO ASFÁLTICA

100

ESTUDO DE SINALIZAÇÃO

Kawane L. R.

SOLAR ENERGY, PART ONE

Área de F

104

100

卷之三

SCBA USE

FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES  
ESCALA 1:50

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO OESTE</b> <b>MARIA DO OESTE</b>  <b>CNPJ: 05.584.548/0001-26</b>	<b>PROJETO DE SINALIZAÇÃO</b>  <b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b> <b>LOTEAMENTO MONTI CARLO - SANTA MARIA DO OESTE</b>	<b>Karinne L. R. Martins</b> <b>18/08/2025</b> <b>18/08/2025</b>  <b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA</b> <b>Área de Pavimentação 0,066,60m<sup>2</sup></b>	 <b>Indicativo</b>	 <b>Oscar Delgado</b> <b>PREFETO MUNICIPAL</b>
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
				
	<img alt="Logo do Projeto de Sinalização" data-bbox="280 2220 300 2240			

ESTADO DO PARANÁ



SANTA MARIA DO OESTE

NORTE



RUA	LOTES TOTAIS	LOTE OCUPADO
RUA B	4	
RUA C	21	1
RUA E	13	
RUA F	34	2
<b>TOTAL</b>	<b>70</b>	<b>4</b>



PERÍMETRO URBANO  
SANTA MARIA DO OESTE/PR  
ESCALA 1:7500

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
MARIA DO OESTE**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
**JARDIM SANTA RITA - SANTA MARIA DO OESTE**

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
JARDIM SANTA RITA - SANTA MARIA DO OESTE

PROJETO DE LOCALIZAÇÃO E LOTES LINDEIROS

Kawane L. B. Martins 18/08/2025 18/08/2025

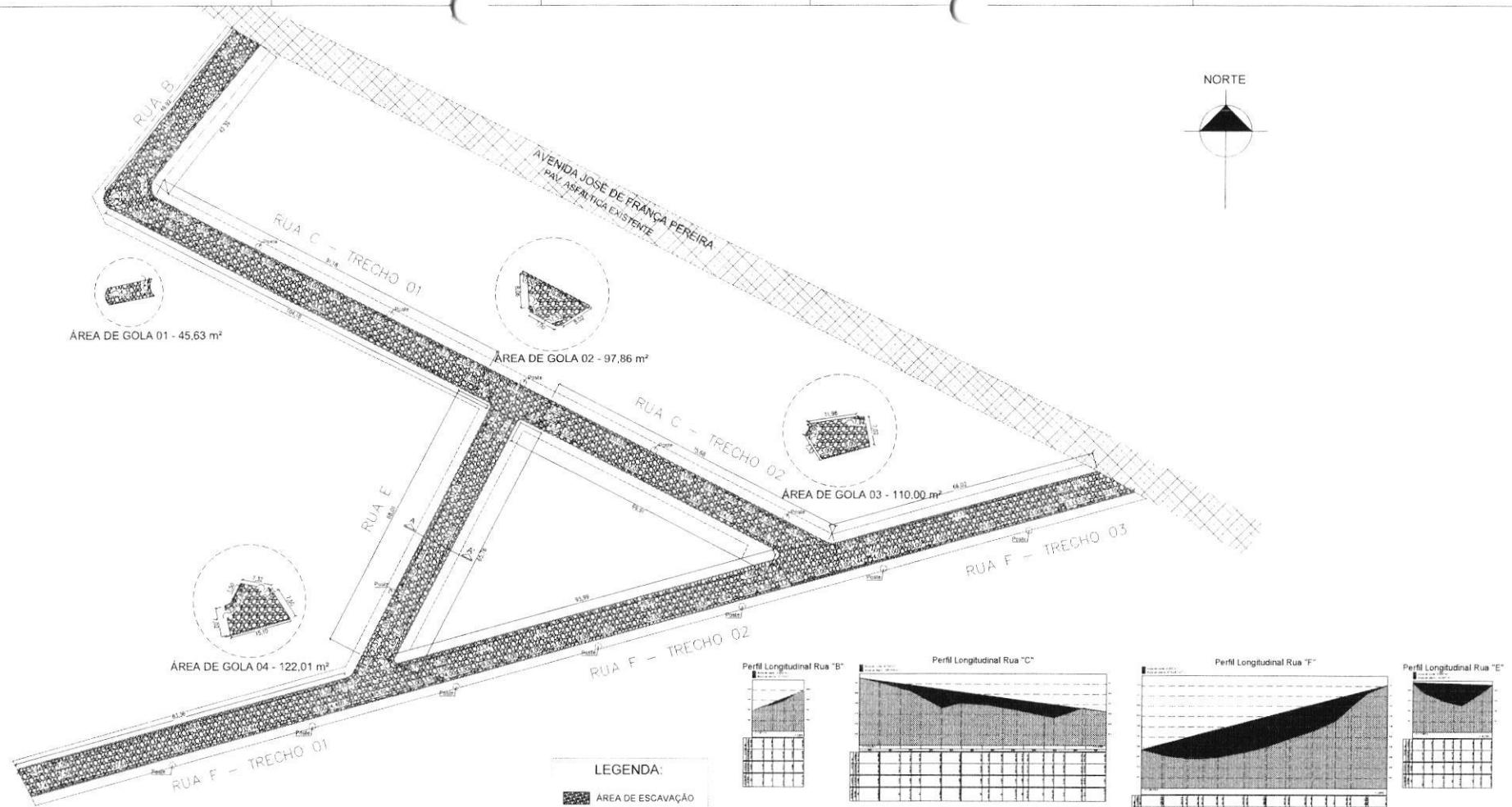
**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

Kawane L. R. Martins  
CREA-PR 203.031/0

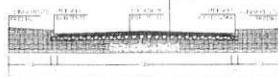
Oscar Delgado  
PREFEITO MUNICIPAL

01/06

FLS 32

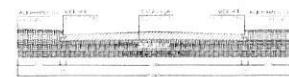


PLANTA DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM  
ESCALA 1:500

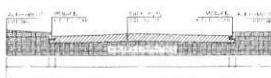


CORTE A-A'

ESCALA 1:100



Perfil de aterro  
ESCALA 1:100



Perfil de corte  
ESCALA 1:100

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÁNTA MARIA DO OESTE  
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Projeto de Demolição e Terraplanagem para a Rua C - Santa Rita - Santa Maria do Oeste

DATA: 18/08/2025 | PÁGINA: 1 de 10

DEPARTAMENTO: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
JARDIM SANTA RITA - SANTA MARIA DO OESTE

#### PROJETO DE DEMOLIÇÃO E TERRAPLANAGEM

APROVADO: Kawane L. R. Martins | DATA: 18/08/2025 | PÁGINA: 1 de 10

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Kawane L. R. Martins | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
PROJETANTE: Oscar Delgado | Área de Pavimentação: 4100,00 m<sup>2</sup>

PROJETANTE: Oscar Delgado | PÁGINA: 1 de 10

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Kawane L. R. Martins | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
PROJETANTE: Oscar Delgado | Área de Pavimentação: 4100,00 m<sup>2</sup>

PROJETANTE: Oscar Delgado | PÁGINA: 1 de 10

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Kawane L. R. Martins | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
PROJETANTE: Oscar Delgado | Área de Pavimentação: 4100,00 m<sup>2</sup>

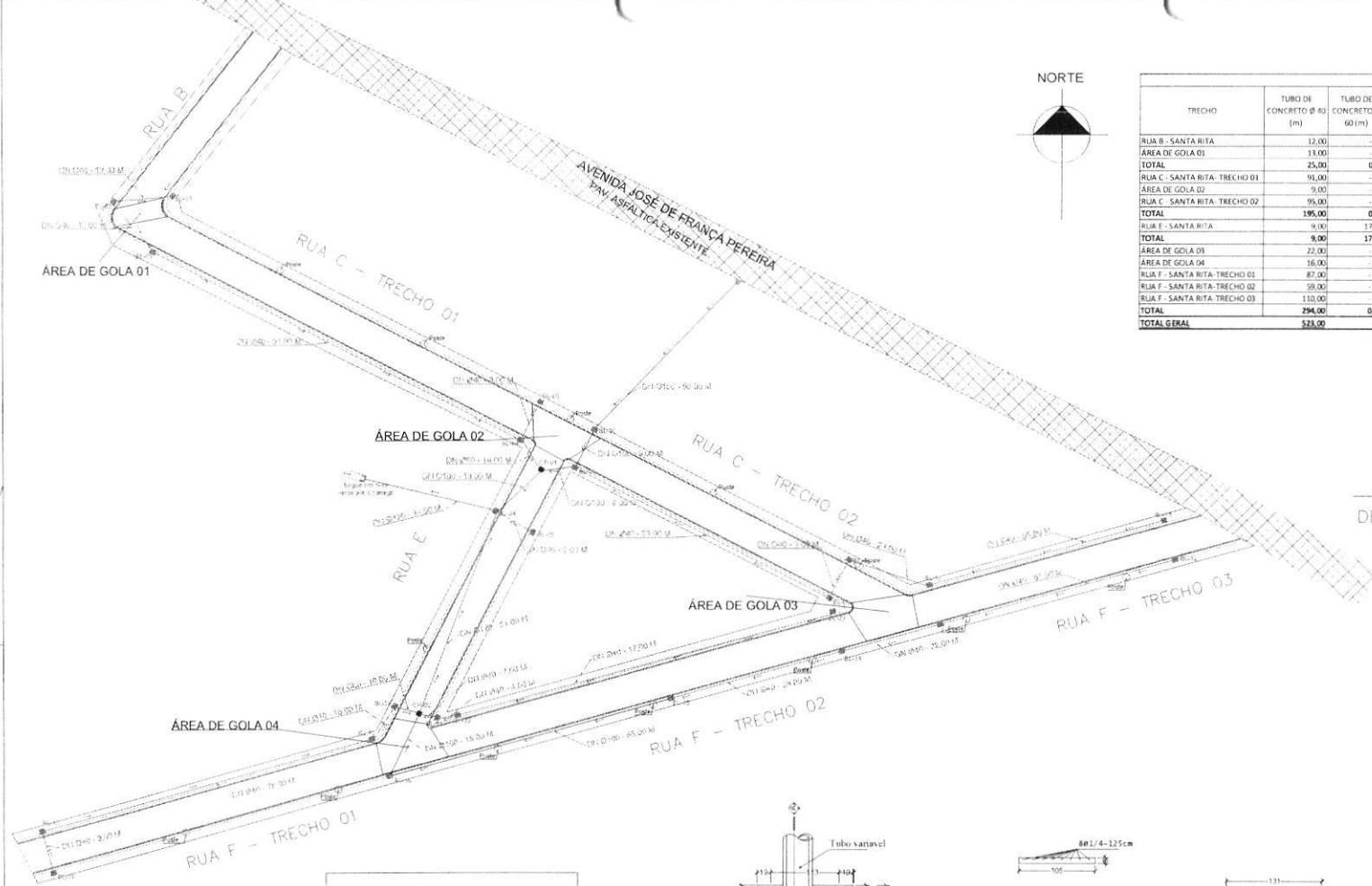
PROJETANTE: Oscar Delgado | PÁGINA: 1 de 10

RESPONSÁVEL TÉCNICO: Kawane L. R. Martins | PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
PROJETANTE: Oscar Delgado | Área de Pavimentação: 4100,00 m<sup>2</sup>

PROJETANTE: Oscar Delgado | PÁGINA: 1 de 10

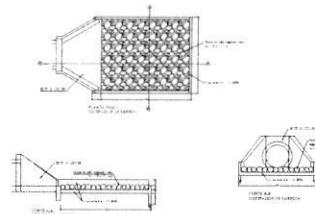
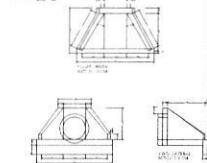
02/06

60



DRENAGEM									
TRECHO	TUBO DE CONCRETO Ø 40 (m)	TUBO DE CONCRETO Ø 60 (m)	TUBO DE CONCRETO Ø 100 (m)	TUBO DE CONCRETO Ø 120 (m)	ESCAVAÇÃO (m³)	REATERRO (m³)	BOCA DE LOBO A EXECUTAR (UNI)	CAIXA DE PASSAGEM A EXECUTAR (UNI)	DISSIPADOR A EXECUTAR (UNI)
RUA B - SANTA RITA	12,00	-	-	0,00	-	11,52	7,13	1,00	-
ÁREA DE GOLA 01	13,00	-	-	0,00	-	12,48	7,73	1,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>25,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>24,00</b>	<b>14,86</b>	<b>2,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RUA C - SANTA RITA- TRECHO 01	91,00	-	-	0,00	-	87,36	54,09	2,00	-
ÁREA DE GOLA 02	9,00	-	-	59,00	-	146,34	87,05	2,00	-
RUA C - SANTA RITA- TRECHO 02	95,00	-	-	0,00	-	91,20	56,47	3,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>195,00</b>	<b>0,00</b>	<b>59,00</b>	<b>0,00</b>	<b>322,90</b>	<b>196,52</b>	<b>7,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RUA F - SANTA RITA	9,00	17,00	18,00	82,00	-	171,69	90,41	2,00	1,00
<b>TOTAL</b>	<b>9,00</b>	<b>17,00</b>	<b>18,00</b>	<b>82,00</b>	<b>300,16</b>	<b>171,20</b>	<b>3,00</b>	<b>2,00</b>	<b>1,00</b>
ÁREA DE GOLA 03	22,00	-	-	0,00	-	21,12	13,08	0,00	-
ÁREA DE GOLA 04	16,00	-	-	18,00	-	56,76	34,63	2,00	-
RUA F - SANTA RITA- TRECHO 01	87,00	-	-	0,00	-	83,52	51,71	2,00	-
RUA F - SANTA RITA- TRECHO 02	59,00	-	-	65,00	-	206,14	125,74	5,00	-
RUA F - SANTA RITA- TRECHO 03	110,00	-	-	0,00	-	105,60	65,38	4,00	-
<b>TOTAL</b>	<b>294,00</b>	<b>0,00</b>	<b>83,00</b>	<b>0,00</b>	<b>473,14</b>	<b>290,53</b>	<b>13,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>523,00</b>	<b>-</b>	<b>160,00</b>	<b>82,00</b>	<b>1120,20</b>	<b>674,80</b>	<b>25,00</b>	<b>2,00</b>	<b>1,00</b>

DETALHE - BSTC Ø120



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA  
MARIA DO OESTE**

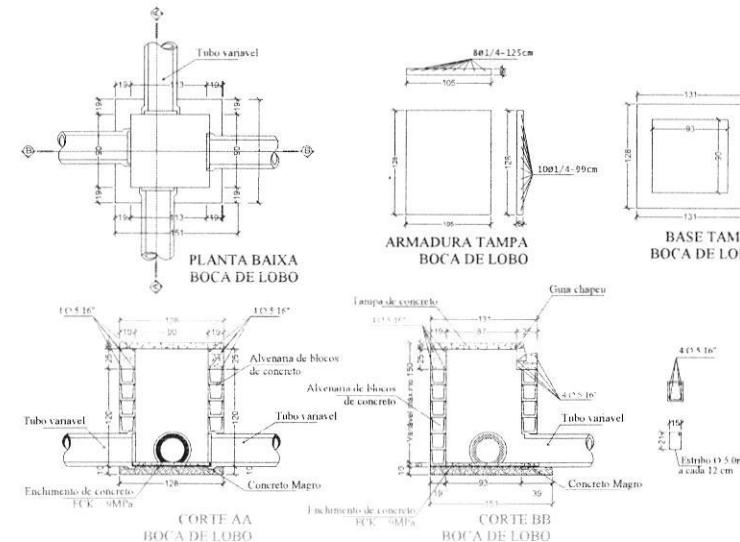
CNPJ 95.684.544/0001-26

#### **PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

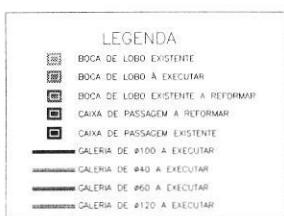
PROJETO DE DRENAGEM

Kawane | B. Martins 18/08/2025 18/08/2025

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
Área de Pavimentação: 4100,00 m<sup>2</sup>



PLANTA DE DRENAGEM  
ESCALA 1:500

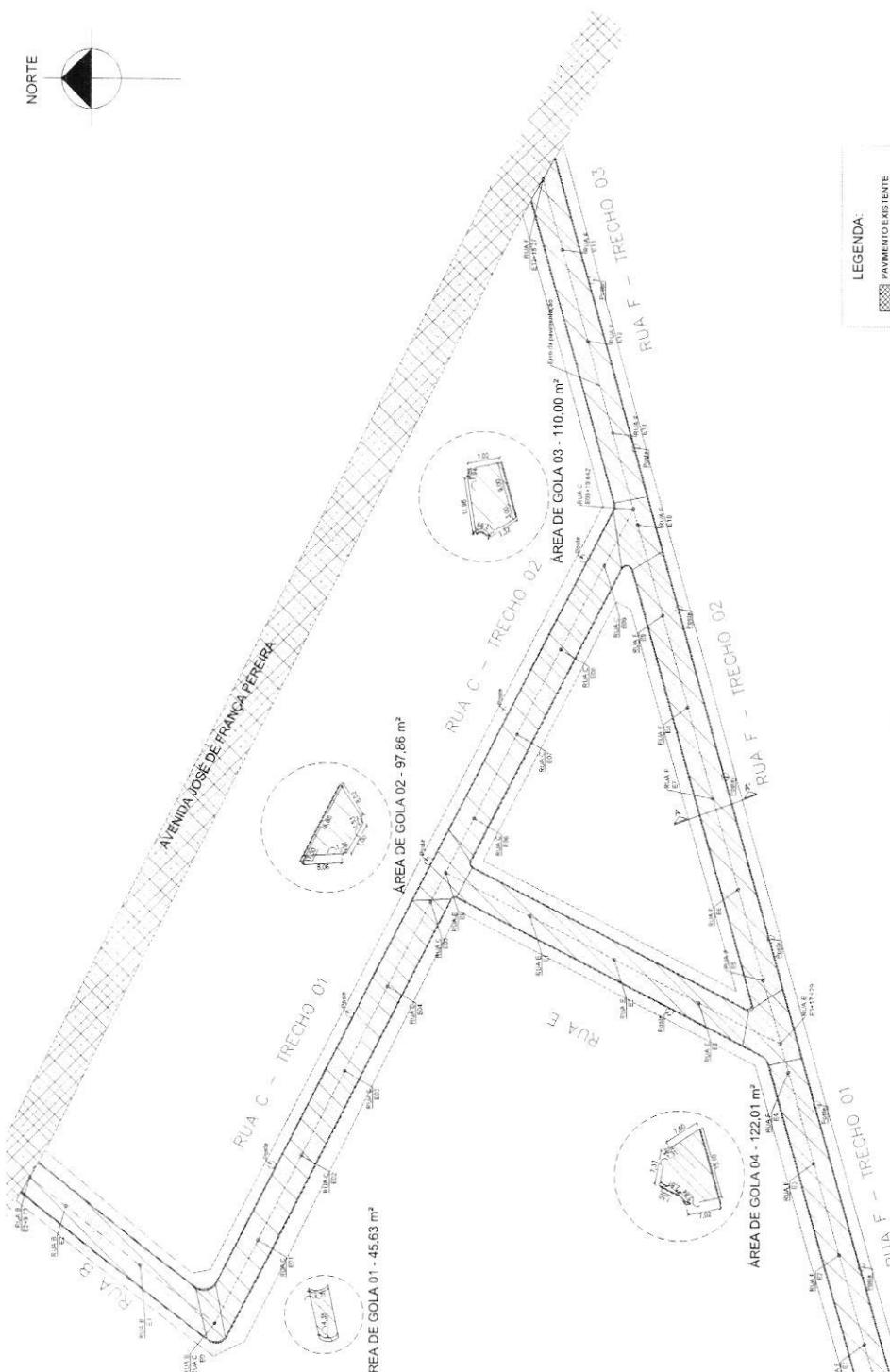
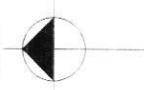


Este diagrama es una perspectiva de la boca de lobo. Se muestra una sección transversal de un muro de concreto que incluye una puerta y un hueco para el agua. Las dimensiones indicadas son: Ancho fijo (A), Altura fija (B), Ancho de la puerta (C), Altura de la puerta (D), Ancho de la boca de lobo (E), Altura de la boca de lobo (F), Ancho de la boca de lobo (G) y Altura de la boca de lobo (H). Los materiales utilizados se mencionan como: Goma chapén, Muro fijo y Tapia de concreto.

**DETALHE VIGA APOIO  
BOCA DE LOBO**



NORTE



PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO  
ESCALA 1: 500

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
ESTE  
CNPJ 05.884.540/0001-26

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
JAICHINI SANTA MARIA DO OESTE

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO  
ESCALA 1: 500

Nome:	Kawane L. R. Martins	Nome:	Ivanir B. G. Martins	Nome:	Edson G. da Cunha
Função:	Assessoria Técnica	Função:	Assessoria Técnica	Função:	Assessoria Técnica
Setor:	Setor de Infraestrutura	Setor:	Setor de Infraestrutura	Setor:	Setor de Infraestrutura
Indicativo:	04	Indicativo:	05	Indicativo:	06

LEGENDA:  
 PAVIMENTO EASFÉTICO  
 ÁREA A SER PAVIMENTADA  
 MÉTODO A EXECUTAR

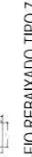
PAVIMENTAÇÃO SANTA RITA					
TRECHO	ÁREA DE MATERIAL (m²)	MALHADEIRA (m²)	BRAÇO (m²)	MÉTODO USADO (GRANULADO / SACO /...) (m²)	MÉTODO CONTINUA USADO (SACO /...) (m²)
RUA B - SANTA RITA	32,10	45,90	48,47	16,18	20,00
ÁREA DE GOLA 01	6,80	6,80	72,31	11,88	0
<b>TOTAL</b>	<b>58,90</b>	<b>55,26</b>	<b>27,73</b>	<b>21,96</b>	<b>0</b>
RUA C - SANTA RITA - TRECHO 01	68,78	102,57	81,87	20,00	15,21
ÁREA DE GOLA 02	9,78	14,08	16,36	30,00	29,30
RUA C - SANTA RITA - TRECHO 02	76,42	76,42	4,89	19,77	0
<b>TOTAL</b>	<b>159,90</b>	<b>159,90</b>	<b>25,47</b>	<b>77,59</b>	<b>21,96</b>
RUA E - SANTA RITA	139,13	193,67	84,56	81,77	48,11
<b>TOTAL</b>	<b>466,05</b>	<b>466,05</b>	<b>70,21</b>	<b>23,40</b>	<b>20,07</b>
<b>AREAS DE GOLA</b>	<b>110,00</b>	<b>16,50</b>	<b>5,50</b>	<b>13,93</b>	<b>3,00</b>
<b>ÁREA DE GOLA 04</b>	<b>122,01</b>	<b>18,30</b>	<b>6,10</b>	<b>22,06</b>	<b>3,53</b>
<b>RUA F - SANTA RITA - TRECHO 01</b>	<b>576,31</b>	<b>86,51</b>	<b>26,64</b>	<b>152,76</b>	<b>26,77</b>
<b>ÁREA DE GOLA 02</b>	<b>67,17</b>	<b>100,77</b>	<b>18,00</b>	<b>160,93</b>	<b>31,00</b>
<b>RUA F - SANTA RITA - TRECHO 02</b>	<b>590,18</b>	<b>73,44</b>	<b>13,44</b>	<b>13,40</b>	<b>13,40</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1295,52</b>	<b>295,52</b>	<b>96,51</b>	<b>466,46</b>	<b>68,54</b>



MÉTODO TIPO 2  
ESCALA 1: 25



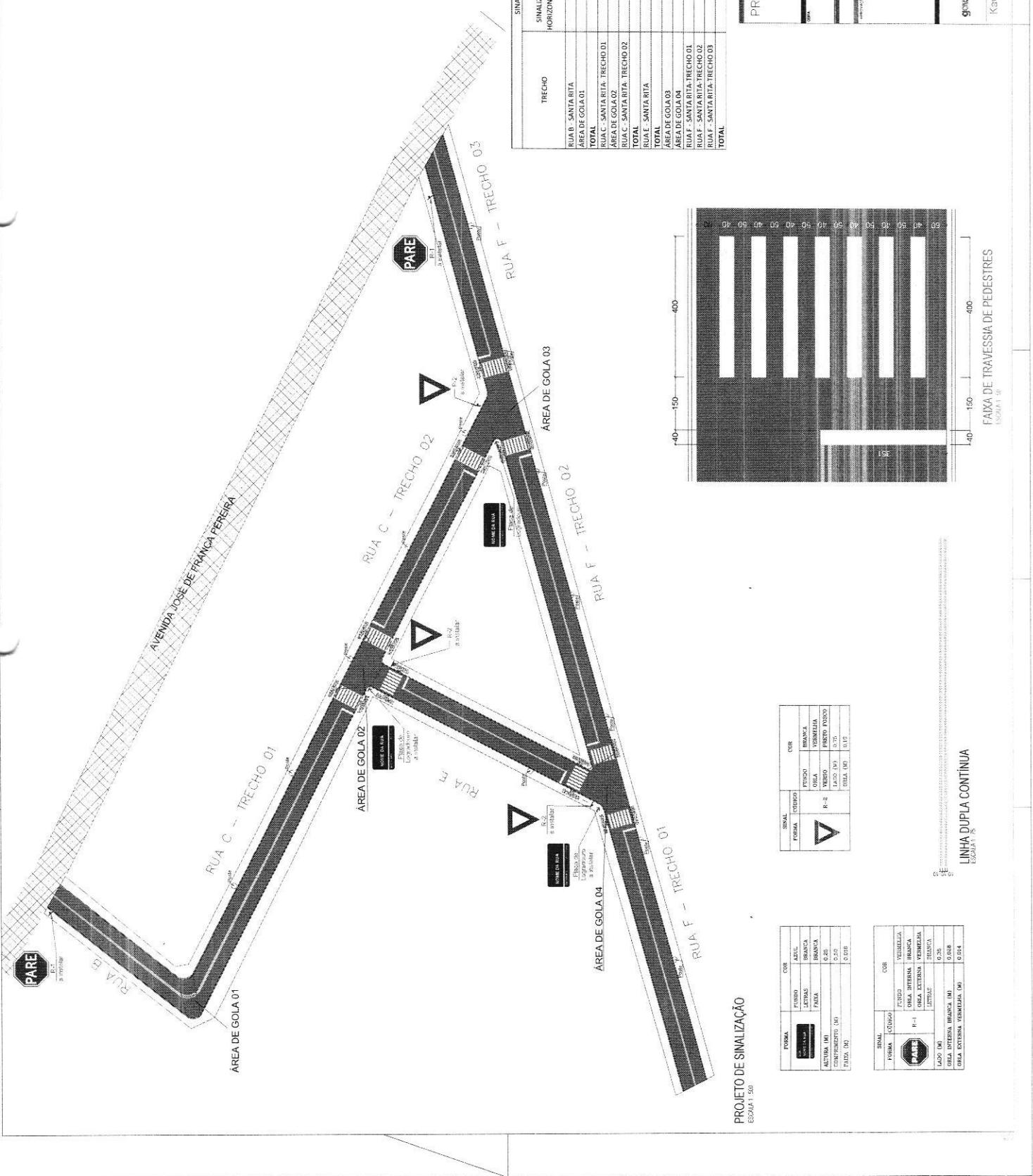
MÉTODO TIPO 7  
ESCALA 1: 25



CORTE AA'  
ESCALA 1: 100

F.S. 95

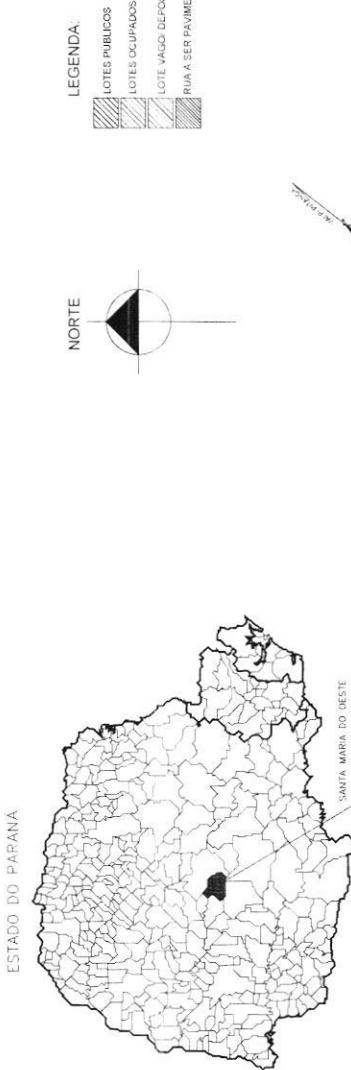




FLS 97

NORTE

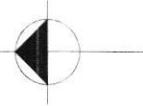
FLS. 88



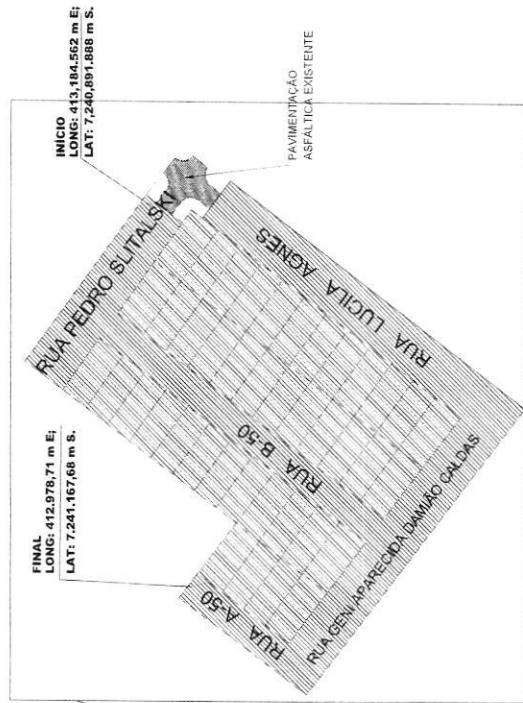
LEGENDA:



NORTE



RUA	LOTES TOTALS	LOTES OCUPADOS
RUA A-50	4	4
RUA PEDRO SUTALSKY	24	24
RUA B-50	12	12
RUA SÉRGIO APARECIDA DAMÁO CALDAS	12	12
RUA LUCILA AGNIES	12	12
TOTAL	40	40



TRECHO A SER PAVIMENTADO  
LOTEAMENTO SUB-50  
ESCALA 1: 1500

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CNPJ: 95.684.544/0001-26

Av. das Américas, 1000 - Centro - 83.600-000 - Santa Maria do Oeste - PR

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Loteamento Sub-50 - Santa Maria do Oeste

Área de Pavimentação: 4015,76 m²

PROJETO DE LOCALIZAÇÃO E LOTES LINDEIROS

Nome	Latitude	Longitude
Kawane L. R. Martins	25° 46' 00" S	50° 00' 00" W

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

Área de Pavimentação: 4015,76 m²

Indicado

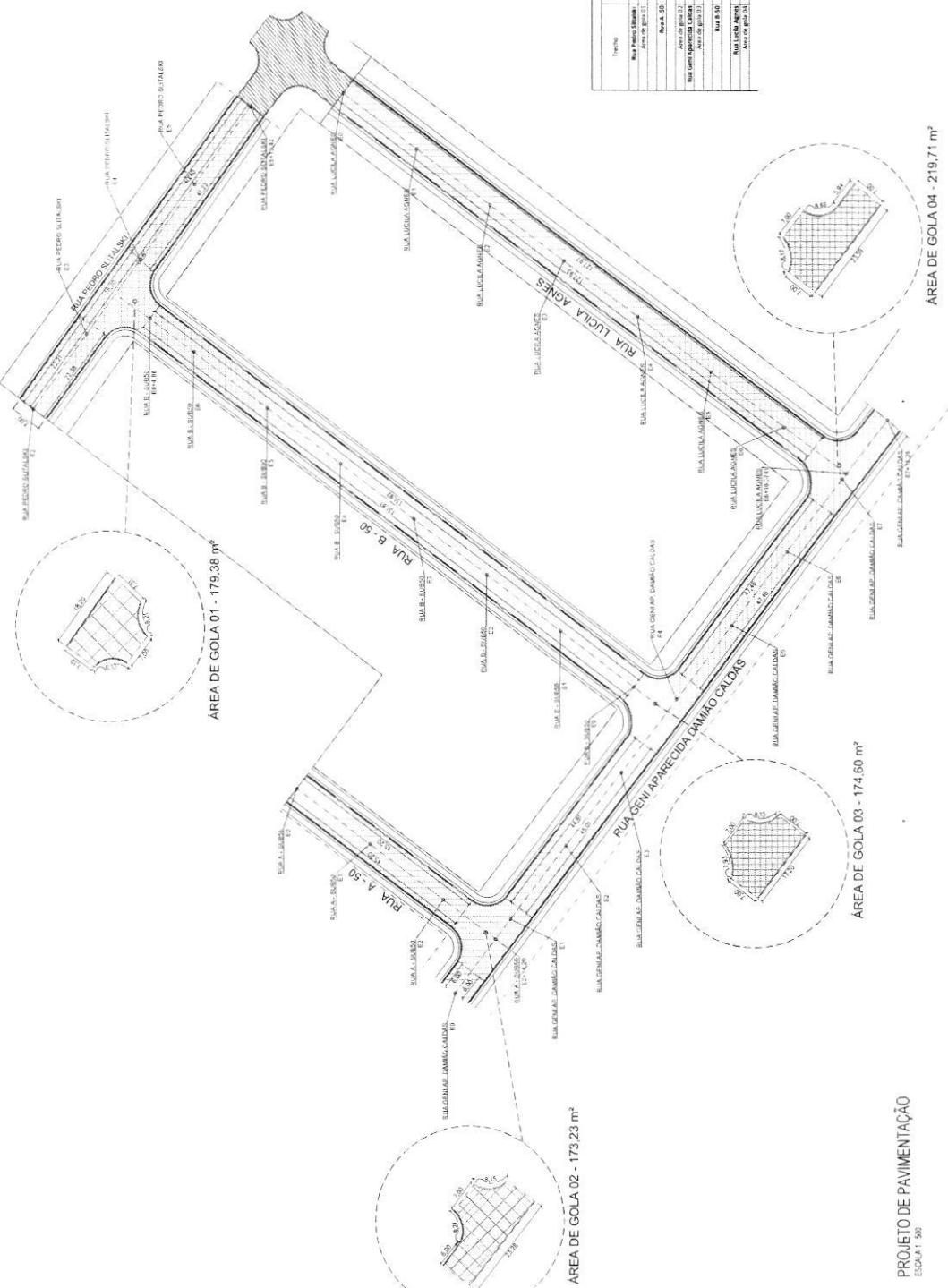
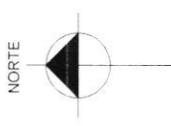
Oscar Delgado

PREFEITO MUNICIPAL

Kawane L. R. Martins  
CREAS-PR 299.03165







PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

ÁREA DE GOLA 04 - 219,71 m<sup>2</sup>

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
OESTE

CNPJ: 95.684.54440001-26

**VIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
TO SUB-50 - SAÚA MARIA DO OESTE

DESPACHO	DATA	UN. IMA SISTEMA
Kiwane L. R. Martins	18/08/2025	18/08/2025

**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**  
Área de Pavimentação: 4016,26 m<sup>2</sup>

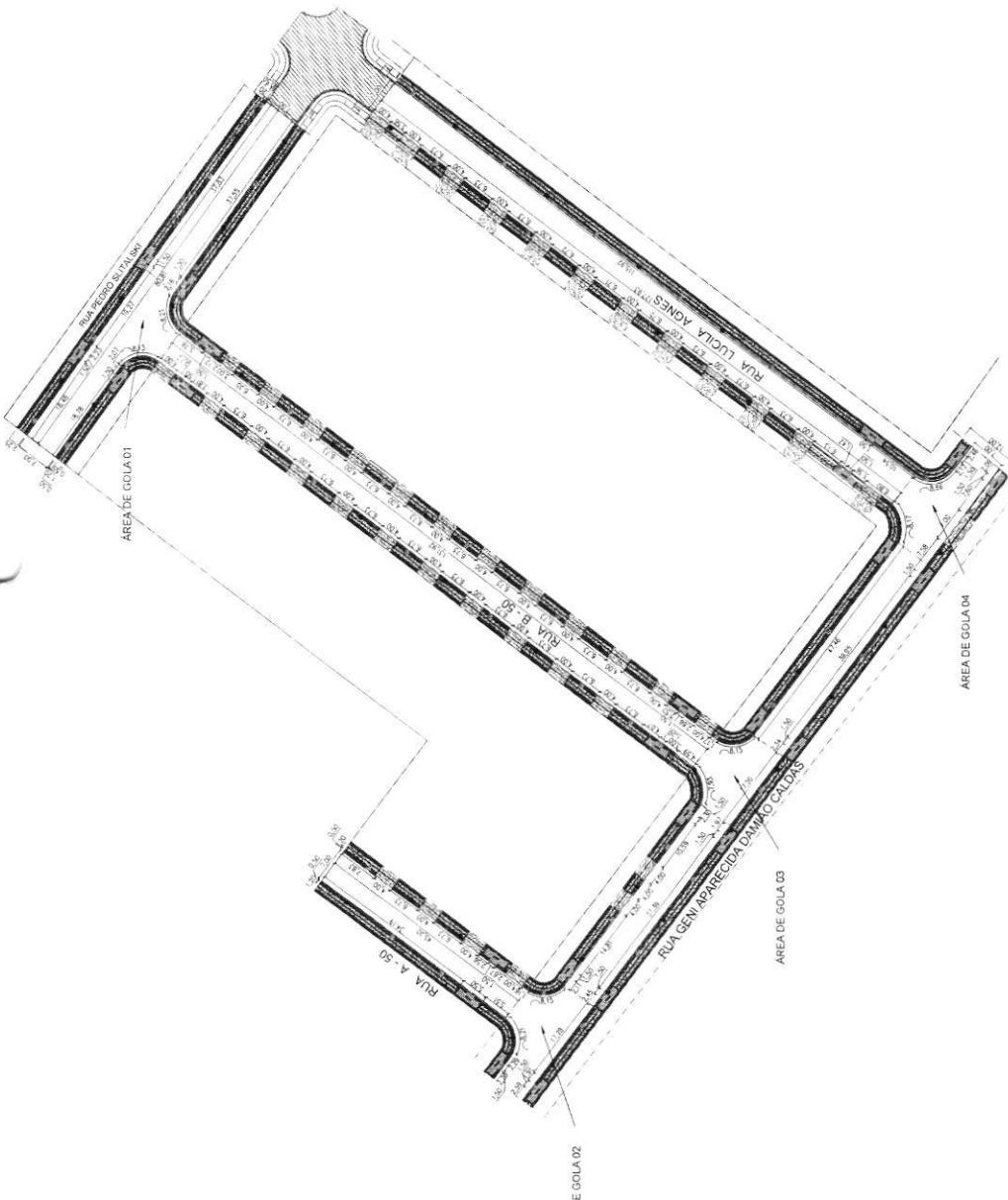
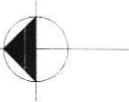
**LEGENDA:**

	PAVIMENTO ASFÁLTICO
	PAVIMENTO EXISTENTE
	MATERIALES EJECUTAR
	MATERIALES REBAÑADO O EXTRA

ESCOLA 23

CORTE A-A'

NORTE



PROJETO DE URBANIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO  
ESTE

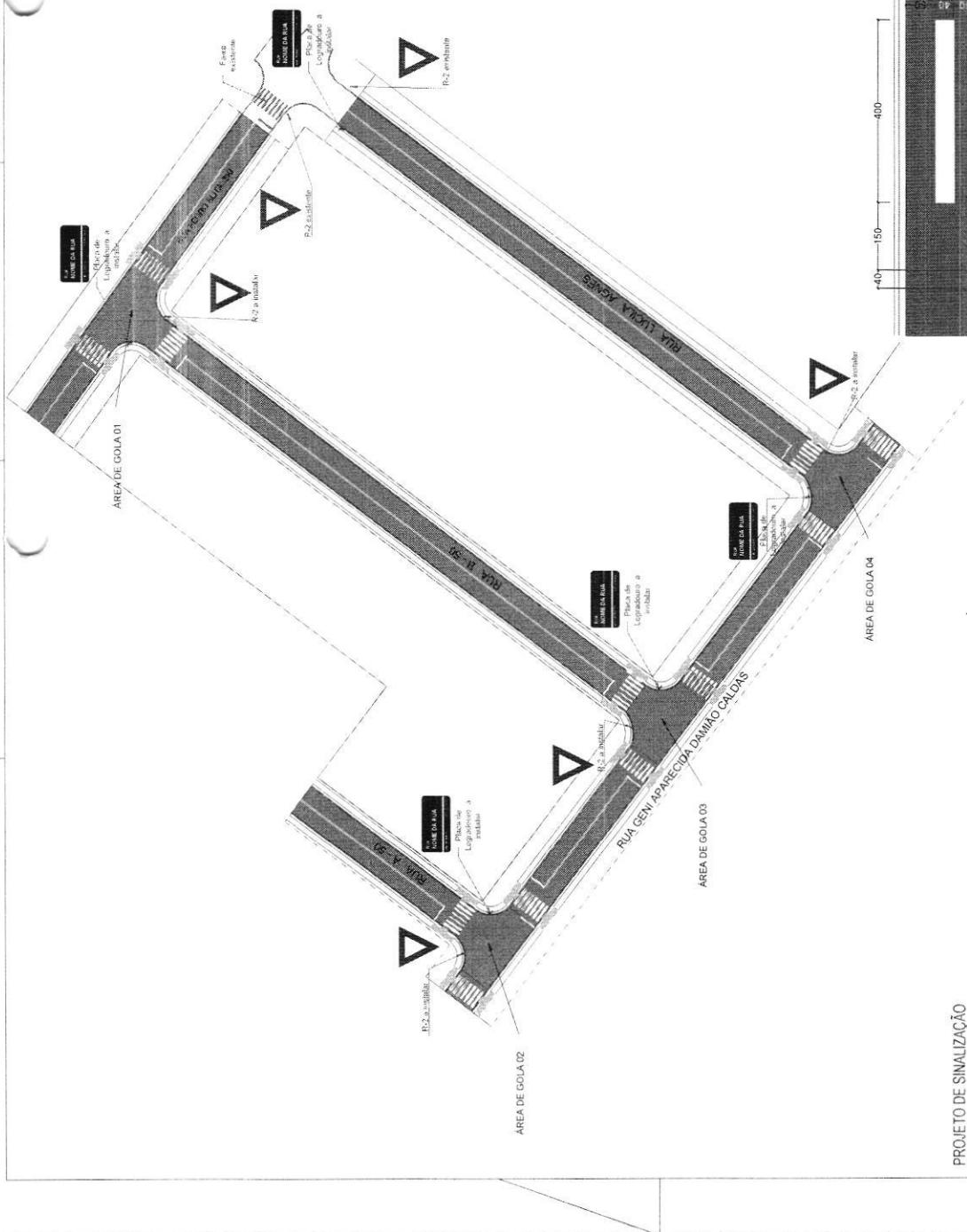
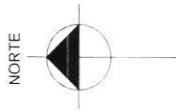
CNPJ 85.845.540/0001-26  
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA  
101 EMENTO SUB-20 - SANTA MARIA DO OESTE

Indicador	Valor
Indicadores	
Indicado	

RAMPAS DE ACESSIBILIDADE

300  
180

FLS. 103

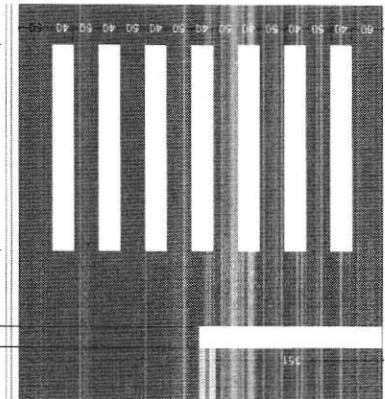


PROJETO DE SINALIZAÇÃO  
ESCALA 1:500

COR	FUNÇÃO	LETRAS	FAIXA	ALTIMETRIA / MA	COMPRIMENTO (M)	FAIXA / IM
AZUL	Rodízio de Rua	BRANCA	BRANCA	0,25%	0,50	0,50

LINHA DUPLA CONTINUA

FORMA	CÓDIGO	COR
		BRANCA
		FUNDO
		VERMELHA
ORLA		PRETO FUSCO
VERSO		0,75
LADO (A)		0,75
R=2		
SILLA (A)		0,15



## FAIXA DE TRAVESSIA DE PEDESTRES



Município de Santa Maria do Oeste  
Solicitação 174/2025

FLS. 104

Equipamento

Página 1

<b>Solicitação</b>			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de Itens
<b>174</b>	<b>Contratação de Serviço</b>	<b>10/12/2025</b>	<b>1</b>
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>	
Código	Nome	Número	
108611-1	ELIAS DELGADO	0/2025	
<b>Local</b>			
39	Gabinete do Secretário de Urbanismo		
<b>Órgão</b>			
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO		
<b>Forma de pagamento</b>			
Descrição		Tipo	
CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E MEDIÇÕES		Depósito bancário	
<b>Entrega</b>			
Local		Prazo	
		Dias	

**Descrição:**

IMPLEMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

**Lote**  
**001 Lote 001**

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
018072	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ)	UN	1,00	5.187.056,82	5.187.056,82
COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93M <sup>2</sup> , EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.					
					<b>TOTAL</b> 5.187.056,82
					<b>TOTAL GERAL</b> 5.187.056,82



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS. 105

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 9 9841-0495

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE-PR**

De: Gabinete do Prefeito Municipal

Para: Setor de Licitação

Preliminamente, defiro o requerimento da solicitação da Secretaria Municipal de Urbanismo, solicitando a **"PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO - USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ."**

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 – à elaboração de parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame pela Assessoria Jurídica;
- 2 – à elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação;
- 3 – ao exame e aprovação pelo Assessor Jurídico da minuta indicada no item.

Cujo Valor Total de R\$ 5.187.056,82 (Cinco milhões cento e oitenta e sete mil e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos)

Santa Maria do Oeste – PR, 10 de Dezembro de 2025.

  
OSCAR DELGADO  
PREFEITO MUNICIPAL



RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1137/1244

## PARECER JURÍDICO

**“O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista”.**

Em análise aos atos de desencadeamento de procedimento, verifica-se que a Secretaria de Urbanismo, através de seu Secretário Sr. Elias Delgado, em data de 02 de Dezembro de 2025, solicitou a abertura da procedimento para a **“PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO COM PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO ESTADUAL DO PARANÁ.”**, a modalidade de licitação a ser adotada é a da **CONCORRÊNCIA, Tipo MENOR PREÇO, sob o Regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** conf. Art. 28, Inciso II, Art. 29, da Lei 14.133/2021.

Seguindo despacho do Chefe do Executivo, de 10 de dezembro de 2025, foi encaminhado ao departamento de Contabilidade o procedimento, o qual retornou com informações afirmando que há previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das despesas no valor de **R\$ 5.187.056,82** (Cinco milhões, cento e oitenta e sete mil e cinqüenta e seis reais e oitenta e dois centavos) conforme faz prova de documentos acostados nos autos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE – ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.684.544/0001-26

FLS. 104

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1137/1244

Assim, considerando o valor estimado dos gastos e natureza do objeto, e uma vez inexistente a possibilidade de dispensa ou inexigibilidade, em atendimento ao disposto a Lei Federal 14.133/21, obrigatório se faz o Procedimento Licitatório para a finalidade pretendida.

Devendo o presente procedimento ser encaminhado a Divisão de Licitação – Comissão de Licitação, observadas as formalidades legais, iniciar o processo de licitação, com aa elaboração da minuta do edital, e retorno a essa Assessoria para posteriores averiguações.

**S.M.J. É o parecer.**

Santa Maria do Oeste-Pr, 08 de Janeiro de 2026.

*ÉDER JOSÉ SEBRENSKI*  
*Assessor Jurídico*



## PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° XX/2026

## CONCORRÊNCIA N.º XX/2026

## PREÂMBULO

O Município de Santa Maria do Oeste – Pr, torna público para ciência dos interessados que por intermédio do Prefeito Municipal que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, sob o Regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, a qual será regida pela Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas disposições contidas neste edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09h00min. do dia XX/XX/XXXX

ABERTURA DAS PROPOSTAS: a partir das 09h00min. do dia XX/XX/XXXX

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h30min. do dia XX/XX/XXXX

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras"

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

Portal da Transparência do Município de Santa Maria do Oeste (<https://www.santamariaodeste.pr.gov.br/llicitacao>).

As consultas e informações complementares referentes à presente licitação poderão ser feitas pelo e-mail: pmstmllicitacao@yahoo.com.br ou pelo telefone: (42) 9 9841-0495.

## OBJETO

A presente licitação tem por objeto a "PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>; EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ" conforme especificações constantes no Anexo 01 do presente Edital.

## DOCUMENTOS INTEGRANTES

Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

ANEXO 01 - Termo de referência do objeto

ANEXO 02 - Modelo de declaração que não incorre em impedimentos

ANEXO 03 - Modelo de declaração unificada



ANEXO 04 - Modelo Declaração ME/EPP

ANEXO 05 - Modelo de proposta comercial (Para o(s) licitante(s) vencedor(es))

ANEXO 06 - Declaração de participação na visita técnica

ANEXO 07 - Declaração formal de dispensa

ANEXO 08 - Declaração de responsabilidade técnica

ANEXO 09 - Prova de capacidade financeira

ANEXO 10 - Comprovação de capital social ou patrimônio líquido ANEXO

11 - Minuta do Contrato

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Concorrência, na forma Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste – Pr, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o link "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

1.3. O Credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

1.4. Como requisito para participação na Concorrência, em campo obrigatório do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

1.5. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

1.6. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a envio e abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início do certame.

## 2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar desta CONCORRÊNCIA empresas pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam a todas as exigências deste edital e estejam credenciadas na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

2.2. A este edital não se aplicam as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, considerando que o objeto do presente edital tem valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. Não poderão disputar esta licitação:

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



2.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.10. Não poderá participar da licitação empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

2.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. O impedimento de que trata o item 2.5.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração é exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



2.8. Poderá participar desta licitação pessoa jurídica em consórcio, desde que observadas as seguintes normas:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.8.1. Fica estabelecido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

2.8.2. O acréscimo previsto no item 2.10.1 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

2.8.3. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do item 2.11.

2.8.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.9. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.10. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3844-1738

através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, telefone: (041) 3097-4600 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e inicio da concorrência.

2.11. A participação na Concorrência está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Termo de Adesão (instrumento particular de mandato) que deverá ser encaminhado pelo licitante à Bolsa de Licitações do Brasil (BLL) para cadastro, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) na concorrência.

a.1) O Termo de Adesão poderá ser baixado para preenchimento através do site da BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)), acessando o link "Cadastro".

a.2) O Tempo mínimo exigido pela BLL para liberação da senha de acesso ao sistema é de 24 (vinte e quatro horas) após o recebimento do Termo de Adesão acompanhado dos demais documentos. Portanto, o licitante deve se atentar para o prazo limite de envio das propostas e providenciar o cadastro em tempo hábil.

a.3) Dúvidas a respeito do credenciamento na BLL poderão ser sanadas pelo telefone (041) 3097-4601 ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto: contato@bll.org.br).

b) Após efetivação do cadastro o licitante deverá efetuar a inserção no sistema eletrônico do valor inicial de cada lote/item e a marca/modelo do item ofertado. Obs.: no campo referente a marca inserir a expressão "SEM MARCA" quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão "MARCA PRÓPRIA" quando a marca permitir a identificação do licitante.

2.12. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, conforme Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões, que pode ser verificado no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

2.13. É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema da BLL e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.15. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 04 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais junto a BLL se assinalou seu regime de tributação no sistema, facultado ao Município se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento da LICITANTE como ME ou EPP, diante das normas da Lei.

### 3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação do Município, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I- Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3844-1738

intransferível do representante credenciado (operador direto, ou da corretora de mercadorias) e subsequente cadastramento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (041) 3097-4600, e-mail: [contato@bll.org.br](mailto: contato@bll.org.br), ou através de uma corretora de mercadorias associada.

### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O cadastro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.1.1. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá obrigatoriamente informar nos campos próprios o valor de sua proposta inicial e a marca/modelo do item ofertado.

Obs.: No campo referente a marca/modelo inserir a expressão "SEM MARCA" quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão "MARCA PRÓPRIA" quando a marca permitir a identificação do licitante.

6.1.2. A não inserção das informações solicitadas implicará na desclassificação da Empresa.

6.1.3. É vedada a identificação do licitante na Proposta Eletrônica. A identificação implicará na desclassificação da empresa.

6.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO 01 deste edital.

6.3. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública da licitação.

6.4. É necessário a informação do regime fiscal (ME/EPP) no campo próprio do sistema.

6.5. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.6. O cadastro da proposta eletrônica ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.7. Incumbrá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3844-1738

anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos no edital;

II - Iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;

III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV - Coordenar a sessão pública e o envio de propostas;

V - Verificar e julgar as condições de habilitação;

VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;

VII - Indicar o vencedor do certame;

VIII - Receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;

IX - Encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação.

### 4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.13 "a", operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4.2. A participação do licitante na Concorrência Eletrônica se dará por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL.

4.3. O acesso do operador a concorrência, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

### 5. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

5.1. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3844-1738

da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão editar e/ou retirar sua proposta.

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

### 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas.

7.2.1. A aceitabilidade das propostas estará sujeita a não identificação do licitante.

7.2.2. Não será aceita proposta inicial com valores superiores ao máximo fixado no Edital. Propostas iniciais com valores superiores ao máximo fixado no edital serão desclassificadas e não participarão da fase de lances.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.7. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** e o lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.9. Fica a critério do Agente de Contratação a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante. Somente serão aceitos lances com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

7.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (Cem Reais).

7.12. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (Dez) minutos e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

7.23.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 Empresas brasileiras;

7.23.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.25 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante no Anexo 05.

b) Planilha de Serviços, que deverá ser preenchida conforme anexo publicado junto com este edital. O licitante deverá apresentar a planilha obrigatoriamente contendo as quantidades e a descrição completa de todos os itens na forma constante na planilha de serviços, sob pena de desclassificação.

c) Cronograma físico-financeiro publicado juntamente com este edital, devidamente preenchido, com o respectivo equilíbrio físico-financeiro constando o nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado e o nome, número do RG e assinatura do responsável legal pela empresa.

d) Declaração de que não incorre nos impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, para participação nesta licitação. (Anexo 02)

7.26.1 O Agente de Contratação efetuará as seguintes consultas sobre o licitante melhor classificado, juntando os comprovantes ao processo licitatório e informando no chat o resultado destas consultas:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apt.apps.tcu.gov.br/>).

b) Consulta restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>). Obs.: Esta consulta deverá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.26.2 Se for o caso, poderão ainda ser solicitados documentos complementares, quando



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

7.14.1. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se à automaticamente.

7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Agente, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.20. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato continuo à classificação;

7.22.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.3 A proposta deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo 05.

7.26.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.26.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.26.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.27. O prazo estabelecido no item 7.31 poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante através do chat, antes de término do prazo estabelecido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

II - de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.31.

7.28. O não cumprimento do prazo estabelecido no item 7.31, sem solicitação de prorrogação, acarretará na desclassificação da empresa e nas sanções previstas neste Edital, podendo o Agente de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.29. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE MENOR PREÇO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação analisará os documentos apresentados pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a fim de verificar se atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou em futura contratação.

8.2. Caso conste na documentação apresentada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas.

8.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorável aos ME/PP's, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.2 deste edital.

FLS 110

**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.238-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorável, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.11. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 035/2023 de 11 de Outubro de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

8.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.12.1. Contiver vícios insanáveis;

8.12.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.12.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.12.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.12.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.13. Nos termos do §4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerar-se-ão inexequíveis as propostas para obras e serviços de engenharia que apresentarem valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, ressalvada a hipótese de comprovação de sua viabilidade.

**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.238-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

8.14. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

8.14.1. O prazo para retorno de eventuais diligências será de 02 (duas) horas após a convocação, podendo ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Agente de Contratação.

8.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.16. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.17. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.18. Também nas hipóteses em que a Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

**9. DA HABILITAÇÃO**

9.1. Para fins de habilitação, a(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) inserir em campo próprio do sistema, os seguintes documentos:

**I – DECLARAÇÕES:**

a) Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.238-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

d) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Obs.: As declarações solicitadas poderão ser apresentadas de forma unificada, conforme Anexo 03.

**II – RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**III – RELATIVOS À HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;

f) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943.

**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.238-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

**IV – RELATIVOS À HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação aprovado ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A Certidão apresentada deve ter sido emitida há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão.

c) Prova de Capacidade financeira conforme modelo do Anexo 09, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis na forma da lei. Deverão ser apresentados os índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento (E), cujos valores limites são os a seguir estabelecidos:

LG	LC	E
Valor mínimo	Valor mínimo	Valor máximo
1,00	1,00	1,00

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, obedecendo os limites previstos.

d) Declaração assinada pelo responsável legal da empresa e respectivo contador de modo a comprovar o capital social ou patrimônio Líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação, conforme Anexo 10.

**V – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

a) Declaração de participação na visita técnica expedida pelo licitador (Anexo 06) ou declaração formal (Anexo 07), assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.

a.1) A visita técnica será realizada através da Secretaria de Viação, com o fiscal da obra. Os interessados podem entrar em contato, agendando o horário e a data, pelo fone: (42) 99841-0495. Os agendamentos para a visita técnica somente serão efetuados até as 17h00min. Sendo em até dois dias antes da abertura do certame. Após essa data não serão mais efetuados agendamentos para a visita técnica.

a.2) Na visita técnica serão abordados os detalhes dos projetos, os serviços previstos nos planos de trabalho e orçamento, suas peculiaridades e respectivos critérios para medição, assim como para eventuais esclarecimentos. Posteriormente, será realizada visita aos locais das obras.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

a.3) A proponente através de seu representante, quando da visita técnica deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta.

a.4) A presença de um representante da empresa proponente na visita técnica é requisito facultativo para participação na licitação.

a.5) Ao final da visita, será emitida declaração (Anexo 06) comprovando a presença do licitante na visita técnica e atestando que o representante da empresa tomou conhecimento de todas as informações, constatando as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação. A declaração de participação na visita técnica deverá ser entregue junto com os documentos de habilitação.

a.6) Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica deverá obrigatoriamente entregar declaração formal (Anexo 07), assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, atestando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratada.

b) Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

c) Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até seu recebimento definitivo pelo licitador. (Anexo 08).

d) A declaração, acima exigida, deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional — CAT" do responsável(s) técnico(s) indicado, emitido(s) pelo conselho competente, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional a licitada.

e) Comprovação de vínculo, através de registro em carteira, ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

f) Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado pela licitante junto CREA ou CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

g) Apresentação de 01 (um) ou mais, atestados de capacidade técnica, em nome da proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de todos os itens de obra em quantidade igual ou superior conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ	18.415,93M <sup>2</sup>

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANA

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

Obs: Para atendimento das quantidades mínimas acima, a quantidade de cada um dos serviços deverá ser atendida, sendo permitida a soma de atestados ou declarações.

h) Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da obra, a proponente deverá apresentar sua relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, n.º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação, (Anexo 11).

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese do licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.5.1. O prazo estabelecido no item 9.5 poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante através do chat, antes de término do prazo estabelecido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

II - de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 9.1.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

9.5.2. O não cumprimento do prazo estabelecido no item 9.5, sem solicitação de prorrogação, acarretará na inabilitação da empresa e nas sanções previstas neste Edital, podendo a Comissão de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente para apresentação dos documentos nos mesmos termos.

9.6. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar, posteriormente ao julgamento das propostas.

9.7. Serão aceitos documentos com assinatura digital/eletrônica, nos termos da Medida Provisória nº. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001.

9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.5.

9.10.1. Quando o licitante estiver concorrendo em mais de um item, a não apresentação dos documentos conforme solicitado neste edital resultará na sua inabilitação no(s) item(ns) que arrematou e nos demais que concorreu.

9.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.11.2. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANA

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

9.11.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo válido somente para os documentos nele abrangidos.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.16. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequentemente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021. 10.2. Declarado o vencedor, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Agente de Contratação poderá fazê-lo, no sistema BLL, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões durante o tempo estipulado de 15 (quinze) minutos.

10.3. A manifestação da intenção de recorrer deverá ser realizada de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.4. A falta de manifestação imediata no momento e tempo estipulado importará a preclusão do direito de recurso.

FLS 112



10.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11. Não serão aceitas manifestações de recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.12. Será informado no "chat" quando se dará o início da fase de manifestação da intenção de recursos.

10.13. É responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento das informações no sistema da BLL.

## 11. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO E DO CONTRATO

11.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

11.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade será até XX/XX/XXXX encontra-se na fixada, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.4. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil). Deverá ser dado prioridade a assinatura por meio digital.

devido(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s);

OBS: deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS devidos em todos os meses de execução do contrato, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/2011);

d) cópia da folha de pagamento dos empregados de cada obra.

e) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação: - da ART pela CONTRATADA; - da quitação junto ao INSS, através de matrícula e CND; - da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;

f) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação: - da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído; - do Termo de Recebimento Provisório; - de comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água, energia elétrica, etc.

g) no mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem mediados e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, deverão ser entregues os seguintes documentos:

- original(is) ou cópia(s) autentica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

- declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal;

- original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; - comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

13.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

13.4. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

13.5. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.



11.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

## 12. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os serviços executados sejam de qualidade.

12.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

## 13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, através de transferência eletrônica à conta-corrente fornecida pela contratada, segundo o cronograma através de medições realizadas por meio de boletins de medição com periodicidade mensal e fechamento preferencialmente no último dia de cada mês. O pedido de medição deverá ser solicitado ao engenheiro fiscal da obra. Após realização da medição o pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias através de transferência eletrônica após o envio da Nota Fiscal e documentação solicitada.

13.2. O faturamento deverá ser protocolado no protocolo geral da CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, destaque do valor e da alíquota do ISS já recolhido na prefeitura municipal, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo engenheiro fiscal;

b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s).

13.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

13.7. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concordado de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.

## 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas correrão à conta dos recursos orçamentários e suas respectivas dotações serão as indicadas no Anexo 01 do edital.

## 15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/21.

15.2. A Contratante, por intermédio do servidor/equipe responsável pela fiscalização, poderá rejeitar serviços que estiverem em desacordo com o contrato, devendo a Contratada permitir pleno acesso da fiscalização, além de dispor todos os elementos necessários ao desempenho dessa função.

15.3. A fiscalização terá poderes para sustar o andamento de serviços prestados em desacordo com o estabelecido no contrato, comunicando à autoridade competente, para que sejam adotadas as providências legais cabíveis, em especial a emissão imediata de ordem de paralisação dos serviços.

15.4. Em caso de faltas que possam constituir situações passíveis de penalização, deve a fiscalização informar o fato ao setor competente, instruindo o seu relatório com os documentos necessários à comprovação da irregularidade.

15.5. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.6. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

15.7. Fiscal da Obra: Será responsável por acompanhar a execução física da obra a Engenheira Civil KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS, CREA/CAU PR 203.031-D, lotado na Secretaria de Planejamento.

FLS. 113



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

15.8. Fiscal de Contrato: A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, será do servidor da Secretaria Municipal de Urbanismo.

#### 16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o detentor do Contrato que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não assinar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o detentor do Contrato der causa à inexecução parcial do objeto, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);  
II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);  
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do item anterior, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

IV) Multa:

a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

aplicação do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devidamente justificado, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

SR = S (I12 / I0)

R = SR – S

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta. I0

= índice INCC-DI/FGV do mês da proposta

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

17.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora do Contrato e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

17.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.4. Na hipótese de a empresa detentora do Contrato solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

17.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela empresa detentora do Contrato, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

17.6. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão dos preços solicitada pela empresa detentora do Contrato.

17.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica e jurídica do Contratante.

17.8. O reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato será realizado por meio de aditivo contratual.

#### 18. DAS OBRAS PROVISÓRIAS

18.1. A CONTRATADA deve submeter à fiscalização os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias, que deverá aprovar-las caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

16.4. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### 17. CRITÉRIO DE REAJUSTE

17.1. Não haverá reajuste de preços no transcorrer de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta. Caso passe dos 12 meses poderá ser acertado entre as partes reajuste, mediante a

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

18.2. A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

18.3. A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

18.4. A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias, onde requeridas.

#### 19. DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

19.1. Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizer(em) na obra, nos limites autorizados em lei.

19.2. A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no item anterior.

19.3. Se no Contrato não houver sido contemplados preços unitários para a obra, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no item 19.1.

#### 20. DOS MATERIAIS, VÉICULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

20.1. Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

20.2. Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

#### 21. DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

21.1. A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

21.2. O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares - NRs 01 a 28 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.

FLS 11M



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

21.4. Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

21.5. A CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não-cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

21.6. Cabe à CONTRATADA solicitar a CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente (s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

**22. DA SEGURANÇA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA**

22.1. A CONTRATADA responderá pela solidade do objeto deste contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.

22.2. A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

22.3. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, perdas, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

22.4. Caso a CONTRATANTE seja acionada judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, aplicando-se no caso concreto, uma das formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, especialmente a denúncia da lide (art. 70 – CPC), se for o caso.

22.5. A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

22.6. A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de resarcimento de danos materiais ou morais (art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

**23. DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO**

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

24.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**25. DISPOSIÇÕES FINAIS**

25.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.3. Nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21, a autoridade competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

25.3.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

25.3.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

25.3.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

25.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Transparência do Município.

25.10. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação;



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

23.1. A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

23.2. Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassessar a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

23.3. Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre a CONTRATANTE e o subcontratado.

**24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ECLARECIMENTOS**

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

24.1.1. As impugnações referentes a este edital deverão ser cadastradas em campo próprio do sistema da BLL (Acesso BLL Compras -> Acesso Público -> Impugnações -> Requerer Impugnação), devendo ser anexado arquivo com as razões que a fundamentem.

a) O arquivo anexado será protocolado no Protocolo Geral do Município de Santa Maria do Oeste, sendo anexado ao processo originário desta licitação.

b) Para fins de tempestividade será considerada a data de cadastro da impugnação no sistema da BLL.

c) Caberá a Comissão de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

d) A decisão sobre a impugnação será informada em campo próprio do sistema da BLL.

24.1.2. Da mesma forma, os esclarecimentos relacionados a esta licitação deverão ser solicitados através de cadastrado em campo próprio do sistema da BLL (Acesso BLL Compras -> Acesso Público -> Esclarecimentos -> Fazer Pergunta).

24.2. Por se tratar de Concorrência na forma Eletrônica, não serão reconhecidos esclarecimentos/impugnações apresentados por meio diverso do previsto neste edital.

24.3. Não serão conhecidas as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo legal.

24.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

25.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão de Contratação, nos termos da legislação vigente.

25.12. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

25.13. Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

25.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Pitanga/PR;

Santa Maria do Oeste – PR, xx de xxxxxxxxx de xxxx.

OSCAR DELGADO  
PREFEITO MUNICIPAL

FLS. 115



## ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA

## TERMO DE REFERÊNCIA DA DESPESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021.

## 1- Definição do objeto:

Solicitamos abertura de licitação na modalidade de Concorrência (menor preço) visando à execução da seguinte obra:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M <sup>2</sup> EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	R\$ 5.187.056,82

1.2. Classificação do objeto: Trata-se de execução de obra.

1.3. Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: 4211-1/01 – Construção de Rodovias e Ferrovias.

1.4. Justificativa para dispensa dos documentos solicitados: Em anexo ao presente segue projeto executivo.

1.5. Valor total: O valor máximo estimado para a execução do objeto descrito acima é de R\$ 5.187.056,82 (Cinco Milhões Cento e Oitenta e Sete mil Cinquenta e Seis Reais e Oitenta e Dois Centavos), conforme planilha de serviços elaborada pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, com base nas tabelas oficiais.

1.6. Registro de Preços:( ) SIM (x) NÃO

## 2- Justificativa:

As Ruas Arnaldo Iansen, Rua Verci Grande, Rua Germano Wendler, Rua Bernardino Grande, Rua Projetada A, Rua Pedro Slitski, Rua Nessy Tomem, Rua Pedro, Rua Lucila Agnes, Rua B Sub-50, Rua Geni Aparecida Damão Caldas, Rua Sub-50, Rua Projetada B- Santa Rita, Rua Projetada C- Santa Rita, Rua Projetada E- Santa Rita, Rua Projetada C, Monte Carlo, Rua Projetada D- Monte Carlo, Rua Projetada E – Monte Carlo, previstas para serem atendidas como objetos desta licitação, situam-se no perímetro urbano, na sede do Município de Santa Maria do Oeste. Atualmente estas ruas possuem apenas cascalhamento; com isso em dias de chuva ou estiagem os moradores sofrem para transitar pela via devido a formação de barro e poeira, além de demandar manutenção frequente devido a erosão causadas pela falta de galerias pluviais.

A obra irá atender diretamente os moradores das mais diversas áreas do perímetro urbano, estimando-se que aproximadamente 900 (novecentas) pessoas sejam diretamente beneficiadas. Desta forma, a pavimentação visa dar uma melhor condição de trafegabilidade das vias e consequentemente melhor qualidade de vida aos munícipes.

execução de obra de características semelhantes, em quantidades iguais ou superiores ao objeto da presente licitação, em uma mesma obra;

- d) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador.
- e) comprovação de vínculo, através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.
- f) Apresentação de 01 (um) ou mais, atestados de capacidade técnica, em nome da proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado junto ao CREA/CAU, de execução de todos os itens de obra em quantidade igual ou superior conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ	18.415,93M <sup>2</sup>

## 4.4. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b) demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. As exigências de documentação relativas à balanço patrimonial e negativas de falência possibilitam à Administração Pública aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato.

## 5- Condições de execução do objeto:

## 5.1 – Regime de execução da obra:

Regime de Empreitada Global

## 5.2 – Critérios e periodicidade das medições:

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, através de transferência eletrônica à conta-corrente fornecida pelo contratado, seguindo o cronograma através de medições realizadas por meio de boletim de medição com periodicidade mensal e fechamento preferencialmente no último dia de cada mês. O pedido de medição deverá ser solicitado ao engenheiro fiscal da obra. Após realização da medição o pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias através de transferência eletrônica após o envio da Nota Fiscal e documentação solicitada.

## 5.3 – Prazo e local de execução:

O prazo de execução do serviço será de 10 (dez) meses, conforme cronograma físico- financeiro.

## 5.4 – Condições de garantia e assistência técnica:

5.4.1- A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços e dos materiais fornecidos, sendo que detectados vícios ou defeitos de fabricação ou ainda serviço mal executado, serão refeitos

## 3- Dotação orçamentária (Lei de responsabilidade fiscal LC101/00 art.16 em especial)

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO  
002 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
15.451.1501.1067 – INFRAESTRUTURA MOBILIDADE URBANA  
4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
05500 – 00830 – B.B CONV. 1654/2025- SECID- SIT 76989- PAV. VIAS URBANAS

## 3.1. Origem do recurso: CONVÉNIO 1654/2025- SECID- SIT 76989- PAV. VIAS URBANAS

## 4- Condições de habilitação:

## 4.1. Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

## 4.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Comprovante de inscrição do CNPJ (cadastro nacional de pessoa jurídica) da empresa;
- b) No caso de empresa individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou Contrato Social ou última alteração, ou ainda documento equivalente, conforme cada caso (autenticado);
- c) Certidão Negativa de débitos perante o INSS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (sendo válida a apresentação da CND unificada da Receita Federal do Brasil – Portaria RFB 443 de 17/10/2014);
- d) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão negativa de débitos (CND) Fazenda federal;
- f) Certidão negativa de débitos (CND) Fazenda estadual;
- g) Certidão negativa de débitos (CND) Fazenda municipal da sede da empresa;
- h) Certidão negativa de débitos Trabalhistas (CNDT), e
- i) Certidão negativa de falência ou concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica/licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão.

## 4.3. Qualificação técnica:

- a) Certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;
- b) prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou prova de registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- c) Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitido pelo CREA/CAU, em nome do responsável técnico, referente desempenho da atividade, pertinente e compatível com o objeto da licitação, por

e/ou substituídos os materiais, correndo as despesas daí resultantes por conta da Contratada, ficando sujeitos às penalidades aplicáveis a inadimplência.

5.4.2 - Todos os materiais utilizados na obra deverão estar de acordo com as normas da ABNT vigentes. O prazo de garantia dos materiais adquiridos deverá ser de no mínimo de 12 (doze) meses ou o estabelecido nas Normas da ABNT ou o assegurado pelo fabricante, prevalecendo o maior, contados a partir da data de conclusão da obra objeto desta licitação.

5.4.3 - A Contratada deverá garantir a obra de acordo com as normas da ABNT, sendo o período mínimo de 60 (sessenta) meses.

## 5.6 – Prazo de vigência da contratação:

Vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado, nos termos da lei de licitações, mediante justificativa e atendimento ao interesse público.

## 5.7 – Demais informações necessárias para execução do objeto:

As mesmas do item 6.

## 6- Obrigações da contratada:

- 6.1 confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo;
- 6.2 assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- 6.3 notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e do inicio dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas, quando for o caso;
- 6.4 manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- 6.5 dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;
- 6.6 manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- 6.7 providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- 6.8 não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter, ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 6.9 manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.10 fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos.
- 6.11 examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do procedimento, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória.
- 6.12 A empresa contratada deverá ao final dos trabalhos entregar obrigatoriamente o controle tecnológico das obras de pavimentação asfáltica, bem como todos os ensaios realizados a cada aplicação.
- 6.13 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DER/PR e DNIT, através da relação de ensaios necessários conforme Anexo I do contrato, parte integrante deste edital.
- 6.14 Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3644-1238  
deste Contrato. No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

6.15 As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

6.16 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados.

6.17 A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita através de profissionais devidamente designados pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

6.18 A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, arquitetos, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- a) Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.
- 6.19 Poderá a contratada cobrir o acesso de funcionários e cidadãos que não estejam vinculados a esta intervenção. Sendo permitida a entrada, a responsabilidade pela falta de segurança (EPI) será da empresa.
- 6.20 A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.
- 6.21 A CONTRATADA deve manter no centro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.
- 6.22 A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.
- 6.23 Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados ate o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

**7- Gestão e Fiscalização:**

- Fiscal da Obra: Será responsável por acompanhar a execução física da obra a Engenheira Civil KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS, CREA/CAU PR 203.031-D, lotado na Secretaria de Planejamento.

- Fiscal de Contrato: A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, será do servidor da Secretaria Municipal de Urbanismo.

**8- Outras informações:**

**Do Reajuste:**

- Não haverá reajuste de preços no transcorrer de 12 (doze) meses da data da apresentação da



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3644-1238  
proposta. Caso passe dos 12 meses poderá ser acertado entre as partes reajuste, mediante a aplicação do índice INCCDI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devidamente justificado, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

SR = S (I12 / I0)

R = SR - S

I12 = índice INCC-DI/FGV do 12 o mês após proposta.

I0 = índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12 o mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

9- Anexos:

- 9.1. Estudo Técnico Preliminar;
- 9.2. ARTs;
- 9.3. Memorial Descritivo;
- 9.4. BDI;
- 9.5. Orçamentos;
- 9.6. Cronograma Físico Financeiro;
- 9.7. Projetos;

FLS. 117

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3644-1238

**ANEXO 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO INCORRE EM IMPEDIMENTOS**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \*\*/2026**

Ao Agente de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste - Estado do Paraná:

(Razão Social), CNPJ nº. xx.xxx.xx/xxxx-xx, sediada (endereço completo: rua, bairro, cidade, estado, CEP), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, instaurado na modalidade Concorrência Eletrônica, sob Nº \*\*\*/2026, pelo Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, que não incorre nos impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, para participação nesta licitação.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3644-1238

**ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \*\*/2026**

Ao Agente de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste/PR:

(Nome da empresa), CNPJ/MF nº., sediada (endereço completo), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Concorrência Eletrônica, sob Nº \*\*\*/2026, instaurado pelo Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

FLS. 118

## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (642) 3844-1238

## ANEXO 04 — MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \*\*\*/2026

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

À Comissão de Contratação - Município de Santa Maria do Oeste/PR

Referente: Edital de Concorrência Eletrônica nº \*\*\*/2026

## 1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:

## NOME DA EMPRESA:

CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO: (Representante que irá assinar o Contrato).

RG – Órgão Emissor: CPF:

ENDEREÇO COMPLETO:

EMAIL e TELEFONE:

BANCO, AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta de preços relativa a prestação dos serviços abaixo descritos:

2 – OBJETO: “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup> EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ”, conforme detalhamento contido no edital da Concorrência Eletrônica nº. XX/2026.

3 – VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: O Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

## 4 – PREÇO PROPOSTO:

ITEM	DESCRÍÇÃO	VALOR PROPOSTO
01	Pavimentação Asfáltica em concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ	R\$ _____

O preço global, fixo e sem reajuste, proposto para a execução do objeto da Concorrência nº

## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (642) 3844-1238

\*\*\*/2025 é de: RS \_\_\_\_\_).

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

Nome e assinatura do Representante da empresa

Obs.: Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (642) 3844-1238

## ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA VISITA TÉCNICA

Atestamos que a empresa abaixo identificada compareceu perante o Município de Santa Maria do Oeste – PR, para participar de visita técnica nos termos do edital, tendo recebido as informações necessárias para possibilitar a formulação de sua proposta de preços, nos termos do edital de Concorrência nº \*\*\*/2026.

A empresa licitante identificada, através do seu representante, tomou conhecimento das condições de trabalho, dados e demais informações que julgou necessárias ao cumprimento do objeto, com a finalidade de levantar todas as condições necessárias para a total e perfeita elaboração de sua proposta de preços, em consonância com as especificações exigidas pelo edital, esclarecendo, nesta oportunidade, todas as dúvidas inerentes ao objeto deste edital e sua execução.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA
Razão Social:
CNPJ:
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE
Nome:
RG:
CPF:
Assinatura:

Data da visita técnica: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2026.

Santa Maria do Oeste/Pr, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA VISITA
Nome:
RG:
CPF:
Matrícula Funcional:
Assinatura:

## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (642) 3844-1238

## ANEXO 06 – DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA

À Comissão de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste/PR Referente:

Edital de Concorrência nº \*\*\*/2026

Processo Administrativo nº \*\*\*\*/2026

Objeto licitado:

Nome da Empresa:

CNPJ nº:

Endereço:

Fone:

E-mail:

O representante técnico da (inserir o nome da proponente) Sr. (a) (inserir o nome do representante), devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, DECLARA que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avanças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome, nº CREA/CAU, e assinatura do Responsável Técnico)

Obs.: 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 15 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

## ANEXO 07 – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ref.: Edital de Concorrência nº \*\*/2026

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 21/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nº.	Nome	Especialidade	CREA nº	Data do registro	Assinatura do responsável técnico

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

## ANEXO 09 – COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO

À Comissão de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste – Pr.

Referente: Concorrência nº \*\*/2026.

A empresa ..... , DECLARA, nos termos de seu Balanço Patrimonial que o valor de seu Capital Social é de R\$ ..... (..... reais) e o valor de seu Patrimônio líquido é de R\$ ..... (..... reais).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Nome, Assinatura e CRC do Contador

Obs.: 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

## ANEXO 08 – PROVA DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Ref.: Edital de Concorrência nº \*\*/2026

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente.

Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social já exigível.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

## SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	índice
Liquidex Geral (LG) LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)		
Liquidex Corrente (LC) LC = AC/PC		
Endividamento (E) E = (PC+ELP)/(AC+RLP+AP)		

AC - ativo circulante;  
AP - ativo permanente;  
PC - passivo circulante;

RLP - realizável a longo prazo.;

ELP - exigível a longo prazo.

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

Representante legal

Contador

( nome, RG nº e assinatura)

( nome, n° CRC e assinatura.)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



## MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

## ANEXO 10 – RELAÇÃO MÍNIMA DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Ref.: Edital de Concorrência nº \*\*/2026

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
USINA DE ASFALTO – COM LICENÇAS DE INSTALAÇÃO OU OPERAÇÃO	UNID.	1
CAMINHÃO BASCULANTE	UNID.	4
ESPARGIDOR DE ASFALTO	UNID.	1
VIBRO ACABADORA	UNID.	1
CAMINHÃO PIPA	UNID.	1
ROLO COMPACTADOR LISO	UNID.	1
ROLO DE PNEUS	UNID.	1
ROLO COMPATADAR LISO TANDEM	UNID.	1
ONIBUS	UNID.	1
PÁ CARREGADEIRA	UNID.	1
RETRO ESCAVADEIRA	UNID.	1
SAPO PARA COMPACTAÇÃO	UNID.	1
MOTONIVELADORA	UNID.	1
CAMINHÃO EQUIPADO PARA PINTURA DAS FAIXAS	UNID.	1

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

( nome, RG nº e assinatura do responsável legal)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

**ANEXO 11 – MINUTA DO CONTRATO**

Contrato nº. xxxx/2026

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA  
DO OESTE E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_, NA  
FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua José de França Pereira, nº 10, inscrito no CNPJ nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo, Exmo Prefeito, Sr. OSCAR DELGADO, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº \*\*\*\* SESF/PR e do CPF nº \*\*\*\*\*, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Maria do Oeste/PR, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_ brasileiro, inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_ e no RG nº. \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº \*\*\*/2026 e em observância as disposições da Lei 14.133/2021, resolvem celebrar o presente contrato decorrente da licitação Concorrência Eletrônica nº \*\*\*/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é \_\_\_\_\_, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- II) O Edital de Licitação;
- III) A Proposta da Contratada; e
- IV) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. O valor total da presente contratação é de R\$ \_\_\_\_\_.

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3- CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, através de

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.4. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.5. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.7. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.

**4- CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Município, a cargo da Secretaria Municipal requerente, a partir da seguinte dotação orçamentária:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO  
002 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
15.451.1501.1067 – INFRAESTRUTURA MOBILIDADE URBANA  
4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
05500 – 0830 – B.B CONV. 1654/2025- SECID- SIT 76989- PAV. VIAS URBANAS

**5- CLÁUSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE**

5.1. Não haverá reajuste de preços no transcorrer de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta. Caso passe os 12 meses poderá ser acertado entre as partes reajuste, mediante a aplicação do índice INCC-DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devidamente justificado, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

SR = S (112 / 10)

R = SR – S

I2 = Índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta. IO

= índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

5.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

transferência eletrônica à conta-corrente fornecida pela contratada, segundo o cronograma através de medições realizadas por meio de boletins de medição com periodicidade mensal e fechamento preferencialmente no último dia de cada mês. O pedido de medição deverá ser solicitado ao engenheiro fiscal da obra. Após realização da medição o pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias através de transferência eletrônica após o envio da Nota Fiscal e documentação solicitada.

3.2. O faturamento deverá ser protocolado no protocolo geral da CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, destaque do valor e da alíquota do ISS já recolhido na prefeitura municipal, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhos e ser certificada pelo engenheiro fiscal;

b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(es) de execução por obra(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão(s) dos arquivos para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s);

OBS: deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS devidos em todos os meses de execução do contrato, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/2011);

d) cópia da folha de pagamento dos empregados de cada obra.

e) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:

- da ART para a CONTRATADA;
- da quitação junto ao INSS, através de matrícula e CND;
- da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;

f) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

- da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;
- do Termo de Recebimento Provisório;
- de comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água, energia elétrica, etc

g) no mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, deverão ser entregues os seguintes documentos:

- original(is) ou cópia(s) autentica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;
- declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal;
- original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordínaria e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora do Contrato e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

5.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

5.4. Na hipótese de a empresa detentora do Contrato solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

5.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela empresa detentora do Contrato, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.6. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão dos preços solicitada pela empresa detentora do Contrato.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica e jurídica do Contratante.

5.8. O reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato será realizado por meio de aditivo contratual.

**6- CLÁUSULA SEXTA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

6.3. A Administração deverá atestar, no início de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

6.4. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos da Lei 14.133/21.

**7- CLÁUSULA SÉTIMA- MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

7.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**8- CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO**

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

13.1. A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

13.2. Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito da CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

13.3. Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre a CONTRATANTE e o subcontratado.

#### 14- CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 – O objeto deverá ser executado conforme prazos e condições estabelecidos no edital da Concorrência Eletrônica Nº \*\*\*/2026 e seus anexos.

#### 10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo;

10.2 Assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

10.3 Notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas, quando for o caso;

10.4 Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;

10.5 Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;

10.6 Manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;

10.7 Providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;

10.8 Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

10.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.10 Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos.

10.11 Examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do procedimento, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

10.12 A empresa contratada deverá ao final dos trabalhos entregar obrigatoriamente o controle tecnológico das obras de pavimentação asfáltica, bem como todos os ensaios realizados a cada aplicação.

10.13 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DER/PR e DNIT, através da relação de ensaios necessários conforme Anexo I do contrato, parte integrante deste edital.

10.14 Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato. No caso da proposição de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitá-la à aplicação das penalidades cabíveis.

10.15 As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

10.16 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados.

10.17 A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita através de profissionais devidamente designados pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

10.18 A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, arquitetos, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

a) Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;

b) Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

10.19 Poderá a contratada colibir o acesso de funcionários e cidadãos que não estejam vinculados a esta intervenção. Sendo permitida a entrada, a responsabilidade pela falta de segurança (EPI) será da empresa.

10.20 A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

10.21 A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

10.22 A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

10.23 Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

#### 11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

11.1. São obrigações do Contratante:

- I) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- V) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI) Aplicar a Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- VIII) A Administração não responderá pelos quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para inicio da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não haverá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio a execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (44) 3844-1238

12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

#### 13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. 13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais emissões, desvios ou abusos.

13.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD. 13.12. Os contratos e

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### 14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. A contratante exigirá da empresa vencedora adjudicatária desta licitação por ocasião da assinatura do contrato de execução da obra a comprovação de depósito da caução de garantia de execução da obra, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.  
14.2. Como seja exigido, contratada, cabrá a adjudicatária optar por uma das modalidades de garantias estabelecidas no artigo 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021.

14.3. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução total do contrato, desde que não tenha sido utilizada para pagamentos de multas impostas a Contratada pela Contratante.

#### 15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:  
a) der causa à inexecução parcial do contrato;  
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;  
c) der causa à inexecução total do contrato;  
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;  
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;  
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;  
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;  
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;  
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;  
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;  
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;  
m) praticar ato lesivo previsto no art. 59 da Lei nº 12.846, de 19 de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:  
I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);  
II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);  
III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima neste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);  
IV) Multa:  
a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).  
15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).  
15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa do Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Cnis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### 16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

I) O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orgânicos para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.  
II) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.  
III) Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de seu aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação:

16.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.  
I) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.  
II) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restrinquir sua capacidade de concluir o contrato.  
III) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III) Indenizações e multas;

#### 17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 18- CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais deverão ser feitas pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo intitulado, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANCA PEREIRA, N° 10 - CEP: 85.230-000 - FONE/FAX: (842) 3844-1238

#### 19- CLÁUSULA DÉCIMA NONA- PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbe à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### 20- CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

20.1- As partes em comum acordo, elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de Pitanga, Paraná. E, por estarem justos, certos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste - Pr., -- de----- de 2026.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

FLS. 122



RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1137/1244

### **PARECER JURÍDICO**

Em atendimento ao constante no despacho do Chefe do Executivo Municipal, esta Assessoria Jurídica, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, da Lei 14.133/2021, Art. 19, Inciso IV, da Constituição Federal e Estadual, passa a analisar a regularidade técnica dos documentos e minuta do edital, visando a “**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO COM PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO ESTADUAL DO PARANÁ.**”, denota-se:

No que tange a minuta do edital, este contempla a existência das cláusulas necessárias, conforme previsões contidas na Lei 14.133/2021, e da Carta Magna Federal e Estadual.

Outrossim, a minuta do contrato administrativo, também preenche os requisitos necessários para o fiel cumprimento do objeto, estando o mesmo de acordo como artigo 92, do mesmo diploma legal citado;

Razão pela qual encontra-se o presente processo em condições de ser autorizado pelo Chefe do Executivo Municipal, se esse for o seu entendimento.’

***É o parecer.***

Santa Maria do Oeste-PR, 08 de Janeiro de 2026.

*EDER JOSÉ SEBRENSKI*  
*Assessor Jurídico*



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS. J24

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 9 9841-0495

## DESPACHO

Considerando as informações e pareceres contidos no presente procedimento **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade **CONCORRÊNCIA**, referente **“PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.”**, nos termos da lei 14.133/2021.

Encaminhe-se para a comissão permanente de Licitação para as providencias necessárias.

Santa Maria do Oeste- PR, 12 de janeiro de 2026.

  
OSCAR DELGADO

Prefeito Municipal

# Município de Santa Maria do Oeste



ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ: 95.684.544/0001-26

Rua Jose de França Pereira, nº 10 - CEP.: 85.230-000- Fone/Fax: (042) 3644-1359

## DECRETO N° 086/2025

**SÚMULA:** Nomeia Comissão de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Federal n. 14.133/21:

### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, que terá a seguinte composição:

- |                                 |                     |
|---------------------------------|---------------------|
| 1) LUCAS TIAGO MINHUK           | CPF: 064.***.***-05 |
| 2) MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS | CPF: 103.***.***-24 |
| 3) ELIANE DE FARIA RODRIGUES    | CPF: 101.***.***-81 |

**Parágrafo Único:** A presidência da presente comissão, ficará a cargo do Sr. LUCAS TIAGO MINHUK.

Art. 2º - Fica nomeado como membro suplente da presente comissão, a Sr. DANIEL TOMEN, inscrito no CPF sob nº 065.\*\*\*.\*\*\*-86.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, em 10 de Novembro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE  
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE  
A conferir maior credibilidade.  
<https://serpro.gov.br/assinatura-digital>

Oscar Delgado  
Prefeito Municipal

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DECRETO 086/2025**

SÚMULA: Nomeia Comissão de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste – PR, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Federal n. 14.133/21:

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica nomeada a **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, que terá a seguinte composição:

- 1) LUCAS TIAGO MINHUK CPF: 064.\*\*\*.\*\*\*-05
- 2) MATHEUS IASSIUNIK DOS SANTOS CPF: 103.\*\*\*.\*\*\*-24
- 3) ELIANE DE FARIA RODRIGUES CPF: 101.\*\*\*.\*\*\* - 81

**Parágrafo Único:** A presidência da presente comissão, ficará a cargo do Sr. LUCAS TIAGO MINHUK.

Art. 2º - Fica nomeado como membro suplente da presente comissão, a Sr. DANIEL TOMEN, inscrito no CPF sob nº 065.\*\*\*.\*\*\*-86.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, em 10 de Novembro de 2025.

***OSCAR DELGADO***  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Marcos Antonio de Lima  
**Código Identificador:**40C2C101

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 11/11/2025. Edição 3404  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 05/2026****CONCORRÊNCIA N.º 01/2026****PREÂMBULO**

O Município de Santa Maria do Oeste – Pr, torna público para ciência dos interessados que por intermédio do Prefeito Municipal que realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, sob o Regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, a qual será regida pela Lei nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como, nas disposições contidas neste edital.

**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** até às 09h00min. do dia 23/02/2026

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** a partir das 09h00min. do dia 23/02/2026

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** Às 09h30min. do dia 23/02/2026

**LOCAL:** [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) “Acesso Identificado no link – BLL Compras”

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

Portal da Transparéncia do Município de Santa Maria do Oeste (<https://www.santamariadooeste.pr.gov.br/licitacao>).

As consultas e informações complementares referentes à presente licitação poderão ser feitas pelo e-mail: [pmsmolicitacao@yahoo.com.br](mailto:pmsmolicitacao@yahoo.com.br) ou pelo telefone: (42) 9 9841-0495.

**OBJETO**

A presente licitação tem por objeto a “**PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ**” conforme especificações constantes no Anexo 01 do presente Edital.

**DOCUMENTOS INTEGRANTES**

Integram o presente edital, como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

ANEXO 01 - Termo de referência do objeto

ANEXO 02 - Modelo de declaração que não incorre em impedimentos

ANEXO 03 - Modelo de declaração unificada



ANEXO 04 - Modelo Declaração ME/EPP

ANEXO 05 - Modelo de proposta comercial (Para o(s) licitante(s) vencedor(es))

ANEXO 06 - Declaração de participação na visita técnica

ANEXO 07 - Declaração formal de dispensa

ANEXO 08 - Declaração de responsabilidade técnica

ANEXO 09 - Prova de capacidade financeira

ANEXO 10 - Comprovação de capital social ou patrimônio líquido ANEXO

11 - Minuta do Contrato

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A Concorrência, na forma Eletrônica será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Concorrência, na Forma Eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Agente de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste - Pr, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o link "BLL Compras" constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações do Brasil ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).

1.3. O Credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

1.4. Como requisito para participação na Concorrência, em campo obrigatório do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

1.5. O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Agente de Contratação e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.

1.6. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a envio e abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início do certame.

## 2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar desta CONCORRÊNCIA empresas pertencentes ao ramo do objeto licitado, que atendam a todas as exigências deste edital e estejam credenciadas na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL.

2.2. A este edital não se aplicam as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/06, considerando que o objeto do presente edital tem valor estimado superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3. Não poderão disputar esta licitação:

2.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico



ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.3.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.3.10. Não poderá participar da licitação empresas que se encontrem sob falência, dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, exceto empresas com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente.

2.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. O impedimento de que trata o item 2.5.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.7. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



2.8. Poderá participar desta licitação pessoa jurídica em consórcio, desde que observadas as seguintes normas:

I - Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.8.1. Fica estabelecido o acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

2.8.2. O acréscimo previsto no item 2.10.1 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

2.8.3. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do item 2.11.

2.8.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.9. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.10. Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente ou



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

através de uma corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, telefone: (041) 3097- 4600 – até horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início da concorrência.

2.11. A participação na Concorrência está condicionada obrigatoriamente a inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto, e deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Termo de Adesão (instrumento particular de mandato) que deverá ser encaminhado pelo licitante à Bolsa de Licitações do Brasil (BLL) para cadastro, bem como outorgando poderes específicos de sua representação (direta ou indireta) na concorrência.

a.1) O Termo de Adesão poderá ser baixado para preenchimento através do site da BLL ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)), acessando o link “Cadastro”.

a.2) O Tempo mínimo exigido pela BLL para liberação da senha de acesso ao sistema é de 24 (vinte e quatro horas) após o recebimento do Termo de Adesão acompanhado dos demais documentos. Portanto, o licitante deve se atentar para o prazo limite de envio das propostas e providenciar o cadastro em tempo hábil.

a.3) Dúvidas a respeito do credenciamento na BLL poderão ser sanadas pelo telefone (041) 3097-4601 ou pelo e-mail [contato@bll.org.br](mailto:contato@bll.org.br).

b) Após efetivação do cadastro o licitante deverá efetuar a inserção no sistema eletrônico do valor inicial de cada lote/item e a marca/modelo do item ofertado. Obs.: no campo referente a marca inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

2.12. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, conforme Regulamento Operacional da Bolsa de Licitações e Leilões, que pode ser verificado no site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

2.13. É de responsabilidade do fornecedor conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema da BLL e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.14. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.15. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 04 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais junto a BLL se assinalou seu regime de tributação no sistema, facultado ao Município se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento da LICITANTE como ME ou EPP, diante das normas da Lei.

### **3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

3.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação do Município, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

I - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos



anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos no edital;

- II - Iniciar e conduzir a sessão pública da licitação;
- III - Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - Coordenar a sessão pública e o envio de propostas;
- V - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;
- VII - Indicar o vencedor do certame;
- VIII - Receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los à autoridade competente;
- IX - Encaminhar o processo licitatório, devidamente instruído, após a sua conclusão, às autoridades competentes para a homologação e contratação.

#### **4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL**

4.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 2.13 “a”, operador devidamente credenciado em qualquer corretora de mercadorias associada à Bolsa de Licitações do Brasil, ou pela própria Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema de compras do site: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

4.2. A participação do licitante na Concorrência Eletrônica se dará por meio de corretora contratada para representá-lo ou diretamente pela BLL.

4.3. O acesso do operador a concorrência, para efeito de encaminhamento de proposta de preço, documentos de habilitação e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer licitação eletrônica, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Bolsa de Licitações do Brasil.

4.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**

5.1. A participação na Concorrência Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e



intransferível do representante credenciado (operador direto, ou da corretora de mercadorias) e subsequente cadastramento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

5.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

5.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (041) 3097-4600, e-mail: contato@bll.org.br, ou através de uma corretora de mercadorias associada.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

6.1. O cadastro de proposta no sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.1.1. No preenchimento da proposta eletrônica o licitante deverá obrigatoriamente informar nos campos próprios o valor de sua proposta inicial e a marca/modelo do item ofertado.

Obs.: No campo referente a marca/modelo inserir a expressão “SEM MARCA” quando tratar-se de prestação de serviços ou a expressão “MARCA PRÓPRIA” quando a marca permitir a identificação do licitante.

6.1.2. A não inserção das informações solicitadas implicará na desclassificação da Empresa.

6.1.3. É vedada a identificação do licitante na Proposta Eletrônica. A identificação implicará na desclassificação da empresa.

6.2. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no ANEXO 01 deste edital.

6.3. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública da licitação.

6.4. É necessário a informação do regime fiscal (ME/EPP) no campo próprio do sistema.

6.5. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.6. O cadastro da proposta eletrônica ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante



da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.8. Até a abertura da sessão pública os licitantes poderão editar e/ou retirar sua proposta.

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

## 7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas.

7.2.1. A aceitabilidade das propostas estará sujeita a não identificação do licitante.

7.2.2. Não será aceita proposta inicial com valores superiores ao máximo fixado no Edital. Propostas iniciais com valores superiores ao máximo fixado no edital serão desclassificadas e não participarão da fase de lances.



7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.7. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** e o lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

7.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.9. Fica a critério do Agente de Contratação a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante. Somente serão aceitos lances com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

7.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (Cem Reais).

7.12. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 10 (Dez) minutos e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



7.14.1. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, justificadamente, admitir o reinicio da sessão publica de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.15.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Agente, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

7.18. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Concorrência Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Contratação, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.20 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.22.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.22.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



7.23.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.23.2 Empresas brasileiras;

7.23.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.23.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.25 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26 O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos seguintes documentos:

a) Proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme modelo constante no Anexo 05.

b) Planilha de Serviços, que deverá ser preenchida conforme anexo publicado junto com este edital. O licitante deverá apresentar a planilha obrigatoriamente contendo as quantidades e a descrição completa de todos os itens na forma constante na planilha de serviços, sob pena de desclassificação.

c) Cronograma físico-financeiro publicado juntamente com este edital, devidamente preenchido, com o respectivo equilíbrio físico-financeiro constando o nome, número do registro no CREA e assinatura do responsável técnico indicado e o nome, número do RG e assinatura do responsável legal pela empresa.

d) Declaração de que não incorre nos impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, para participação nesta licitação. (Anexo 02)

7.26.1 O Agente de Contratação efetuará as seguintes consultas sobre o licitante melhor classificado, juntando os comprovantes ao processo licitatório e informando no chat o resultado destas consultas:

a) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantido pelo Tribunal de Contas da União (<https://certidores-apf.apps.tcu.gov.br/>).

b) Consulta restrições ao direito de contratar com a Administração Pública, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>). Obs.: Esta consulta deverá ser realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.26.2 Se for o caso, poderão ainda ser solicitados documentos complementares, quando

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.3 A proposta deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo 05.

7.26.4 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.26.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

7.26.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.27 O prazo estabelecido no item 7.31 poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante através do chat, antes de término do prazo estabelecido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

II - de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 7.31.

7.28 O não cumprimento do prazo estabelecido no item 7.31, sem solicitação de prorrogação, acarretará na desclassificação da empresa e nas sanções previstas neste Edital, podendo o Agente de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

7.29 Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE MENOR PREÇO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação analisará os documentos apresentados pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a fim de verificar se atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Caso conste na documentação apresentada a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas.

8.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

8.4. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.5. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 2.2 deste edital.



8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.11. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 035/2023 de 11 de Outubro de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.

8.12. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.12.1. Contiver vícios insanáveis;

8.12.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.12.3. Apresentar preços ineqüíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.12.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.12.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.13. Nos termos do §4º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerar-se-ão ineqüíveis as propostas para obras e serviços de engenharia que apresentarem valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, ressalvada a hipótese de comprovação de sua viabilidade.



8.14. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema e a ocorrência será registrada em ata.

8.14.1. O prazo para retorno de eventuais diligências será de 02 (duas) horas após a convocação, podendo ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Agente de Contratação.

8.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.16. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.17. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.18. Também nas hipóteses em que a Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.19. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## 9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação, a(s) licitante(s) classificada(s) em primeiro lugar deverá(ão) inserir em campo próprio do sistema, os seguintes documentos:

### I – DECLARAÇÕES:

a) Declaração que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



d) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Obs.: As declarações solicitadas poderão ser apresentadas de forma unificada, conforme Anexo 03.

## II – RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

## III – RELATIVOS À HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- f) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRF), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.



FLS J42

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

**IV – RELATIVOS À HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A Certidão apresentada deve ter sido emitida há menos de 90 (noventa) dias da data marcada para a sessão.
- c) Prova de Capacidade financeira conforme modelo do Anexo 09, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis na forma da lei. Deverão ser apresentados os índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento (E), cujos valores limites são os a seguir estabelecidos:

LG Valor mínimo	LC Valor mínimo	E Valor máximo
1,00	1,00	1,00

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, obedecendo os limites previstos.

- d) Declaração assinada pelo responsável legal da empresa e respectivo contador de modo a comprovar o capital social ou patrimônio Líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a licitação, conforme Anexo 10.

**V – RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) Declaração de participação na visita técnica expedida pelo licitador (Anexo 06) ou declaração formal (Anexo 07), assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.

a.1) A visita técnica será realizada através da Secretaria de Viação, com o fiscal da obra. Os interessados podem entrar em contato, agendando o horário e a data, pelo fone: (42) 99841-0495. Os agendamentos para a visita técnica somente serão efetuados até as 17h00min. Sendo em até dois dias antes da abertura do certame. Após essa data não serão mais efetuados agendamentos para a visita técnica.

a.2) Na visita técnica serão abordados os detalhes dos projetos, os serviços previstos nos planos de trabalho e orçamento, suas peculiaridades e respectivos critérios para medição, assim como para eventuais esclarecimentos. Posteriormente, será realizada visita aos locais das obras.



a.3) A proponente através de seu representante, quando da visita técnica deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta.

a.4) A presença de um representante da empresa proponente na visita técnica é requisito facultativo para participação na licitação.

a.5) Ao final da visita, será emitida declaração (Anexo 06) comprovando a presença do licitante na visita técnica e atestando que o representante da empresa tomou conhecimento de todas as informações, constatando as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos para o cumprimento das obrigações do objeto desta licitação. A declaração de participação na visita técnica deverá ser entregue junto com os documentos de habilitação.

a.6) Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica deverá obrigatoriamente entregar declaração formal (Anexo 07), assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, atestando que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante.

b) Certificado de Registro da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

c) Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até seu recebimento definitivo pelo licitador. (Anexo 08).

d) A declaração, acima exigida, deverá ser acompanhada de "Certificado de Acervo Técnico Profissional — CAT" do responsável(eis) técnico(s) indicado, emitido(s) pelo conselho competente, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional a licitada.

e) Comprovação de vínculo, através de registro em carteira, ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

f) Certificado de Registro de Pessoa Física, do responsável técnico indicado pela licitante junto CREA ou CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede;

g) Apresentação de 01 (um) ou mais, atestados de capacidade técnica, em nome da proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de todos os itens de obra em quantidade igual ou superior conforme definido a seguir:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MINIMA
Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ	18.415,93M <sup>2</sup>



Obs: Para atendimento das quantidades mínimas acima, a quantidade de cada um dos serviços deverá ser atendida, sendo permitida a soma de atestados ou declarações.

h) Relação de disponibilidade de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução da obra, a proponente deverá apresentar sua relação de veículos, máquinas e equipamentos conforme análise do projeto, constando o nome, n.º do RG, assinatura do responsável legal e nome, número do registro no CREA/CAU e assinatura do responsável técnico indicado, com declaração expressa de sua disponibilidade durante a execução, sob pena de inabilitação, (Anexo 11).

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.4. A verificação pelo Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação.

9.5.1. O prazo estabelecido no item 9.5 poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante através do chat, antes de término do prazo estabelecido, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação; ou

II - de ofício, a critério do Agente de Contratação, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade de que trata o item 9.1.



9.5.2. O não cumprimento do prazo estabelecido no item 9.5, sem solicitação de prorrogação, acarretará na inabilitação da empresa e nas sanções previstas neste Edital, podendo a Comissão de Contratação convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente para apresentação dos documentos nos mesmos termos.

9.6. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar, posteriormente ao julgamento das propostas.

9.7. Serão aceitos documentos com assinatura digital/eletrônica, nos termos da Medida Provisória nº. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001.

9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.9. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.5.

9.10.1. Quando o licitante estiver concorrendo em mais de um item, a não apresentação dos documentos conforme solicitado neste edital resultará na sua inabilitação no(s) item(ns) que arrematou e nos demais que concorreu.

9.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.11.2. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



9.11.3. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo válido somente para os documentos nele abrangidos.

9.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.16. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

## 10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021. 10.2. Declarado o vencedor, o proponente que desejar recorrer contra decisões do Agente de Contratação poderá fazê-lo, no sistema BLL, através do seu representante, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões durante o tempo estipulado de 15 (quinze) minutos.

10.3. A manifestação da intenção de recorrer deverá ser realizada de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.4. A falta de manifestação imediata no momento e tempo estipulado importará a preclusão do direito de recurso.



10.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões recursais, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11. Não serão aceitas manifestações de recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

10.12. Será informado no "chat" quando se dará o início da fase de manifestação da intenção de recursos.

10.13. É responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento das informações no sistema da BLL.

## 11. FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO E DO CONTRATO

11.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.

11.2. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade será até XX/XX/XXXX contraí-lo fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.4. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil). Deverá ser dado prioridade a assinatura por meio digital.



11.5. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

11.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

## 12. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os serviços executados sejam de qualidade.

12.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.

## 13. PAGAMENTO

13.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, através de transferência eletrônica à conta-corrente fornecida pela contratada, seguindo o cronograma através de medições realizadas por meio de boletins de medição com periodicidade mensal e fechamento preferencialmente no último dia de cada mês. O pedido de medição deverá ser solicitado ao engenheiro fiscal da obra. Após realização da medição o pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias através de transferência eletrônica após o envio da Nota Fiscal e documentação solicitada.

13.2. O faturamento deverá ser protocolado no protocolo geral da CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

- a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, destaque do valor e da alíquota do ISS já recolhido na prefeitura municipal, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo engenheiro fiscal;
- b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(s) de execução por obra(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s)



devido(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s);

OBS: deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS devidos em todos os meses de execução do contrato, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/2011);

d) cópia da folha de pagamento dos empregados de cada obra.

e) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação: - da ART pela CONTRATADA; - da quitação junto ao INSS, através de matrícula e CND; - da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;

f) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação: - da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído; - do Termo de Recebimento Provisório; - de comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água, energia elétrica, etc.

g) no mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, deverão ser entregues os seguintes documentos:

- original(is) ou cópia(s) autentica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;

- declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal;

- original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; - comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

13.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

13.4. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

13.5. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.



13.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

13.7. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.

#### 14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas correrão à conta dos recursos orçamentários e suas respectivas dotações serão as indicadas no Anexo 01 do edital.

#### 15. DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/21.

15.2. A Contratante, por intermédio do servidor/equipe responsável pela fiscalização, poderá rejeitar serviços que estiverem em desacordo com o contrato, devendo a Contratada permitir pleno acesso da fiscalização, além de dispor todos os elementos necessários ao desempenho dessa função.

15.3. A fiscalização terá poderes para sustar o andamento de serviços prestados em desacordo com o estabelecido no contrato, comunicando à autoridade competente, para que sejam adotadas as providências legais cabíveis, em especial a emissão imediata de ordem de paralisação dos serviços.

15.4. Em caso de faltas que possam constituir situações passíveis de penalização, deve a fiscalização informar o fato ao setor competente, instruindo o seu relatório com os documentos necessários à comprovação da irregularidade.

15.5. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

15.6. A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e seus Anexos e com o contrato.

15.7. Fiscal da Obra: Será responsável por acompanhar a execução física da obra a Engenheira Civil KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS, CREA/CAU PR 203.031-D, lotado na Secretaria de Planejamento.



15.8. Fiscal de Contrato: A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, será do servidor da Secretaria Municipal de Urbanismo.

## 16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o detentor do Contrato que:

- a) der causa à inexecução parcial do Contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do Contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não assinar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o detentor do Contrato der causa à inexecução parcial do objeto, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem anterior, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do item anterior, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).

### IV) Multa:

- a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)



16.4. Todas as sanções previstas neste edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 17. CRITÉRIO DE REAJUSTE

17.1. Não haverá reajuste de preços no transcorrer de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta. Caso passe dos 12 meses poderá ser acertado entre as partes reajuste, mediante a



aplicação do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devidamente justificado, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I_{12} / I_0)$$

$$R = SR - S$$

$I_{12}$  = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.  $I_0$

= índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

$S$  = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

$SR$  = saldo reajustado

$R$  = valor do reajuste

17.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora do Contrato e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

17.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

17.4. Na hipótese de a empresa detentora do Contrato solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

17.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela empresa detentora do Contrato, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

17.6. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão dos preços solicitada pela empresa detentora do Contrato.

17.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica e jurídica do Contratante.

17.8. O reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato será realizado por meio de aditivo contratual.

## 18. DAS OBRAS PROVISÓRIAS

18.1. A CONTRATADA deve submeter à fiscalização os desenhos, especificações técnicas e memoriais propostos para as obras provisórias que se façam necessárias, que deverá aprová-los caso estejam adequados ao objeto deste Contrato.



18.2. A CONTRATADA é responsável pelo projeto das obras provisórias.

18.3. A aprovação pela fiscalização não altera as responsabilidades da CONTRATADA pelo projeto de obras provisórias.

18.4. A CONTRATADA deve obter a aprovação dos órgãos competentes para o seu projeto de obras provisórias, onde requeridas.

## 19. DOS SERVIÇOS NÃO PREVISTOS

19.1. Por determinação do CONTRATANTE a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões quantitativas que se fizer(em) na obra, nos limites autorizados em lei.

19.2. A supressão de serviços resultantes de acordo celebrado expressamente entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA poderão ultrapassar o limite estabelecido no item anterior.

19.3. Se no Contrato não houver sido contemplados preços unitários para a obra, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no item 19.1.

## 20. DOS MATERIAIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

20.1. Os materiais, veículos, máquinas e equipamentos a serem empregados nos serviços decorrentes deste Contrato serão fornecidos pela CONTRATADA e serão de primeira qualidade, cabendo ao CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impedir o emprego daqueles que julgar impróprios.

20.2. Sempre que dos documentos de licitação não constarem características determinadas em referência à mão-de-obra, materiais, artigos e equipamentos, entender-se-á que os mesmos devem ser novos, da melhor qualidade em suas respectivas espécies, de acordo com a finalidade a que se destinam. No caso em que materiais, artigos e equipamentos são mencionados nas especificações técnicas e/ou memoriais como "similar" a qualquer padrão especial, o CONTRATANTE decidirá sobre a questão da similaridade.

## 21. DA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

21.1. A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores, deverá fornecer a todos os trabalhadores o tipo adequado de equipamento de proteção individual – EPI, deverá treinar e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

21.2. O equipamento de proteção individual fornecido ao empregado deverá, obrigatoriamente, conter a identificação da CONTRATADA.

21.3. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Normas Regulamentares - NRs 01 a 28 e em especial as NRs 04, 05, 06 e 18.



21.4. Deverão ser observadas pela contratada todas as condições de higiene e segurança necessárias à preservação da integridade física de seus empregados e aos materiais envolvidos na obra, de acordo com as Normas Regulamentadoras - NRs aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/78, Lei Federal nº 6.514, de 22/12/77.

21.5. A CONTRATANTE atuará objetivando o total cumprimento das normas de segurança, estando autorizada a interditar serviços ou parte destes em caso do não-cumprimento das exigências de lei. Se houver paralisações, estas não serão caracterizadas como justificativa por atraso na execução da obra.

21.6. Cabe à CONTRATADA solicitar a CONTRATANTE a presença imediata do responsável pela fiscalização em caso de acidente (s) na obra, nos serviços e/ou nos bens de terceiros, para que seja providenciada a necessária perícia.

## 22. DA SEGURANÇA DA OBRA E DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

22.1. A CONTRATADA responderá pela solidez do objeto deste contrato, nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro, bem como pelo bom andamento dos serviços, podendo o CONTRATANTE, por intermédio da fiscalização, impugná-los quando contrariarem a boa técnica ou desobedecerem aos projetos e/ou especificações técnicas e/ou memoriais.

22.2. A CONTRATADA deverá manter um perfeito sistema de sinalização e segurança em todos os locais de serviços, principalmente nos de trabalho em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho.

22.3. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir com relação ao presente Contrato.

22.4. Caso a CONTRATANTE seja ação judicial ou administrativamente, inclusive reclamações trabalhistas, por qualquer ato decorrente do presente contrato, a CONTRATADA assumirá para si a responsabilidade por toda e qualquer eventual condenação, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, aplicando-se no caso concreto uma das formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil, especialmente a denúncia da lide (art. 70 – CPC), se for o caso.

22.5. A intenção das partes, aqui manifestada expressamente, é a de que a CONTRATADA assuma e se responsabilize direta e integralmente pela plena e total realização dos serviços contratados, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

22.6. A CONTRATADA responde, exclusiva e diretamente, por todo e qualquer ato ilícito praticado por seus prepostos que dele decorra a obrigação e/ou necessidade de resarcimento de danos materiais ou morais (art. 932, III, Código Civil), não podendo a CONTRATANTE ser responsabilizada por eles a nenhum título.

## 23. DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO



23.1. A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

23.2. Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito da CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

23.3. Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre a CONTRATANTE e o subcontratado.

#### 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

24.1.1. As impugnações referentes a este edital deverão ser cadastradas em campo próprio do sistema da BLL (Acesso BLL Compras -> Acesso Público -> Impugnações -> Requerer Impugnação), devendo ser anexado arquivo com as razões que a fundamentem.

a) O arquivo anexado será protocolado no Protocolo Geral do Município de Santa Maria do Oeste, sendo anexado ao processo originário desta licitação.

b) Para fins de tempestividade será considerada a data de cadastro da impugnação no sistema da BLL.

c) Caberá a Comissão de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até três dias úteis limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

d) A decisão sobre a impugnação será informada em campo próprio do sistema da BLL.

24.1.2. Da mesma forma, os esclarecimentos relacionados a esta licitação deverão ser solicitados através de cadastrado em campo próprio do sistema da BLL (Acesso BLL Compras -> Acesso Público -> Esclarecimentos -> Fazer Pergunta).

24.2. Por se tratar de Concorrência na forma Eletrônica, não serão reconhecidos esclarecimentos/impugnações apresentados por meio diverso do previsto neste edital.

24.3. Não serão conhecidas as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora do prazo legal.

24.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



24.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.3. Nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21, a autoridade competente poderá revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

25.3.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

25.3.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

25.3.3. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

25.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.9. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Transparência do Município.

25.10. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão de Contratação, sob pena de desclassificação/inabilitação;



## MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

25.11. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pela Comissão de Contratação, nos termos da legislação vigente.

25.12. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital;

25.13. Não cabe à Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil qualquer responsabilidade pelas obrigações assumidas pelo fornecedor com o licitador, em especial com relação à forma e às condições de entrega dos bens ou da prestação de serviços e quanto à quitação financeira da negociação realizada.

25.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Pitanga/PR;

Santa Maria do Oeste – PR, 12 de janeiro de 2026.



OSCAR DELGADO  
PREFEITO MUNICIPAL

**ANEXO 01 – TERMO DE REFERÊNCIA****TERMO DE REFERÊNCIA DA DESPESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS COM FUNDAMENTO NA LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021.****1- Definição do objeto:**

Solicitamos abertura de licitação na modalidade de Concorrência (menor preço) visando a execução da seguinte obra:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	<b>PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ</b>	R\$ 5.187.056,82

1.2. Classificação do objeto: Trata-se de execução de obra.

1.3. Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: 4211-1/01 – Construção de Rodovias e Ferrovias.

1.4. Justificativa para dispensa dos documentos solicitados: Em anexo ao presente segue projeto executivo.

1.5. Valor total: O valor máximo estimado para a execução do objeto descrito acima é de R\$ 5.187.056,82 (Cinco Milhões Cento e Oitenta e Sete mil Cinquenta e Seis Reais e Oitenta e Dois Centavos), conforme planilha de serviços elaborada pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, com base nas tabelas oficiais.

1.6. Registro de Preços:( ) SIM (x) NÃO

**2- Justificativa:**

As Ruas Arnaldo Ewaldo Iansen, Rua Verci Grande, Rua Germano Wendler, Rua Bernardino Grande, Rua Projetada A, Rua Pedro Slitalski, Rua Nessy Tomem, Rua Pedro, Rua Lucila Agnes, Rua B Sub-50, Rua Geni Aparecida Damião Caldas, Rua Sub-50, Rua Projetada B- Santa Rita, Rua Projetada C- Santa Rita, Rua Projetada E- Santa Rita, Rua Projetada C, Monte Carlo, Rua Projetada D- Monte Carlo, Rua Projetada E – Monte Carlo, previstas para serem atendidas como objetos desta licitação, situam-se no perímetro urbano, na sede do Município de Santa Maria do Oeste. Atualmente estas ruas possuem apenas cascalhamento, com isso em dias de chuva ou estiagem os moradores sofrem para transitar pela via devido a formação de barro e poeira, além de demandar manutenção frequente devido a erosão causados pela falta de galerias pluviais.

A obra irá atender diretamente os moradores das mais diversas áreas do perímetro urbano, estimando-se que aproximadamente 900 (novecentas) pessoas sejam diretamente beneficiadas. Desta forma, a pavimentação visa dar uma melhor condição de trafegabilidade das vias e consequentemente melhor qualidade de vida aos munícipes.

**3- Dotação orçamentária (Lei de responsabilidade fiscal LC101/00 art.16 em especial)**

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO  
002 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
15.451.1501.1067 – INFRAESTRUTURA MOBILIDADE URBANA  
4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
05500 – 00830 – B.B CONV. 1654/2025- SECID- SIT 76989- PAV. VIAS URBANAS

**3.1. Origem do recurso: CONVÊNIO 1654/2025- SECID- SIT 76989- PAV. VIAS URBANAS****4- Condições de habilitação:****4.1. Habilidação Jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado da documentação de eleição dos seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso e sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**4.2. Habilidação Fiscal, Social e Trabalhista:**

- a) Comprovante de inscrição do CNPJ (cadastro nacional de pessoa jurídica) da empresa;
- b) No caso de empresa individual: Registro Comercial, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou Contrato Social ou última alteração, ou ainda documento equivalente, conforme cada caso (autenticado);
- c) Certidão Negativa de débitos perante o INSS demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (sendo válida a apresentação da CND unificada da Receita Federal do Brasil – Portaria RFB 443 de 17/10/2014);
- d) Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Certidão negativa de débitos (CND) Fazenda federal;
- f) Certidão negativa de débitos (CND) Fazenda estadual;
- g) Certidão negativa de débitos (CND) Fazenda municipal da sede da empresa;
- h) Certidão negativa de débitos Trabalhistas (CNDT), e
- i) Certidão negativa de falência ou concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica/licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua emissão.

**4.3. Qualificação técnica:**

- a) Certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou negativa de execução patrimonial expedida no domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade;
- b) prova de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou prova de registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
- c) Certidão de Acervo Técnico – CAT, emitido pelo CREA/CAU, em nome do responsável técnico, referente desempenho da atividade, pertinente e compatível com o objeto da licitação, por



execução de obra de características semelhantes, em quantidades iguais ou superiores ao objeto da presente licitação, em uma mesma obra;

d) declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador.

e) comprovação de vínculo, através de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social.

f) Apresentação de 01 (um) ou mais, atestados de capacidade técnica, em nome da proponente, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado junto ao CREA/CAU, de execução de todos os itens de obra em quantidade igual ou superior conforme definido a seguir:

DESCRÍÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE MÍNIMA
Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ	18.415,93M <sup>2</sup>

#### **4.4. Qualificação econômico-financeira:**

a) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

b) demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. A exigências de documentação relativas à balanço patrimonial e negativas de falência possibilitam à Administração Pública aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato.

#### **5- Condições de execução do objeto:**

##### **5.1 – Regime de execução da obra:**

Regime de Empreitada Global

##### **5.2 – Critérios e periodicidade das medições:**

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, através de transferência eletrônica à conta-corrente fornecida pelo contratado, seguindo o cronograma através de medições realizadas por meio de boletins de medição com periodicidade mensal e fechamento preferencialmente no último dia de cada mês. O pedido de medição deverá ser solicitado ao engenheiro fiscal da obra. Após realização da medição o pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias através de transferência eletrônica após o envio da Nota Fiscal e documentação solicitada.

##### **5.3 – Prazo e local de execução:**

O prazo de execução do serviço será de 10 (dez) meses, conforme cronograma físico- financeiro.

##### **5.4 – Condições de garantia e assistência técnica:**

5.4.1- A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços e dos materiais fornecidos, sendo que detectados vícios ou defeitos de fabricação ou ainda serviço mal executado, serão refeitos



e/ou substituídos os materiais, correndo as despesas daí resultantes por conta da Contratada, ficando sujeitos às penalidades aplicáveis a inadimplência.

5.4.2 - Todos os materiais utilizados na obra deverão estar de acordo com as normas da ABNT vigentes. O prazo de garantia dos materiais adquiridos deverá ser de no mínimo de 12 (doze) meses ou o estabelecido nas Normas da ABNT ou o assegurado pelo fabricante, prevalecendo o maior, contados a partir da data de conclusão da obra objeto desta licitação.

5.4.3 - A Contratada deverá garantir a obra de acordo com as normas da ABNT, sendo o período mínimo de 60 (sessenta) meses.

#### **5.6 – Prazo de vigência da contratação:**

Vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado, nos termos da lei de licitações, mediante justificativa e atendimento ao interesse público.

#### **5.7 – Demais informações necessárias para execução do objeto:**

As mesmas do item 6.

#### **6- Obrigações da contratada:**

- 6.1 confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo;
- 6.2 assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;
- 6.3 notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas, quando for o caso;
- 6.4 manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;
- 6.5 dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;
- 6.6 manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;
- 6.7 providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;
- 6.8 não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- 6.9 manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6.10 fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos.
- 6.11 examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do procedimento, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória.
- 6.12 A empresa contratada deverá ao final dos trabalhos entregar obrigatoriamente o controle tecnológico das obras de pavimentação asfáltica, bem como todos os ensaios realizados a cada aplicação.
- 6.13 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DER/PR e DNIT, através da relação de ensaios necessários conforme Anexo I do contrato, parte integrante deste edital.
- 6.14 Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto



deste Contrato. No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

6.15 As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

6.16 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados.

6.17 A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita através de profissionais devidamente designados pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

6.18 A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, arquitetos, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

6.19 Poderá a contratada coibir o acesso de funcionários e cidadãos que não estejam vinculados a esta intervenção. Sendo permitida a entrada, a responsabilidade pela falta de segurança (EPI) será da empresa.

6.20 A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

6.21 A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

6.22 A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

6.23 Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

## 7- Gestão e Fiscalização:

- Fiscal da Obra: Será responsável por acompanhar a execução física da obra a Engenheira Civil KAWANE LAIS RODRIGUES MARTINS, CREA/CAU PR 203.031-D, lotado na Secretaria de Planejamento.

- Fiscal de Contrato: A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais, será do servidor da Secretaria Municipal de Urbanismo.

## 8- Outras informações:

### Do Reajuste:

- Não haverá reajuste de preços no transcorrer de 12 (doze) meses da data da apresentação da



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS Jb4

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

proposta. Caso passe dos 12 meses poderá ser acertado entre as partes reajuste, mediante a aplicação do índice INCCDI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devidamente justificado, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I_{12} / I_0)$$

$$R = SR - S$$

$I_{12}$  = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.

$I_0$  = índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

9- Anexos:

9.1. Estudo Técnico Preliminar;

9.2. ARTs;

9.3. Memorial Descritivo;

9.4. BDI;

9.5. Orçamentos;

9.6. Cronograma Físico Financeiro;

9.7. Projetos;

**ANEXO 02 – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO INCORRE EM IMPEDIMENTOS****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026**

Ao Agente de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste - Estado do Paraná:

(Razão Social), CNPJ nº. xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada (endereço completo: rua, bairro, cidade, estado, CEP), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, instaurado na modalidade Concorrência Eletrônica, sob Nº \*\*\*/2026, pelo Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, que não incorre nos impedimentos previstos no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, para participação nesta licitação.

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



## ANEXO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

Ao Agente de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste/PR:

(Nome da empresa), CNPJ/MF nº., sediada (endereço completo), declara para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade Concorrência Eletrônica, sob Nº 01/2026, instaurado pelo Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada comprehende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos).

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

## MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

## ANEXO 04 – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

À Comissão de Contratação - Município de Santa Maria do Oeste/PR

Referente: Edital de Concorrência Eletrônica nº 01/2026

**1. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ: INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO: (Representante que irá assinar o Contrato).

RG – Órgão Emissor: CPF:

ENDEREÇO COMPLETO:

EMAIL e TELEFONE:

BANCO, AGÊNCIA e Nº. DA CONTA BANCÁRIA:

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta de preços relativa a prestação dos serviços abaixo descritos:

2 – OBJETO: “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup> EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ”, conforme detalhamento contido no edital da Concorrência Eletrônica nº. XX/2026.

3 – VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: O Prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias.

4 – PREÇO PROPOSTO:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR PROPOSTO
01	Pavimentação Asfáltica em concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ	R\$

O preço global, fixo e sem reajuste, proposto para a execução do objeto da Concorrência nº



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS 368

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

\*\*\*/2025 é de: R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_).

Ao apresentarmos a presente proposta, manifestamos no sentido de concordar com os termos do Edital e seus anexos, nos comprometendo a cumprir fielmente suas cláusulas.

Nome e assinatura do Representante da empresa  


**Obs.: Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.**

## MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

**ANEXO 05 – DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA VISITA TÉCNICA**

Atestamos que a empresa abaixo identificada compareceu perante o Município de Santa Maria do Oeste – PR, para participar de visita técnica nos termos do edital, tendo recebido as informações necessárias para possibilitar a formulação de sua proposta de preços, nos termos do edital de Concorrência nº 01/2026.

A empresa licitante identificada, através do seu representante, tomou conhecimento das condições de trabalho, dados e demais informações que julgou necessárias ao cumprimento do objeto, com a finalidade de levantar todas as condições necessárias para a total e perfeita elaboração de sua proposta de preços, em consonância com as especificações exigidas pelo edital, esclarecendo, nesta oportunidade, todas as dúvidas inerentes ao objeto deste edital e sua execução.

**IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

Razão Social :

CNPJ:

**IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE**

Nome:

RG:

CPF:

Assinatura:

Data da visita técnica: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ /2026.

Santa Maria do Oeste/Pr, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELA VISITA**

Nome:

RG:

CPF:

Matrícula Funcional:

Assinatura:

**ANEXO 06 – DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA**

À Comissão de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste/PR Referente:

Edital de Concorrência nº 01/2026

Processo Administrativo nº 05/2026

Objeto licitado:

Nome da Empresa:

CNPJ nº:

Endereço:

Fone:

E-mail:

O representante técnico da (inserir o nome da proponente) Sr. (a) (inserir o nome do representante), devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, DECLARA que renuncia à Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome, nº CREA/CAU, e assinatura do Responsável Técnico)

Obs.: 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS. 141

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

**ANEXO 07 – DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Ref.: Edital de Concorrência nº 01/2026

Conforme o disposto no Edital em epígrafe e de acordo com a Resolução nº 218 de 29/06/73 e nº 317, de 31/10/86, do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura, e Agronomia, declaramos que o responsável técnico pela obra, caso venhamos a vencer a referida licitação, é :

Nº.	Nome	Especialidade	CREA nº	Data do registro	Assinatura do responsável técnico

Declaramos, outrossim, que o(s) profissional(ais) acima relacionado(s) pertence(m) ao nosso quadro técnico de profissionais.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

**ANEXO 08 – PROVA DE CAPACIDADE FINANCEIRA**

Ref.: Edital de Concorrência nº 01/2026

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem à real situação da proponente.

Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social já exigível.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

**SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:**

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez Geral (LG) LG = (AC+RLP)/(PC+ELP)		
Liquidez Corrente (LC) LC = AC/PC		
Endividamento (E) E = (PC+ELP)/(AC+RLP+AP)		

AC - ativo circulante;

RLP - realizável a longo prazo.;

AP - ativo permanente;

ELP - exigível a longo prazo.

PC - passivo circulante;

**OBS:** Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Representante legal

Contador

( nome, RG nº e assinatura)

(nome, nº CRC e assinatura,)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS. JYB

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

**ANEXO 09 – COMPROVAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

À Comissão de Contratação do Município de Santa Maria do Oeste – Pr.

Referente: Concorrência nº 01/2026.

A empresa ..... DECLARA, nos termos de seu Balanço Patrimonial que o valor de seu Capital Social é de R\$.....(.....reais) e o valor de seu Patrimônio líquido é de R\$ .....( ..... reais).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente apontado no contrato social ou proulação com poderes específicos).

\_\_\_\_\_  
Nome, Assinatura e CRC do Contador

Obs.: 1) Este documento deverá ser emitido em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

**ANEXO 10 – RELAÇÃO MÍNIMA DE DISPONIBILIDADE DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS**

Ref.: Edital de Concorrência nº 01/2026

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
USINA DE ASFALTO – COM LICENÇAS DE INSTALAÇÃO OU OPERAÇÃO	UNID.	1
CAMINHÃO BASCULANTE	UNID.	4
ESPARGIDOR DE ASFALTO	UNID.	1
VIBRO ACABADORA	UNID.	1
CAMINHÃO PIPA	UNID.	1
ROLO COMPACTADOR LISO	UNID.	1
ROLO DE PNEUS	UNID.	1
ROLO COMPATADOR LISO TANDEM	UNID.	1
ONIBUS	UNID.	1
PÁ CARREGADEIRA	UNID.	1
RETRO ESCAVADEIRA	UNID.	1
SAPO PARA COMPACTAÇÃO	UNID.	1
MOTONIVELADORA	UNID.	1
CAMINHÃO EQUIPADO PARA PINTURA DAS FAIXAS	UNID.	1

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(nome, RG nº e assinatura do responsável legal)

Obs.: 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente.

2) Este modelo faz parte dos anexos do edital, todavia não é obrigatório que o documento seja elaborado igual ao modelo fornecido, razão pela qual não será desclassificado documento apresentado de forma diversa, desde que o mesmo contenha todos os dados exigidos no edital.

**ANEXO 11 – MINUTA DO CONTRATO**

Contrato nº. xxxx/2026

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL,  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA  
DO OESTE E A  
EMPRESA \_\_\_\_\_, NA  
FORMA ABAIXO:

O MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua José de França Pereira, nº 10, inscrito no CNPJ nº 95.684.544/0001-26, neste ato devidamente representado pelo, Exmo Prefeito, Sr. OSCAR DELGADO, em pleno exercício de seu mandato e funções, portador da Cédula de Identidade RG nº \*\*\*\*\* SESP/PR e do CPF nº \*\*\*\*\*, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Maria do Oeste/PR, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ com sede na rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, por seu representante legal, Sr. \_\_\_\_\_, brasileiro, inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, e no RG nº. \_\_\_\_\_, a seguir denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº \*\*\*/2026 e em observância as disposições da Lei 14.133/2021, resolvem celebrar o presente contrato decorrente da licitação Concorrência Eletrônica nº \*\*\*/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**1- CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato é \_\_\_\_\_, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

1.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I) O Termo de Referência que embasou a contratação;
- II) O Edital de Licitação;
- III) A Proposta da Contratada; e
- IV) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2 - CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. O valor total da presente contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**3- CLÁUSULA TERCEIRA – DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO**

3.1. O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, através de



transferência eletrônica à conta-corrente fornecida pela contratada, seguindo o cronograma através de medições realizadas por meio de boletins de medição com periodicidade mensal e fechamento preferencialmente no último dia de cada mês. O pedido de medição deverá ser solicitado ao engenheiro fiscal da obra. Após realização da medição o pagamento será realizado em até 20 (vinte) dias através de transferência eletrônica após o envio da Nota Fiscal e documentação solicitada.

3.2. O faturamento deverá ser protocolado no protocolo geral da CONTRATANTE e deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

a) nota fiscal/fatura, com discriminação resumida dos serviços executados, número da licitação, número do contrato, destaque do valor e da alíquota do ISS já recolhido na prefeitura municipal, e outros dados que julgar convenientes, não apresentar rasura e/ou entrelinhas e ser certificada pelo engenheiro fiscal;

b) cópia da guia de recolhimento da Previdência Social – GPS do(s) mês(s) de execução por obra(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o relatório do SEFIP/GFIP com as folhas detalhadas e resumidas por obra, bem como comprovante(s) de transmissão do(s) arquivo(s) para a Caixa Econômica Federal, e cópia(s) da(s) guia(s) de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS do(s) último(s) recolhimento(s) devido(s), devidamente quitada(s) e autenticada(s) em cartório, de conformidade com o demonstrativo de dados referentes ao FGTS/INSS, exclusivo para a(s) obra(s);

**OBS: deverão ser apresentados os comprovantes de recolhimento de INSS e FGTS devidos em todos os meses de execução do contrato, contados entre a data de assinatura do contrato e o primeiro pagamento e entre um pagamento e outro, e não apenas o comprovante do último recolhimento realizado.**

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440/2011);

d) cópia da folha de pagamento dos empregados de cada obra.

e) a liberação da primeira parcela fica condicionada à apresentação:

- da ART pela CONTRATADA;
- da quitação junto ao INSS, através de matrícula e CND;
- da quitação junto ao FGTS/CEF, através do CRS;

f) a liberação da última parcela fica condicionada à apresentação:

- da certidão negativa de débitos, expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;
- do Termo de Recebimento Provisório;
- de comprovante, nos casos previstos, de ligações definitivas de água, energia elétrica, etc

g) no mês em que ocorrer entrega de produtos ou subprodutos de madeira, sob pena de não serem medidos e pagos os serviços realizados, e sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital, deverão ser entregues os seguintes documentos:

- original(is) ou cópia(s) autentica(s) da(s) Nota(s) Fiscal(is) de aquisição dos referidos materiais;
- declaração de fornecimento de produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal;
- original da primeira via da ATPF – Autorização de Transporte de Produtos Florestais, expedida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
- comprovante do Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro de Meio



## MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do fornecedor de produtos ou subprodutos de madeira de origem nativa.

3.3. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quanto da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize.

3.4. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.5. Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.6. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

3.7. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso.

### 4- CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1. As despesas decorrentes desta contratação, correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento do Município, a cargo da Secretaria Municipal requerente, a partir da seguinte dotação orçamentária:

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO  
002 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
15.451.1501.1067 – INFRAESTRUTURA MOBILIDADE URBANA  
4.4.90.51.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES  
05500 – 00830 – B.B CONV. 1654/2025- SECID- SIT 76989- PAV. VIAS URBANAS

### 5- CLÁSULA QUINTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE

5.1. Não haverá reajuste de preços no transcorrer de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta. Caso passe dos 12 meses poderá ser acertado entre as partes reajuste, mediante a aplicação do índice INCC DI/FGV, sobre o saldo remanescente dos serviços, devidamente justificado, devendo ser aplicado a fórmula a seguir:

$$SR = S (I_{12} / I_0)$$

$$R = SR - S$$

$I_{12}$  = índice INCC-DI/FGV do 12º mês após proposta.  $I_0$

= índice INCC-DI/FGV do mês da proposta.

S = saldo de contrato após medição referente ao 12º mês da proposta.

SR = saldo reajustado

R = valor do reajuste

5.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências



incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do princípio, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da empresa detentora do Contrato e a retribuição do Contratante para a justa remuneração do fornecimento, poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato.

5.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

5.4. Na hipótese de a empresa detentora do Contrato solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprove a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

5.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela empresa detentora do Contrato, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

5.6. Fica facultado ao Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto à revisão dos preços solicitada pela empresa detentora do Contrato.

5.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após análise técnica e jurídica do Contratante.

5.8. O reajuste para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato será realizado por meio de aditivo contratual.

## **6- CLÁUSULA SEXTA – DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

6.3. A Administração deverá atestar, no início de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

6.4. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos da Lei 14.133/21.

## **7-CLÁUSULA SÉTIMA– MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

7.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8- CLÁUSULA OITAVA – SUBCONTRATAÇÃO**



8.1. A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE.

8.2. Se a CONTRATADA ceder o presente Contrato, no todo ou em parte, a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia, por escrito da CONTRATANTE, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais;

8.3. Se eventualmente for concedida a subcontratação no todo ou em parte pelo CONTRATANTE, não reduz nem elimina as responsabilidades e obrigações da CONTRATADA em decorrência deste Contrato, nem importará em estabelecer qualquer vínculo entre a CONTRATANTE e o subcontratado.

#### **9- CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1 – O objeto deverá ser executado conforme prazos e condições estabelecidos no edital da Concorrência Eletrônica Nº \*\*\*/2026 e seus anexos.

#### **10 - CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Confecção e colocação de placas de obra, conforme modelo;

10.2 Assegurar a execução do objeto deste Contrato, a proteção e a conservação dos serviços executados bem como, na forma da Lei, respeitar rigorosamente as recomendações da ABNT;

10.3 Notificar a fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas, quando for o caso;

10.4 Manter, em todos os locais de serviços, um seguro sistema de sinalização e segurança, principalmente em vias públicas, de acordo com as normas de segurança do trabalho;

10.5 Dar ciência à fiscalização da ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão do objeto deste Contrato em partes ou no todo;

10.6 Manter no local do objeto deste Contrato, devidamente atualizado, Livro Diário de Ocorrência;

10.7 Providenciar a matrícula do objeto deste Contrato no INSS;

10.8 Não manter em seu quadro de pessoal menores em horário noturno de trabalho ou em serviços perigosos ou insalubres, não manter ainda, em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

10.9 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.10 Fornecer em tempo hábil os materiais, veículos, máquinas e equipamentos.

10.11 Examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do procedimento, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória.



10.12 A empresa contratada deverá ao final dos trabalhos entregar obrigatoriamente o controle tecnológico das obras de pavimentação asfáltica, bem como todos os ensaios realizados a cada aplicação.

10.13 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados, em conformidade com as normas e especificações do DER/PR e DNIT, através da relação de ensaios necessários conforme Anexo I do contrato, parte integrante deste edital.

10.14 Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária de sua responsabilidade incidentes sobre os serviços objeto deste Contrato. No caso da propositura de qualquer demanda judicial em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA compromete-se a assumir a integralidade da responsabilidade e de eventual pagamento, isentando o CONTRATANTE e a Administração Pública de qualquer ônus, sob pena de incorrer em descumprimento de obrigação contratual e sujeitar-se à aplicação das penalidades cabíveis.

10.15 As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

10.16 A proponente deve respeitar rigorosamente as normas estabelecidas nas especificações técnicas que integram o edital, bem como garantir a qualidade de todos os materiais e serviços executados.

10.17 A fiscalização da execução do objeto deste Contrato será feita através de profissionais devidamente designados pelo CONTRATANTE. A fiscalização procederá mensalmente, a contar da formalização deste Contrato, à medição baseada nos serviços executados, elaborará o boletim de medição, verificará o andamento físico dos serviços e comparará com o estabelecido no cronograma físico-financeiro, para que se permita a elaboração do processo de faturamento. Caso os serviços executados não correspondam ao estabelecido no cronograma físico-financeiro, será registrada a situação inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas, se for o caso.

10.18 A contratada deverá permitir e colaborar para que funcionários, arquitetos, engenheiros, especialistas e demais peritos enviados pelo CONTRATANTE:

- Inspecionem a qualquer tempo a execução do objeto do presente Contrato;
- Examinem os registros e documentos que considerarem necessários conferir.

10.19 Poderá a contratada coibir o acesso de funcionários e cidadãos que não estejam vinculados a esta intervenção. Sendo permitida a entrada, a responsabilidade pela falta de segurança (EPI) será da empresa.

10.20 A contratada deverá manter no local da obra um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-la na execução do contrato.

10.21 A CONTRATADA deve manter no canteiro de obra um projeto completo e cópia das especificações técnicas, memoriais, cronograma físico-financeiro, planilha de serviços, Boletim Diário de Ocorrências – BDO, o qual, diariamente, deverá ser preenchido e rubricado pelo encarregado da CONTRATADA e pela fiscalização, e deverão ficar reservados para o manuseio da fiscalização.

10.22 A execução de serviços aos domingos e feriados somente será permitida com autorização prévia da fiscalização.

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

10.23 Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções não revelados até o Recebimento Definitivo, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

#### **11- CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO**

11.1. São obrigações do Contratante:

- I) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;
- II) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- III) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- V) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VI) Aplicar a Contratada sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
- VII) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- VIII) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **12- CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº.4320/64):**

12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.

12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.

12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.

12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.

12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.

12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.



12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

### **13- CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

13.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

13.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. 13.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

13.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

13.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

13.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

13.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

13.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

13.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

13.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

13.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

13.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD. 13.12. Os contratos e

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **14- CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA—GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. A contratante exigirá da empresa vencedora adjudicatária desta licitação por ocasião da assinatura do contrato de execução da obra a comprovação de depósito da caução de garantia de execução da obra, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2. Como seja exigido, contratada, caberá a adjudicatária optar por uma das modalidades de garantias estabelecidas no artigo 96, § 1º da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021.

14.3. A garantia prestada pela contratada será liberada ou restituída após a execução total do contrato, desde que não tenha sido utilizada para pagamentos de multas impostas a Contratada pela Contratante.

#### **15- CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- I) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- IV) Multa:
- a) moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;



b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedural e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punitas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## 16- CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

- I) O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- II) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- III) Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

16.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- I) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- II) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- III) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III) Indenizações e multas.

## **17- CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DOS CASOS OMISSOS**

17.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **18- CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES**

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, Nº 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

**19- CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**20- CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO**

20.1 - As partes em comum acordo, elegem como foro privilegiado para dirimir quaisquer dúvidas e questões de interpretação relativas ao presente contrato, o Foro da Comarca de Pitanga, Paraná. E, por estarem justos, certos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste - Pr, -- de----- de 2026.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA



MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ

FLS. J87

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 9 9841-0495

### AVISO DE LICITAÇÃO

#### **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 05/2026**

#### **MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2026**

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei n.º 14.133/2021, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

**OBJETO: “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ”, especificações e anexos, nos termos da lei 14.133/2021.**

Data/Hora da Abertura: No dia 23 de fevereiro de 2026, às 09:00

Valor Máximo Global: R\$ 5.187.056,82 (Cinco Milhões Cento E Oitenta E Sete Mil Cinquenta E Seis Reais E Oitenta E Dois Centavos).

- Critério de Julgamento: Menor Preço Global

- Aquisição do Edital

Plataforma – Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), bem como o presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 ás 12:00 e das 13:00 ás 17:00 horas e no endereço eletrônico: [www.santamariadoeste.pr.gov.br](http://www.santamariadoeste.pr.gov.br).

Informações: (42) 9 9841-0495

Santa Maria do Oeste/PR, 12 de janeiro de 2026.

Oscar Delgado  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Marcia Renata Rosa  
**Código Identificador:**66DE257B

## LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO

### PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 05/2026

**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2026**  
O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei n.º 14.133/2021, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

**OBJETO: “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ”, especificações e anexos, nos termos da lei 14.133 /2021**

Data/Hora da Abertura: No dia 23 de fevereiro de 2026, às 09:00

Valor Máximo Global: R\$ 5.187.056,82 (Cinco Milhões Cento E Oitenta E Sete Mil Cinquenta E Seis Reais E Oitenta E Dois Centavos).

Interior de Julgamento: Menor Preço Global  
Aquisição do Edital

Plataforma – Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), bem como o presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas e no endereço eletrônico: [www.santamariadooeste.pr.gov.br](http://www.santamariadooeste.pr.gov.br).

Informações: (42) 9 9841-0495

Santa Maria do Oeste/PR, 12 de janeiro de 2026.

**OSCAR DELGADO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Andreia Kaviak  
**Código Identificador:**BBC12F7C

## LICITAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA 01/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais e de acordo com a lei,

### RESOLVE:

**Art. 1º.** Determinar a abertura de processo administrativo para verificar eventual descumprimento do contrato de nº 104/2024, derivado da concorrência da nº 06/2024, em razão das notícias de extinção pelo decurso do prazo sem que haja o cumprimento efetivo do contrato pela empresa Contratada.

**Art. 2º.** Ficam nomeados os seguintes servidores como membros da comissão processante, nos termos do decreto nº 10/2023.

Nome Matrícula  
BRUNO CESAR DE CAMPOS 9997190  
LUCAS TIAGO MINHUK 9997351  
PAULO HENRIQUE RENZI 9997235

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.  
Santa Maria do Oeste, 12 de janeiro de 2026.

**OSCAR DELGADO**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Fernando Lopes  
**Código Identificador:**A96975AB

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO

### ADMINISTRAÇÃO GERAL PORTARIA 032/2026

#### PORTARIA N.º 032/2026

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO**, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 e 89, inciso II, letra “a”, da Lei Orgânica do Município.

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Complementar nº 39/2025, Lei Municipal n.º 1704/2023 e 1729/2024:

### RESOLVE

**1)** - DETERMINAR ao Departamento Contabilidade e Finanças vinculados à Secretaria Municipal de Finanças, que se encarregue de empenhar a(as) seguinte(s) diária(s) ao Servidor **PEDRO ROQUE LEOPOLDO**, conforme descrito abaixo:

**2)** - Fica AUTORIZADO a **PEDRO ROQUE LEOPOLDO**, Servidor Municipal Motorista, Secretaria de Saúde, para seu deslocamento até a cidade de PINHAIS - PR, com saída no dia 10 de Janeiro e retorno no dia 11 de Janeiro de 2026, com a finalidade de LEVAR PACIENTE PARA INTERNAMENTO.

**3)** - Para cobrir as despesas do respectivo Servidor, será concedida (01) diária sem pernoite no valor total de R\$ 250,00, conforme disposto na Lei Municipal N.º 1704/2023 e 1729/2024.

**EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO**, Estado do Paraná, em 09 de Janeiro de 2026.

**DEVANIR MARTINELLI**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Jaqueline Alves Nogueira André  
**Código Identificador:**FFD0479D

### ADMINISTRAÇÃO GERAL PORTARIA 033/2026

#### PORTARIA N.º 033/2026

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAÍSO**, Estado do Paraná no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 e 89, inciso II, letra “a”, da Lei Orgânica do Município.

### RESOLVE

**Art. 1** - DETERMINAR ao Departamento Contabilidade e Finanças vinculados à Secretaria Municipal de Finanças, que se encarregue de empenhar a(as) seguinte(s) diária(s) a Auxiliar de Enfermagem, Rosa Helena Fagundes, conforme descrito abaixo:

**Art. 2** - Fica AUTORIZADO a Senhora Rosa Helena Fagundes, Auxiliar de Enfermagem, o deslocamento até a cidade de PINHAIS, Paraná, com saída no dia 10 de Janeiro e retorno no dia 11 de Janeiro de 2026, com a finalidade de:

- **ACOMPANHAR PACIENTE PARA INTERNAMENTO, ATENDENDO À SECRETARIA DE SAÚDE.**

**Art. 3** - Para cobrir as despesas da respectiva Auxiliar de Enfermagem, será concedida (01) diária no valor total de R\$ 450,00,

dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA para Contratação de empresa para pavimentação em Concreto localizado ao acesso a orla do Saltão no Município de Salto do Lontra totalizando área pavimentada de 4.651,44 m<sup>2</sup> de capa em concreto conforme projeto e com recursos do Contrato de Repasse nº 964555/2024/MTUR/CAIXA, no valor máximo de R\$ 2.722.615,37 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e quinze reais e trinta e sete centavos). Critério de Julgamento: Menor Preço global. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 29 de janeiro de 2026, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site [www.saltodolontra.pr.gov.br](http://www.saltodolontra.pr.gov.br) ou através do site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, a partir do dia 12 de janeiro de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail [licitacaosaltdolontra@gmail.com](mailto:licitacaosaltdolontra@gmail.com).

Salto do Lontra, 12 de janeiro de 2026.

**FERNANDO ALBERTO CADORE**  
Prefeito Municipal

2573/2026

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO N° 02/2026 PROCESSO 05/2026

O MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às 09:00 horas do dia 28 de janeiro de 2026, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita a Rua Prefeito Neuri Baú, 975 em Salto do Lontra, Paraná, Brasil, PREGÃO ELETRÔNICO sistema registro de preços, por período de 01 (um ano), admitida prorrogação por igual período, para futura e eventual Contratação de empresa especializada na execução de serviços de recapagem de pneus conforme solicitação da secretaria municipal de administração planejamento e finanças. Critério de Julgamento: Menor Preço por lote. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 09:00 horas do dia 28 de janeiro de 2026, no endereço eletrônico: <https://bllcompras.com/>. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado no horário comercial, pelo site [www.saltodolontra.pr.gov.br](http://www.saltodolontra.pr.gov.br) ou através do site: <https://bllcompras.com/>, a partir do dia 12 de janeiro de 2026. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail [licitacaosaltdolontra@gmail.com](mailto:licitacaosaltdolontra@gmail.com).

Salto do Lontra, 12 de janeiro de 2026.

**FERNANDO ALBERTO CADORE**  
Prefeito Municipal

2600/2026

## Santa Maria do Oeste

#### AVISO DE LICITAÇÃO

#### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 05/2026

#### MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2026

O Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal n.º 14.133/21, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup> EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ”.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00min do dia 23 de Fevereiro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 09h00min do dia 23 de fevereiro de 2026. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h30min do dia 23 de fevereiro de 2026.

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) “Acesso Identificado no link – licitações”

VALOR MAXIMO: R\$ 5.187.056,82 (Cinco Milhões Cento E Oitenta E Sete Mil E Cinquenta E Seis Reais E Oitenta E Dois Centavos).

- Critério de Julgamento: Menor Preço Por Empreitada Por Preço Global  
- Aquisição do Edital

O presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal situada na Rua Jose de França Pereira, 10, Centro – Município de Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: [www.santamariaoeste.pr.gov.br](http://www.santamariaoeste.pr.gov.br).

Informações: (42) 9 9841-0495

Santa Maria do Oeste/PR, 12 de janeiro de 2026.

**Oscar Delgado**  
Prefeito Municipal

2779/2026

## São João

#### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90011/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 572/2025

O Prefeito do Município de São João – Estado do Paraná, JONI ZANELLA FERREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e em conformidade com a Lei nº 14.133/21, HOMOLOGA o Procedimento Licitatório na modalidade Concorrência Eletrônica N° 90011/2025, referente a contratação de empresa especializada para a Construção de 20 (vinte) Unidades Habitacionais de Interesse Social (casa térrea acessível), no âmbito do Novo PAC, Programa MCMV FNHIS Sub 50, com a adjudicação do objeto da licitação no valor de R\$ 2.599.999,00, à proponente:

GODOIS CONSTRUTORA LTDA - CNPJ 21.697.836/0001-67

Diante exposto, e em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, HOMOLOGO o resultado Concorrência Eletrônica N° 90011/2025, autorizando as providências necessárias para a formalização do contrato e sua execução, dentro dos prazos e condições estabelecidos no edital.

**São João/PR, 12 de janeiro de 2026.**  
JONI ZANELLA FERREIRA-Prefeito Municipal

2834/2026

## São João do Ivaí

#### REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

A Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, torna público que requer ao Instituto Águas e Terras – IAT, a LAS - Licença Ambiental Simplificada para a edificação de uma Unidade de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos não perigosos (Compostagem de resíduos sólidos urbanos – Parcela orgânica), localizado na Gleba São João Lote N° 1-A S/nº Aguado Maninho – 86930-000 – São João do Ivaí/PR.

2571/2026

## São Manoel do Paraná

#### PREFEITURA DE SÃO MANOEL DO PARANÁ AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 06/2025 EDITAL RETIFICADO – NOVA DATA DE ABERTURA

O MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 09h00min do dia 27 de fevereiro de 2026, na plataforma BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILOES DO BRASIL, a CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo MENOR PREÇO, das seguintes obras:

Local do objeto	Objeto	Quantidade	Prazo de execução
Conjunto Habitacional Raul José Monteiro e Golden Park	Construção de Casas Habitacionais	25 unidades	365 dias

A pasta técnica com o inteiro teor do edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no sítio eletrônico da Prefeitura, [www.saomanoeldoparaná.pr.gov.br](http://www.saomanoeldoparaná.pr.gov.br) e na plataforma BLL – <https://www.bll.org.br>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação pela plataforma.

São Manoel do Paraná, 12 de janeiro de 2026.

Vitor Hugo Rodrigues

Prefeito Municipal

Município de São Manoel do Paraná

2838/2026

## Teixeira Soares

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA CONCORRÊNCIA N°17/2025

O Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, comunica a PRORROGAÇÃO de abertura a licitação em epígrafe, conforme abaixo:

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada nos serviços de Pavimentação de estrada rural em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), área de 51.032,38 m<sup>2</sup>, compreendendo: serviços preliminares; terraplenagem; drenagem; base e sub-base; revestimento; serviços de urbanização ;sinalização de trânsito; e ensaios de controle tecnológico. Trecho: - ESTRADA DA GRUTA, entre o início do trecho (516.106.76;7.183.216,66) e a faixa de domínio da BR-277 (a 6.110m)



## AtoTeca

[Pesquisa](#)[Sair](#)

## Visualizar Ato Administrativo

[Base](#)**Base:** Ato Administrativo[Visualizar](#)

## Informações

**Emitente:** MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**Identificador:** 4749597/1**Tipo Documento:** Concorrência**Subentidade:****Número:** 1**Ano:** 2026**Data da Assinatura:** 12/01/2026

**Ementa:** PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ.

**Assunto:** Edital;

## Dados da Publicação

Data	Título	Número	Páginas	Link
13/1/2026	Diário Oficial do Estado do Paraná	3446	238	<a href="#">Ver Publicação</a>

## Arquivo(s)

Principal/Anexo	Nome	Baixar
Principal	EDITAL CONCORRENCIA 01.pdf	<a href="#"></a>

**Usuário Logado:** FERNANDO LOPES**Emitente Logada:** MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE



## Extrato de publicação

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA - 01/2026

Nº PROC. ADM. 05/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BLLCOMPRAS torna público para conhecimento dos interessados que o órgão MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE, de acordo com a regulamentação CONFORME EDITAL realizará CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA sendo conduzido por LUCAS TIAGO MINHUK e tendo como autoridade OSCAR DELGADO.

PUBLICAÇÃO: 13/01/2026 09:15

INÍCIO REC. PROPOSTA: 13/01/2026 09:20

M REC. PROPOSTA: 23/02/2026 09:00

INÍCIO DISPUTA: 23/02/2026 09:30

TIPO DE LANCE: MENOR LANCE

TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO

EXCLUSIVO ME: NÃO

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 5.187.056,8200

### OBJETO DO PROCESSO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Para demais informações contato via e-mail: pmsmo@yahoo.com.br, telefone: 4236441359 ou acesso pelo link: [https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5Dr0IXStsYGdG2mgyoABizaPQJznMiOWhIDhvlyjYn9Dp\\_rdqEa5yCBwKrOOOfUbyk25Cx6Rnfejs63YcbxXCPMGkVFDrV2\\_s8DaKwww%2FFAoIc%3D](https://bllcompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5Dr0IXStsYGdG2mgyoABizaPQJznMiOWhIDhvlyjYn9Dp_rdqEa5yCBwKrOOOfUbyk25Cx6Rnfejs63YcbxXCPMGkVFDrV2_s8DaKwww%2FFAoIc%3D)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Lucas".

LUCAS TIAGO MINHUK

SANTA MARIA DO OESTE-PR - 13/01/2026

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

## PREFEITURA MUNICIPAL DE UIRAÚNA AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 19/2025

Nos termos do relatório final apresentado pelo Agente de Contratação e observado parecer da Assessoria Jurídica, referente à Concorrência Eletrônica nº 00019/2025, que objetiva: Contratação de empresa especializada em engenharia civil para a execução de serviços de reprogramação destinados à continuidade da obra de ampliação e reforma dos Mercados Públicos Adelino Barros e Joaquim Benevento de Oliveira, localizados no Município de Uiraúna/PB, conforme especificações técnicas vinculadas ao Convênio nº 915297/2021 celebrado junto ao Ministério do Desenvolvimento Regional; ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponente vencedor: I.A.S. CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: \*\*.\*\*\*/954/0001-\*\* - R\$ 549.900,00

Uiraúna - Pb, 12 de Janeiro de 2026.  
MARIA SULÉNE DANTAS SARMENTO  
Prefeita

## ESTADO DO PARANÁ

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE DE TAMANDARÉ

#### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2026

O Município de Almirante Tamandaré/PR, torna público que fará realizar, às 09h00 horas do dia 28 de janeiro de 2026, na plataforma <https://bnc.org.br/>, CONCORRÊNCIA, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto: Cachoeira, Parque São Jorge e Humaitá

Objeto: Pavimentação em CBUQ.

Quantidade e unidade de medida: 32.864,99 m<sup>2</sup>

Prazo de execução: 270 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Almirante Tamandaré e na plataforma <https://bnc.org.br/>. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Almirante Tamandaré, 8 de janeiro de 2026.  
LARISSA LIMA DA CUNHA  
Agente de Contratação Responsável/Pregoeiro

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2026

O MUNICÍPIO DE ARAPONGAS/PR, CNPJ nº 76.958.966/0001-06, torna público Chamamento Público para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, nos termos da Lei nº 11.947/2009 e Resoluções do FNDE. A entrega da documentação de habilitação e do Projeto de Venda ocorrerá em 05/02/2026, às 14h30, na sede da Prefeitura Municipal de Arapongas/PR.

O edital completo encontra-se disponível em <https://arapongas.atende.net/>.

Arapongas-PR, 9 de janeiro de 2026.  
RAFAEL FELIPE CITA  
Prefeito

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo: nº 275/2024. Termo de Credenciamento: nº 839 a 841/2025. Processo Digital: nº 57889, 58812 e 60002/2025 Partes: Município de Arapongas e MFT SERVIÇOS MÉDICOS E DA SAÚDE LTDA, CNPJ nº 63.047.316/0001-59, neste ato representado por MARCOS FERNANDO TUDINO; GABRIELA MENDONÇA MEDINA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ nº 58.441.256/0001-14, neste ato representado por GABRIELA MENDONÇA MEDINA; e CLÍNICA PEDIATRICA D.G. LTDA, CNPJ nº 63.936.589/0001-54, neste ato representado por DELMO GIANON. Objeto: Credenciamento pessoa física e de pessoa jurídicas da área de saúde para prestação de serviços de plantões médicos presenciais em clínico geral e pediatra nos Prontos Atendimentos -18Hrs e outros locais estabelecidos pela Secretaria de Saúde, na especialidade em ortopedia plantão presencial e a distância, por hora trabalhada na Unidade de Pronto Atendimento 24hrs - UPA, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde. Modalidade: Inexigibilidade nº 051/2024- Chamamento Público. Valor: R\$ 3.467.050,00 (três milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil e cinquenta reais). Prazo de Vigência: 60 dias após o prazo de execução que é 12/09/2025, a partir de 17 de dezembro de 2024. Despacho: Dispensa o procedimento licitatório, a que se refere este EXTRATO, com base nos artigos nº 198, inciso I, c/c Art. 199, §1º, da Constituição Federal de 1988, combinado Art. 24 da Lei Federal nº 8.080/90 e ainda nos termos do Art. 78, inciso I da Lei nº 14.133/21.

### PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

#### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

PROTOCOLO 65294/25 - Processo Administrativo 02/26. Tipo: Menor Preço Global OBJETO: Contratação de empresa especializada em implantação de Sistema para Gestão em Saúde Pública, visando a implantação de prontuário eletrônico e módulos adicionais, por meio da contratação de solução que conte com os serviços de implantação de sistema, licença de uso, manutenção, atualização, suporte técnico, hospedagem em nuvem, treinamento dos profissionais de saúde e customização sob demanda.

Edital e Entrega das propostas disponíveis a partir de 08/01/2026 às 08:00h no site [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). Abertura das Propostas 28/01/2026 às 09:00h (horário de Brasília) no site: [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

Fazenda Rio Grande-PR, 7 de janeiro de 2026.  
GISLAINE ERARDT RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Pregoeira

### PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDOESTE

#### AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 5/2025

Em estrita observância aos preceitos legais contidos na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Lei Federal 12.846/2013, Decreto 11.129 de 11/06/2022, Decreto Municipal 070/2020, Decreto 016/2023, Decreto 017/2023, segundo as informações constantes em ata de sessão de licitação, concernente ao Procedimento Licitatório nº 204/2025, na modalidade Concorrência Eletrônica nº 5/2025, que tem por objeto contratação de empresa especializada para executar serviços de REFORMA DOS BANHEIROS, do Estádio Municipal Dalvo Merante de Souza, em atendimento às Secretarias Municipais de Esportes e Planejamento, verificando-se como vencedoras do certame: CONSTRUTORA L D LTDA - CNPJ: 48.897.120/0001-60 - RS 148.700,00. Posto que apresentou melhor proposta, como todos os documentos exigidos em edital. Assim, pela empresa ter atendido às disposições do edital, contemplando com o princípio da finalidade pública e pelo processo ter atingido a finalidade precípua, bem como comprovada competitividade e economicidade, ADJUDICO e HOMOLOGO o resultado do presente processo na forma da Lei.

Lindoeste, 8 de janeiro de 2026.  
DAVID PEREIRA ANDRADE  
Prefeito



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico  
<http://www.in.gov.br/authenticidade.html>, pelo código 0530202601300283

ISSN 1677-7069

Nº 8, terça-feira, 13 de janeiro de 2026

### PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

#### AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2026

O Município de Nossa Senhora das Graças/PR torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o Credenciamento nº 01/2026, visando à contratação de Leiloeiro Público Oficial, devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR, no exercício regular da profissão, nos termos do Decreto Federal nº 21.981/1932 e da Instrução Normativa DNRC nº 113, de 28/04/2010. O pedido de credenciamento, bem como a documentação exigida no edital, deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico, para o e-mail: [propostas@nossasenhordasgracas.pr.gov.br](mailto:propostas@nossasenhordasgracas.pr.gov.br) as dúvidas e solicitações de esclarecimentos relativos a este credenciamento deverão ser encaminhadas pelo mesmo endereço eletrônico, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Os atos e decisões referentes ao presente chamamento serão publicados no Portal da Transparéncia do Município de Nossa Senhora das Graças/PR, disponível nos sites eletrônicos: <https://nossasenhordasgracas.eloweb.net/portaltransparencia/>. Telefone para contato: (44) 99137-8221.

Nossa Senhora das Graças, 8 de janeiro de 2026.

MARIA JOSE PELIZER PEDROSO  
Prefeita  
Interina

#### AVISO DE ALTERAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026

ERRATA Nº 01/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026.

O Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica ALTERADA a data de abertura do Pregão Eletrônico nº 01/2026, anteriormente divulgada no Diário Oficial da União - Edição nº 6, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - Edição nº 3444, bem como no Jornal Bem Paraná - Edição nº 12810, todos publicados em 09 de janeiro de 2026. Onde se lê: Abertura: 26/01/2026, às 09h00min (horário de Brasília). Leia-se: Abertura: 28/01/2026, às 09h00min (horário de Brasília). A presente alteração faz-se necessária em razão de o aviso não ter sido publicado tempestivamente no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - DIOE, visando assegurar a ampla publicidade do certame e o cumprimento dos prazos legais. Permanecem inalteradas as demais disposições constantes no Aviso de Licitação. Nossa Senhora das Graças.

Nossa Senhora das Graças, 9 de janeiro de 2025.

MARIA JOSE PELIZER PEDROSO  
Prefeita  
Interina

### PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

#### AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 4/2026

Objeto: Credenciamento para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o ano de 2026.

VALOR TOTAL: R\$ 1.102.150,00 (hum milhão, cento e dois mil e cento e cinquenta reais).

PROTOCOLO DOS DOCUMENTOS: a partir de 12 de janeiro de 2026 até 12 de janeiro de 2027.

ANALISE INICIAL DA DOCUMENTAÇÃO: 28 de janeiro de 2026, às 08h30min.

INFORMAÇÕES: O edital poderá ser obtido no site [www.prudentopolis.pr.gov.br](http://www.prudentopolis.pr.gov.br) e demais informações junto ao Depto. de Licitações, localizado à Rua Rui Barbosa, nº 801, Centro, fone (42) 3080-1700, ramal 8012, de segunda a sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

MARICLEIA GRZESZEZYSEN  
Membro da CC

### PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

07º EXTRATO DE TERMO ADITIVO

REFERENTE CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 08/2025

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL e IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA

CLAUSULA PRIMEIRA -

Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no ARTS. 106 E 107 DA LEI N. 14.133/2021, fica prorrogado o prazo de execução e vigência contratual, pelo período de 12 (doze) meses, passando a vencer em 12/02/2027.

FORO: Comarca de Rebouças

#### AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 152/2025

O Município de Rio Azul, Estado do Paraná, torna público para o conhecimento dos interessados, que se encontra retificado o Pregão Eletrônico, nº 152/2025, do tipo menor preço POR LOTE, modo de disputa: aberto/fechado, com data de abertura mantida para o dia 26 de janeiro de 2026, às 08h00min, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Decretos Municipais nº 07/2024 e as exigências estabelecidas neste Edital, através da plataforma eletrônica BLL. O início de acolhimento das propostas comerciais ocorrerá a partir das 08 hr 00 min do dia 19/12/2025 às 07 hr 59 min do dia 26/01/2026, início da fase de lances às 08 hrs 30 min do dia 26/01/2026. O Edital e demais informações encontram-se disponíveis na sede da Prefeitura Municipal de Rio Azul-PR, no Departamento de Licitações, situado à Rua Guilherme Pereira, 482, no horário das 8:00h às 11h e 45min e das 13h às 17h e nos endereços eletrônicos <http://www.rioazul.pr.gov.br/licitacao> e <https://bll.org.br/> partir do dia 13 de janeiro de 2026.

Rio Azul, 12 de janeiro de 2026.

LEANDRO JASINSKI  
Prefeito Municipal

### PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

#### AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 1/2026

Procedimento Adm. N.º 05/2026

Comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações: OBJETO: Pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ) com área total de 18.415,93 m<sup>2</sup>, em diversas ruas do perímetro urbano da sede do município, conforme convênio com o programa asfalto novo vida nova do Governo do Estado do Paraná. Recebimento Das Propostas: até as 09h00min do dia 23/02/2026. Abertura Das Propostas: às 09h00min do dia 23/02/2026. Início da Sessão de Disputa de Preços: às 09h30min do dia 23/02/2026. LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) "Acesso Identificado no link - licitações" Valor Máximo: R\$ 5.187.056,82. Critério de Julgamento: Menor Preço Por Empreitada Por Pregó Global - Aquisição do Edital O presente Edital, encontra-se à disposição para verificação por parte dos interessados na Divisão de Licitações, nas dependências da Prefeitura situada na Rua José de França Pereira, 10, Centro - Santa Maria do Oeste-Pr, CEP 85.230-000, no horário das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, bem como no endereço eletrônico: [www.santamaridiadoeste.pr.gov.br](http://www.santamaridiadoeste.pr.gov.br). Informações: (42) 9 9841-0495.

Santa Maria do Oeste-PR, 12 de janeiro de 2026.  
OSCAR DELGADO  
Prefeito



Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 21/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FLS J83

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 9 9841-0495

Oficio n.º 01/2026

Santa Maria do Oeste – Pr, 13 de Janeiro de 2026

Prezado(a) Senhor(a):

Em atendimento ao contido na Lei Municipal n.º 326/2011, ora encaminhamos documentos referentes aos procedimentos licitatórios abaixo relacionados quais encontram-se disponíveis no Portal do Município <http://www.santamariadooeste.pr.gov.br>:

- PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2026
- PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2026
- PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2026
- PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2026
- CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2026

Sendo o que nos apresentava, reiteramos protestos de elevada estima e consideração e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente

FERNANDO LOPES

Departamento de Licitação

Exmo. Senhor:

**TIAGO VARIZA**

Presidente da Câmara Municipal  
Santa Maria do Oeste - Paraná

Recebi em 13/03/26  
as 15 horas e 15 min.  
Reginaldo Oliveira

## AVISO IMPORTANTE

### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

Após o recebimento da Autorização para Licitação, o agente designado pelo Município deverá consultar o PORTAL DOS MUNICÍPIOS <https://portaldosmunicipios.pr.gov.br/> onde estarão disponíveis:

- Edital e demais anexos;
- Minuta contendo a PLANILHA DE SERVIÇOS, deverá ser entregue às proponentes por meio digital.
- Elementos Gráficos - deverão ser entregues às proponentes.

ALERTAMOS QUE O EDITAL E SEUS ANEXOS NÃO PODERÃO SER ALTERADOS SEM ANUÊNCIA PRÉVIA DO PARANACIDADE. EM CASO DE DESCUMPRIMENTO, O PROCESSO LICITATÓRIO PODERÁ SER REVOGADO.

NAS LICITAÇÕES POR LOTES, DEVERÁ SER FIRMADO UM CONTRATO PARA CADA LOTE, AINDA QUE A EMPRESA VENCEDORA SEJA A MESMA.

Observação: o CNPJ apresentado na proposta vencedora da licitação, deverá ser o mesmo na formalização do contrato.

**PUBLICAÇÕES DOS AVISOS:** Observar a necessidade legal de publicação dos avisos da licitação, também nos:

- Diário Oficial do Estado poderá ser feita diretamente pelo Município no site: [www.Dioe.pr.gov.br](http://www.Dioe.pr.gov.br)
- PNCP – Portal Nacional das Contratações Públicas
- Jornal de Grande Circulação
- Os avisos de licitação também poderão ser publicados, facultativamente, em sítios eletrônicos oficiais instituídos pelos entes federativos
- **FUNDAMENTAÇÃO:** *caput* do art. 54 da Lei nº 14.133/2021  
A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

\*\* Observar a obrigatoriedade legal dos prazos entre a última publicação e a data de abertura do certame. Seu não cumprimento ensejará a NULIDADE do certame.

Qualquer dúvida entrar em contato com o PARANACIDADE:

Adriana Schweiger (41) 3350-3301



PARANACIDADE

## INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2024

O Superintendente do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 15.211 de 17.07.2006 e o Estatuto da Entidade,

### RESOLVE

1º) Estabelecer as seguintes regras básicas relativas as publicações:

Para as licitações nas modalidades de Pregão e Concorrência, sejam estas eletrônicas ou presenciais, será **obrigatória** a publicação do aviso, ao menos por uma vez, respeitando-se os prazos legais estabelecidos para tanto, nos seguintes meios:

- a) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos;
- b) no Diário Oficial do Estado **ou** Diário Oficial do Município;
- c) em Jornal Diário de Grande Circulação, mesmo se houver norma municipal dispensando tal publicação;
- d) e, **de forma facultativa**, divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do município. (*Redação alterada pelo Adendo de 14/05/2024, publicado em 20/05/2024.*)

2º) Determinar que os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, serão contados a partir da data da última publicação do aviso.

3º) Revogar a instrução normativa nº 03/2023.

Curitiba, (*data assinatura digital*)

**Camila Mileke Scucato**  
Superintendente do PARANACIDADE, **em exercício**

***ADENDO***

**REF.: INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2024**

O item 1<sup>a</sup> passa a ter a seguinte redação:

Estabelecer as seguintes regras básicas relativas as publicações:

Para as licitações nas modalidades de Pregão e Concorrência, sejam estas eletrônicas ou presenciais, será **obrigatória** a publicação do aviso, ao menos por uma vez, respeitando-se os prazos legais estabelecidos para tanto, nos seguintes meios:

- a) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos;
- b) no Diário Oficial do Estado **ou** Diário Oficial do Município;
- c) em Jornal Diário de Grande Circulação, mesmo se houver norma municipal dispensando tal publicação;
- d) e, **de forma facultativa**, divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do município.

Curitiba, (*data assinatura digital*)

**Camila Mileke Scucato**  
Superintendente do PARANACIDADE





ePROTOCOLO



Documento: **Adendo\_instrucao\_normativa3publicacoes.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Camila Mileke Scucato** em 14/05/2024 18:27.

Inserido ao protocolo **21.632.204-5** por: **Maria Geltrude da S Borguezan** em: 14/05/2024 16:57.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:  
44e1daee5d4a4d693ec7f3ed002afba2.



## PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Ilmo. Senhor  
Oscar Delgado  
Prefeito Municipal

Prezado Senhor,

Assunto: Pedido de Revogação do Processo Licitatório nº 05/2026

Modalidade: Concorrência Eletrônica

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

## REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2026

A Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de sua autoridade competente, no uso das atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto no art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a revogação do procedimento licitatório por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado

CONSIDERANDO que foi constatado, após a instauração da Concorrência Eletrônica nº 01/2026, que não foi utilizado o edital padrão fornecido e aprovado previamente pelo Convênio PARANACIDADE, em desacordo com os parâmetros e diretrizes estabelecidos;

CONSIDERANDO que o descumprimento da utilização do edital fornecido compromete a legalidade, a padronização dos procedimentos, a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes, princípios basilares que regem as contratações públicas;

CONSIDERANDO que a continuidade do certame, nessas condições, poderá resultar em uma nulidade futura e prejuízo ao interesse público;

CONSIDERANDO que a revogação, neste caso, mostra-se a medida mais adequada para resguardar o interesse público e permitir a instauração de novo procedimento licitatório devidamente regular;

RESOLVE:

MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE — ESTADO DO PARANÁ



CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

FLS. 188

Art. 1º Revogar a Concorrência Eletrônica nº 01/2026, referente ao Processo Licitatório nº 05/2026, cujo objeto é PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERIMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICIPIO, CONFORME CONVENIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, em razão do descumprimento da obrigatoriedade de utilização do edital fornecido, fato que compromete a regularidade do certame.

Art. 2º Determinar o arquivamento do processo, observadas as formalidades legais, sem prejuízo da abertura de novo procedimento licitatório, com a devida utilização do edital correto e atualizado.

Art. 3º Determinar a publicação deste ato nos meios oficiais e a comunicação aos interessados, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria Do Oeste, 13 de janeiro de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read "B. Gomes". Below the signature, the name "LUIZ ZENAIDE GOMES" is printed in capital letters.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



## PARECER JURÍDICO

***"O parecer facultativo é um ato opinativo que não vincula a Administração Pública ou os seus administrados, podendo esses segui-lo para melhor fundamentar suas decisões ou ignorá-lo, pois, não estão vinculados a conclusão exarada pelo parecerista".***

Trata o presente parecer da análise jurídica, quanto a **REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 005/2026, elaborado na Modalidade Concorrência Eletrônica n° 001/2026**, apresentado pela Secretario de Administração, por seu Secretário Sr. Luiz Zenaide Gomes, em data de 13 de janeiro de 2026, em fase da abertura de procedimento para a **"PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO COM O PROGRAMA ASFALTO NOVO VID NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ."**

A Revogação deve-se ao fato o referido Procedimento Licitatório teria como base em ofício da Secretaria de Administração, e considerando que que não foi utilizado o edital padrão fornecido e aprovado previamente pelo Convênio PARANACIDADE, em desacordo com os parâmetros e diretrizes estabelecidos; e ainda que o descumprimento da utilização do edital fornecido compromete a legalidade, a padronização dos procedimentos, a segurança jurídica e a isonomia entre os licitantes, princípios basilares que regem as contratratações públicas, e a continuidade do certame, nessas condições, poderá resultar em uma nulidade futura e prejuízo ao interesse público;, conf. memorando da Sec. De Administração.

É o breve relatório passa-se a análise e ao parecer:

Primeiramente, cumpre mencionar que o art. 71, II, da lei Federal n° 14.133/21, assim dispõe: **"art. 71.- Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá: II- revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade. § 2º O motivo determinante para a**



CNPJ: 95.684.544/0001-26

UA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

***revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.”***

Pelo todo exposto, frisando que a análise é feita sob o prisma estritamente jurídico-formal, não adentrando, portanto, na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem em aspectos de natureza técnico-administrativa, sendo de responsabilidade dos gestores envolvidos as informações prestadas, sobretudo a que declara a necessidade de revogação conforme ofício da Secretaria de Administração, e com base nas quais esta análise jurídica foi realizada, ENTENDO RECOMENDÁVEL E POSSÍVEL A REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO DE Nº 100/2025, DO PREGÃO ELETRÔNICO 03330/2024., **DESDE QUE PRECEDIDA DE MANIFESTAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE, com elaboração do respectivo Termo de Revogação,** devendo a posteriori retornarem este Procedimento a esta Assessoria para eventual análise.

Pelo todo delimitado, ratificamos que este parecer jurídico não vincula a Autoridade Competente, posto que possui a titularidade da competência do mérito administrativo disposto nesta situação.

Devollo à Divisão de Licitação – Comissão de Licitação, para que sejam observadas as providências necessárias e legais.

**S.M.J. É o Parecer.**

Santa Maria do Oeste-Pr, 13 de Janeiro de 2026.

**ÉDER JOSÉ SEBRENSKI**  
**Assessor Jurídico**



FLS. 202

CNPJ: 95.684.544/0001-26

RUA JOSE DE FRANÇA PEREIRA, N° 10 - CEP.: 85.230-000 - FONE/FAX: (042) 3644-1238

## DECRETO N.º 003/2026

**SÚMULA:** Revoga Processo Licitatório n.º 05/2026, na Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 01/2026 e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA MARIA DO OESTE - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal 14.133/2021, com base no art. 71, II, considerando a necessidade de abertura de novo Procedimento.

### DECRETA:

Art. 1º: Fica REVOGADO, na sua totalidade o Procedimento Licitatório n.º 05/2026, realizado na Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 01/2026, que tinha por objetivo a “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO COM O PRAGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ”.

Art. 2º: Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste – Estado do Paraná, em 13 de janeiro de 2026.

OSCAR  
DELGADO:701  
59432987

Digitally signed by  
OSCAR  
DELGADO:70159432987  
Date: 2026.01.13  
16:47:30 -03'00'

**OSCAR DELGADO**  
**Prefeito Municipal**

---

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE**

---

**LICITAÇÃO**  
**DECRETO N.º 003/2026**

**SÚMULA:** Revoga Processo Licitatório n.º 05/2026, na Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 01/2026 e da outras providências.

**O Prefeito Municipal de SANTA MARIA DO OESTE - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal 14.133/2021, com base no art. 71, II, considerando a necessidade de abertura de novo Procedimento.**

**DECRETA:**

**Art. 1º:** Fica REVOGADO, na sua totalidade o Procedimento Licitatório n.º 05/2026, realizado na Modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 01/2026, que tinha por objetivo a “PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), COM ÁREA TOTAL DE 18.415,93 M<sup>2</sup>, EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONVÊNIO COM O PRAGRAMA ASFALTO NOVO VIDA NOVA DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ”.

**Art. 2º:** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Maria do Oeste – Estado do Paraná, em 13 de janeiro de 2026.

***OSCAR DELGADO***  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Andreia Kaviak  
**Código Identificador:**298DB171

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/01/2026. Edição 3447

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>